



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS FOZ DO IGUAÇU-PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
NÍVEL MESTRADO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

**DA “MECA DO CONTRABANDO” AO “TIGRE GUARANI” –
O NOVO PARAGUAI NAS PÁGINAS DE *VEJA*: MUDANÇA DE
ENFOQUE OU DEFESA DA HEGEMONIA?**

**Foz do Iguaçu
2019**

NELSON FIGUEIRA SOBRINHO

**DA “MECA DO CONTRABANDO” AO “TIGRE GUARANI” –
O NOVO PARAGUAI NAS PÁGINAS DE VEJA: MUDANÇA DE
ENFOQUE OU DEFESA DA HEGEMONIA?**

Dissertação apresentada à
Universidade Estadual do Oeste do
Paraná (UNIOESTE) para obtenção do
título de Mestre em Sociedade, Cultura
e Fronteiras no Programa de Pós-
Graduação *Stricto Sensu* em
Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível
de Mestrado – área de concentração
Sociedade, Cultura e Fronteiras.
Linha de Pesquisa: Linguagem,
Cultura e Identidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise
Rosana da Silva Moraes

Foz do Iguaçu
2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Figueira Sobrinho, Nelson

Da meca do contrabando ao tigre guarani - o novo Paraguai nas páginas de Veja : mudança de enfoque ou defesa da hegemonia? / Nelson Figueira Sobrinho; orientador(a), Denise Rosana da Silva Moraes, 2019.

184 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2019.

1. Comunicação. 2. Hegemonia. 3. Brasil. 4. Paraguai. I. Silva Moraes, Denise Rosana da. II. Título.

NELSON FIGUEIRA SOBRINHO

**DA “MECA DO CONTRABANDO” AO “TIGRE GUARANI” –
O NOVO PARAGUAI NAS PÁGINAS DE VEJA: MUDANÇA DE ENFOQUE OU
DEFESA DA HEGEMONIA?**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
(ORIENTADORA)

Prof^a. Dr^a. Tamara Cardoso André
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Prof. Dr. Leandro Baller
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof. Dr. José Carlos dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de 2019.

AGRADECIMENTOS

À professora Denise Rosana da Silva Moraes, que mesmo em meio às vicissitudes esteve ao meu lado, me orientando, incentivando e me impelindo a dar o melhor de mim para que essa pesquisa fosse concretizada. Muito obrigado por tudo.

Ao sempre presente Luis Alberto Torres, que muito me incentivou, muito me apoiou nos momentos difíceis e pacientemente sabe me ouvir mesmo quando de mim só se ouve o silêncio.

Aos meus amigos Theo Mello e Elias de Sousa Oliveira, pelo apoio de sempre.

Aos meus familiares, principalmente ao meu irmão Nilton Figueira e a minha cunhada Adriana Moreira, que sei que sempre torcem por mim.

Às colegas de grupo de pesquisa, por suas valiosas contribuições.

Aos professores do programa. Importantíssimos atores nesta pesquisa e que muito colaboraram para meu crescimento como acadêmico e como pesquisador.

Aos membros da banca de qualificação, que trouxeram inestimáveis contribuições e me ampliaram os horizontes.

Por fim, presto agradecimentos aos meus pais, que não mediram esforços para que tivéssemos, eu e meus irmãos, uma educação de qualidade. Serei eternamente grato a eles e sei que ambos sempre olham por mim.

A Deus, que sempre está ao meu lado.

FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson. **Da “meca do contrabando” ao “tigre guarani” – o novo Paraguai nas páginas de Veja**: mudança de enfoque ou defesa da hegemonia? 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE *campus* Foz do Iguaçu.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o processo de mudança de enfoque por parte da revista *Veja* na cobertura das notícias referentes ao Paraguai, especialmente aquelas que falam da relação do país com o Brasil e estuda qual a finalidade desta nova representação midiática. A hipótese é que este novo enfoque esteja vinculado à industrialização do país guarani, advinda das instalações das *maquilas*, cujas matrizes, em sua maioria, são brasileiras. Tendo como marco inicial 10 de janeiro de 2007, com a publicação da reportagem “A meca do contrabando”, no caderno especial “Crime”, e marco final o dia 11 de janeiro de 2017, com a matéria “O tigre guarani”, a pesquisa tem como fim investigar se tais indícios são procedentes e identificar quais interesses da revista ao noticiar os fatos; a quem a publicação representa: se ao seu público leitor ou a uma classe, se ao Brasil ou a um governo em específico. Paralelamente, apresenta como se desenvolve o processo de mudança de enfoque por parte do semanário em relação aos materiais que versam sobre o país guarani; como são utilizados os recursos textuais e gráficos por parte da publicação para noticiar fatos relacionados ao Paraguai; qual o papel do público leitor neste processo e, por fim, como a mudança de enfoque se justifica pela suposta industrialização pela qual se dá o atual contexto. Para responder a essas perguntas, a pesquisa se embasa nos conceitos de Antonio Gramsci acerca da hegemonia e nos estudos culturais, sobretudo em Martín-Barbero, para analisar questões relativas ao fenômeno midiático. Está subdividida em uma apresentação do histórico da revista, seguida de narrativa do percurso para a escolha do método – o método indiciário, cuja referência é o historiador Carlo Ginzburg. A análise do objeto de pesquisa obedece à temporalidade e aos fatos históricos, políticos e econômicos que envolvem o Brasil e Paraguai e aos aspectos textuais, linguísticos, usados pelo semanário. Ao final, apresentam-se dados referentes às indústrias maquiladoras e relativos às áreas econômicas e sociais e busca-se confrontar as afirmações da publicação, que atribui, como demonstra-se no decorrer da pesquisa, o crescimento do país vizinho aos brasileiros. Ao final, a pesquisa constata que a revista *Veja* atua na defesa dos interesses hegemônicos do Brasil sobre o Paraguai, entretanto, atende às suas convicções como meio midiático, pois toma para si a voz do seu leitor, a voz da classe a qual representa – ou crê representar. Constata ainda que o semanário, liberal, defende que pela sua extensão, localização geográfica e por sua economia, o Brasil precisa ser o líder natural da América Latina e não pode abdicar dessa posição, em interesse dos brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação. Jornalismo. Mídias. Hegemonia. Brasil. Paraguai.

FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson. **From the "smuggling mecca" to the "Guarani tiger" - the new Paraguay in the pages of *Veja*: change of focus or defense of hegemony?** 2019. 177 pp. Dissertation (Master's Degree in Society, Culture and Borders) – Western Paraná State University – UNIOESTE campus Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

This research analyzes the process of change of focus by *Veja* magazine in the coverage of the news related to Paraguay, especially those that talk about the relation of the country with Brazil, and studies the purpose of this new media representation. The hypothesis is that this new approach is linked to the industrialization of the Guarani country, which comes from the maquila facilities (sub-contractor companies which produce for the export market), whose matrices are mostly Brazilian. Starting on January 10th, 2007, with the publication "The Smuggling Mecca", in the special booklet "Crime", and ending on January 11th, 2017, with the story "The Guarani tiger", the purpose of this research is to investigate if such indications were pertinent and, if so, to identify the interests of the magazine and who the publication represents: whether its readers or a class, whether Brazil or a specific government. At the same time, the study also tries to point out how the weekly magazine's process of change of focus is developed in relation to the materials that deal with the Guarani country; how textual and graphic resources are used by the publication to report facts related to Paraguay; what the role of the readers is in this process and, finally, if such a change of focus is justified by the supposed industrialization that Paraguay is undergoing. In order to answer these questions, a theoretical framework based on the concepts of Antonio Gramsci on hegemony and on cultural studies, especially the ones from Martín-Barbero, is used to analyze questions related to the media phenomenon. The work is subdivided into a presentation of the magazine's history, followed by a narrative of the path for choosing the method. In the research, it is selected the index method, whose reference is the historian Carlo Ginzburg. Right after that, the analysis of the object of research begins, obeying the temporality and the historical facts, being them political or economical, involving Brazil and Paraguay or the textual and linguistic aspects used by the magazine. At the end, data are presented concerning the maquiladora industries and related to the economic and social areas and it is tried to confront them with the statements of the publication, which attributed, as demonstrated in the course of the research, the growth of the neighboring country to the Brazilians. It's concluded that *Veja* magazine acts in defense of the hegemonic interests of Brazil over Paraguay, but serving its convictions as a media, because it takes for itself the voice of its reader, the voice of the class it represents – or believes to represent. It is also observed that the confessedly liberal weekly magazine claims that Brazil should be the natural leader of Latin America because of its size, location, and economy, and that it cannot relinquish its position, in defense of the interests of Brazilians.

KEY WORDS: Communication. Journalism. Media. Hegemony. Brazil. Paraguay.

FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson. **De la "meca del contrabando" al "tigre guaraní" - el nuevo Paraguay en las páginas de *Veja*: ¿cambio de enfoque o defensa de la hegemonía?** 2019. 177 f. Disertación (Maestría en Sociedad, Cultura y Fronteras) - Universidad Estatal del Oeste de Paraná – UNIOESTE *campus* Foz do Iguazú

RESUMEN

Esta investigación analiza el proceso de cambio de enfoque por parte de la revista *Veja* en la cobertura de las noticias referentes al Paraguay, especialmente aquellas que hablan de la relación del país con Brasil, y estudia cuál es la finalidad de esta nueva representación mediática. La hipótesis es que este nuevo enfoque se vincula a una supuesta industrialización del país guaraní, proveniente de las instalaciones de las maquilas, cuyas matrices, en su mayoría, son brasileñas. En el marco del 10 de enero de 2007, con la publicación del reportaje "La meca del contrabando", en el cuaderno especial "Crimen", y marco final el día 11 de enero de 2017, con la materia "El tigre guaraní", la investigación tiene como fin verificar si tales indicios son procedentes y, en caso positivo, identificar cuáles eran los intereses de la revista; a quien la publicación representa: si a su público lector o a una clase, si a Brasil o a un gobierno en específico. Paralelamente, se busca aún señalar cómo se desarrolla el proceso de cambio de enfoque por parte del semanario en relación a los materiales que versan sobre el país guaraní; como se utilizan los recursos textuales y gráficos por parte de la publicación para noticiar hechos relacionados con Paraguay; ¿cuál es el papel del público lector en este proceso y, por último, si tal cambio de enfoque se justifica por la supuesta industrialización por la que Paraguay atraviesa. Para responder a estas preguntas, se basa en los conceptos de Antonio Gramsci acerca de la hegemonía y en los estudios culturales, sobre todo en Martín-Barbero, para analizar cuestiones relativas al fenómeno mediático. El trabajo se subdivide en una presentación del historial de la revista, seguida de una narrativa del recorrido para la elección del método. En la investigación, se opta por el método indiciario, cuya referencia es el historiador Carlo Ginzburg. Luego, se inicia el análisis del objeto de investigación, obedeciendo a la temporalidad y a los hechos históricos, políticos o económicos involucrando a Brasil y Paraguay o a los aspectos textuales, lingüísticos, usados por el semanario. Al final, se presentan datos referentes a las industrias maquiladoras y relativas a las áreas económicas y sociales y se busca confrontar con las afirmaciones de la publicación, que atribuye, como se demuestra en el curso de la investigación, el crecimiento del país vecino a los brasileños. Al final, se constata que la revista *Veja* actúa en la defensa de los intereses hegemónicos de Brasil sobre el Paraguay, pero atiende a sus convicciones como medio mediático, pues toma para sí la voz de su lector, la voz de la clase a la que representa, o cree representar. Se constata además que el semanario, confesadamente liberal, defiende que, por su extensión, localización geográfica y por su economía, Brasil debe ser el líder natural de América Latina, no pudiendo abdicar de esa posición, en interés de los brasileños.

PALABRAS CLAVE: Comunicación. Periodismo. Los medios de comunicación. Hegemonía. Brasil. Paraguay.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa ed. nº 1 (11/9/1968)	57
Figura 2 – Capa ed. 815 (18/4/1984)	62
Figura 3 – Capa ed. 1109 (13/12/1989)	64
Figura 4 – Capa ed. 1.236 (27/5/1992)	66
Figura 5 – Páginas ed. 1.762 (31/7/2002)	68
Figura 6 – capa caderno “Crime”. ed. 1990 (10/1/2007)	80
Figura 7 – Infográfico “O mapa do crime no Brasil”. Ed. 1990 (10/1/2017)	82
Figura 8 – “1.300 quilômetros abertos ao tráfico”. Ed. 1990. (10/1/2007)	84
Figura 9 – “A meca do contrabando”. Ed. 1990 (10/1/2007)	87
Figura 10 – “O encenqueiro mora ao lado”. Ed. 2050 (5/3/2008).....	101
Figura 11 – Infográfico “Vitória do Hidropopulismo”. Ed. 2058 (30/4/2008).....	112
Figura 12 – Chamada de capa ed. 2090 (10/12/ 2008).....	115
Figura 13 – Abertura de "Onde é perigoso ser brasileiro". Ed. 2090 (10/12/2008)..	117
Figura 14 – Charge sobre paternidade de Lugo. Ed. 2109 (22/4/2009)	122
Figura 15 – Infográfico matéria "Síndrome de pedinte rico". Ed. 2167 (2/6/2010)...	128
Figura 16 – “Os boicotados”. Ed. 2350 (4/12/2013)	146
Figura 17 – Abertura de “O tigre guarani”. Ed. 2512 (11/1/2017).....	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – N° de textos citando o Paraguai em <i>Veja</i> de acordo aos temas (2007-2017)	77
Gráfico 2 – Comparativo exportações maquilas novembro (em US\$).....	161
Gráfico 3 – Exportações acumuladas maquilas jan./nov. (em US\$).....	162
Gráfico 4 – Exportações maquilas anual (2001–2017/nov. 2018)	162
Gráfico 5 – Evolução n° de empregos set/2017-2018	163
Gráfico 6 – Ocupação por setor	163
Gráfico 7 – N° de maquilas por origem da matriz (março/2018).....	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de maquilas ativas por dpto./investimento/empregos.....	164
Tabela 2 – Comparativo PIB Brasil e Paraguai.....	164
Tabela 3 – PIB PY – Crescimento anual e per capita	164
Tabela 4 – PIB BR – Crescimento anual e per capita.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese do editorial de <i>Veja</i> (ed. 523, 13 set. 1978).....	60
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O CONTEXTO DA PESQUISA	16
1.1 A TESSITURA DA PESQUISA	19
2 A APROXIMAÇÃO DO ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS ACERCA DA DEFESA DOS INTERESSES HEGEMÔNICOS DO BRASIL FRENTE AO PARAGUAI	20
2.1 HIDRO-HEGEMONIA, UNASUL E GEOPOLÍTICA: AS PESQUISAS SOBRE HEGEMONIA NO CATÁLOGO DA CAPES	37
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A APROXIMAÇÃO DO ESTADO DA ARTE.....	53
3 A REVISTA VEJA	56
3.1 O OBJETO DA PESQUISA: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E EDITORIAL DE VEJA.....	56
3.1.2 <i>Veja</i> hoje	69
3.2 O PERCURSO ATÉ O MÉTODO.....	71
4 O PARAGUAI AOS OLHOS DE VEJA: UM RETRATO DO PAÍS GUARANI ENTRE 2007 E 2013	75
4.1 O EPICENTRO DO CRIME ONDE É PERIGOSO SER BRASILEIRO.....	75
4.1.1 A meca do contrabando.....	77
4.1.2 “O encenqueiro mora ao lado”	97
4.1.2.1 O leitor público vs. o leitor pauteiro: <i>Veja</i> como parte da estrutura ideológica hegemônica	103
4.1.3 Paraguai: onde é perigoso ser brasileiro	108
4.2 A IRONIA EM <i>VEJA</i> : RECURSO ESTILÍSTICO OU INSTRUMENTO DE PERSUASÃO?	119
4.2.1 PIB falsificado	127
4.2.2 “Aliança para o atraso”	134
5 O NOVO PARAGUAI NAS PÁGINAS DE VEJA: DEMOCRÁTICO, LIBERAL E PRÓSPERO?	143
5.1 “BAILE EM ASSUNÇÃO”	143
5.1.1 O botox de Marcola e a prisão de pavão.....	150
5.2 “O “TIGRE GUARANI””	153
5.2.1 O “tigre domesticado”	157
5.2.2 O tigre em números: disponíveis, mas nem tanto	158
5.2.3 Tigre crescido ou desenvolvido?	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	172

INTRODUÇÃO

Uma das lendas mais populares do Paraguai, presente na cultura oral de seu povo, narra a existência do *plata yvyguy*. O termo, em guarani, significa dinheiro enterrado, ou subterrâneo. Conta a tradição popular que quando da Guerra do Paraguai – ou *Guerra Contra La Triple Alianza*, como os paraguaios se referem – famílias ricas teriam enterrado seus bens mais valiosos antes de fugir das tropas dos aliados Brasil, Argentina e Uruguai. Terminada a guerra, com o país e sua população destroçados, os que sobreviveram iniciaram as buscas a este tesouro.

Cerca de 150 anos depois, a lenda ainda permeia o pensamento paraguaio¹ a ponto de ser inspiração de livros, peças teatrais e, mais recentemente, filmes de um cinema em ascensão². Apesar de inúmeros esforços, o *plata yvyguy* nunca foi encontrado. Pelo menos, não da forma como narra a lenda. País de contrastes, o Paraguai realmente possui tesouros, porém, sua riqueza não está soterrada, ela é o próprio solo que, fértil, acaba por ser um bem precioso. Além do solo, há outras riquezas do país guarani: sua porção do Chaco, que divide com países vizinhos; suas águas, que produzem energia; sua energia, que move o país; e o seu povo, sua força motriz. À vista, este tesouro atrai os olhares até mesmo de estrangeiros, que também buscam riquezas guarani. O mais recente desses “tesouros” paraguaios são as indústrias maquiladoras.

Entretanto, a despeito de toda essa riqueza, por muitos anos o Paraguai foi retratado pela imprensa brasileira como um país ligado à criminalidade, onde é comum praticar atos ilegais, sendo estes tolerados por autoridades e pela população. Com o passar dos anos, mais especificamente na segunda década deste século, gradativamente foi introduzida uma nova visão sobre o Paraguai. O país ligado ao crime e não desenvolvido deixa de ser pauta nos meios midiáticos brasileiros para dar lugar a um país com um crescimento econômico pujante. A argumentação é que esta mudança de enfoque seria fruto da industrialização do país, advinda, justamente, das indústrias maquiladoras, ou simplesmente maquilas. Mas será realmente isso?

¹ Na atualidade, as buscas ao *plata yvyguy* ameaçam artefatos e sítios arqueológicos e até prédios e locais históricos. Há registros de danos ao patrimônio histórico e cultural do país. Há reportagens disponíveis no portal UOL (“Paraguaios ainda perseguem tesouros enterrados na guerra com o Brasil” (GILBERT, 2016) e *ABC Color* – “La fiebre de la plata yvyguy” (I) e (II) (VALINOTTI, 2013)

² Os filmes *Latas vacías* (2014), de Hérib Godoy, e *Los buscadores* (2017), de Juan Carlos Maneglia e Tana Schémbori, são dois exemplos de obras cinematográficas que abordam o tema.

Esta pesquisa teve como objetivo principal justamente analisar esse processo de mudança de olhar da mídia brasileira, tendo como objeto a revista *Veja*, um dos maiores órgãos de mídia do país, confirmar ou refutar essa problemática e constatar qual a finalidade desta nova representação midiática, pois percebe-se indícios de que se trata de um fenômeno voltado à defesa de interesses hegemônicos. Com base neste objetivo central, tivemos como fim responder às seguintes perguntas: que interesses são esses? A quem a publicação representa? Ao seu público leitor? A uma classe? Ao Brasil? A um governo?

Paralelamente ao objetivo principal, se buscou, secundariamente, apontar como se desenvolveu o processo de mudança de enfoque por parte do semanário em relação aos materiais que versam sobre o país guarani; como foram e são utilizados os recursos textuais e gráficos por parte da publicação para noticiar fatos relacionados ao Paraguai; qual o papel do público leitor neste processo e por fim, se tal mudança de enfoque se justifica por uma suposta industrialização pela qual o país guarani atravessa.

Tendo estas questões como premissa, a pesquisa se debruçou nos conceitos de Antonio Gramsci acerca da hegemonia e à luz dos estudos culturais buscou apresentar esta ação. Neste sentido, a dissertação se inicia com uma contextualização da investigação, relatando os motivos que levaram à escolha do objeto de pesquisa e demonstrado como foram estabelecidos os marcos teórico, metodológico e temporal.

Em seguida, a pesquisa apresenta uma breve aproximação do estado da arte acerca dos estudos sobre as relações Brasil-Paraguai, no que diz respeito às questões ligadas à segurança, ao combate à criminalidade e ao controle fiscal; aos temas ligados à propriedade de terras de brasileiros e seus descendentes no país guarani e aos assuntos relacionados à Itaipu Binacional. A estes temas, somam-se ainda trabalhos que versam sobre a relação entre os países tendo como ponto de vista as ações dos militares na fronteira, além de pesquisas que analisam questões da área econômica e a integração das nações da região, seja por meio do Mercosul, seja por meio da Unasul. Nesse capítulo, foram mapeadas pesquisas semelhantes à que ora se apresenta, com vistas a conhecer as contribuições sobre o tema, acrescentar perspectivas e propor aportes teórico-metodológicos.

Para uma introdução das análises, primeiramente se apresenta um histórico da

revista, como forma de demonstrar sua posição dentro do cenário brasileiro e estabelecer um perfil da publicação, sua linha e sua política editoriais. Depois desta contextualização, passa-se à narrativa de como se deu o percurso até a escolha do método. No caso, o método indiciário, que tem como referência o historiador Carlo Ginzburg. Encerrada a narrativa, passa-se à demonstração da aplicabilidade do método concomitante à análise propriamente do objeto de pesquisa – textos publicados por *Veja* entre janeiro de 2007 e janeiro de 2017. Nessa busca, foram encontradas cerca de 90 edições com menções ao país vizinho em cadernos especiais, reportagens, notas, editoriais, cartas dos leitores e artigos de opinião. Porém, pouco mais de 60 foram consideradas relevantes à pesquisa pois, além de citarem o Paraguai, o situam dentro de um contexto, apresentam dados e fatos relacionados ao país. Com este critério foram excluídas, por exemplo, matérias em que o Paraguai era citado apenas para dar uma ideia de comparação (como aquelas que citam que a área de um determinado Estado é equivalente à do país guarani).

Como forma de sistematização, o capítulo que apresenta o método e a pesquisa, intitulado “O Paraguai aos olhos de *Veja*”, foi subdividido em partes menores. Esses subcapítulos obedeceram à própria temporalidade, fatos históricos, políticos ou econômicos envolvendo Brasil e Paraguai ou obedeceram até mesmo a aspectos textuais, linguísticos, usados pelo semanário e que foram estudados com o intuito de identificar quais são os interesses e objetivos do semanário brasileiro.

Sendo assim, no decorrer da pesquisa analisou-se, em um primeiro momento, como *Veja*, enquanto instituição midiática, produziu e difundiu formas simbólicas que apontam o Paraguai como uma das causas da criminalidade nas metrópoles brasileiras (subcapítulo “A meca do contrabando”). Nesta mesma seção do trabalho, se estuda o posicionamento da publicação em relação às instituições estatais e militares do Brasil no que diz respeito ao exercício dos poderes, político, coercitivo e econômico sobre o país guarani.

Posteriormente, em “O encenqueiro mora ao lado” e “Paraguai: onde é perigoso ser brasileiro”, inicia-se a análise de *Veja* e seu papel de opositora ao governo do país vizinho, acusado pela revista de ser populista e de insuflar – desde quando o então chefe do Executivo era um simples candidato – movimentos sociais a ocuparem propriedades de brasileiros e de evocar a xenofobia contra agricultores oriundos do Brasil e seus descendentes que vivem no país vizinho. Ademais, *Veja*

acusa o Paraguai de buscar o descumprimento de acordos bilaterais, ao exigir a revisão do Tratado de Itaipu³.

Além da cobertura dada a esses fenômenos, todos oriundos do próprio processo histórico e político pelo qual passaram Brasil e Paraguai – e demais países vizinhos – na primeira década do século XXI, neste mesmo segmento a pesquisa lança luz sobre a participação do leitor de *Veja* e sua inter-relação com essa mídia. Em “O leitor público vs. o leitor pauteiro: *Veja* como parte da estrutura ideológica hegemônica”, se discute, com base em Martín-Barbero e Antonio Gramsci, o quanto do pensamento do leitor é reproduzido nas páginas do semanário, e vice-versa, com parte dos leitores adotando para si programas, projetos e objetivos de uma classe, aquela representada pela publicação, seja esses leitores pertencentes ou não a ela.

Ainda no que tange aos fatos ocorridos na primeira década do século, foram feitas duas subdivisões no capítulo como forma de mostrar como a publicação trabalha com recursos linguísticos para difundir formas simbólicas: os subcapítulos “A ironia em *Veja*: recurso estilístico ou instrumento de persuasão?” e “PIB falsificado”. Nesses, são apontados usos de parênteses, antífrases e sarcasmos, figuras de linguagem que demonstram ironia que, segundo Benetti (2007) é uma das formas de mostrar poder usadas pela publicação para apontar o que considera ou não correto como, por exemplo, a concessão do aumento do pagamento da energia gerada por Itaipu que o Brasil compra do Paraguai, tema tratado também nesse mesmo subcapítulo.

Em seguida, em “Aliança para o atraso” e “Baile em Assunção”, o estudo se debruça no papel de *Veja* como defensora da democracia paraguaia e da presença do país no Mercosul – bloco econômico do qual o Estado membro foi suspenso sob acusação de, justamente, não respeitar a democracia. A ação, considerada injusta pela revista, além de criticada pela publicação também se tornou um mote para que

³ Assinado em 26 de abril de 1973, o Tratado de Itaipu é o instrumento que rege o aproveitamento do Rio Paraná para a geração de energia pelo Brasil e pelo Paraguai. Pelo tratado, cada país tem direito a 50% da energia produzida, sendo que a parte não consumida pelo Paraguai não pode ser vendida a países terceiros. Em 2023, quando o acordo completar 50 anos, Brasil e Paraguai irão rediscuti-lo e um dos pontos abordados deverá ser justamente esse. “Quando o Tratado completa 50 anos de criação e, conforme foi acertado entre os dois países, será então renegociado o Anexo C do documento binacional. O Anexo C trata das bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade, isto é, define a distribuição da energia à Ande, no Paraguai, e Eletrobrás, no Brasil (ou empresas brasileiras ou paraguaias por elas indicadas). Na prática, a energia de Itaipu que não for consumida pelo Paraguai deverá ser direcionada ao Brasil. O Anexo C define também como é fixado o custo do serviço da energia gerada por Itaipu, o pagamento de *royalties* aos dois países e também a amortização da dívida de sua construção (STAMM, 2018, p. 1).

esta demonstrasse como o Brasil, por sua posição geográfica, sua população, sua força política, deveria se impor perante os demais membros do bloco, sobretudo a “bolivariana” – nas palavras da revista – Venezuela. Ou seja, *Veja* defende que o Brasil exerça um poder sobre os demais países.

Por fim, o trabalho analisa *Veja* mostrando o Paraguai como um país que ainda convive com a criminalidade – em “O botox de Marcola” – mas cuja economia apresenta padrões de países ricos (“O tigre guarani”). Especificamente a partir desse subcapítulo, foram feitas outras subdivisões e em cada uma delas foram discutidos os indícios encontrados não apenas na última reportagem, mas também em outros textos analisados ao longo do marco temporal da pesquisa. Nestes subcapítulos, são apresentados dados quantitativos para contextualizar e analisar criticamente o objeto *Veja*.

Foram obtidos dados referentes às indústrias maquiladoras, como exportação, geração de mão de obra, origem da matriz e outros, e relativos ao país vizinho nas áreas econômicas, como a evolução do Produto Interno Bruto, e sociais, como Coeficiente de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano. Por meio da análise desses dados, buscou-se confrontar as afirmações da publicação, que atribuiu, como demonstrado no decorrer da pesquisa, o crescimento do país vizinho aos brasileiros.

1 O CONTEXTO DA PESQUISA

Situado no centro-sul da América do Sul, o Paraguai é um país ímpar. Seus limites geográficos o tornam vizinho da Bolívia, Argentina e do Brasil. Com mais de 7 milhões de habitantes⁴, tem como uma de suas características culturais o multilinguismo. Colonizado por espanhóis, o país manteve a língua de seus conquistadores, mas, em contrapartida, apresenta um idioma de resistência: o guarani. Herança dos autóctones, este idioma ancestral é considerado língua oficial desde a Constituição paraguaia de 1992 (PARAGUAI, 1992). A estas particularidades, soma-se o fato de, em seus mais de 406 mil quilômetros quadrados, ostentar uma diversidade cultural e natural, com destaque para o Chaco⁵, situado na região ocidental do país.

Porém, a despeito destas características, o país guarani é conhecido dos brasileiros de outra forma. “Paraíso dos sacoleiros”, “meca do contrabando” e país “onde o crime não se esconde” são apenas alguns dos termos usados, direta ou indiretamente, para referenciá-lo. Notadamente pejorativos, todos foram cunhados pela mídia brasileira entre as décadas finais do século XX e iniciais do século XXI. Nesse período, o país vizinho – e principalmente Ciudad del Este, capital do Departamento de Alto Paraná e sua segunda maior cidade – foi assim descrito tanto por um jornal de circulação regional, como a *Folha de Londrina* (CRISE..., 1999), quanto por conceituados meios de projeção nacional, como a revista *Veja* (EDWARD, 2007a), e o *site* G1 (50%..., 2009) que, respectivamente, tornaram tais referências até mesmo chavões, em razão do demasiado uso.

Nem mesmo o fato de o Paraguai apresentar altos resultados econômicos – algo enaltecido pela imprensa brasileira –, chegando a alcançar o terceiro maior crescimento do mundo em 2013, atingindo 14,1% (CARMO, 2014), foi suficiente para que este quadro mudasse totalmente. Apresentado pela imprensa como uma nação onde a população considera correto piratear produtos (50%..., 2009), o Paraguai segue sendo tratado de forma pejorativa pelos meios de comunicação brasileiros.

⁴Segundo as projeções da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos do Paraguai, a população do país em 2018 era de 7.052.983 habitantes.

⁵O Chaco é considerado uma das principais regiões geográficas da América do Sul e se estende por territórios do Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil. Possui ecossistemas que abrangem desde pampas, a florestas e paisagens semiáridas. No Paraguai, atinge a região oriental (Departamentos de Presidente Hayes, Boquerón e Alto Paraguay) (Fonte: Secretaria Nacional de Turismo de Paraguay – Senatur).

Porém, gradativamente, com o passar dos anos, isso vem sofrendo alterações, sobretudo na segunda década deste século. Ao lado das reportagens depreciativas, que ainda o apontam como “meca do contrabando”, o país passou a ser tratado também por “tigre guarani” (SAKATE, 2017), numa clara alusão aos Tigres Asiáticos.

Uma das causas apontadas para essa nova perspectiva seria uma possível industrialização do país. Por meio da Lei de Maquilas, o Paraguai tem se tornado destino de empresas estrangeiras – principalmente brasileiras – atraídas pelo baixo custo da energia elétrica, pelos incentivos fiscais, pelas leis trabalhistas, tidas como mais maleáveis que as brasileiras, e pelo baixo custo da mão de obra.⁶

Criada pela Lei nº 1.064/97 e regida pelo Decreto nº 9.585/00, a “Ley de La Industria Maquiladora de Exportación” tornou-se popular nos últimos anos. Baseada no modelo seguido no México – para possibilitar a implantação de plantas industriais estadunidenses em território mexicano – o regime incentiva a instalação de indústrias no país guarani com isenção de impostos para importação de matérias-primas.

A “maquila” é um sistema de produção sob a forma de terceirização internacional que permite uma empresa domiciliada no exterior se estabelecer em um país, ou subcontratar empresas nacionais, a fim de realizar processos industriais que transformem insumos e matérias-primas importadas ou produzir serviços de forma total ou parcial e cujos produtos finais se destinam à exportação. A maioria das maquiladoras, mas não todas, estão localizadas nas zonas francas (FERNANDEZ, 2002. p. 3, apud JÚNIOR, 2016, p. 102)

Entre as vantagens do modelo paraguaio apresentadas pela mídia brasileira, com base em informações de associações representativas do setor industrial, está o fato de as empresas pagarem apenas 1% de imposto geral. Além disso, a importação de máquinas não tem incidência de impostos. Outro ponto que deve ser ressaltado é a condição imposta pelo governo guarani de que os produtos já manufaturados sejam exportados. A rigidez atinge todo o processo de produção, pois há até mesmo a exigência de que toda a matéria-prima importada para a fabricação seja efetivamente transformada em produtos e estes sejam exportados. É permitido que apenas 10% da produção seja vendida no mercado interno, mas somente um ano depois da instalação da empresa. Para garantir que estas exigências sejam cumpridas, o governo guarani

⁶ Na pesquisa, somente foi encontrada uma informação sobre um possível processo de desindustrialização no Brasil em razão da “fuga” de empresas para o Paraguai. A notícia está no Diário Comércio Indústria & Serviços (PETRY, 2018). Mesmo não sendo este o foco da pesquisa, foi tentada uma confirmação com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), em cuja página está a notícia, mas sem resposta.

incumbiu o Conselho Nacional das Indústrias Maquiladoras de Exportação de fiscalizar as indústrias (PARO, 2014; PARAGUAI ATRAI..., 2012).

O possível desenvolvimento econômico e industrial do Paraguai tem sido em tese, o motivo da mudança de discurso dos meios de comunicação brasileiros. No entanto, esta pesquisa teve como fim apresentar e analisar este quadro, identificar as causas e a finalidade desses discursos midiáticos veiculados por *Veja* e sua representação social. Com isto, buscou-se aferir o que há por trás do discurso midiático sobre o crescimento paraguaio.

Para analisar o fenômeno midiático objeto desta pesquisa, buscou-se o marco axiológico de pensadores da comunicação e da teoria dos estudos culturais – como Jesús Martín-Barbero (1997, 2004) e John B. Thompson (2011) – e pesquisadores brasileiros também da área dos estudos culturais, como Angela Felippi e Ana Carolina Escosteguy,

A pesquisa se vale ainda dos estudos de Antonio Gramsci (1891-1937), necessidade que reside não apenas no fato de as teorias gramscianas serem basilares a muitos dos pensadores suprarreferenciados – como Martín-Barbero – mas principalmente porque o campo dos estudos culturais se apropria dos estudos gramscianos para suas análises. Antes de representar uma mescla de autores, essa junção visa mostrar que um fenômeno pode ser entendido e analisado de vários aspectos e ângulos e, por que não, com o apoio de estudiosos de vários momentos da história do pensamento – desde que resguardada a correta e coerente “vigilância epistemológica” (LOPES, 2003), com acuidade, na tessitura da pesquisa.

Em suma, é com base neste referencial teórico que a pesquisa foi tecida com a finalidade de demonstrar e analisar a mudança de abordagem jornalística apresentada por *Veja*, apontando os possíveis motivadores deste novo foco editorial adotado pela publicação semanal. Para isso, além do marco teórico fixou-se também um marco temporal que tem como referência duas reportagens da revista. A primeira, publicada em 2007, aponta o país guarani como “meca do contrabando” (EDWARD, 2007a); a segunda o eleva à condição de “tigre guarani” (SAKATE, 2017). O interregno compreendido pela publicação das reportagens coincide⁷ com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

⁷ O verbo coincidir, neste trecho, é usado na acepção de “ocorrer ao mesmo tempo, no mesmo momento”, e não na acepção de ser mero acaso. O momento histórico, político e econômico dos dois países e dos países vizinhos influenciaram nos fatos noticiados pela revista e aqui analisados.

A pesquisa considera metodologicamente que a interdisciplinaridade leva a uma nova síntese disciplinar. Mais que isso, leva em conta que as disciplinas podem ter um caráter complementar e convergente, como observa, entre outros, Lopes (2003). Considera-se, ainda, que a opção pela interdisciplinaridade reflete na metodologia a ser adotada.

1.1 A TESSITURA DA PESQUISA

A concretude da pesquisa exigiu uma abordagem que rompesse com os padrões rígidos da disciplinaridade. Além de analisar as reportagens, com base nos preceitos da Teoria do Jornalismo e da Teoria da Comunicação, a investigação precisou ultrapassar os limites de ambas e voltar-se para outras áreas do conhecimento.

A própria bibliografia supracitada já aponta para esta particularidade. Antonio Gramsci foi jornalista e crítico literário e teve seu pensamento influenciado por Marx, Lenin e Maquiavel. Por sua vez, influenciou pensadores dos Estudos Culturais como Raymond Williams. Ambos, Gramsci e Williams, são fundamentais nos estudos de Jesús Martín-Barbero por exemplo. Para Williams, os meios de comunicação são meios de produção, pois são socialmente e materialmente produzidos e reproduzidos: “os meios de comunicação têm uma produção histórica específica, que é sempre mais ou menos diretamente relacionada às fases históricas gerais da capacidade produtiva e técnica” (WILLIAMS, 2011, p. 69). Ele completa ao expressar que esses meios se encontram historicamente em transformação e conexão com as relações históricas que são variáveis com a complexidade das forças produtivas e com a sociedade.

Com base neste preâmbulo, pode-se inferir que a pesquisa perpassou por áreas como a Comunicação, Ciências Sociais e Política, Economia e História, portanto, teve aspecto interdisciplinar.

2 A APROXIMAÇÃO DO ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS ACERCA DA DEFESA DOS INTERESSES HEGEMÔNICOS DO BRASIL FRENTE AO PARAGUAI

Com o objetivo de mapear pesquisas semelhantes à que ora se apresenta, conhecer as contribuições sobre o tema, analisá-las, acrescentar perspectivas, propor aportes, foi desenvolvido um estudo no repositório de teses e dissertações do próprio programa de pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE), no mantido pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa revisão de literatura foi crucial para embasar o desenvolvimento de novas inferências e teve como premissa, no último banco de dados citado, variações das palavras-chave da pesquisa que aqui se apresenta. Nos demais, a busca foi manual.

Inicialmente, optou-se por pesquisar o repositório institucional da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Tal escolha teve como base as características da instituição – que se volta às questões da América Latina e Caribe e tem sua sede na fronteira. Devido aos poucos anos de existência da instituição, não foi preciso o uso de mecanismos de busca para encontrar dissertações que abordem temas semelhantes.

Na dissertação *A integração regional em infraestrutura da IIRSA e os capitais do BNDES nos governos Lula da Silva (2003-2010): subimperialismo do neodesenvolvimentismo brasileiro*, Rafael Teixeira de Lima analisa os anos do governo Lula com vistas a refletir sobre questões como o neodesenvolvimentismo em “diálogo com outros projetos ideológicos como o neoliberalismo, o social-desenvolvimentismo” (p. 8). Para isso, o pesquisador promoveu um resgate e uma atualização da categoria subimperialismo, que se insere na Teoria Marxista da Dependência, de Ruy Mauro Marini. Com base nisso, Lima discute “a posição assumida pelo Estado brasileiro durante os dois governos Lula da Silva (2003-2010), no que se refere à integração regional em infraestrutura física” (LIMA, 2018, p. 8).

Em seu estudo, Lima se concentra sobretudo na construção da Estrada Interoceânica IIRSA Sul, em território peruano, cujo projeto teve participação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. Na análise, o pesquisador credita ao BNDES o papel de ter agido como colaborador à “formação de

monopólios empresariais” (2018, p. 8). Ao final de sua pesquisa, conclui que os governos Lula tiveram uma característica “híbrida e contraditória, ao tentar conciliar desenvolvimento econômico com equidade social” (2018, p. 101). Na concepção do autor, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) pode ser considerada como capitalista e uma ação subimperialista brasileira, pois atuou:

[...] como um instrumento de política de hegemonia regional, que juntamente à cooperação antagônica praticada pela política externa no relacionamento com o imperialismo estadunidense, dá forma ao subimperialismo como padrão de reprodução do capital (LIMA, 2018, p. 102)

Apresentada no ano de 2018, a pesquisa não analisa questões como o cumprimento do cronograma do projeto, que tem sido prejudicado. Plano ambicioso, a IIRSA esbarra em empecilhos típicos do cotidiano brasileiro, como a dificuldade de abrir estradas ou recapeá-las:

Há problemas no eixo de ligação Brasil-Peru, que tem 2.600 km de extensão. A BR-317, que passa por Amazonas e Acre, concluída em 2010, apresenta desgaste precoce. O recapeamento vai levar cinco anos para ser concluído, segundo o ministério. As mudanças de governo e a fragilidade financeira dificultam a continuidade e a manutenção dos projetos de integração no continente [...] (FAJARDO, 2018, p. 1).

É preciso acrescentar ainda o fato de o projeto IIRSA já se arrastar há quase duas décadas. Lançada em 2000, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, a iniciativa foi encampada pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff e segue, atualmente, em compasso de lentidão – algo também não abordado pelo pesquisador.

Versando sobre aspectos da comunicação, a dissertação *Poder e (Contra) Hegemonia Midiática na América Latina: um estudo a partir da cobertura de Telesur e CNN en Español sobre o desaparecimento forçado dos 43 estudantes mexicanos de Ayotzinapa em 2014* propõe discutir uma possível construção de um instrumento contra-hegemônico latino-americano, a partir da Televisión del Sur (teleSUR), em contraposição à CNN em espanhol. Para isso, o autor parte da cobertura que as duas emissoras fizeram sobre o desaparecimento dos estudantes. Tendo como fim ainda identificar e analisar os discursos das duas emissoras, o pesquisador, Domingos Alves de Almeida, usou como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, aliada à

Análise de Discurso (AD) da corrente francesa. Ao final, conclui que

[...] a teleSUR se encaminha para consolidar-se como um mecanismo de *Poder Brando*⁸ regional, sem, contudo, tentar impor a dominação política dos países que a mantém, sobre os demais. Sobre o desaparecimento dos estudantes, a TV sulista realiza uma cobertura mais humanizada em relação à sua rival (ALMEIDA, 2018, p. 7, grifo no original).

Segundo a pesquisa, a teleSUR, ao usar recursos visuais, manter a mesma qualidade técnica e possuir profissionais de gabarito, está à altura da CNN. No entanto, a rede latino-americana inova, conforme Almeida, na linguagem e na forma de transmitir notícias, reorientando o modo como “os latino-americanos consomem televisão” (p. 121). A conclusão é que o jornalismo praticado pela teleSUR, diferentemente do desenvolvido na emissora estadunidense, “ouve os silenciados da mídia” (idem). Entre os grupos que ganham voz na empresa latina, estão indígenas, militantes de grupos sociais, trabalhadores urbanos, camponeses e sindicalistas, “reconfigurando o *script* do oficialismo de fontes, que rege o noticiário”, conclui Almeida (2018, p. 121).

Apesar de inserir-se em um programa interdisciplinar e ter sua pesquisa perpassada por conceitos da Comunicação e das Relações Internacionais, além da Ciência Política, como destaca na conclusão do trabalho, Almeida adentra um discurso que opõe direita e esquerda, com os governos destes últimos sendo acusados por ele de tentar “humanizar o capitalismo, abandonando o horizonte socialista, optando por um projeto econômico emoldurado pelas regras do capital internacional” (2018, p. 119).

Em sua conclusão, ele aponta que “erros da esquerda” e “inconsequências da ultraesquerda” (idem) levaram ao enfraquecimento dessas correntes políticas, o que refletiu na queda de governos progressistas latino-americanos – como em Honduras, em 2009; Paraguai (2012) e Brasil (2016) – e a ascensão da direita. Diante desse cenário, a TeleSUR, conforme o pesquisador, seria uma forma de resistência a esta ascensão.

Em muitos desses países, a mídia privada, nacional e internacional, teve papel imprescindível no ressurgimento político da direita. A CNN em Espanhol é a principal força comunicativa estrangeira a fomentar

⁸ O Poder Brando “usa a habilidade política da atração e não da coação como forma de influenciar indiretamente pessoas e nações. Além disso, seduz e coopta, com o objetivo de fazer com que os outros atores façam aquilo que se deseja, sem que haja o emprego da força bruta, com a intenção de obter adesão e legitimidade para suas ações” (ALMEIDA, 2018, p. 31).

essas mudanças, a considerar que a direita é naturalmente vassala dos interesses estadunidenses. Enquanto que a teleSUR é resultado de mobilizações das forças progressistas da América Latina, catalisadas pela Venezuela, para edificar um projeto comunicativo capaz de oferecer balanceamento nos temas e na forma de abordar assuntos referentes à região, com foco a contrabalancear a hegemonia comunicativa da TV norte-americana (ALMEIDA, 2018, p. 120)

Apesar de reconhecer que a televisão venezuelana também apresenta limitações, pois, ao noticiar determinado fato, a emissora acaba por privilegiar um assunto em detrimento de outro, Almeida afirma não ter identificado que a TeleSUR seja “um instrumento de poder com a finalidade de impor a dominação de um país sobre outros” (p. 121). Porém, o pesquisador não se atém ao fato de que, independentemente de sua origem, nacionalidade ou tendência política, ao privilegiar este ou aquele tema, ao dar determinado foco, o meio de comunicação se posiciona. Outro senão encontrado em seu trabalho é não considerar a recepção no processo de comunicação, dando importância apenas ao emissor.

Capitalismo dependiente e integración: mapeo de contradicciones que limitan avanzar hacia la integración solidaria en América Latina, de Angela Analía Garofali Patrón, também se vale da Teoria da Dependência para analisar fenômenos contemporâneos. A pesquisadora defende que o modelo atual de integração na América Latina faz com que os países se digladiem, pois trata-se de um modelo integracionista competitivo, justamente por estar inserido no capitalismo dependente. Em vistas disso, o estudo pretendeu mapear as contradições presentes nestes processos com base nos quatro eixos que caracterizariam a integração econômica: produtivo, infraestrutura, comercial e monetário. Ao final, se conclui que

[...] “En líneas generales comprobamos que los rumbos que tomó la integración en el marco del capitalismo dependiente, específicamente a lo largo de estas últimas tres décadas, están caracterizados por: proceso comandado por grandes empresas, internacionalización del capital brasileño en la región, patrón de comercio intrarregional asimétrico, pauta exportadora generalmente compuesta por productos primarios o manufacturas basadas en recursos naturales y surgimiento de China entre los principales destinos de exportación. Es decir, se observa un panorama en el que se refuerza el intercambio desigual mediante una especialización productiva desigual, consolidando una división regional del trabajo, la cual también es desigual (PATRÓN, 2017, p. 128-129)⁹

⁹ Optou-se por manter o texto na língua original em razão das particularidades desta pesquisa e do Programa de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Ao final, a pesquisadora conclui que, se por um lado existe uma integração entre os países da região, esta se dá de forma competitiva, e que para alcançar um outro tipo de integração, “mais solidária” e que desafie o capitalismo dependente imposto pelas nações imperialistas, deve-se romper com esta dependência e construir novas relações, baseadas na solidariedade, entre os países.

Patrón defende ainda que caso não seja possível esta “integração solidária”, poderia haver uma “integração regional pelo menos alternativa”: “Debe apostarse en primer lugar – o conjuntamente – a la ruptura con la dependencia y a construir relaciones sociales de producción superiores, socialistas” (p. 129).

Sua conclusão, porém, acaba por revelar uma opinião pessoal e não científica sobre o socialismo – para ela solidário e superior – em oposição ao capitalismo, que, conseqüentemente, para ela construiria relações sociais de produção inferiores e não solidárias. Ou seja, a autora recai nas dicotomias direita/esquerda e capitalismo/socialismo de forma maniqueísta, como uma oposição entre o bem/mal. Algo semelhante se deu, também, com a pesquisa anterior.

Norberto Bobbio (1995), que inclui esta oposição entre as “grandes dicotomias” afirma que dessa dualidade pode-se fazer três usos. São eles, descritivo, axiológico e histórico:

Descritivo, para dar uma representação sintética de duas partes em conflito; axiológico, para exprimir um juízo de valor positivo ou negativo sobre uma ou outra das partes; histórico, para assinalar a passagem de uma fase a outra da vida política de uma nação (BOBBIO, 1995, p. 31)

Na conclusão da pesquisadora, constata-se exatamente o inferido por Bobbio: há uma descrição de dois extremos em conflito, a expressão de juízo de valor positivo (esquerda/socialismo) e negativo (direita/capitalismo) e a indicação de que, com a adoção de uma nova doutrina, o socialismo, os países latino-americanos passariam para um novo momento histórico, em que haveria “relações sociais e de produções superiores”. Ou seja, perde-se a cientificidade para se dar lugar a expressões de cunho pessoal.

A Maquila no Paraguai: modelo produtivo e de integração no início do século XXI, de Ricardo Elias Antunes Maciel (2017) é a sexta e última pesquisa encontrada no repositório. No trabalho, o pesquisador questiona se as novas plantas industriais

implantadas no Paraguai realmente são uma alternativa para integração do país vizinho com a economia mundial e regional. Outro questionamento é se as maquilas são capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país ou se apenas integram um modelo produtivo voltado aos interesses econômicos.

Desenvolvida por meio de estudo de campo, observação e de fontes bibliográficas, a pesquisa conclui que a maquila paraguaia, mesmo com um viés econômico, contribui para que o país guarani possa estreitar relações econômicas e políticas com outras nações, em especial com as da região, mais precisamente o Brasil.

Além disso, se concluiu que a maquila paraguaia se mostra como ferramenta capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico e social de tal Nação, eis que nos últimos anos tem se verificado que o Paraguai, em razão da instalação das indústrias maquiladoras, tem revelado dados econômicos exponenciais crescentes a exemplo do aumento do seu PIB (MACIEL, 2017, p. 7).

A despeito dessa conclusão, a pesquisa não aponta dados que comprovem o crescimento ou desenvolvimento econômico e social. Ainda que o estudo apresente dados referentes à exportação paraguaia, números referentes à criação de empregos e dados de investimentos estrangeiros diretos (IED) no país guarani, não há comprovação de que houve crescimento ou desenvolvimento econômico e social. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, não são apresentados dados que demonstrem a evolução no decorrer dos anos. Há, apenas, a afirmação de que “o Produto Interno Bruto – PIB, do Paraguai no ano de 2013, acusou valores próximos de US\$ 26.8 bilhões [...]” (MACIEL, 2017, p. 63), sem que se mostre a evolução desses números com o passar do tempo.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p. 40)

Para uma análise social, por exemplo, Maciel apresenta apenas o número de empregos gerados, porém, não há nenhuma indicação do que este índice representa frente à população economicamente ativa. Não há nem mesmo menções ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ao Coeficiente de Gini – que indica a disparidade

de renda de um país ou região – para corroborar as afirmações do pesquisador.

Finalizada a busca nesse repositório, passou-se à investigação no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Nesta plataforma, optou-se pelo uso de palavras-chave com vistas a delimitar os temas e assim ter conhecimento, ainda que de modo sucinto, das pesquisas já desenvolvidas sobre o tema. Além desse objetivo, o levantamento teve como fim nortear este trabalho para que faça aportes ao rol dos já finalizados.

Para a busca, inicialmente foram usadas as palavras-chave que resumem este trabalho: comunicação, jornalismo, mídias, hegemonia, Brasil, Paraguai e maquilas, limitando-se aos anos de 2016 e 2017 e às pesquisas que se inserem nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Multidisciplinar. Com tais parâmetros, o recurso de busca apontou a existência de 57.536 pesquisas, divididas entre 42.710 dissertações e 14.826 teses de doutoramento. Devido à impossibilidade de examinar todas, passou-se primeiramente a uma leitura do título dos 100 primeiros trabalhos listados. A intenção era verificar com maior minúcia aqueles em que a partir do título já havia indicação de uma possível similaridade.

Curiosamente, apenas uma dissertação foi encontrada: *A produção de sentidos sobre o “brasiguayo” na mídia paraguaia: uma análise das matérias e dos comentários do jornal Última Hora*, de Maria Liz Benitez Almeida, apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), nível mestrado. Como o próprio nome indica, a pesquisa investigou a produção de sentidos sobre o “*brasiguayo*” (grafia em espanhol, mantida pela autora) no jornalismo paraguaio:

A questão-problema desta pesquisa indaga: quais são as produções de sentidos do/sobre os “brasiguayos” nas matérias e nos comentários do jornal *Última Hora*? O objetivo geral propõe analisar quais são os sentidos produzidos ao tecer a construção sobre o “*brasiguayo*” nas matérias e nos comentários do jornal *Última Hora*, com base nas tomadas de posição do sujeito discursivo (ALMEIDA, 2017, p. 8, grifos no original).

Por meio da Análise do Discurso – mais especificamente por meio dos estudos de Michel Pêcheux, os quais têm em Eni Orlandi sua principal referência no Brasil – e por pensadores dos Estudos Culturais, como Stuart Hall, no que tange às discussões sobre identidade, e Néstor García Canclini, o trabalho teve como fim, segundo a pesquisadora, compreender as produções de sentidos sobre o “*brasiguayo*” nas

matérias e nos comentários do jornal *Última Hora* e analisar os “lugares discursivos” ocupados pelos sujeitos na defesa da identidade nacional paraguaia. A pesquisa abrangeu material publicado pelo jornal entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2014.

Ao final, Almeida constatou que o discurso do jornalista do periódico e de seu leitor estão permeados por memórias da Guerra da Tríplice Aliança – a Guerra do Paraguai, forma como é comumente referida no Brasil – e pelas relações bilaterais entre os dois países. Além disso, constatou-se que tais discursos atualizam sentimentos nacionalistas e que “o sujeito discursivo busca classificar a identidade ‘brasiguaya’, fugindo daquilo que é híbrido, ambivalente, como o próprio neologismo denota” (p. 8). Foram encontradas ainda construções de sentido em que os brasiguaios são colocados como vítimas tanto das instituições quanto dos movimentos sociais do país vizinho – sentido que, segundo a pesquisadora, era emergente e se contrapunha aos anteriores.

Almeida conclui ainda que há um sentido dicotômico entre o brasiguai e o paraguaio: o primeiro é colocado como trabalhador, enquanto o segundo é colocado como preguiçoso ou como aquele sem muita aptidão para exercer um trabalho:

Esse saber é produzido pelo sujeito “brasiguayo” e pelo sujeito paraguaio. Tais sentidos estão calcados em formações ideológicas que sobrepõem a identidade de matriz ocidental à identidade de matriz indígena, produzindo juízos de valor sobre a cultura paraguaia. Finalmente, constatamos que a língua Guarani, segunda língua oficial do Paraguai, é utilizada apenas pelos leitores do jornal, sendo negligenciada na produção das matérias analisadas. O uso da língua Guarani dá-se, principalmente, para a defesa da soberania nacional, assim como para a defesa de uma identidade homogênea (ALMEIDA, 2017, p. 8).

A similaridade da pesquisa de Almeida com a que ora se apresenta reside primeiramente em uma opção teórica: ambas se debruçam nos estudos da mídia, por meio dos Estudos Culturais, para verificar aspectos da relação histórica, política e econômica entre Brasil e Paraguai. Tais aspectos são observáveis tanto na relação direta entre os países, por meio de seus governos, quanto na relação indireta – por meio de empresas, instituições, meios de comunicação ou por meio dos cidadãos

No bojo do seu trabalho, Almeida aborda uma segunda possível similitude com esta pesquisa: a identificação de uma ação hegemônica sobre o país vizinho. Conforme demonstrou seu estudo, o fluxo migratório de brasileiros em direção ao Paraguai, incentivado pelo ditador Alfredo Stroessner, baliza os sentidos surgidos em

relação às identidades dos brasiguaios. Ratifica a sua constatação a análise das matérias em que a ‘supremacia’ brasileira é demonstrada por meio de substantivos como “‘hegemonia’, ‘onipresença’, ‘grandeza’, ‘poderio’, que permeiam explícita ou implicitamente o texto” (ALMEIDA, 2017, p. 83). Essa mesma demonstração de superioridade é observada nos comentários dos leitores das notícias.

A visão do jornal quanto à hegemonia brasileira é corroborada por seus leitores de forma mais explícita, ganhando um tom de denúncia e de defesa do território e do Estado paraguaio. O discurso do sujeito leitor está permeado pelos verbos ‘usar’, ‘abusar’, ‘submeter’ e pelos substantivos ‘subimperialismo’, ‘bandeirante’, ‘rapai’¹⁰, ‘sojero’. Para os leitores, a hegemonia brasileira evidencia-se pela influência do Estado brasileiro sobre o Estado paraguaio, confirmando uma das teses apontadas por Bandeira (2008)¹¹, um país imperialista tem as condições de exercer poder sobre outros Estados (ALMEIDA, 2017, p. 84).

Porém, diferentemente da pesquisa aqui apresentada, em seu trabalho, Almeida utilizou o conceito de formações discursivas (FD). Própria da Análise do Discurso em sua corrente francesa, a FD foi assim introduzida por ela:

A noção de formação discursiva, doravante (FD), foi formulada por Foucault, principalmente em sua obra *A Arqueologia do Saber*, na qual buscou analisar os mecanismos do saber pelos quais são regidos a medicina e a loucura. Existe uma dupla paternidade desse conceito. Foi primeiramente proposta por Foucault sem plantear direitos sobre a análise do discurso. Pouco depois, foi apropriada por Pêcheux que fez dela a “unidade de base daquilo a que denominamos ‘Escola Francesa de Análise do Discurso’ em sentido restrito, ou seja, uma corrente que busca sua inspiração no marxismo althusseriano, na psicanálise lacaniana e na linguística estrutural” (MAINGUENEAU, 2011, p. 64, apud ALMEIDA, 2017, p. 61).

Conforme a pesquisadora, Michel Pêcheux adotou a mesma noção de FD de Foucault. No entanto, enquanto este último não levava em conta o conceito de ideologia, mas sim a constituição de saberes e poderes na sociedade, Pêcheux relacionava o conceito de FD à ideologia e à luta de classes.

Tendo a conceituação de Pêcheux como premissa, em seu objeto de pesquisa – as edições do jornal *Última Hora* de todo o ano de 2014 –, Almeida identificou cinco formações discursivas:

¹⁰ *Rapai* é a forma, muitas vezes com carga pejorativa, usada pelos paraguaios para se referir aos brasileiros.

¹¹ A autora se refere a BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. *Temas e matizes*, v. 4, p. 9-32, 2008.

- a) FD 1 “subimperialismo brasileiro”, onde se “vê o migrante brasileiro como produto de um projeto subimperialista do Brasil [...]” (p. 127) e onde os discursos estão baseados em processos históricos, como a independência do Paraguai, a Guerra da Tríplice Aliança e as demais relações entre o Paraguai e o Brasil;
- b) FD 2 “a armadilha da ambivalência”, em que a autora defende que se produz uma designação da identidade “*brasiguaya*” à margem, por fugir das classificações binárias paraguaio/brasileiro;
- c) FD 3 “estrangeiro não é bem-vindo”, em que estaria presente o sentido do “*brasiguayo*” não obediente às leis, e que é responsável pelo desmatamento e os problemas sociais e, por isso, deve ser excluído. Além de levar em conta a importância simbólica de fatos históricos, como a Guerra da Tríplice Aliança, a imigração brasileira na era Stroessner, esta visão mostra ainda os conflitos mais contemporâneos, como a disputa pelo mercado de trabalho entre paraguaios e brasileiros;
- d) FD 4 “vítimas dos paraguaios”. Mais recente, este sentido colocaria o sujeito como vítima das instituições paraguaias e dos movimentos sociais;
- e) FD “estrangeiro trabalhador”, em que seria construído um sentido dicotômico em que o paraguaio é visto como preguiçoso e o brasileiro como trabalhador.

Antes de proceder à análise da pesquisa de Almeida, em razão da similaridade dos objetos optamos por descrever sucintamente a pesquisa *O brasiguayo en la prensa: período de Fernando Lugo Mendéz (2008- 2012)*, de Liz Carolina Yegros Cuevas, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras em 2017, na linha de pesquisa Território, História e Memória. O estudo foi encontrado por meio de uma investigação na Biblioteca de Teses e Dissertações do Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Assim como o trabalho citado anteriormente, este também analisa as representações dos brasiguaios produzidas pela imprensa do país vizinho. No entanto, o marco temporal é o período em que o ex-bispo Fernando Lugo Mendéz esteve à frente do Executivo Federal paraguaio, ou seja, de 2008 a 2012 – ano em que sofreu um processo de *impeachment*, visto pelos governos de alguns países como o golpe

de Estado¹².

A opção por estudar o governo Lugo, segundo a autora, residiu no fato de à época terem ocorrido vários atos violentos no país, como ocupações de terra “e uma luta incessante entre os camponeses e grandes latifundiários” (CUEVAS, 2017, p. 8), nomeados pela imprensa paraguaia como “brasileiros no Paraguai”.

Tendo como fonte os jornais *ABC Color* e *Última Hora*, a pesquisa é norteadada pela pergunta: “Quem são os brasiguaios veiculados nos dois jornais?”. Para respondê-la, a pesquisadora teve como base metodológica o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg. Este paradigma, aliado ao referencial teórico formado por estudos sobre o brasiguaião, visou perscrutar os vários sentidos desse termo e, mais que isso, perceber a forma como os assim denominados são vistos pela sociedade:

Notamos que tanto os especialistas da temática brasiguaiã como os dois jornais apresentam o tema da “identidade” que se faz presente com o confronto do “eu” e o “outro”. Portanto, é compreensível a manifestação de uma identidade nacional e a barreira de adaptação pelo outro. Desta forma pretende-se compreender como é o tratamento dado aos *brasiguaios* nos Jornais *ABC Color* e *Última Hora* no Paraguai reforçando a ideia de que o termo em si recobra vários significados porque são atores dinâmicos (CUEVAS, 2017, p. 8, grifos no original).

Cuevas analisa um *corpus* formado por 50 títulos (entre reportagens, artigos e editoriais) do *ABC Color* e 27 do *Última Hora*. Para isso, além da base metodológica do paradigma indiciário, a pesquisadora se valeu do aporte teórico dos estudos culturais, mais especificamente os de Stuart Hall e Néstor García Canclini, além de John B. Thompson. Características que aproximam seu trabalho não apenas à investigação referenciada anteriormente, mas também a este que aqui apresentamos.

Entre os resultados alcançados por Cuevas, destaca-se a constatação de que a discussão sobre os brasiguaios suscita questões como os conflitos agrário, nacionalista, jurídico e linguístico “tudo porque o brasiguaião é brasileiro para os jornais paraguaios” (p. 145).

Notamos que há um panorama geral bem demarcado que o outro não é aceito. E aqui é o brasiguaião, que para os paraguaios não respeitam o seu país, porque mantém sua identidade de origem. Há uma estrutura mental: brasileiros tem dinheiro e paraguaios não. Mas a verdade é que cada um se comporta de acordo ao seu poder. O nosso indício direciona-se que a sociedade paraguaia precisa da

¹² Questões relativas ao governo de Fernando Lugo também serão objeto de análise deste trabalho, quando forem estudadas as reportagens de *Veja*.

Interculturalidade porque não se aceita a este sujeito porque de alguma maneira está relacionado com o Brasil. Os indícios registrados demonstram a existência de um sentimento antibrasileiro e a maneira de representação dos brasiguaios(s) não são apenas econômicas, como quando lhes reconhecem pela sua base agrícola, há também essa representação simbólica como as suas práticas socioculturais que são observadas nos departamentos paraguaios como uma ameaça a sua identidade cultural (CUEVAS, 2017, p. 148).¹³

Em suas considerações finais, Cuevas mostra que, ao iniciar sua pesquisa, imaginava que iria estudar um só tipo de brasiguaiio, apenas uma caracterização de um indivíduo. No entanto, no decorrer do estudo compreendeu que não é possível inserir o brasiguaiio em apenas uma definição, pois “o termo é complexo e muitas vezes confuso” (2017, p. 148-149).

A pesquisadora conclui que se trata de um campo que ainda suscita estudos em razão de, na realidade, o brasiguaiio ser uma representação diversa da que é destacada tanto no Paraguai quanto no Brasil. Neste sentido, Cuevas considera ser a interdisciplinaridade “uma ferramenta favorável” para pesquisar sobre os brasiguaios uma vez que, a partir de novos pontos de vista, poderia defini-los com maior acuidade e precisão ou ter destes uma visão mais positiva.

Analisadas em conjunto ou separadamente, as pesquisas de Maria Liz Benitez Almeida e de Liz Carolina Yegros Cuevas podem, a princípio, demonstrar certa equivocidade ao se prenderem apenas ao sentido do termo e não vislumbrarem que a complexidade reside no próprio sujeito. Outra particularidade que deve ser destacada é que o termo não possui o mesmo sentido para brasileiros e paraguaios.

Sobre estas questões, são emblemáticos os estudos de Marcia Anita Sprandel. Em sua dissertação de mestrado, Sprandel demonstra ter encontrado, tanto em meios de comunicação brasileiros quanto paraguaios, acima de 20 acepções para o termo brasiguaiio (SPRANDEL, 1992, apud BALLER, 2014). Mais recentemente, ao introduzir um artigo que versa sobre “Brasileiros na fronteira com o Paraguai” (2006), ela critica as visões sobre os brasiguaios divulgadas pela mídia de ambos os países, segundo ela, baseadas em estereótipos e repetidas infinitamente.

Sprandel defende que especificamente na mídia nacional, os brasiguaios são apresentados como um único grupo social constituído por milhares de camponeses brasileiros que se mudaram para o leste paraguaio ainda na década de 1970, após

¹³ Respeitamos a grafia original da autora que, por ser paraguaia e ter vivido próxima à região de fronteira, apresentou seu texto com o que denomina de “idioma fronteiriço”.

terem sido empurrados tanto pelo recrudescimento das áreas dedicadas ao plantio de soja quanto pela construção da usina de Itaipu. Ainda no que tange à visão da imprensa brasileira, ela destaca ainda que as abordagens homogeneizadoras defendem também que a migração dos camponês ocorreu num contexto de disputas geopolíticas entre os países e que, a despeito de este contingente ter levado progresso econômico ao campo paraguaio, existem problemas relativos à titulação de terras e aos conflitos com movimentos de trabalhadores rurais paraguaios. “Essa mesma representação aparece nas audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ou no Congresso Nacional” (SPRANDEL, 2006, p. 137) e em diversos discursos governamentais.

Ao mudar o foco para a imprensa do país vizinho, a constatação da pesquisadora é outra:

Se invertermos o olhar e pesquisarmos em jornais e revistas paraguaios [...], teremos uma outra visão, também homogeneizadora, dos brasileiros que vivem no Paraguai: **empresários ricos, imperialistas, atraídos pelos baixos preços das terras e pela abolição da proibição de compra de terras por estrangeiros** (promovida por Stroessner, em 1967), introdutores da monocultura da soja, responsáveis pela expansão da soja transgênica no país, **expulsores de camponeses sem terra e índios e devastadores das florestas e do meio ambiente** (p. 137, sem grifos no original)

No seu artigo Sprandel lança mão da ideia de cartografia, que segundo ela é desenvolvida por Boaventura de Souza Santos, Giles Deleuze e Felix Guatari. Com base em teses, dissertações, artigos e relatórios escritos por diversos autores, ela aponta a existência de “mapas” para demonstrar as visões existentes sobre os brasiguaios. São eles:

- a) Brasileiros no Paraguai como camponeses em situação de injustiça. Nestas pesquisas, são analisadas as particularidades da migração dos brasileiros ao vizinho país, como a necessidade de buscar novas terras a partir da concentração de terras existente no Sul e questões como o retorno de um grande contingente, na década de 1980, devido à consolidação de grandes propriedades e a não legalização fundiária no país vizinho. Aos trabalhos, Sprandel une dois livros escritos por jornalistas, onde são observadas ações do governo brasileiro – que teria visto na migração de brasileiros um trunfo para pressionar o governo do país vizinho em questões de seu interesse como, por exemplo, a Itaipu – e do Paraguai, que propôs leis restritivas à

propriedade de estrangeiros. Estas visões, segundo Sprandel, são justamente aquelas que “ajudaram a construir a noção midiática de ‘problema brasiguaiio’ ou de ‘questão brasiguaiia’.” Entre os trabalhos inseridos nesse mapa, ela lista o livro *Brasiguaios: os refugiados desconhecidos* (1994?), de Cácia Cortêz; a dissertação *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*, de Luiz Carlos Batista (USP, 1990) e os livros *Brasiguaios: homens sem pátria*, do jornalista Carlos Wagner (1990) e *Brasiguaios: destino incerto*, do também jornalista José Luiz Alves (1990).

- b) brasileiros no Paraguai como grupo étnico em situação de fronteira. Nesta concepção, em que inclui sua pesquisa de mestrado, *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais* (1992), a pesquisadora aponta que a identidade dos brasiguaios é vista a partir da mobilização daqueles migrantes que retornaram ao país e se reorganizaram politicamente:

Optei pelo estudo da situação por meio de noções e conceitos referentes a *grupos étnicos* e suas fronteiras, uma vez que me pareceu que pensá-la como imigração ou como parte do processo de mobilização camponesa que ocorria então em todo o Brasil não contemplaria sua complexidade (SPRANDEL, 2006, p. 140-141).

Para a autora, mesmo por aqueles que optaram por registrar os filhos e aprender as línguas oficiais, o Paraguai não foi exatamente escolhido como destino de emigração, mas sim demonstrou ser a possibilidade de acesso a terras. De volta ao território brasileiro, no entanto, os grupos que se identificavam como brasiguaios se integraram de uma forma diferente à luta pela terra: por meio da ênfase da nacionalidade brasileira e da denúncia das injustiças pelas quais teriam passado no Paraguai. Mesmo não sendo essas dificuldades caracterizadas como conflitos étnicos, esse contingente “revelava a utilização de elementos e categorias étnicas na condução das diversas etapas de uma mobilização [...]” (idem, p. 141);

- c) Brasileiros e paraguaios em situação de interação: a dinâmica das identidades nacionais. Neste mapa, Sprandel destaca os estudos que apontam para o brasiguaiio sob o ponto de vista dos fluxos migratórios, da estratificação social, do desenvolvimento econômico, do recrudescimento de sua influência política no país vizinho. Unem-se a estes aspectos a influência cultural brasileira na região de fronteira e a questão da terra – seja

com os camponeses, seja com o próprio governo do país, este por meio das leis restritivas à posse por estrangeiros. Neste mapa, Sprandel lista a tese *Fronteiras em movimento e identidades nacionais – a imigração brasileira no Paraguai*, de José Lindomar Coelho Albuquerque (2005) e aponta ainda para o estudo de Marcelo Santa Bárbara, *Des-caminhos brasileiros em terras paraguaias*:

O trabalho de [Marcelo] Santa Bárbara (2005a) traz para nossa cartografia a ideia de que existem diferentes níveis de territorialização entre o que chama de “classes dominantes” e “imigrantes ilegais”. Para o primeiro grupo, que tem sua situação migratória regularizada (muitos já sendo cidadãos paraguaios), haveria uma grande mobilidade transfronteiriça, ligada à sua inserção a circuitos comerciais, financeiros e políticos da região e mesmo do Hemisfério Norte”. (SANTA BÁRBARA, 2005, apud SPRANDEL, 2006, p. 143-144).

- d) a geografia e formação de um “espaço brasiguai”: neste mapa, a pesquisadora inclui a tese de Sylvain Souchard, que defende a existência, na fronteira entre os dois países, de um território brasiguai, espaço que não é totalmente paraguaio nem brasileiro. Um território de contato com estruturas que vão do âmbito local ao mundial.
- e) brasileiros no Paraguai como grupo linguístico: neste, a autora apresenta os brasiguaios como parte de um grupo linguístico, em que há particularidades com o uso da língua em razão do contato entre o português, o espanhol e o guarani. Na lista, a autora coloca artigos de pesquisadores estrangeiros, não publicados no Brasil, e a tese de Maria Elisa Pires Santos, *O cenário multilíngüe/multidialeto de fronteira e o processo identitário de alunos brasiguaios no contexto escolar* (2004), apresentada à Unicamp);
- f) outras perspectivas acadêmicas. Neste mapa, não muito detalhadamente, Sprandel inclui trabalhos da Antropologia, como a tese *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*, de Fernando Rabossi, que “analisa a fronteira em questão (especialmente no que se refere às dinâmicas espaciais e temporais) como um espaço de inter-relações que se estrutura a partir de diferenças” (p. 144). À lista ela inclui ainda a dissertação *Uma análise crítica da transferência de presos entre o Brasil e o Paraguai*, defendida por Donária Silvia de Camargo Sannazzaro Smith em 2003, na UFSM;
- g) brasileiros no Paraguai como brasileiros no exterior: Nesta categoria, Sprandel

lembra o fenômeno que levou o Brasil a colocar os brasiguaios no grande grupo de “brasileiros no exterior” – categoria surgida após o êxodo de nacionais em busca de trabalho no Hemisfério Norte. Incluídos neste grande grupo de “brasileiros no exterior”, os brasiguaios se diferem dos demais por alguns pontos: o fato de sua migração acontecer há décadas e em direção a países vizinhos e a particularidade de esses imigrantes serem camponeses ou terem atividades ligadas à terra. Neste grande grupo, os brasiguaios seriam relegados à “‘brasileiros no exterior’ de segunda categoria” (p. 145), pois seriam numerosos, mas sem expressão política. Neste mapa, a autora não cita pesquisas, mas apenas comenta sua experiência, advinda da observação quando da participação de seminários no Paraná e Mato Grosso do Sul.

h) brasileiros no Paraguai do ponto de vista de políticas públicas. Nesse mapa, a autora incluiu o artigo “Políticas públicas para o atendimento das demandas de cidadãos brasileiros no exterior – primeiras observações” (2003), escrito por ela em colaboração com Guilherme Zanina Schelb. Neste mapa, ela aborda as formas como os paraguaios são vistos por aqueles que idealizam as políticas públicas. Ela defende que, na época da ditadura, os problemas que afligiam este contingente eram vistos sob o ponto de vista militar.

Com a redemocratização, o viés foi a diplomacia como forma de resolução de conflitos que atingiam os brasiguaios. Porém, quando os brasiguaios passaram a ser vistos como integrantes do grande grupo de “brasileiros no exterior”, houve a criação de medidas de caráter geral – para abranger todo o grupo – mas que acabaram por não beneficiar os que vivem no país guarani.

i) Por fim, Sprandel identificou uma última visão: os brasileiros que vivem no Paraguai e os organismos internacionais. Nesta visão, os brasiguaios são considerados sob o ponto de vista de instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Segundo ela, mesmo que essas organizações tenham percebido os brasiguaios como passíveis de receber auxílio em questões humanitárias, “na qual prevalece a valorização de atores e programas locais” (p. 150), uma tendência advinda

do cenário internacional, em que a migração tem sido tratada colocada no âmbito da segurança pública, tem influenciado esta visão.

Fruto de uma revisão de literatura, a cartografia proposta por Marcia Anita Sprandel é apenas um, dos inúmeros trabalhos que abordam a questão da identidade dos brasiguaios. Isso demonstra a complexidade tanto do termo “brasiguai” quanto do sujeito assim definido. Após a leitura, a conclusão é que pelo menos duas, das cinco formações discursivas identificadas por Maria Liz Benitez Almeida na imprensa paraguaia são listadas por Marcia Anita Sprandel como presentes na visão da mídia paraguaia: o subimperialismo brasileiro e o estrangeiro que não é bem-vindo, não obediente às leis.

Em sua dissertação, Maria Liz Benitez Almeida aponta aquelas que foram possíveis verificar em meios de comunicação e em um período específico. O fato de as demais visões não terem sido contempladas não significa necessariamente que a pesquisadora tenha se equivocado. Na verdade, seu trabalho é mais um dos inúmeros que vieram colaborar para os estudos sobre o tema.

Neste sentido, constata-se no trabalho de Cuevas (2017) um aporte em relação ao de Almeida (2017) e, ainda que a sua análise tenha como objeto a mídia paraguaia, é possível identificar quais mapas propostos por Sprandel suas definições poderiam se encaixar em suas conclusões. Com o uso de um referencial teórico vasto, a pesquisadora defende a existência de variados “términos” – palavra espanhola que significa termos – para brasiguaios presentes nos jornais do país vizinho. O primeiro é usado para denominar os camponeses que migraram ao Paraguai na década de 1970 e retornaram anos depois (Mapa 2, proposto por Sprandel). O segundo está relacionado ao espaço de contato, de convivência cotidiana por meio da proximidade com a língua, a cultura, e a tradição (Mapa 3). A próxima acepção refere-se ao imigrante, que no país vizinho deve lutar por sua sobrevivência e que, ao retornar ao Brasil, se encontra com a “indignação dos nacionais” (CUEVAS, 2017, p. 147) (Mapa 2). A quarta acepção estaria ligada, ao conceito de conflito, entendendo este como requisito para a mudança social (Mapa 1). Por fim, a autora propõe uma nova visão do sujeito, baseada na interculturalidade como uma nova forma de “repensar as diferenças culturais” (idem) (Mapa 5).

Além do trabalho de Cuevas, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UNIOESTE apontou a existência de 108 dissertações no repositório do Programa de

Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Porém, apenas o trabalho *O Exército Brasileiro – 34.º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina*, de Orlando Bispo dos Santos (2016), apresentou uma similitude com que aqui apresentamos. A mesma pesquisa também foi encontrada em uma verificação mais profunda ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, descrita a seguir.

2.1 HIDRO-HEGEMONIA, UNASUL E GEOPOLÍTICA: AS PESQUISAS SOBRE HEGEMONIA NO CATÁLOGO DA CAPES

Em razão do número de pesquisas encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES com as seis palavras-chave iniciais, optou-se por diminuir o número destes parâmetros. Restringindo a busca apenas aos termos “Hegemonia Brasil Paraguai”, sem virgulação, e optando por dissertações e teses dos anos de 2016 e 2017, foram encontrados 32.875 trabalhos (22.693 dissertações e 10.182 teses). Mais uma vez, procedeu-se à leitura dos 100 primeiros títulos, dentre os quais foram destacados os comentados a seguir.

De autoria de Mariana de Paula Silveira, *Conflito diplomático entre Brasil e Paraguai em 2008-2009: contestação da hidro-hegemonia brasileira* foi o primeiro resultado na busca no Catálogo da CAPES. Apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia Humana da USP, a dissertação teve como fim analisar o conflito diplomático ocorrido entre Brasil e Paraguai entre 2008 e 2009, em razão das reivindicações do país vizinho no sentido de revisar o Tratado de Itaipu.

A autora defendeu que o imbróglio entre Brasil e Paraguai foi um evento em que houve a contestação da “hidro-hegemonia brasileira” e, para comprovar esta tese, apoiou seu trabalho sobre conceitos e teorias da Geografia Política com ênfase na “Teoria da hidropolítica e no conceito de hidro-hegemonia”. Por meio de uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, documental e em entrevistas, a autora inicia sua análise com uma contextualização da constituição do consórcio entre os países:

Contextualizamos a origem da Itaipu Binacional no processo de disputa entre Brasil e Paraguai pelo domínio desses recursos hídricos transfronteiriços como uma solução interdependente para problemas interdependentes entre Estados vizinhos. Até a ratificação do Tratado de Itaipu a hidro-hegemonia brasileira estava consolidada por meio do

controle físico do fluxo hídrico da bacia do Alto Paraná. Após a ratificação desse tratado o Brasil consolida o controle normativo do fluxo hídrico, posto que as bases deste Tratado são as assimetrias existentes entre os Estados (SILVEIRA, M. P., 2016, p. 7).

Para a pesquisadora, os fatos, ocorridos nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Fernando Lugo (Paraguai), acabaram por promover uma reorientação das relações entre os dois países, contestando o exercício do chamado poder material brasileiro para superar as divergências em relação à Itaipu Binacional” (SILVEIRA, M. P., 2016). Isto somente foi possível, aduz, por meio do fortalecimento do chamado poder ideacional paraguaio – o qual explicaremos logo a seguir – o que, conseqüentemente, levou a um fortalecimento do poder de negociação do país guarani.

A pesquisa de Mariana de Paula Silveira chama a atenção já pelo neologismo presente em seu título: hidro-hegemonia. Cunhado por Mark Zeitoun e Jeroen Warner (2006), este conceito se refere, como o nome indica, ao exercício da hegemonia em bacias hidrográficas e se dá por meio do controle do fluxo de água (SILVEIRA, M. P., 2016).

Além da conceituação do termo, Zeitoun e Warner desenvolveram um quadro conceitual onde correlacionaram os possíveis modos de interação entre os Estados com as estratégias de controle do fluxo da água. Assim, propuseram uma ferramenta para identificar e analisar as chamadas relações hidro-hegemônicas (SILVEIRA, M. P., 2016).

Conforme a autora, Zeitoun, ao lado de Ana Elisa Cascão (2010), propôs que a hidro-hegemonia se dá com base em quatro pilares de poder:

- **Poder geográfico:** consiste na posição geográfica do território de um Estado em relação aos recursos hídricos e à posição dos territórios dos outros Estados ribeirinhos (montante ou jusante do corpo d'água, presença de nascentes);
- **Poder material:** é a capacidade de mobilização econômica, militar, tecnológica e de apoio político e econômico internacional; [o exercido pelo Brasil]
- **Poder de negociação:** é a capacidade de controle e influência da agenda política, por meio da definição de suas regras, pautas, necessidades e prioridades;
- **Poder ideacional:** é a capacidade que um ator tem de impor e legitimar suas ideias e narrativas particulares, por meio de estruturas de conhecimento, discursos sancionados, manipulação da interação com os demais ribeirinhos,

compartilhamento ou retenção de dados [o usado pelo Paraguai no caso em questão] (SILVEIRA, M. P., 2016, p. 50, grifos no original).

Um dos pilares para o fortalecimento do poder ideacional pelo Paraguai, segundo Mariana de Paula Silveira, foi o posicionamento da principal mídia impressa e eletrônica do país guarani: o jornal *ABC Color*.

À época, o país apresentou uma pauta de negociação onde constavam seis itens. O primeiro, a disponibilidade da energia paraguaia proveniente de Itaipu de forma livre – assim, o Paraguai poderia vender o excedente da energia a qual tem direito, mas não é utilizada, para qualquer nação vizinha, e não apenas ao Brasil. Da lista constam ainda a adoção de um pagamento considerado mais justo pela energia vendida pelo Paraguai ao Brasil; uma reavaliação da dívida paraguaia em relação à usina; maior poder de gestão paraguaia da empresa; maior controle e transparência e a conclusão de obras que estavam previstas ainda no Tratado de Itaipu (SILVEIRA, M. P., 2016).

A pesquisadora conclui que, embora ao final do imbróglio alguns pontos tenham sido atendidos, os mais nevrálgicos não foram resolvidos. A disponibilidade livre da energia pelo Paraguai foi um desses pontos, uma vez que, sem ter como usar toda a energia, o país poderia exportá-la, o que, para o Brasil, desvirtuaria da concepção inicial da binacional, construída para oferecer energia mais barata ao Brasil. “A solução intermediária para esta divergência foi a abertura da possibilidade da venda direta ao mercado Brasileiro” (SILVEIRA, M. P., 2016, p. 118-119).

A reivindicação do pagamento de um preço mais justo pela energia não usada pelo Paraguai e vendida ao Brasil foi atendida. Porém, a autora defende que com o passar dos anos os valores poderão ser defasados. A auditoria, outro item da pauta de reivindicações e que visava apurar a dívida paraguaia com a Itaipu Binacional, foi iniciada, mas não encerrada. Em relação a uma maior participação do país na gestão, houve um atendimento parcial, “a partir da reafirmação, por meio de declaração em nível diplomático [...] de procedimentos administrativos que buscaram institucionalizar as regras da cogestão plena” (SILVEIRA, M. P., 2016, p. 119). Porém, não foi atendida a questão da alternância dos comandos de duas das mais importantes diretorias, a Executivo-Financeira e a Técnica. Por fim, o pedido de maior transparência foi, segundo a autora, atendido por meio do aprimoramento de ferramentas administrativas, mas não houve o total atendimento:

O cumprimento parcial das reivindicações paraguaias que compuseram a agenda de negociação entre 2008 e 2009 nos indica que o grupo político que operava o Estado paraguaio no período alcançou êxito ao inserir a soberania hidrelétrica na agenda da relação bilateral. Isto foi possível devido à construção da causa nacional da soberania hidrelétrica, que fortaleceu o poder de negociação do Paraguai, que não recuou seus objetivos diante da tentativa de exercício do poder material brasileiro (SILVEIRA, M. P., 2016, p. 119).

Ainda que o atendimento às reivindicações paraguaias tenha sido parcial, é preciso frisar que as negociações somente aconteceram em razão de, à época, Brasil e Paraguai terem os dois chefes de Executivo alinhados a correntes de pensamento semelhantes. Tanto que a própria autora ressalta que após a queda de Lugo, em 2012, retornou ao poder, no país vizinho, a mesma classe que antes governara, e “que historicamente se interessou em beneficiar negócios privados a partir dos recursos estatais. Porém, uma alteração futura da classe política pode retornar esta reivindicação à agenda bilateral” (SILVEIRA, M. P., 2016, p. 119). Mas há de se considerar, no entanto, que para isso, assim como ocorreu com Lula e Lugo, o governo do Brasil também terá de ter um governo progressista. Como salientado no início deste trabalho, em 2023, quando o Tratado de Itaipu completar 50 anos, Brasil e Paraguai voltarão à negociação¹⁴.

Governo Lula (2003-2010): elementos de continuidade e de ruptura com o neoliberalismo, de Iann Longhini Léda, segundo trabalho similar a esta pesquisa encontrado na varredura do catálogo, foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Ao tentar entender a relação da gestão Luiz Inácio Lula da Silva, o pesquisador destaca elementos de continuidade e de ruptura do governo com os paradigmas do ideário neoliberal, “notadamente na questão da reconfiguração do Estado, que deixaria de ser um promotor do crescimento econômico para tornar-se uma instituição cujo objetivo central é a garantia de um bom ambiente para investimentos financeiros” (LÉDA, 2017, p. 5).

Ao final, o autor conclui que o favorecimento de empresas, das elites, e dos capitalistas, “enfim, o funcionamento do Estado como instrumento de dominação de uma classe sobre outras” (LÉDA, 2017, p. 77) não parece ser uma invenção do neoliberalismo “e sim uma regra seguida pelo capitalismo”, ou até mesmo anterior a

¹⁴ No próximo capítulo, a questão sobre a renegociação do Tratado de Itaipu será abordada.

ele. A “novidade do neoliberalismo” residiria no modo como este “engenha essa dominação”, defende o pesquisador. Para ele, no que diz respeito às classes sociais, a novidade do neoliberalismo estaria na forma como se articula o que denomina de “burguesia financeira”, garantindo sua hegemonia em meio à sociedade por meio da propagação tanto de ideias como de valores (idem).

Em tom pessoal, inclusive com o uso de primeira pessoa, Léda diz não acreditar que o financiamento de empresas nacionais, visando a expandir no mercado estrangeiro, algo presente no governo Lula, “não possa ser configurado como uma medida neoliberal”.

Essa talvez seja a armadilha em colocar “neoliberalismo” e “(neo)desenvolvimentismo” em polos de valorização onde o primeiro representa um “caminho pior” e o segundo representa um “caminho melhor”. É possível refletir se um financiamento desse tipo seja desejável, é possível imaginar (com todas as denúncias ocorridas nos últimos meses) que essa política seja a base de uma nefasta e corrupta engenharia política de governo, é possível questionar quais foram os benefícios que o país teve com essa política, se isso gerou renda nacional, se gerou empregos para brasileiros, é possível apontar todos os pontos negativos ou limitações desse modelo de política, mas não me parece possível considerar que uma medida baseada em amplos financiamentos públicos, voltados para a expansão de empresas nacionais, possa ser entendida como neoliberal. Penso que se trata de um novo modelo de desenvolvimentismo (LÉDA, 2017, p. 77-78).

Também disponibilizada no banco da CAPES, *O governo Lula e a mídia impressa: estudo sobre a construção de um pensamento hegemônico*, de Rodrigo Carvalho, se aproxima à pesquisa aqui apresentada em razão da coincidência de períodos estudados, por ter como objeto mídias impressas brasileiras e por abordar o conceito de hegemonia de Gramsci, além de se valer também dos estudos de John B. Thompson.

Apresentada para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a tese parte do pressuposto de que os jornais têm um “papel histórico nas disputas por posições hegemônicas tradicionalmente alinhadas ao liberalismo” (CARVALHO, 2016, p. 6). Na introdução de seu trabalho, o pesquisador explica que a meta é identificar quais são as matrizes ideológicas em disputa no Brasil contemporâneo (a tese é de 2016), por meio da análise do impacto provocado pelas ações do governo Lula e por meio da atuação dos meios de comunicação. Para isso, o autor pesquisou dois dos maiores jornais do

Brasil, a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*.

A análise da construção do pensamento hegemônico no Brasil e, respectivamente, a disseminação das ideias na sociedade e a condução política de seus diversos agentes estão influenciadas por esses meios de comunicação (CARVALHO, 2016, p. 19).

Ao final, a tese de Carvalho refuta a afirmação de que governo Lula foi neoliberal – e neste sentido, sua tese se aproxima da conclusão da dissertação de Léda – mesmo com o fato de que, no primeiro mandato, tenha havido indícios de manutenção do neoliberalismo. Para ele, houve na verdade uma migração de uma orientação neoliberal para a orientação desenvolvimentista.

Em vista disso, o pesquisador conclui que o governo Lula foi social-democrata, de esquerda e esteve influenciado pelo economista Celso Furtado, sobretudo no do segundo mandato. Conforme Carvalho, essa conclusão se deve:

- a) ao regate da soberania nacional e às decisões sobre os rumos da política econômica;
- b) à forma como se deu o reaquecimento da economia interna, com a saída de pessoas da linha de extrema pobreza;
- c) à criação de vagas de emprego e valorização dos salários;
- d) à intervenção estatal na economia, por meio da ampliação de créditos;
- e) às ações diretas de investimentos em infraestrutura estratégicas e projetos populares;
- f) à melhora das relações com outras nações, com o Brasil se alinhando àquelas com interesse comum e liderança regional.

Em relação aos jornais estudados, a conclusão é de que ambos, da mesma forma que a maior parte da mídia brasileira, foram oposição ao governo Lula em seus dois mandatos. Com base em sua pesquisa, Carvalho afirma que, apesar de não terem estrutura nem um funcionamento social de partidos políticos¹⁵, os jornais têm características semelhante a esses.

Por meio da análise qualitativa dos editoriais é possível afirmar que a *Folha de S. Paulo* está vinculada aos interesses das classes dominantes ligadas a uma fração produtiva do setor industrial e defende parcialmente interesses do agronegócio. O *Estado de S. Paulo* está associado aos interesses do capital financeiro e ao agronegócio, outras frações das classes dominantes. É possível

¹⁵ Essa mesma conclusão é alcançada por Carla Luciana da Silva (2005) que, com base em Gramsci, aponta que *Veja* atua como um partido.

identificar a quem esses veículos estão filiados principalmente pelas contradições existentes em suas linhas editoriais (CARVALHO, 2016).

Geopolítica e integração regional: uma análise dos projetos de infraestrutura de transportes entre Brasil e Paraguai, tese de Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz, também é relevante à pesquisa aqui apresentada. O estudo parte da ideia de que há uma relação assimétrica entre Brasil e Paraguai, o que revela a complexidade “do subsistema regional” a qual deve ser interpretada não a partir do viés econômico, “mas também do contexto (geo)político regional, associado por sua vez ao sistema-mundo” (CRUZ, 2017, p. 9).

Além dessa premissa, a pesquisa tem como princípio de análise o processo de integração regional sul-americano. Para Cruz, levando-se em consideração o Mercosul, o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento/Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (COSIPLAN/IIRSA)¹⁶, e também o “papel de liderança desempenhado pelo Brasil”, pode-se afirmar “que existe uma estreita relação entre integração regional e geopolítica, na qual os projetos internacionais de infraestruturas podem ser considerados como pontos de encontro entre ambos” (CRUZ, 2017, p. 9).

Uma das similaridades do trabalho de Cruz para o que aqui se apresenta, é partir do entendimento de que haveria uma relação assimétrica entre Brasil e Paraguai.

Entendemos que o Brasil desempenha, portanto, um papel complexo na economia mundial, e por ser o centro do subsistema regional reproduz, nesta escala, a relação de subordinação e dependência que mantém com os países do centro, no entanto, como líder. Essa característica é ainda mais nítida ao observar a atuação do Brasil nos acordos regionais por ser um dos principais protagonistas, tanto no MERCOSUL como na UNASUL. Ao observar o caso do Paraguai, vimos que a relação desigual com o centro do subsistema (Brasil), vai além das trocas comerciais, abrange também aspectos políticos e institucionais (ainda que no MERCOSUL ambos os países tenham o mesmo poder de voto e veto), pois os privilégios e os discursos têm pesos diferentes (CRUZ, 2017, p. 132).

Os conceitos de hegemonia de Antonio Gramsci e de subimperialismo de Ruy Mauro Marini são basilares à dissertação *Estado e poder político no Brasil: a experiência do Partido dos Trabalhadores no governo federal (2003-2010)*,

¹⁶ Uma análise sobre a IIRSA já foi feita no início deste capítulo, após a apresentação da pesquisa *A integração regional em infraestrutura da IIRSA e os capitais do BNDES nos governos Lula da Silva (2003-2010): subimperialismo do neodesenvolvimentismo brasileiro*, de Rafael Teixeira de Lima.

apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá em 2017. Na pesquisa, Cassius Marcelus Tales Marcusso Bernardes de Brito tem como objeto “a organização do Estado e do poder político” no período citado (2017, p. 7) e, para analisá-lo, partiu de uma investigação crítica sobre as teses do governo Lula, tendo como meta estudar tanto as relações de continuidade como de distanciamento do período caracterizado como neoliberal, vivido pelo país na década de 1990.

O objetivo do pesquisador é demonstrar que o chamado “novo modelo de desenvolvimento”, referenciado pelo governo de então, e que teria promovido, ao mesmo tempo, tanto o crescimento econômico quanto a distribuição de renda, não foi realmente um novo modelo, mas, sim, uma adaptação da inserção da economia brasileira a um momento favorável da economia mundial.

Apresentamos também uma avaliação da tese de André Singer sobre o “lulismo”, tentando demonstrar como o significado atribuído pelo autor ao fenômeno mediante a mobilização de uma série de analogias com conceitos clássicos da tradição sociológica e política brasileira permite o esclarecimento de aspectos significativos da forma do governo, oculta a sua relação íntima com a construção da hegemonia burguesa ao apresentar Lula como representante político do subproletariado (BRITO, 2017, p. 7).

A pesquisa analisa ainda a relação entre Estado e sociedade civil por meio do conceito de hegemonia. Para isso, o autor recorre ao que chama de recuperação da formulação da estratégia democrático-popular e ao caráter de classe do governo Lula. No final, se volta à política externa do período, discutindo o tema por meio do viés do “imperialismo, da dependência e do capital-imperialismo e a projeção do Estado e do capital brasileiro na América Latina” (idem).

Ao encerrar o estudo, o pesquisador não é taxativo, mas deixa em aberto as interpretações sobre a pesquisa ao dizer que “uma das conclusões possíveis” advindas do estudo é que, ao se atender necessidades de um grande percentual da classe menos favorecida – por meio da melhora das condições de vida e possibilitando o acesso ao mercado interno – não houve o recuo, em igual escala, das “posições de poder do campo burguês”. Segundo o autor, isso se deu porque o mercado é também dominado pelos grupos monopolistas, sejam urbanos ou rurais, “e os aparelhos privados de hegemonia burguesa se fortalecem no seio da sociedade civil” (BRITO, 2017, p. 202).

Diante disso, Brito infere que o fato de “atribuir à dinâmica do mercado uma função democratizadora”, tendo nessa visão a noção de que esse fato torna o poder econômico e político menos centralizado “é um erro crasso à luz da história recente, com consequências dramáticas para a classe trabalhadora” (idem).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, *Paraguai 2012: o papel do Brasil e a ação da Unasul*, de Arthur Felipe Murta Rocha Soares, também possui em seu bojo elementos coincidentes e similaridades com a pesquisa aqui descrita. Tendo como ponto de partida a política externa brasileira – a qual, segundo ele, estaria dividida em dois eixos estratégicos, o global, que tenta colocar o país como forte e emergente, e o regional, que visa fortalecer sua liderança na América Latina – o autor analisa o papel do país na crise paraguaia de 2012, que levou à deposição do então presidente Fernando Lugo.

Conforme Soares (2016), a mediação do Brasil na crise se deu por meio da União de Nações Sul-Americanas, o que expandiu e reforçou a cooperação regional. Tendo como início o que o pesquisador classifica de “redescobrimto do espaço regional” (2016, p. 6), com a criação da Unasul, ocorrido em 2008, o trabalho teve como fim verificar como a já citada crise política paraguaia teve repercussão na América Latina, o que demonstraria a forma de atuar da Unasul no que tange à gestão de crises, e desenhar o papel do Brasil no caso.

Como outras pesquisas aqui referenciadas, a desenvolvida por Soares foi apoiada na leitura de mídias não apenas da América Latina (como o paraguaio *ABC Color* e os brasileiros jornal *Folha de S.Paulo* e a revista *Carta Capital*) mas de outras partes do mundo, como o *Le Monde Diplomatique* e a *BBC*.

Acredita-se que a Unasul vem se constituindo como instituição regional detentora da primazia na resolução de crises. Ademais, as reações brasileiras frente aos recentes processos de instabilidade política regional podem ser vistas como uma nova compreensão acerca da articulação do Brasil na América do Sul, que ocorre sempre nos fóruns multilaterais, evitando assim possíveis desgastes diplomáticos nas relações bilaterais (SOARES, 2016, p. 6).

Ao final de seu trabalho, o pesquisador conclui que a ação da Unasul no episódio paraguaio “reforçou autonomia crescente da América do Sul na resolução de crises advinda da articulação intra-regional” (SOARES, 2016, p. 87). Ou seja, o organismo sul-americano se fortaleceu desde a sua criação, passando a ser o órgão

de resolução de conflitos na região, em detrimento da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Outra conclusão de Soares é que, enquanto no governo de Luiz Inácio Lula da Silva o país figurava como protagonista, no de Dilma Rousseff não houve a mesma projeção, “[...] a busca pelo papel de protagonista advindo do governo Lula já não se conforma como projeto basilar da política externa brasileira desde o início do governo de Dilma Rousseff” (2016, p. 88). Já no que tange à crise paraguaia, objeto principal da pesquisa, concluiu-se que:

[...] o papel do Brasil durante o *impeachment* do ex-presidente Fernando Lugo em 2012 consolidou a ideia de um país que se articula na gestão de crises e avança nas discussões regionais dentro dos fóruns multilaterais, tal como a Unasul. Porém, dado o projeto brasileiro que vinha sendo construído desde o governo Lula, tendo a Unasul como elemento-chave para projetar o Brasil desde o plano regional ao nível de ação global, a análise conjuntural permite afirmar que, o fato da diplomacia brasileira ter optado por agir dentro do fórum em questão – bem como do Mercosul – corrobora a noção de que o papel brasileiro foi de relevo, mesmo que no âmbito multilateral (SOARES, 2016, p. 88).

Esta afirmação de Soares é um tanto controversa, já que muitos viram nas ações da Unasul em relação ao afastamento de Fernando Lugo uma intromissão nos assuntos internos do Paraguai – tema que será abordado no próximo capítulo. Por hora, é preciso dizer que o curioso do trabalho de Soares é que embora anunciado no texto inicial, o denominado “redescobrimto do espaço regional”, advindo com o marco da criação da Unasul, em 2008, não é claramente abordado no corpo da dissertação. A conclusão do que seria este redescobrimto só é possível após a leitura do trabalho, onde o pesquisador defende que a Unasul deu início a um novo ciclo da integração regional. Esta integração, segundo o pesquisador, opunha-se de certo modo às ações dos EUA, que propunham a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Os governos sul-americanos antecessores [nos anos 90] seguiam o chamado regionalismo aberto, ou regionalismo neoliberal, que buscava fomentar o desenvolvimento de toda a América Latina, atuando como complemento à Organização Mundial do Comércio (OMC), ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e ao Consenso de Washington. Porém, as sucessivas crises econômicas nos países da região minaram o crédito desse modelo, que ficou caracterizado como um projeto dos Estados Unidos que aprofundou os níveis de dependência da América Latina (SOARES, 2016, p. 18)

Em síntese, no entender do pesquisador, a Unasul promoveu o “redescobrimto” dos Estados nacionais sul-americanos ao fazê-los voltar seu olhar a uma integração facilitada pela proximidade geográfica, idiomática e cultural e, no caso dos governos progressistas da época, ideológica. O “redescobrimto” representa ainda a própria ação brasileira frente aos demais países da região. Diferentemente de governos anteriores, “o governo Lula trouxe consigo uma política externa que considerava como elemento prioritário um novo ordenamento da América do Sul sob a liderança brasileira” (SOARES, 2016, p. 14).

A julgar pelo ano da defesa de sua pesquisa, 2016, a afirmação de que havia uma liderança brasileira perante a Unasul feita por Soares é questionável já que, após o governo Lula, o protagonismo brasileiro na União das Nações Sul-Americanas arrefeceu.

Apresentado ao PPG em Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE, a dissertação *O Exército Brasileiro – 34.º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina*, de Orlando Bispo dos Santos, também pode ser considerado nessa aproximação ao estado da arte em razão da análise da relação Brasil e Paraguai, ainda que mediada pelo órgão militar.

Conforme o autor, a presença das forças militares nos territórios de fronteira tem como objetivo a manutenção da integridade do Estado-Nação, sob o ponto de vista geopolítico. No estudo, parte-se do pressuposto de que as ligações entre as forças dos respectivos países, nas áreas de fronteira, “consistem na formulação de estratégias de defesa em âmbito interno e externo, por meio da soma de esforços político-militar conjunto com vistas a manter a autonomia de cada Estado [...]” (SANTOS, 2016, p. 7).

Na pesquisa, Santos observou que há a preocupação dos três países em equipar seus exércitos e manter um campo de atuação conjunta. Este campo, aduz, é concretizado por meio do intercâmbio de tecnologia e de conhecimento estratégico, além da estruturação dos exércitos, “combinados com o objetivo de adequação disciplinar para atuação em possíveis combates reais em defesa dos ideais de cada Estado Nação” (2016, p. 114).

Uma conclusão importante do autor é que, a despeito das discrepâncias políticas, econômicas, sociais e culturais entre os três países, observa-se que no

campo da defesa há reciprocidades, “em virtude das aproximações pelos aspectos geográficos e os projetos geopolíticos, além da contiguidade territorial” (idem).

No trabalho de Santos, especificamente em relação ao Paraguai, é dado destaque às aproximações entre ambos os países nesta região de fronteira. Tais aproximações, defende, contribuíram para o desenvolvimento econômico da região, além de terem promovido o incremento na área da política e no que ele denomina “conexões territoriais”, “com influência nas interconexões na área militar, por estar presente nas articulações diplomáticas a partir das cooperações de cunho operacionais e nos projetos de construção do país em termos tecnológicos” (2016, p. 74-75).

Outro momento histórico da participação militar, lembrado na dissertação, foi o processo que levou à construção da Itaipu, “um projeto considerado importante do ponto de vista geopolítico, voltado para as necessidades do Brasil e Paraguai em torno dos fatores econômicos e de expansão industrial” (p. 75-76).

Apresentada ao PPG em Relações Internacionais da UnB, na linha de pesquisa Política Internacional, a dissertação *Políticas de segurança e defesa da fronteira brasileira no contexto de integração regional: os casos das fronteiras Brasil-Paraguai e Brasil-Uruguaí*, de Mauricio Kenyatta Barros da Costa, utiliza-se da Teoria de Relações Internacionais e da Geografia e Geopolítica sobre fronteira para pesquisar as regiões limítrofes do Brasil com ambos os países. Soma-se a essas teorias o uso de dados oriundos de documentos oficiais, artigos acadêmicos, dissertações e teses, além de trabalhos levados a cabo por grupos de pesquisa e documentos dos órgãos representativos dos policiais federais e servidores da Receita Federal, assim como notícias veiculadas pela mídia.

A dissertação foi estruturada de modo a estudar todos os governos brasileiros entre 1985-2016 – da gestão José Sarney a Dilma Rousseff – e ao fim de cada seção, correspondente aos respectivos governos, apresenta-se uma conclusão parcial. Especificamente em relação aos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva – um dos objetos de estudo da pesquisa que apresentamos – Costa sustenta que o fato de ora se optar por um caminho nacional-desenvolvimentista e ora por estratégias mais liberais acabou por condicionar “as percepções governamentais sobre os desafios a serem enfrentados nos espaços fronteiriços” (2017, p. 105) durante os governos Lula; da mesma forma que as relações com os países vizinhos foi influenciada.

Especificamente em relação ao desenvolvimento nas áreas fronteiriças, o autor sustenta que a principal ação daquele governo foi a implantação, pelo Ministério da Integração Nacional, no ano de 2003, do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). A missão: gerar condições para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. No segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi criada ainda a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), em 2010, a qual incorporou o PDFF e, juntamente com órgãos municipais e estaduais, criou os Núcleos Estaduais de Fronteira e concorreu para o surgimento dos Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIF) (COSTA, 2017).

Na lista de ações, o autor cita a criação, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Projeto de Policiamento Especializado na Fronteira, o qual ficou conhecido como Pronasci Fronteiras, dentro do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). A meta do órgão era tratar crimes típicos da região de fronteira¹⁷. Diante disso, Costa conclui que:

O governo Lula é o marco de uma série de iniciativas voltadas para as fronteiras com o intuito de desenvolver e proteger essas regiões e também os grandes centros urbanos afetados, de diversos modos, pelas permeabilidades fronteiriças. No período, vislumbra-se o adensamento das bases de segurança pública e de defesa que conformam a capacidade do Estado para atuar na promoção da segurança nas zonas fronteiriças. Internacionalmente, é importante destacar a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e de seu respectivo Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ambos em 2008 (COSTA, 2017, p. 110).

Em relação ao Governo Dilma Rousseff – período o qual também nos debruçamos neste trabalho – o autor sustenta que houve o prosseguimento às ações das gestões anteriores, com a ampliação de algumas iniciativas. Houve, ainda, a colocação de uma série de projetos visando “maior organicidade à ação do Estado nos espaços fronteiriços” (COSTA, 2017, p. 111).

Como avalia, na gestão de Dilma Rousseff houve, pela primeira vez, o que ele classifica como “iniciativa de caráter nacional mais abrangente para a proteção das

¹⁷ São crimes típicos da fronteira o contrabando, ato de “importar ou exportar mercadoria proibida” (BRASIL, 2014), ou seja ingressar no país mercadorias que têm sua entrada vetada no território nacional; o descaminho – “Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria” (BRASIL, 2014); o tráfico internacional de drogas, o tráfico de armas, o tráfico de pessoas e outros.

fronteiras” (idem): o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), que seria, para ele, o ponto alto de todos avanços das iniciativas fronteiriças levados a cabo desde a redemocratização do país.

Destaca-se, também, sua reverberação na segurança pública por meio da Estratégia Nacional de Segurança Pública para as Fronteiras (ENAFRON), que é um marco para a segurança pública na faixa de fronteira e na articulação securitária com outros Ministérios e com os estados federados. O Plano também reverbera em operações que compõem as iniciativas mais ostensivas de proteção da fronteira, como a Operação Ágata, a Operação Fronteira Blindada e a Operação Sentinela (COSTA, 2017, p. 111).

A despeito da sua envergadura, o pesquisador lembra que todas as iniciativas passaram por muitas barreiras e se mostraram inócuas ao longo do tempo. O PEF esbarrou nos limites impostos ao estabelecimento de ações em conjunto dos órgãos federais e estaduais. Segundo Costa, apesar de esta ação conjunta ser um dos princípios do plano, não houve um modelo eficaz que contemplasse a atuação conjunta em operações diárias sem que houvesse sobreposições ou lacunas de funções – fato que, conforme o pesquisador, demonstrava a baixa institucionalização da articulação.

O estudo aponta ainda que não havia claramente qual papel cada instituição, de tal modo que a articulação interna ao país e a cooperação integrada com os demais países não ocorriam de forma institucional, mas “de modo informal com base nas afinidades” (p. 115). Tanto que, em 2016, na pesquisa, Costa destaca que, por orientação do Tribunal de Contas da União, em relatório do ano anterior, o plano foi cancelado e em seu lugar instituído o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras.

Esta lacuna de competências citada por Costa é corroborada por meio da leitura de parte do relatório do TCU (BRASIL, 2014), por nós analisado. No documento, é apontada a falta de coordenação do plano e até mesmo o desconhecimento sobre quem era o coordenador do PEF, o então vice-presidente da República Michel Temer:

O art. 9º do Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, com a redação dada pelo Decreto nº 7.638, de 8 de dezembro de 2011, dispõe que a coordenação do PEF será exercida pelos Ministros de Estado da Justiça, da Defesa e da Fazenda. Verifica-se, entretanto, que não há consenso quanto aos papéis e responsabilidades dessas instituições coordenadoras. Além disso, não há critério para designação de comando para as operações conjuntas definidas e tampouco para os colegiados criados para gerenciamento das ações, o Centro de Operações Conjuntas - COC e os Gabinetes de Gestão Integrada de

Fronteiras – GGI-FRONS, fóruns deliberativos criados pelos Estados com o objetivo de implementar as políticas de segurança nas respectivas faixas de fronteira. Cabe destacar que, conquanto o Vice-Presidente tenha sido incumbido pela Presidente da República de exercer a coordenação do PEF, consoante informado na página eletrônica da Vice-Presidência da República, não existe nenhum documento que formalize e/ou normatize tal designação, o que foi corroborado pelas respostas ao questionário aplicado na Vice-Presidência. 174. A propósito, cumpre registrar que mais da metade dos órgãos entrevistados (52,9%) desconhece qual seja a função desempenhada no PEF pelo Vice-Presidente e 35,3 % afirmam que este exerce coordenação apenas no plano político, fato este confirmado no âmbito da Vice-Presidência (BRASIL, 2014, p. 48-49).

Voltando à análise da dissertação, constata-se que, mesmo sem analisar em profundidade o governo Michel Temer, Costa considerou a mudança advinda da orientação do TCU restrita, uma vez que, apesar da mudança de nome, a política do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras era a mesma do PEF. Já em relação aos projetos criados no governo Lula, a pesquisa de Costa deixa uma lacuna, ao não abordar a baixa eficácia das ações.

Esse é o caso do Pronasci e do Pronasci Fronteiras, que não tiveram sua efetividade comprovada. No que diz respeito à Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, o exemplo mais emblemático do malogro dessas ações é o Sistema VANT (veículo aéreo não tripulado). Lançado em 2009, o sistema atuaria no monitoramento das regiões limítrofes do país e, especificamente na região, as aeronaves permaneceriam em um hangar na cidade de São Miguel do Iguaçu. No entanto, os equipamentos, que custaram US\$ 27,9 milhões e atuariam no serviço de inteligência, não foram utilizados (AMADO, 2017). O sistema também foi questionado pelo TCU:

Devido à distância dos grandes centros e à extensão, permeabilidade, baixo prestígio político e fragilidade socioeconômica da região de fronteira, existem muitas dificuldades para que as agências mantenham a infraestrutura devida e o efetivo necessário para prestação dos serviços públicos com a qualidade desejável. Considerando suas disponibilidades orçamentárias e políticas de gestão, cada qual estabelece seus próprios investimentos para incrementar o alcance dos resultados institucionais. Dessa forma, são criados projetos, a exemplo do Sistema Integrado de Monitoramento da Fronteira – Sisfron, no âmbito do Ministério da Defesa, Sistema Alerta Brasil, da Polícia Rodoviária Federal, e despendidos recursos com a aquisição de veículos aéreos não tripulados – VANTs, scanners, aeronaves, embarcações e equipamentos diversos, com elevados custos de aquisição e manutenção. Mesmo que plenamente justificáveis tais investimentos, questiona-se, ao final, os resultados obtidos nesse cenário, haja vista o baixo poder operacional de cada um dos atores (BRASIL, 2014, p. 58-59)

Em 2017, o jornal *O Globo* divulgou que as duas aeronaves estavam armazenadas, sem uso, no hangar na cidade de São Miguel do Iguaçu. Se fosse executado de forma plena, o serviço custaria R\$ 500 milhões anuais. Desde o lançamento, em 2009, até a data da reportagem, julho de 2017, R\$ 145 milhões tinham sido gastos. No entanto, a reportagem evidencia que a paralisação não era por questões orçamentárias, já que dos R\$ 28 milhões reservados à execução em 2016, apenas R\$ 3,4 milhões, ou seja 12%, foram realmente utilizados (AMADO, 2017). Em janeiro de 2019, os VANTs, que seguiam sem uso, foram repassados à Força Aérea Brasileira.

Tendo como objeto de pesquisa notícias dos portais digitais dos periódicos *Clarín* e *La Nación* (Argentina); *El Nacional* e *El Universal* (Venezuela); *La Tercera* e *El Mercurio* (Chile), e *El Espectador* e *El Tiempo* (Colômbia), a dissertação *Liderança ou hegemonia regional? Percepções do Brasil na imprensa argentina, venezuelana, colombiana e chilena*, de Luiza Bulhões Olmedo, encerra esta aproximação ao estado da arte.

Submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a dissertação traz uma análise de textos publicados entre janeiro de 2013 e junho de 2015. Para alcançar o seu fim, a autora se baseia nos conceitos de estratégia de política externa imperial, hegemônica e de liderança. De acordo com ela, os pesquisadores divergem a respeito de qual estratégia de política externa o Brasil lança mão para exercer influência sobre os países vizinhos e qual o grau de aceitação que estes têm da influência brasileira. Há os autores que defendem que há hegemonia cooperativa, outros hegemonia consensual e um terceiro grupo fala de líder sem seguidores e há, ainda, quem defenda ser uma liderança para o desenvolvimento (OLMEDO, 2016).

Algumas dessas abordagens enfatizam a importância da provisão de bens materiais (econômicos e de segurança) por parte do Brasil para arrefecer as assimetrias e facilitar a integração e cooperação regional. Certos autores consideram que o Brasil cumpriria o papel de provedor regional ao criar o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM); ao responder de maneira conciliadora à nacionalização dos hidrocarbonetos pela Bolívia em 2006; ao renegociar o acordo de Itaipu em 2009; e ao prover financiamentos regionais através do BNDES (LIMA, 2013; SARAIVA, 2010; SARAIVA; GRATIUS, 2013 apud OLMEDO, 2016).

Ao final de sua pesquisa, a autora conclui que não está consolidada, nos veículos de mídia estudados, a visão de que há uma liderança brasileira. Outra conclusão é de que a confiança, por parte desses países, de que o Brasil seja garantidor de ganhos políticos por parte deles, além de provedor de bens, é crucial para que esta liderança seja real ou que haja uma hegemonia.

Levando em consideração de que não haveria “um líder ou um hegemona ‘puro’”, a autora conclui que o melhor para o Brasil seria trabalhar tanto sua liderança quanto a sua hegemonia, para, assim, ter garantida sua influência na região. Para ela, é importante que os que estão à frente da política externa brasileira prestem atenção às expectativas e demandas dos vizinhos “por um maior investimento – econômico, securitário e político – na região” (OLMEDO, 2016, p. 69).

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A APROXIMAÇÃO DO ESTADO DA ARTE

Mais que propiciar um levantamento sobre o tema, sobre os objetos de pesquisadores de várias partes do Brasil e do Paraguai – pelo menos duas pesquisadoras nasceram no país vizinho¹⁸ –, esse levantamento propiciou a este pós-graduando uma visão mais abrangente e mais qualificada, uma vez que foi possível manter contato com pesquisas respaldadas por referenciais teóricos diversos.

Outro benefício advindo desse levantamento dos estudos sobre a hegemonia brasileira em relação ao Paraguai foi a corroboração de que se trata de um objeto interdisciplinar, haja vista a multiplicidade de programas das mais diferentes áreas que estudam o fenômeno. Nos trabalhos analisados, constam pesquisas da área das Ciências Sociais, das Ciências Políticas e das Ciências Econômicas; do Jornalismo, das Relações Internacionais, da Geografia, entre outros, sem citar os programas interdisciplinares, como o PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras. Ademais de propiciar uma visão mais abrangente e qualificada sobre o tema, o levantamento trouxe contribuições à pesquisa aqui apresentada, seja por meio da ampliação da visão sobre

¹⁸ Liz Carolina Yegros Cuevas e Maria Liz Benitez Almeida são paraguaias. Nota-se, no trabalho de ambas, assim como nas pesquisas desenvolvidas na UNIOESTE e na UNILA, um olhar mais aproximado da realidade do país e da fronteira. Ada C. Machado da Silveira (2016) também aponta diferenças entre a visão da imprensa dessa Tríplice Fronteira com a nacional. Essa última, quando cita a região, se presta a reportar principalmente temas ligados à segurança. Sobre isso, falaremos no próximo capítulo.

o seu objeto, seja por meio da sugestão bibliográfica – e neste sentido, é crucial destacar que as próprias pesquisas elencadas na aproximação do estado da arte por si já se configuram como bibliografia.

De concreto, pôde-se observar, sobretudo, que as pesquisas convergem para a conclusão de que há uma ação hegemônica do Brasil sobre os países vizinhos – mais especificamente sobre o Paraguai. Esta ação hegemônica, segundo as pesquisas estudadas, poderia ocorrer:

- 1) Por meio de ações **de combate à criminalidade, de segurança, vigilância e controle fiscal**, seja por intermédio das polícias Federal e Rodoviária Federal, seja por meio da Receita Federal – como visto em Costa (2017).
- 2) Por meio da **propriedade de terras por brasileiros** – fenômeno estudado por Costa (2017); Cuevas (2017); Almeida (2017); Cruz (2017).

Pela **presença de brasileiros no território guarani (os brasiguaios)** – situação imbricada com a anterior e, que além de estar presente nos estudos de Costa (2017), Cuevas (2017) e Almeida (2017), figura em Brito (2017) e Soares (2017).

- 3) Através da soberania energética e hídrica, por meio do **controle da Itaipu Binacional** – conforme Soares (2016), Cruz (2017), Carvalho (2016) e, sobretudo, Mariana de Paula Silveira (2016).
- 4) Por meio da **presença militar na fronteira** – em Costa (2017).
- 5) Por meio da **convivência entre militares** dos dois países durante e depois do período de exceção pelos quais ambos passaram – em Soares (2017).
- 6) Por meio da **força econômica** – em Costa (2017), Soares (2016), Cruz (2017).
- 7) Por meio de **organismos, como o Mercosul e a Unasul**, ou por meio de ações como a **Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)**, ou da **alardeada soberania na América Latina** – apontado por Lima (2018), Soares (2017) e Cruz (2017).

Todas as pesquisas são relevantes e trouxeram contribuições aos estudos sobre o tema. Por isso, propor aportes a eles será uma tarefa árdua. Uma das proposições apresentadas refere-se a unir todos os aspectos supracitados neste único trabalho, o que consideramos uma achega às pesquisas já existentes. Além disso,

apenas em uma das pesquisas (MACIEL, 2017) foi analisada a questão das maquilas. Porém, somente dados econômicos foram usados para subsidiar as conclusões.

Outro diferencial desta pesquisa é verificar este conjunto de fatores tendo como base reportagens, artigos de opinião, cartas de leitores e outros materiais veiculados na mídia nacional *Veja*. Por fim, apresentamos como aporte unir o conceito de hegemonia de Gramsci e os estudos culturais para estudar este fenômeno.

3 A REVISTA VEJA

3.1 O OBJETO DA PESQUISA: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E EDITORIAL DE VEJA

Publicada pela Editora Abril, cuja fundação se deu em 1950, a revista *Veja* foi lançada em 11 de setembro de 1968. À época, tinha à frente Vitor e Roberto Civita (respectivamente diretor/editor da Abril e diretor de publicações), além de Mino Carta, que atuava como diretor de redação da revista (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2018). Segundo Sergio Vilas Boas (1996, p. 83), um ano antes de a revista chegar às bancas, foi publicado nos jornais um anúncio cujo título era: “Você quer ser jornalista?”. A nota avisava que a Editora Abril iria lançar uma revista e convocava pessoas para a redação – é relevante dizer que, à época, não havia ainda a regulamentação da profissão de jornalista. Dos 1,8 mil candidatos inscritos, foram selecionados 250 e, após uma formação oferecida pela editora, restaram 50 contratados.

O primeiro número de *Veja* vendeu 650 mil dos setecentos mil exemplares impressos. Aproveitando-se do clima de polarização política, a revista foi lançada com uma capa que trazia a imagem em negro da foice e do martelo sobre fundo vermelho, para ilustrar a manchete “O grande duelo no mundo comunista” [Figura 1]. Uma “Carta do editor” assinada por Vitor Civita apresentava a revista como um **veículo de integração nacional**, afirmando que o país “precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos [...] **Embora o editorial não fizesse referência à conjuntura nacional, e a política não estivesse entre os temas nele listados como relevantes, a revista ficou marcada desde o início por suas coberturas políticas.** Já em outubro de 1968, por exemplo, *Veja* cobriu com detalhes a repressão ao congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP). (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2018, p. 1, sem grifos no original)

Figura 1 – Capa ed. nº 1 (11/9/1968)



Fonte: Acervo Digital *Veja* (2018)

Mesmo com a presença de jornalistas experientes, vindos de periódicos da época, a revista não se desenvolveu rapidamente. Tanto que logo após ser colocada nas bancas, houve queda nas vendas e no número de anunciantes. Dos 600 mil exemplares impressos, menos da metade foi vendida. Velasquez e Kushnir apontam que alguns números não ultrapassaram os 16 mil exemplares vendidos. Os motivos para a queda eram vários. Entre eles, a quantidade de textos e o *layout*.

Criada no período mais rígido do regime militar brasileiro, a revista sofreu tanto censura prévia como depois de já impressa. Segundo as autoras, quando da decretação do AI-5, a décima quinta edição da revista, com data 18 de dezembro de

1968, sofreu corte antes mesmo de ser impressa (a chamada censura prévia). Não suficiente, foi recolhida depois, já nas bancas.

Em 1969, *Veja* se aproveitou da novidade da corrida espacial e exibiu uma reação. Foi nesta época que surgiram as famosas “Páginas Amarelas”, que abrem a edição com uma entrevista no estilo pingue-pongue¹⁹. Houve ainda o acréscimo de seções sobre arte e entretenimento, além de um caderno de investimentos.

Como se pode constatar no texto das autoras, na equipe da editoria de política, chefiada por Raimundo Pereira, havia nomes como Henrique Caban, Armando Salem, Sebastião Gomes Pinto, Élio Gaspari, Dirceu Brizola, Katsuto Matsumoto, Luís Gutemberg, Bernardo Kucinski e Augusto Nunes. Àqueles alheios à área do jornalismo, muitos desses nomes podem não dizer muito. No entanto, aos jornalistas, o “time” composto por *Veja* à época evoca a importância que a revista muito precocemente teve na história do país. Alguns destes nomes, por exemplo, figuram em livros de comunicação e, quando não são os próprios autores, têm seus feitos estudados.

Em dezembro de 1969, os repórteres políticos de *Veja* aproveitaram-se de uma declaração do coronel Otávio Costa, da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), de que o governo de Médici não admitiria torturas, para publicar duas reportagens sobre a tortura aos opositores do regime nos quartéis e delegacias. Na edição de 10 de dezembro, denunciou-se a morte sob tortura de Chael Charles Schreier, 23 anos, morto no quartel da Polícia do Exército, em Deodoro, no Rio de Janeiro. Na reportagem, afirmava-se que “a horrível ingenuidade dos torturadores pode interessar a minorias fascistas interessadas em dominar o povo por meio de uma elite policial-militar. Não interessa, seguramente, a quem pretende estabelecer num país a normalidade democrática”. Esse número também foi apreendido nas bancas (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2018, p. 1).

Na década de 1970, *Veja* foi testemunha dos períodos mais duros e dos dias da pré-abertura política, mais brandos. Mesmo com os novos ares, a censura ainda era frequente, em alguns períodos mais fortes, outros mais leve. Não faltaram apreensões de edições inteiras, como a de número 169, de dezembro de 1971, que trazia reportagem sobre Haroldo Leon Perez, governador do Paraná, afastado por corrupção.

Segundo as autoras, para denunciar a censura, os jornalistas se valiam de artimanhas – algo que, podemos dizer, foi comum a outros meios de comunicação do

¹⁹ Pingue-pongue é o jargão jornalístico para as entrevistas publicadas com perguntas e respostas.

país, vide as receitas em páginas de jornais ou as previsões do tempo que anunciavam tempos sombrios²⁰. No caso de *Veja*, “a estratégia adotada para denunciar a censura foi a utilização recorrente de matérias sobre anjos, demônios, diabos e demonologia, no espaço aberto pelos cortes”, escrevem Velasquez e Kushnir. Outra estratégia eram as cartas, escritas pelos próprios jornalistas, elogiando reportagens que tinham sido cortadas (e, portanto, não publicadas).

As autoras são enfáticas em dizer que “a censura a *Veja* refletia a tensão existente entre o grupo mais próximo de [Ernesto] Geisel [então presidente do país], favorável ao relaxamento progressivo das regras de exceção, e a chamada ‘linha dura’ (idem). Estes últimos, como indicam, eram favoráveis à censura como forma de controle. Para citar como era o “funcionamento” da revista nesta época, as autoras narram que foi noticiada, por exemplo, a saída do general Ednardo D’Ávila Melo do comando do II Exército, em São Paulo. No entanto, o motivo não foi explicado. Na verdade, o afastamento tinha ligações com a morte do jornalista Vladimir Herzog.

Cabe ressaltar que o assassinato de Herzog é um dos casos mais emblemáticos dos “anos de chumbo” no Brasil, por mostrar a barbárie da ditadura militar. Então diretor de Jornalismo da TV Cultura, Herzog foi prestar depoimento no DOI-CODI em 25 de outubro de 1975 e nunca mais saiu. Segundo os militares, ele teria se suicidado, mas evidências demonstraram que ele foi torturado e morto. Além da morte do jornalista, a queda de Melo também se deveu ao assassinato do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976.

Esse enquadramento da ala mais dura das forças armadas foi acompanhado, no caso de *Veja*, por uma pressão mais direta sobre a direção da revista e do grupo Abril no sentido de um abandono da linha jornalística crítica e de uma aproximação com a orientação do regime. A pressão culminou, em fevereiro de 1976, com a saída do jornalista Mino Carta da direção de redação por pressão direta do Ministério da Justiça. A revista ficou entregue aos redatores-chefes José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu. Em solidariedade a Mino Carta, alguns editores se demitiram. Em depoimento prestado cerca de 20 anos depois, Carta caracterizou sua demissão como a maneira encontrada para garantir uma trégua na censura prévia e a manutenção de avais governamentais para financiamentos obtidos no exterior pela Editora Abril. Em 3 de junho de 1976, com um telefonema da Polícia Federal, a censura à *Veja* chegou ao fim (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2018, p. 1).

Diferentemente das autoras, o jornalista Paulo Henrique Amorim (2015) conta

²⁰ Recursos que foram usados, respectivamente, pelo *Jornal da Tarde* e pelo *Jornal do Brasil*. Este, um dia depois da publicação do AI-5.

que Mino Carta é que teria pedido demissão após testemunhar Roberto Civita “oferecer a cabeça de Millôr Fernandes” a Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, em troca de uma mudança na forma de censurar a revista. Dias antes, Carta havia conseguido arrefecer a censura, mas depois de algumas reportagens e de uma charge de Fernandes, o governo recuou.

A revista só se livrou totalmente da censura após a saída de Mino Carta, que [...] não foi despedido, e sim pediu, para não precisar receber nem um centavo dos Civita, segundo Mino, “figuras da pior qualidade” [AMORIM, 2015, p. 171].²¹

Fora da *Veja*, Mino Carta participou do lançamento de outra importante revista brasileira, a *IstoÉ*, que na época era mensal, um ano depois passou a ser semanal e se transformou em concorrente da publicação da Abril (VILAS BOAS, 1996). A concorrência não foi suficiente para evitar que *Veja* se transformasse no mais importante dos semanários nacionais. Velasquez e Kushnir contam ainda que, em 13 de setembro de 1978, um editorial de Vitor Civita comemorou os dez anos da revista. Alguns trechos desse texto são emblemáticos para ter uma noção do papel da revista no jornalismo brasileiro – e para possibilitar uma análise de seu posicionamento político-ideológico –, conforme mostramos no Quadro 1:

Quadro 1 – Síntese do editorial de *Veja* (ed. 523, 13 set. 1978)

Tema	Texto
O Governo militar de Ernesto Geisel	“[...] o governo do presidente Geisel — cuja estratégia de aperfeiçoamento democrático jamais deixamos de apoiar — se prepara para extinguir esta <i>celula mater</i> do arbítrio que é AI-5.”
Os princípios da revista	“Para começar, queremos afirmar que nos consideramos liberais [...] e ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução, e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade.”
Sobre o capitalismo	“Acreditamos, assim, no capitalismo democrático e estamos convencidos de que a livre iniciativa é o meio mais eficiente para se promover o progresso social [...] De maneira igualmente frontal somos

²¹ Em um primeiro momento, narrar este acontecimento pode não ter ligação direta com a pesquisa que apresentamos. Porém, achamos por bem mantê-la para ilustrar não apenas o que acontece nos bastidores dos órgãos de mídia, mas para demonstrar o processo produtivo, as relações de trabalho e a hierarquia os quais, conforme Felippi e Escosteguy (2013), baseadas em Martín-Barbero (2003), compõem as “lógicas de produção”.

	contrários a um capitalismo estático, excludente, onde o bem-estar de uns poucos é obtido à custa da privação dos outros.”
Sobre a intervenção do Estado	“Cabe ao Estado criar e desenvolver a infraestrutura econômica, bem como exercer atividades regulatórias, disciplinadoras e coordenadoras. Mas não admitimos a entrada do Estado em setores nos quais a livre iniciativa pode desincumbir-se sozinha.”
Sobre o capital estrangeiro	“Consideramos o capital estrangeiro um fator positivo para o progresso do país e cremos que, em seu atual estágio de desenvolvimento, o Brasil necessita de mais, não menos, investimentos vindos do exterior.”
Sobre a questão social	“O Brasil chega ao limiar dos anos 80 padecendo de graves problemas sociais e marcado por profundas desigualdades. Consideramos esta situação intolerável.”
Sobre os sindicatos e centrais sindicais	“Os sindicatos devem existir livremente e livremente negociar salários [...].” “[...] nos opomos à fundação das centrais sindicais tipo CGT, que fatalmente se concentram na ação político-ideológica.”
Sobre a democracia	“Neste momento crucial dos destinos nacionais, não hesitamos em afirmar que a caminhada para a democracia tem, como condição vital para o seu êxito, a manutenção da ordem pública.”
Sobre a ordem pública	“[...] estaremos permanentemente contra a agitação, o desrespeito à propriedade pública e privada, e a baderna.”
Sobre a violência e os direitos humanos	“Queremos um país onde a violência seja sempre combatida. Quem comete crimes deve pagar por eles. E nenhuma razão de segurança ou de Estado pode justificar a degradação dos direitos humanos.”
Sobre a anistia	“Somos a favor da tolerância e da conciliação nacional. Mas não vemos razão para se anistiar pessoas que infringiram o código penal alegando razões políticas, nem para se incentivar a reorganização de grupos políticos que não aceitam a convivência democrática.”

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Velasquez e Kushnir (2018, p. 1) e Civita (1978, p. 18-19).

A década de 1980 veio e, com ela, ares auspiciosos sopraram no país. Aos poucos, a democracia foi surgindo. Nesta época, a revista solidificou sua supremacia no mercado editorial e ultrapassou a tiragem de aproximadamente quinhentos mil exemplares em 1981, segundo Velasquez e Kushnir. As autoras destacam que mobilizações populares e a política econômica, colaboraram para o crescimento da revista. Em 1984 – época das Diretas Já! (Figura 2) – *Veja* ostentou várias matérias de capa sobre a campanha. Na época, o Congresso votaria a Emenda Dante de

Oliveira – a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983 –, que previa a eleição direta para presidente.

Na edição de 18 de abril, cuja capa trazia uma foto do comício que reuniu mais de um milhão de pessoas na Candelária, no Rio de Janeiro, a “Carta ao leitor” dimensionava o desejo de eleições diretas para a presidência como “a maior unanimidade popular já registrada na história do Brasil”. Prevendo a possibilidade de derrota da proposta no Congresso, concluía: “Será um triunfo perigoso, porém, se não entender o imenso clamor de mudança que o país não cessa de expressar nas ruas” (VEJA, 1978, p. 21 apud VELASQUEZ; KUSHNIR 2018, p. 1)

Figura 2 – Capa ed. 815 (18/4/1984)



Fonte: Acervo Digital Veja (2018)

Com a não aprovação da emenda, *Veja* se posicionou pela candidatura indireta de Tancredo Neves e de José Sarney. Na campanha, a revista deu destaque favorável à chapa. Já a Paulo Maluf, o opositor, era dado destaque negativo (*idem*). A certeza da vitória era tanta que as autoras narram que, em 16 de janeiro de 1985, a revista foi às bancas com um número especial sobre as eleições de 15 de janeiro. Mesmo sendo fechada antes do fim das votações, ela estampava a vitória de Neves. “Naquela edição *Veja* vendeu 545.800 exemplares, o que significava uma tiragem superior à de todas as outras revistas semanais de informação somadas” (*idem*)

Ao final de década, quando houve as primeiras eleições diretas para a Presidência pós-golpe de 1964, a revista atingiu a tiragem de oitocentos mil exemplares. Conforme as autoras, apesar de procurar dar destaque igualitário aos candidatos, o semanário não conseguiu esconder “certo fascínio” pela ascensão de Fernando Collor de Melo – “cujo programa se coadunava perfeitamente com as perspectivas da revista” (*ibidem*) – em detrimento aos dos demais candidatos, entre eles Leonel Brizola, Fernando Gabeira, Mario Covas e Luiz Inácio Lula da Silva.

Velasquez e Kushnir afirmam que no segundo turno das eleições, em que apenas Collor e Lula se enfrentaram, foram duas capas para cada um dos candidatos – o que mostrava um tratamento igualitário. Porém, no conteúdo, havia entrevistas com empresários de destaque defendendo a abertura ao capital estrangeiro e a harmonia entre capital e trabalho (o que se esperava de Collor). Por outro lado, havia menções sobre o fim dos regimes socialistas do Leste europeu – ligando, indiretamente, o socialismo a Lula.

À época: “[...] tinham a intenção explícita de identificar o programa defendido pela revista com a candidatura de Fernando Collor, já que eram reforçados os pontos mais conhecidos de seu discurso” (p. 1). A capa da edição de 13 de dezembro de 1989, lançada antes das eleições (Figura 3), é autoexplicativa:

Figura 3 – Capa ed. 1109 (13/12/1989)

EDITORIA ABREIL - EDIÇÃO 1 109
ANO 22 - Nº 49 - NC25 33,00
13 DE DEZEMBRO DE 1989

veja

**A BATALHA FINAL
PARA MUDAR O BRASIL**

**O que pode ocorrer no país
com Lula ou com Collor**



**Luís Inácio Lula
da Silva, do PT**



**Fernando Collor
de Mello, do PRN**

- /// **A crença no papel do governo para melhorar a vida dos pobres**
- /// **A confiança na ação das empresas estatais**
- /// **A fé no calote da dívida externa**
- /// **Reforma agrária a partir de 500 hectares**

- /// **O combate aos privilégios na máquina do governo**
- /// **A tentativa de abrir a economia**
- /// **A promessa de privatizar estatais**
- /// **Aumentar o bolo para dividir a renda**

Fonte: Acervo Digital Veja (2018)

Mais forte do que capa, a seção “Carta ao Leitor”, a qual respondia como editorial da revista, foi mais enfática (notam-se semelhanças com a “Carta” de 1978):

VEJA considera que não será com estatização, com cerceamento à livre iniciativa, com o incremento de conflitos entre capital e trabalho, com restrições aos investimentos, com o isolamento do mundo desenvolvido e com o nivelamento por baixo que o país irá melhorar. A revista defende desde a sua fundação, e reafirma nesta véspera de eleição, que o caminho para melhorar as condições de vida dos brasileiros é o da liberdade política e econômica, com o Estado se limitando a atuar na área da infraestrutura econômica e social e servindo como catalisador e redistribuidor dos frutos do desenvolvimento. É com base na defesa da liberdade política e econômica que VEJA cobrará do próximo presidente resultados concretos das promessas feitas por ele durante a sua campanha. Principalmente da promessa de melhorar decisivamente as condições sociais do país. (DEMOCRACIA..., 1989, p. 43, sem grifos no original)

Pesquisadora que se dedicou a analisar a publicação, Carla Luciana da Silva (2005) vê nos trechos “*VEJA* considera que não será com estatização, com cerceamento à livre iniciativa”; “conflitos entre capital e trabalho”; “a revista defende desde a sua fundação”; “liberdade política e econômica”, “frutos do desenvolvimento” e “*VEJA* cobrará do próximo presidente” – em negrito no excerto – uma reafirmação de sua opção por um candidato. Para ela, a revista explicitava que, “uma candidatura era expressão de movimentos sociais que tendiam a empurrar o governo para uma alternativa não comprometida com a ‘economia de mercado’”, ou seja, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (SILVA, 2005, p. 170).

A outra representava tudo o que *Veja* estava reafirmando como seu projeto, a liberdade ditada pelos padrões do mercado, a falsa ideia de harmonia entre capital e trabalho, escondendo a dependência do primeiro com relação ao segundo, e o papel do Estado em manter o trabalho sob domínio do capital, dedicando-se prioritariamente a impulsionar a acumulação do capital. E a revista se colocava de forma ameaçadora: cobraria do presidente... (idem)

Da mesma forma que *Veja* apoiou Fernando Collor a presidente, também houve um esforço, talvez provocado pela opinião pública, quando das denúncias de corrupção que acabaram por levar ao seu *impeachment*. Silva lembra que quando o caso “estourou”, havia tempos a corrupção em seu governo vinha sendo manchetes nas principais mídias do país, até mesmo na revista. No entanto, a “posição editorial de *Veja* resistiu a ela” (p. 195), criticando até mesmo um suposto denunciismo.

Figura 4 – Capa ed. 1.236 (27/5/1992)



Fonte: Acervo Digital Veja (2018)

Mesmo antes resistente, a revista publicou uma série de reportagens sobre um dossiê feito por Pedro Collor, irmão do presidente. No documento, constavam denúncias das atividades criminosas de PC Farias (codinome de Paulo César Farias), tesoureiro de campanha de Fernando Collor. No entanto, é com a capa da edição de 27 de maio, com a manchete “Pedro Collor conta tudo”, onde, além das atividades de PC, levantava a participação do presidente, que a revista fez história (Figura 4).

Na semana em que a entrevista estava para ser publicada, assessores da Presidência tentaram bloquear a publicação, através de telefonemas para Mário Sérgio Conti, diretor de redação, e Roberto Civita, então na direção do grupo Abril. Nos meses seguintes, pressões diretas de ministros de Collor e uma investigação contra Civita e as empresas do grupo no Banco do Brasil foram outras formas de pressão sobre a revista (VELASQUEZ; KUSHNIR 2018, p. 1).

Segundo Velasquez e Kushnir, ainda que *Veja* tivesse feito as reportagens com denúncias, foram mantidas posições reservadas sobre o que viria a seguir. Tanto que até mesmo em capa do dia 1º de julho de 1992, havia a aposta de que Collor se manteria no poder. Com a pergunta: “No que vai dar a crise”, ao lado de uma foto de Collor e seu vice, Itamar Franco, se cumprimentando, a capa trazia abaixo cinco opções, como em uma questão de vestibular. A resposta de *Veja* era clara: “Color continua, fraco”.

Finalizada a era Collor, assumiu Itamar Franco. Porém, o destaque maior dado pela revista foi para o seu ministro Fernando Henrique Cardoso, que atuara nas Relações Exteriores, entre outubro de 1992 e maio de 1993, e depois seguiu na pasta da Fazenda até 30 de março do ano seguinte, quando lançou o Plano FHC II, também chamado de Plano Real, que acabou por levá-lo à vitória nas urnas.

Antes da vitória, no entanto, a revista não poupou matérias elogiosas a FHC, que concorria com Luiz Inácio Lula da Silva: “[...] na seção ‘Plano Econômico’, se publicou: ‘o real brilha na campanha e dá votos: animado com a estabilização da economia, o eleitorado vai às compras e infla a candidatura de FHC’” (VEJA, 1994, p. 32 apud SILVA, 2005, p. 280). O entusiasmo chegava até no editorial, onde se pôde ler: “‘O Plano Real é um primeiro passo, até aqui extremamente bem-sucedido, de uma série de medidas que poderão fazer o Brasil melhorar’. Portanto, caberia aos eleitores confirmar essa expectativa nas urnas” (VEJA, 1994, p. 27 apud SILVA, 2005, p. 280).

Figura 5 – Páginas ed. 1.762 (31/7/2002)

Brasil

LULALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS

As metas do PT são generosas. Mas algumas são realizáveis só no campo da fantasia. Assim como algumas de Garotinho, Ciro Gomes e também do tucano José Serra

Mário Sabino

O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, divulgou na semana passada as metas de seu programa de governo relativas à expansão de empregos e à melhoria das condições dos trabalhadores. As principais são as seguintes: assegurar que o produto interno bruto cresça em média 5% ao ano, dobrar o salário mínimo no prazo de quatro anos, reduzir a jornada semanal de 44 para quarenta horas (sem redução de salário), gerar 10 milhões de postos de trabalho. É um plano perfeitamente realizável — no País das Maravilhas de Alice, a personagem de Lewis Carroll. Há de se reconhecer que Lula não é o único presidenciável que frequenta esse território de fantasia. À medida que as eleições se aproximam e a concorrência se acirra, Anthony Garotinho, Ciro Gomes e até José Serra, habitualmente um apóstolo do princípio de realidade, vão ganhando feições parecidas com as dos amigos de Alice: o Chapeleiro Maluco, o Gato Risonho e o Coelho Branco.

Está certo que, em política, a demagogia costuma ser um elogio que o vício presia ao pragmatismo. Dizer a verdade, somente a verdade, equivale a tomar um banho numo à impopularidade. "Quase sempre é fácil encontrar a verdade. Difícil é, uma vez encontrada, não fugir dela", teria observado Getúlio Vargas, o patrono do populismo brasileiro. Esse fato da vida torna-se ainda mais evidente em época de eleição, seja aqui ou em latitudes mais frias. Mas não

dá para ignorar que a taxa de promessas delirantes ou viciadas da atual campanha anda alta mesmo levando-se em conta os larguíssimos padrões nacionais. Para enfrentarem a situação especialmente delicada por que passa o Brasil, em que se conjugam queda de renda, estagnação produtiva, desemprego crônico e pobreza, os candidatos dão a entender que o Estado dispõe de uma cornucópia salvadora. O preocupante é que, mais do que fazer jogo de cena, eles realmente parecem acreditar que basta pronunciar fórmulas, como "vontade política", "política industrial" ou "desprivatização do Estado" (a mais nova invenção de Lulallice e seus amigos), para que dessa cornucópia ~~transborda~~ um rio de dinheiro capaz de fazer o sertão virar mar.

Tais fórmulas, proferidas em geral com uma gravidade acacia, são tão efetivas para promover mudanças quanto "abracadabra, leite de cabra, um, dois, três". A verdade é que todos fogem é que, se um sujeito comum administrasse o seu orçamento doméstico como os candidatos pretendem gerir os cofres públicos, necessitaria ter a cabeça decepada pela Rainha de Copas, a malvada abilitada do País das Maravilhas. O crescimento do Brasil é emperrado por causa do excesso de governo, e não por falta dele. Cerca de 40% de toda a riqueza produzida no país vai parar nas mãos do Estado, através de impostos diretos e indiretos. Mas, como o Leviatã brasileiro ainda assim continua desdentado (gasta muito mais do que arrecada), ele recorre a empréstimos bancários, pagando juros acachapantes que se tomam referência e encarecem o crédito ao setor produtivo. É possível um país crescer dessa forma?

Alice do País das Maravilhas tinha um biscoito mágico que a fazia aumentar e diminuir de tamanho. Já que não existe esse tipo de aditivo na vida real, a única maneira de um candidato aumentar a sua estatura, caso seja eleito, é encoltendo o tamanho do Estado. A consequência seria uma maior circulação de riquezas e a multiplicação da capacidade de investimento da iniciativa privada — o que resultaria em mais empregos. Os postulantes à Presidência da República, no entanto, querem entrar na História por obra de ficção. **Lulallice** promete mundos e fundos, mas não diz quem pagará a conta do banquete. O aumento do salário mínimo que está previsto em seu programa acrescentaria 7 bilhões de reais por ano ao rombo da Previdência, um buraco que já anda na casa dos 60 bilhões de reais. Além disso, seus planos de crescimento requerem um cenário internacional tão cor-de-rosa quanto a pantera do desenho animado (veja quadro na pág. 32). O capitalismo de Lulallice, enfim, não dá nem para brincar de Banco Imobiliário.

As mirabolâncias de Anthony Garotinho, então, são dignas do Chapeleiro Maluco. Ele diz que, se eleito, reajustará o salário mínimo para 280 reais já em maio de 2003. Isso representaria um custo adicional para a Previdência de quase 13,5 bilhões de reais. Apenas cinco pro-

Fonte: Acervo Digital *Veja* (2018)

Após a eleição, nem mesmo denúncias de irregularidades envolvendo financiamento de campanhas eleitorais e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) foram suficientes para abalar o apoio da revista ao governo FHC. Tanto que, em 1996, uma edição especial de Natal trazia o então presidente, em charge, com um saco de presentes com o formato do mapa do Brasil (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2018).

O apoio dado em 1994 repetiu-se – ou acentuou-se – em 1998. Aprovada a reeleição para a Presidência – por meio de uma emenda à Constituição, em 1997, novamente o presidente foi incensado:

Fernando Henrique foi apresentado como o “CANDIDATO REAL: FHC se prepara para outra campanha ancorado na moeda”. Ou seja, já no título se constrói a expressão polissêmica: ele seria real, efetivo [...] a própria moeda” (FILHO, 1998, p. 24 apud SILVA, 2005, p. 349).

Se em 1998 FHC recebia loas e Luiz Inácio Lula da Silva era desprestigiado, nas eleições de 2002, com a impossibilidade da reeleição do primeiro, *Veja* foi buscar o que Silva classificou de “anti-Lula”. Alvo do sarcasmo, o candidato era chamado de “Lulalice” por *Veja*, uma alusão à obra *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carol. Silva analisa que, na tentativa de derrotar Lula, a revista adotaria uma dupla estratégia e, ao mesmo tempo em que fazia campanha para o herdeiro de FHC, José Serra, tentava bloquear as iniciativas do primeiro. “Em outros termos, produzir um anti-Lula, mesmo que este fosse o próprio Lula” (p. 359). José Serra teve uma sobrevida e conseguiu alcançar o segundo turno, com isso, a estratégia da revista mudou e quando já não se apontava a vitória de Serra, “o alvo foram os ‘radicais’, que representariam a ‘esquerda oculta e dissimulada’ do PT”. Ou seja, havia um risco no novo governo.

3.1.2 *Veja* hoje

Apesar de extenso, o histórico que acabamos de percorrer é necessário para o entendimento da pesquisa, uma vez que mostra que a revista criou um “padrão de comportamento” desde o governo militar e apresenta tendência de mantê-lo. Seja por meio de editoriais, seja por meio de colunas de opinião, seja por meio de suas reportagens, de fotografias ou de infográficos, a revista *Veja* mantém um posicionamento firme em relação à propriedade privada, ao capital estrangeiro, às concepções da esquerda e de direita e ao papel do Estado, entre outros.

Por meio do histórico, é possível aduzir que, como meio de comunicação, como mídia, a publicação cumpre com fidedignidade seu papel de “instituição paradigmática” (THOMPSON, 2011). Conforme o sociólogo estadunidense, cujo objeto de estudo é a influência midiática na sociedade moderna, instituições paradigmáticas são aquelas que fornecem “a estrutura para a acumulação intensiva de um certo tipo de recurso, e daí uma base privilegiada para o exercício de uma forma de poder (p. 39). Por meio dos recursos acumulados, é possível o exercício de determinado poder. No caso de *Veja*, houve a acumulação de um poder simbólico – por parte da própria publicação – que possibilitou a outros setores da sociedade, como o Estado e as empresas comerciais, a acumulação de poder político e econômico, respectivamente.

Estas particularidades serão mais bem explicadas na seção a seguir, quando pontuaremos a postura da revista quanto ao relacionamento de Brasil e Paraguai e a visão noticiada – ou propagandeada – do veículo em relação ao país vizinho.

Antes, cumpre considerar alguns dados atuais da revista, que completou 50 anos em setembro de 2018 e, para comemorar a data, lançou em sua página na internet um especial lembrando seus principais marcos. Em 2018, além da *IstoÉ*, *Veja* tem como concorrente a revista *Época* – das Organizações Globo, que detêm ainda o jornal *O Globo*, a Rede Globo de Televisão e o canal por assinatura Globo News, entre outros. A elas se juntam a *CartaCapital*, capitaneada por um dos fundadores de *Veja*, Mino Carta.

Os fundadores, Victor e Roberto, morreram em 1990 e 2013, respectivamente. Sua tiragem semanal ultrapassa um milhão de exemplares. Nas redes, os números são ainda mais superlativos: em setembro de 2017, chegou a mais de 30 milhões de visitantes mensais. Em abril de 2018, quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi preso, foram 30,2 milhões de leitores. O mesmo segue com as redes sociais de *Veja*: no Facebook, mais de 7,2 milhões de pessoas curtem a página. Segundo o *site* da revista – que está no ar desde 1997 – este número é cerca de um milhão acima dos visitantes da página do *Washington Post*²².

Em agosto de 2018, o mundo editorial brasileiro foi surpreendido pela notícia de que o Grupo Abril, que além de *Veja* detém outros títulos, havia entrado com um pedido de recuperação judicial em razão de uma crise interna. Títulos foram fechados

²² Dados disponíveis em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

e profissionais demitidos. Em dezembro, o Grupo Abril foi vendido ao empresário especializado em recuperação de empresas Fábio Carvalho. A negociação teria de ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o que ocorreu no início de 2019. “Com a concretização do negócio, Fábio Carvalho será o CEO do Grupo Abril e se juntará a executivos atuais da empresa, bem como aos profissionais da Alvarez & Marsal, atuais responsáveis pela gestão da crise que o Grupo enfrenta” (SUTTO, 2018, p. 1).

Em janeiro de 2019, as editoras Globo, Ediouro, Panini, Três e EBR questionaram o CADE sobre a venda do grupo. As empresas solicitaram que fossem consideradas partes interessadas no processo e alegaram que a aprovação da venda do grupo, em 8 de janeiro, fora precipitada, pois não teria considerado a concorrência. Segundo as editoras, poderia ter havido troca de informações entre o advogado Fábio Carvalho e a gestora da crise antes da compra (FRIAS, 2019). A solicitação foi negada.

3.2 O PERCURSO ATÉ O MÉTODO

O processo para a escolha do método adotado nesta pesquisa foi longo. Inicialmente, em discussões no grupo de pesquisa coordenado pela orientadora, foi aventada a possibilidade de se utilizar um método próprio das pesquisas em comunicação. Para tanto, foi consultada uma bibliografia composta por obras que versam sobre pesquisas em comunicação e, mais especificamente, em jornalismo.

Por meio da leitura de Lopes (2003), foi estabelecido que se assumiria uma postura crítica primeiramente àqueles que rejeitam a junção tanto de técnicas de investigação quanto de análise que não sejam do mesmo paradigma teórico-metodológico. Da mesma forma, seria necessário ter em mente que “a utilização acrítica e sem vigilância epistemológica das técnicas de pesquisa e de análise originadas de diferentes paradigmas, que conduz a um ecletismo ingênuo e insustentável” (p. 147), também deveria ser evitada.

Com as inferências da autora em mente, foi possível estabelecer alguns parâmetros à escolha do método. O primeiro era que esse deveria ser interdisciplinar, em razão de a área da comunicação ter esta característica. O segundo parâmetro estabelecido foi que mantivesse alguma conexão com o jornalismo. No entanto, mesmo com a adoção de ambos os parâmetros, não foi possível, em um primeiro

momento, encontrar um método que apresentasse essas características.

O panorama modificou-se em outubro de 2017, quando da realização do congresso internacional *Humanidades nas Fronteiras – imaginários e culturas latino-americanas*, no qual um dos artigos apresentados teve como base uma pesquisa onde foi utilizado o método indiciário. Ainda durante a apresentação, nos foi dada a orientação de que pesquisássemos sobre tal método.

Recebida a orientação, o passo posterior foi a leitura das obras *O fio e os rastros – verdadeiro, falso, fictício* (2007b) e *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história* (2007a), ambos de Carlo Ginzburg. Neste último, mais precisamente no capítulo “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” (p. 143-179), o historiador apresenta esse método que, segundo ele, seria muito mais próximo das Ciências Humanas e perpassa a história do homem desde que este era caçador-coletor. Conforme Ginzburg, nesta fase do desenvolvimento da humanidade, por meio da observação, aspectos particulares da presa, como peso, por exemplo, eram identificados pelos caçadores. Segundo ele, a investigação minuciosa tinha como base pistas e indícios como pegadas, pelos e até as fezes:

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barbas. Aprendeu a fazer operações com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo (GINZBURG, 2007a, p. 153).

O paradigma indiciário, infere, esteve posteriormente ao lado de adivinhos da Mesopotâmia; ajudou médicos a curar doenças; levou um médico estudioso da arte a criar um método preciso para verificar a autenticidade, ou não, de obras; foi enaltecido na literatura nas aventuras de Sherlock Holmes, criadas por Arthur Conan Doyle, e ajudou Freud a estabelecer as raízes da psicanálise.

Em cada um dos contextos em que fora aplicado, tal paradigma recebeu um nome por parte do historiador. O que serviu aos caçadores-coletores seria o Paradigma Venatório (relativo à caça); o relacionado aos adivinhos seria o Paradigma Divinatório; os médicos da antiguidade seriam os precursores do Paradigma Semiótico. Já o chamado Método Indiciário esteve presente tanto em textos do século

XVIII quanto no romance policial dos dois séculos seguintes.

Vencida a etapa da leitura das obras do historiador italiano, a pesquisa se concentrou em artigos científicos com vistas a aprofundar o conhecimento sobre este paradigma. Uma das indicações, era de que além de ser inter e pluridisciplinar (ZORZAL, 2014), o método indiciário poderá ser aplicado em uma pesquisa da área da comunicação e, de forma ainda mais específica, no jornalismo.

Esta conjectura se originou devido à percepção de que esse método seria próximo ao fazer jornalístico – área de atuação do pesquisador e, de certo modo, também objeto da pesquisa. O jornalista profissional, antes de produzir uma reportagem, necessita de uma pauta a qual irá abordar. Para essa escolha, é necessário que os profissionais antes de tudo tenham uma visão crítica, para avaliar o que será de interesse não apenas do meio de comunicação, o qual segue uma linha e uma política editoriais.

O jornalista, ao partir de indícios, usa técnicas semelhantes às de um detetive para apurar a informação e transformá-la em notícias. Em suma: o jornalista de fôlego lê, pesquisa, procura, analisa, pondera, investiga. Sua base parte de pistas, conjecturas, indícios. Essa etapa é chamada de apuração. Nesse momento, o jornalismo se encontra com o paradigma indiciário.

[...] percebe-se que as técnicas de apuração para a produção de material jornalístico – sobretudo em se tratando de **jornalismo investigativo** – se utilizam do método indiciário. A produção de quaisquer notícias por si só é parte de um processo **investigativo**. Certamente que entre os tipos de matérias e gêneros jornalísticos existentes, o grau de **investigação** também é variável. E é a partir desse processo **investigatório** que, por dedução lógica com base em pistas e fragmentos de informações aliados a informações obtidas junto a fontes concretas, o profissional de Jornalismo chega a conclusões que a racionalidade dos dados não nos permite visualizar numa primeira análise superficial dos fatos. O jornalista, assim como o historiador, lança mão da razão e da sensibilidade de forma consistente e com todo o rigor exigido seja pelo Jornalismo, seja pela ciência (MOREIRA, 2010, p. 3-4, grifos nossos).

O excerto de Moreira ilustra bem como o jornalista pode ser classificado como indiciarista. Tal característica é alcançada por meio das necessidades oriundas do cotidiano desses profissionais, que reúne características que vão desde aquelas relativas à caça quanto às relativas aos detetives policiais. Esse processo de coleta e investigação é fundamental para o jornalismo.

Diante de todas estas argumentações, podemos inferir que o Jornalismo é uma disciplina indiciária. Mas esta constatação pode ser ampliada, pois além da possibilidade de usar o indiciário no fazer jornalístico, é possível usá-lo na pesquisa sobre o jornalismo, como a proposta aqui. Desta forma, ao usar o indiciário também na pesquisa jornalística incorre-se em um modelo metalinguístico. Ou seja, o indiciário, usado na apuração das reportagens, será, nesta pesquisa, usado como método para analisá-las criticamente.

4 O PARAGUAI AOS OLHOS DE VEJA: UM RETRATO DO PAÍS GUARANI ENTRE 2007 E 2013

4.1 O EPICENTRO DO CRIME ONDE É PERIGOSO SER BRASILEIRO

Ao propor o método indiciário na análise de matérias jornalísticas, nos defrontamos com um dilema prático: como chegar aos detalhes, aos indícios, aos fragmentos que elucidariam qual o papel desempenhado pela revista *Veja* ao retratar o Paraguai e as relações deste com o Brasil? Para isso, foi necessário se ater às particularidades dos textos de revistas, geralmente menos diretos, mais profundos e interpretativos do que aqueles presentes em jornais.

As revistas exigem de seus profissionais textos elegantes e sedutores. Considerados os valores ideológicos do veículo, não há regras muito rígidas. Há isto sim, uma conciliação entre as técnicas jornalística e literária. Não fazem exatamente literatura [...] mas a técnica literária é perfeitamente compatível com o *estilo jornalístico*. O *estilo magazine*, por sua vez, também guarda suas especificidades, na medida em que pratica um jornalismo de maior profundidade. Mais interpretativo e documental do que o jornal [...] (VILAS BOAS, 1996, p. 9, grifos no original).

Para encontrar os indícios acerca do posicionamento da revista *Veja* quanto às relações entre Brasil e Paraguai, entre os anos de 2007 e 2017, fez-se uma busca no Acervo Digital²³ do veículo tendo como parâmetro o termo “Paraguai”. Foram encontradas cerca de 90 edições com menções ao país vizinho em cadernos especiais – contendo várias reportagens – em reportagens simples, entrevistas, editoriais (chamados pela revista de “Cartas ao Leitor”), cartas de leitores ou de autoridades, artigos de opinião, etc.

Das 90 edições – muitas delas com várias menções ao país, sejam em textos correlacionados ou não – encontradas no Acervo Digital, 66²⁴ foram consideradas relevantes por apresentarem sinais (indícios) que poderiam levar a responder o problema de pesquisa aqui apresentado. Como forma de separar os temas dos textos e sistematizar uma análise mais profunda, foram elencados oito eixos temáticos – sete deles baseados nos temas encontrados nas pesquisas analisadas no estado da arte. São eles:

²³ O Acervo Digital reúne todas as edições impressas de *Veja*, que foram digitalizadas e disponibilizadas aos assinantes. Estão no acervo desde a primeira edição até o último número em banca.

²⁴ Serão descritas e analisadas em profundidade os materiais considerados mais relevantes para a pesquisa.

- 1) Criminalidade, ações de segurança, vigilância e controle fiscal;
- 2) Propriedade de terras por brasileiros / presença de brasileiros no território guarani (os brasiguaios);
- 3) Soberania energética por meio do controle da Itaipu Binacional;
- 4) Presença militar na fronteira;
- 5) Conivência entre militares dos dois países durante e depois do período de exceção;
- 6) Força econômica brasileira;
- 7) Mercosul; Unasul/Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a alardeada soberania na América Latina.
- 8) Além destes eixos, identificamos um oitavo, nominado como “novo Paraguai”. Neste, há colocações elogiosas em relação ao país.

Antes da descrição e análise dos principais materiais encontrados, cumpre tecer alguns comentários sobre a metodologia de classificação. Após uma leitura preliminar dos textos, foi atribuído um ou mais números (de 1 a 8), de acordo com os eixos temáticos supracitados. É importante destacar que um mesmo texto sobre o Paraguai pode apresentar informações ou considerações sobre mais de um tema. A estes foi atribuído mais de um número.

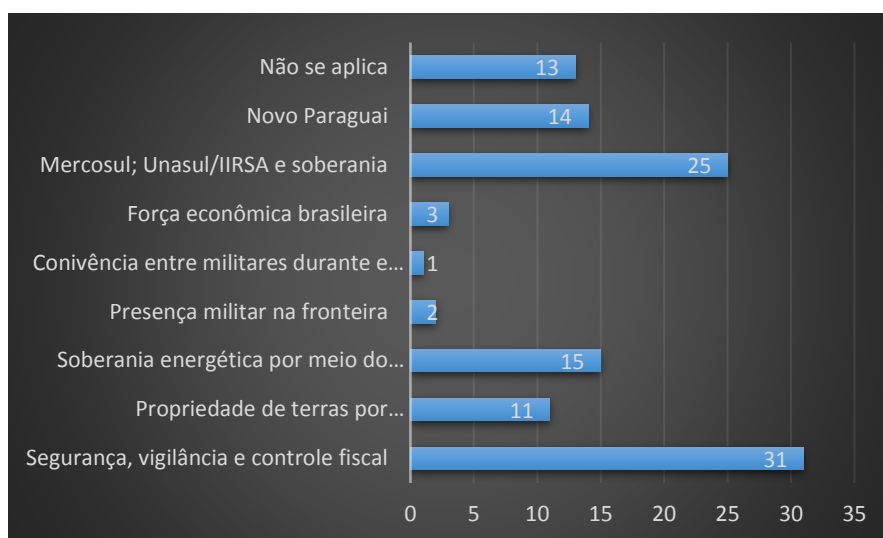
Mais de uma menção na mesma edição foi considerada na contagem apenas quando se tratava de assuntos diferentes ou, quando fosse o mesmo assunto, porém em reportagens, artigos ou notas diferentes. Ou seja, se havia uma chamada de capa e no índice para a mesma reportagem, foi considerada apenas uma menção. Porém, se assuntos correlatos foram tratados em reportagens, colunas ou notas diferentes, com vários ângulos de análise, cada uma das matérias foi considerada. Os materiais que não se enquadraram em nenhum dos oito eixos foram classificados como NA (não se aplica). O resultado pode ser verificado no Gráfico 1.

Como se pode notar no Gráfico 1, entre 2007 e 2017, a maioria das matérias de *Veja* relacionadas ao Paraguai, ou que citaram o país, tratava de questões ligadas à criminalidade, segurança e controle fiscal. Foram encontrados 31 textos, entre reportagens, entrevistas, notas, artigos de opinião, colunas, editoriais ou cartas dos leitores.

Temas ligados ao Mercosul ou à Unasul ou à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), além da suposta soberania brasileira

na América Latina, resultaram em 25 textos de *Veja* entre 2007 e 2017. Em seguida, aparecem os materiais relacionados ao “novo Paraguai” (14 textos). Nestes materiais, o país vizinho ou seus habitantes e autoridades foram mostrados de forma positiva, ou, como veremos a seguir, de forma dúbia: apesar de criticar, a reportagem mostrava a grandeza econômica paraguaia, por exemplo. Quase mesmo número de textos (15) foram dedicados às questões relacionadas à Itaipu Binacional ou à soberania energética brasileira.

Gráfico 1 – Nº de textos citando o Paraguai em *Veja* de acordo aos temas (2007-2017)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Acervo Digital *Veja* (2008).

Treze textos de *Veja* não versavam sobre nenhum dos temas estabelecidos. No entanto, algumas serão aqui comentadas por serem relevantes para se ter um panorama de como o país vizinho é tratado pela publicação. A propriedade de terras por parte dos brasileiros e a presença dos brasiguaios também foi noticiada pela revista em 11 materiais. Por fim, foram encontrados no Acervo Digital apenas três materiais ligando alguma questão paraguaia à força econômica do Brasil e apenas três sobre a presença de militares na fronteira ou sobre a ação conjunta dos militares de ambos os países.

4.1.1 A meca do contrabando

Abre o rol de textos referentes ao Paraguai os que compuseram o caderno especial “Crime”, publicado na edição 1990 de *Veja*, que chegou às bancas em 10 de

janeiro de 2007. Com mais de 40 páginas, o especial é aberto com um índice específico – diferente do índice geral da revista.

Este caderno especial é emblemático para demonstrar como se deu a aplicação do método indiciário. Com base nas particularidades da mídia revista, foram adotados critérios para coletar indícios que permitam identificar a posição ideológica de *Veja*. Esses indícios são o uso de adjetivos, as comparações, o apego ao sensacionalismo, a mensagem transmitida pelas fotografias, as informações de infográficos e o subtexto das entrelinhas já que, em geral, nas revistas, não é na superfície do texto que reside sua intencionalidade: “Dentro do assunto tratado, a reportagem de revista repercute um ponto de vista genérico, que poderíamos chamar de *tendência*. Mas de forma velada” (VILAS BOAS, 1996. p. 41, grifos no original). Desta forma, buscamos “dissecar” o caderno em reportagens. Por sua vez, cada reportagem foi dividida em partes menores, isolando os detalhes, como forma de encontrar indícios que pudessem indicar qual a função da publicação ao retratar o país guarani e sua relação com o Brasil.

Cumpra aqui abrir parênteses para demonstrar como o texto e os aspectos gráficos – fotografias, posição dessas em relação à página, posicionamento da página em relação ao corpo da revista (se par ou ímpar), infográficos e demais artes, além das fontes, formatos e cores – foram analisados neste caderno e nos demais materiais de *Veja*. A proposição foi, por inspiração de Carlo Ginzburg, proceder a uma análise morelliana.

Repleto de contextualização histórica, o texto emblemático de Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história* (2007a), é especialmente minucioso ao falar de Giovanni Morelli. O Método Morelliano veio à tona entre 1874 e 1876, quando foram publicados vários estudos, em alemão, sobre pintura italiana. Esse método seria a consolidação do paradigma indiciário. Tais estudos, que apresentavam um novo método para verificação de autoria de quadros, foram trazidos à luz por dois desconhecidos: um estudioso russo chamado Ivan Lermolieff e Johannes Schwarze – respectivamente autor dos estudos e o tradutor destes para o alemão. Anos depois, a verdadeira autoria e tradução de ambos foi revelada. A obra em questão era de Morelli, que assinara tanto o texto quanto a tradução com nomes fictícios. Mas mais surpreendente que a história era o Método Morelliano:

Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor

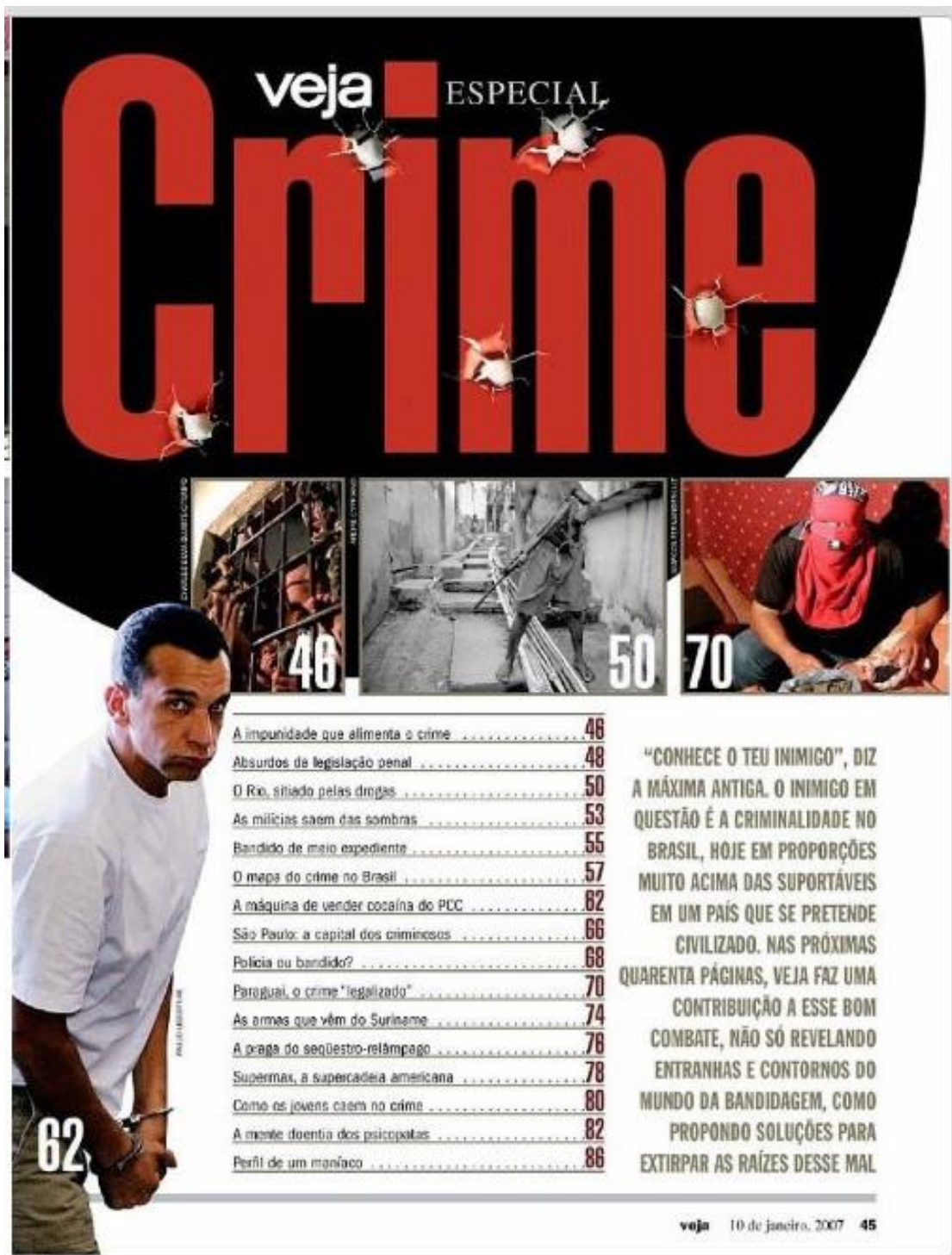
é difícil: muitíssimas vezes encontramos-nos frente a obras não-assinadas, talvez repintadas ou num mau estado de conservação. Nestas condições, é indispensável poder distinguir os originais das cópias. Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. Dessa maneira Morelli descobriu, e escrupulosamente catalogou, a forma de orelha própria de Botticelli, a de Cosmè Tura e assim por diante: traços presentes nos originais, mas não nas cópias (GINZBURG, 2007a, p. 144).

Em síntese, o método de Morelli se centrava nos detalhes. Porém, embora tenha tido grande repercussão, foi criticado e caiu em descrédito. Segundo Ginzburg, o responsável por sua volta ao foco de interesse foi Edgar Wind (1900-1971) – também historiador da arte, nascido na Alemanha, mas radicado na Grã-Bretanha. Nas palavras do historiador italiano contemporâneo, é possível saber que Wind afirmou que qualquer museu de arte estudado por Morelli adquiria a característica de um cenário criminal. No material de *Veja* aqui analisado, obviamente, não é de nosso interesse identificar a autoria dos textos e dos aspectos gráficos, ou verificar sua veracidade, mas sim, destacar detalhes que, embora algumas vezes sejam percebidos pelo leitor, não são vistos por ele com criticidade e, por isso mesmo, não lhe é possível entender – ou não é de seu interesse saber – a intencionalidade da mídia em questão.

Na análise da capa do caderno especial (Figura 6), é possível reparar que a revista deu preferência a uma página ímpar²⁵ para abrir o suplemento o qual, se anuncia em um texto auxiliar, terá 40 páginas. Ao alto, há nome da revista e a palavra “Especial”, logo abaixo, em fonte na cor vermelha, a palavra “Crime”. Essa está com perfurações, como se tivesse sido atingida a tiros. Na capa do suplemento, aparece o primeiro indício de que o Paraguai será destaque negativo nos textos internos: para chamar para o material foi usada a frase “Paraguai, o crime legalizado”. Ainda na abertura do caderno especial, há uma grande foto de Marcola – Marcos Willians Herbas Camacho –, considerado o líder do Primeiro Comando da Capital (PCC) –, e de outros criminosos (Figura 6).

²⁵ As páginas ímpares de jornais e revistas são mais valorizadas, em razão de o leitor visualizá-las primeiro ao folhear a publicação.

Figura 6 – capa caderno “Crime”. ed. 1990 (10/1/2007)



Fonte: Acervo Digital *Veja* (2018)

Apesar de o Paraguai ser mencionado apenas uma vez no índice, o país aparece em várias das reportagens. O primeiro texto do caderno a mencioná-lo diretamente é “O mapa do crime no Brasil”. Não assinado, o material, como o título já indica, traça rotas da criminalidade no país e afirma que, para combater o crime de forma endógena, é preciso “entender a sua dimensão” (p. 57). Analisá-lo também é um exercício de como utilizar o método indiciário para obter pistas, fragmentos, indícios: há um enorme infográfico com um mapa da América do Sul mostrando as rotas do tráfico de maconha e cocaína. A região da fronteira Brasil-Paraguai está destacada e o país vizinho é apontado como o principal fornecedor de maconha do mundo, com produção anual de três mil toneladas. Na linha fina²⁶, há o seguinte texto:

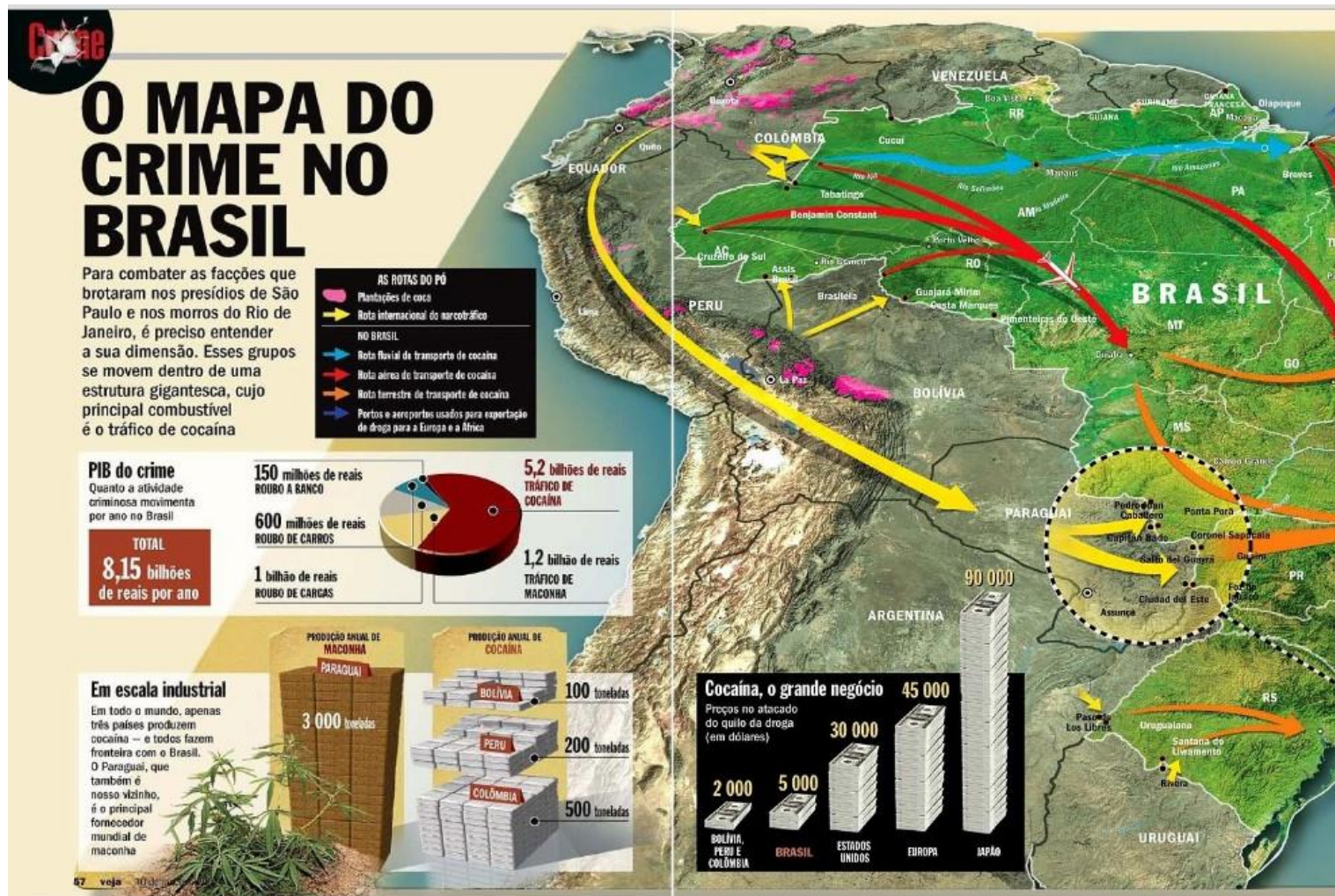
Para combater as facções que brotaram nos presídios de São Paulo e nos morros do Rio de Janeiro, é preciso entender a sua dimensão. Esses grupos se movem dentro de uma estrutura gigantesca, cujo principal combustível é o tráfico de cocaína (O MAPA..., 1990, p. 57).

A dimensão apresentada na linha-fina da matéria é exemplificada por infográficos como o que mostra o PIB do crime, por exemplo, e pelo próprio mapa. Como o texto e a arte estão em um falso espelho²⁷, o mapa da América Latina toma conta de toda a página da direita (59). O Paraguai é destacado neste material cartográfico por meio de um círculo de linha tracejada, onde se vê os nomes de Ciudad del Este, de Assunção, Pedro Juan Caballero e outras cidades. No lado brasileiro, o destaque é dado a Foz do Iguaçu, Guaíra e Ponta Porã. No mapa (Figura 7), é possível perceber que o Paraguai aparece destacado como polo de entreposto do tráfico de cocaína. É preciso salientar que o “mapa do crime” na revista está na página ímpar, de número 59 (houve um equívoco na impressão e abaixo da primeira página há o número 57. No entanto, no manuseio da revista constata-se tratar da página 58). Como de praxe no mundo do jornalismo, os dados mais importantes, assim como as reportagens de maior impacto ou aquilo que se deseja dar mais destaque, são colocados na página ímpar (à direita). Isso se deve ao fato de, ao ler os impressos, o leitor automaticamente dirigir seu olhar primeiramente para esta página.

²⁶ Linha fina, ou linha auxiliar, é o nome dado a um pequeno texto colocado logo abaixo do título ou de uma manchete e serve como complementos destes. Nos jornais, tem o mesmo número de colunas do título.

²⁷ Falso espelho é o nome que se dá quando a matéria ou a arte do impresso toma conta de duas páginas, como se essas fossem exatamente o meio da revista ou do jornal, mas na verdade não o são. Quando a reportagem ou a arte ocupa exatamente as duas páginas centrais, estas são chamadas espelho.

Figura 7 – Infográfico “O mapa do crime no Brasil”. Ed. 1990 (10/1/2017)



Fonte: Acervo Digital *Veja* (2018)

Na página à esquerda do material de *Veja* (58), há um pequeno infográfico onde se lê:

Em escala industrial
Em todo o mundo, apenas três países produzem cocaína – e todos fazem fronteira com o Brasil. O Paraguai, que é também nosso vizinho, é o principal fornecedor mundial de maconha (O MAPA..., 1990, p. 58).

Nas páginas seguintes (60-61), há a continuidade do mapa. Em um *box*²⁸, a região de fronteira entre Brasil e Paraguai é denominada de “epicentro do tráfico e do contrabando” (p. 60). Especificamente em relação a Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, a revista afirma que são “um dos mais movimentados centros de lavagem de dinheiro do planeta” (p. 60-61). A região de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) é citada como “a principal porta de entrada de cocaína no Brasil”; as áreas próximas a Coronel Sapucaia (BR) e Capitán Bado (PY) são “o maior polo de cultivo de maconha do mundo” o qual “abastece 80% do mercado brasileiro”; por sua vez, Guaíra e Salto del Guayrá são “o maior centro de contrabando de cigarros do continente”.

Identifica-se, no texto, a predominância de adjetivos superlativos. Tudo na região da fronteira Brasil-Paraguai é maior: “mais movimentado”, “maior polo”, “maior centro”. Quando não é superlativo, o adjetivo indica indiretamente a superioridade: “a principal porta”. Até estas páginas (60-61), o Paraguai não é o principal assunto da reportagem. Porém, os indícios de que o país é indiretamente culpado pelas mazelas que assolam as grandes cidades estão presentes o tempo todo no texto. Há também a dicotomia fronteiras (periferia) e grandes cidades (centro).

Indiretamente, a Tríplice Fronteira é citada à página 61: em um infográfico sobre a apreensão de drogas, a BR-277, principal ligação de Foz do Iguaçu com o restante do país, é apontada como uma das “rodovias do tráfico”. Nesta rodovia, segundo a revista, foram apreendidas 17 toneladas de maconha no ano de 2005.

O caderno especial segue com a proposta de aprofundar mais sobre o funcionamento do crime no Brasil. Para isso, apresenta a reportagem “PCC: Primeiro Comando da Cocaína” (PORTELA, 2007). Ao ilustrar as formas de ação da organização criminosa, o repórter indica que o PCC usa bases situadas nos Estados de Paraná e Mato Grosso do Sul, justamente por estes terem divisas com o Paraguai e a Bolívia, “grandes centros fornecedores de cocaína” (p. 64).

²⁸ Caixa em inglês. Nome dado aos textos que trazem informações correlatas ou adicionais à do material principal. Podem vir ou não com moldura “cercando o texto”.

Figura 8 – “1.300 quilômetros abertos ao tráfico”. Ed. 1990. (10/1/2007)



MACONHA TURBINADA
Traficante exhibe a droga plantada no Paraguai, mais potente e mais cara.

estados da República paraguáia. “Eles também financiam campanhas eleitorais e pagam mesadas a políticos”, diz Acevedo. Apenas em Amambay, o tráfico de drogas e armas e o contrabando de mercadorias movimentam 20 milhões de dólares por mês — valor dez vezes maior que o orçamento anual do governo do estado. É isso mesmo. O orçamento anual de Amambay é de apenas 2 milhões de dólares. Uma pesquisa realizada pela ONG Transparencia Paraguay revela que um em cada quatro cidadãos residentes no país admitiu já ter pago cotiza (nome que os nativos dão à propina) para burlar serviços governamentais. Outros levantamentos, da Transparência Internacional, criticam o Paraguai entre os quinze países mais corruptos do planeta.

O cultivo da macochoa é um exemplo de como o Paraguai se encontra engolfado pelo suborno e pela propina. A droga é plantada em chúcaras, e a colheita é feita por camponeses brasileiros e paraguaios. Para trabalhar com tranquilidade, os “patões”, como são chamados os chefes do tráfico, pagam pedágios aos policiais que atacam na região. “Muitas vezes a droga é transportada dentro das próprias patrulleras (viaturas policiais)”, disse a VEJA o paraguáio R. E., de 37 anos, quinze dos quais dedicados ao tráfico de macochoa. Segundo o traficante, os policiais cobram 3 000 guaraníes (pouco mais de 1 real) por quilo de macochoa transportado. Alguns bandidos chegam a transportar 1 000 quilos por mês. Com isso, a propina pode representar mais do que o salário médio de um policial no Paraguai, hoje em torno de 400 reais. As maiores plantações ficam em Capitán Bado, onde uma avenida é o único marco que delimita a fronteira com o município brasileiro de Coronel Sapucaia, no Mato Grosso do Sul. A macochoa produzida em Capitán Bado é de uma variedade especial, com sementes geneticamente

1 300 quilômetros abertos ao tráfico

À BASE DA CORRUPÇÃO, BANDIDOS FIZERAM DA FRONTEIRA COM O PARAGUAI UMA PASSAGEM PARA O CONTRABANDO E O NARCOTRÁFICO

LESE ENRIQUE DE PEDRO IZAZ CABALLERO

Bou parte dos problemas relacionados à criminalidade que assombra as autoridades do Brasil tem origem em uma faixa contínua de cerca de 1 300 quilômetros de extensão. A fronteira com o vizinho Paraguai tornou-se a principal porta de entrada para armas, drogas e produtos contrabandeados. Estima-se que 80% da macochoa e 30% da cocaína consumidas em território brasileiro se originem de cidadãos como Capitán Bado e Pedro Juan Caballero, no lado paraguáio. São regiões dominadas por quadrilhas de traficantes que, à base da corrupção, constroem impérios. A importância estratégica do Paraguai é tanta que os próprios traficantes brasileiros passaram a impor

PROPINÔMETRO

Em 2005, um em cada quatro cidadãos paraguaios que usaram serviços prestados pelo Estado declarou ter pago propina a funcionários públicos. O quadro relaciona os serviços em que a prática é mais comum e mostra o valor médio da propina cobrada em cada um deles.

Serviço	Porcentual de usuários dos serviços públicos que pagaram propina pelo menos uma vez	Valor médio da propina (em dólares)*
Invalidar multas de trânsito	83%	10
Impedir corte de água	70%	7
Passar mercaderia na aduana ou posto de controle	53%	50
Impedir corte de luz	50%	6
Conseguir aposentadoria para si ou para algum parente	47%	120
Tirar alvará para construção	40%	11
Tirar passaporte	32%	30
Cadastrar-se em programas sociais	31%	5
Trabalhar ou vender em via pública	27%	26
Tirar alvará para funcionamento de loja ou escritório	26%	21
Fazer trâmites em órgãos judiciais	19%	125
Tirar documento de propriedade de automóvel	18%	22
Obter crédito em instituição pública	17%	30
Solicitar certidão de antecedentes criminais ou judiciais	17%	9
Tirar carteira de motorista	16%	9
Tirar carteira de identidade	15%	11
Tirar registro de nascimento ou casamento	12%	4
Conseguir uma linha telefônica	9%	80

*Atualizado pelo site de 13/9/2006. Fonte: “Enquesta Nacional sobre corrupción”/Transparencia Paraguay

Fonte: Acervo Digital Veja (2018)

Também incluída no caderno especial, “1.300 quilômetros abertos ao tráfico” (EDWARD, 2007b) volta a falar sobre o Paraguai. O primeiro indício de que este é o ponto central da reportagem é o próprio título “os 1,3 mil quilômetros abertos ao tráfico” é justamente extensão da fronteira do Brasil com o país guarani.

O resumo da reportagem, também iniciada em um falso espelho, é feito pela linha fina: “À base da corrupção, bandidos fizeram da fronteira com o Paraguai uma passagem para o contrabando e o narcotráfico” (EDWARD, 2007b, p. 70). Acima do texto, tomando metade da primeira página, está uma grande fotografia mostrando dois homens com os rostos escondidos por máscaras feitas com roupas. Apenas os olhos não estão cobertos. Na legenda da foto lê-se: “Maconha turbinada – Traficante exhibe a droga plantada no Paraguai: mais potente e mais cara” (idem).

A reportagem apresenta estimativas de que 80% da maconha e 30% da cocaína consumidas no Brasil vêm do Paraguai. Há, em todo o texto, o uso de indicativos para repassar ao leitor uma ideia ruim do país: os criminosos são chamados de “barões da droga”, que se estabeleceram no país guarani graças ao fato de a “tolerância do país à corrupção” ser “endêmica” (p. 70). O Paraguai é citado como um dos 15 países mais corruptos do planeta que está “engolfado pelo suborno e pela propina” (p. 71).

Há até um “propinômetro” – infográfico com valores médios para propina de acordo com o “serviço” prestado pelos servidores públicos ao cidadão ou ao criminoso. Uma fala, atribuída a Roberto Acevedo, governador do departamento de Amambay, foi usada para dar à matéria um discurso de autoridade – aquele que corrobora as informações da matéria jornalística: “A desenvoltura com que os narcotraficantes atuam se deve ao pagamento de propina a policiais, juízes e fiscais” (ACEVEDO, 2007, apud EDWARD, 2007b, p. 70).

Chama a atenção a forma com que a reportagem é encerrada, com o jornalista dando “dicas” de como resolver o problema (algo, aliás, presente em todos os finais de matérias do caderno especial):

- a) aprovar a lei que cria a polícia de fronteira, que poderia ser formada por parte dos, segundo a revista, três mil homens que o Exército manteria nas fronteiras (a reportagem, além de apresentar o tema segurança, também menciona os militares);
- b) instalar dez pontos de fiscalização na fronteira seca e criar uma guarda para

monitorar os 170 quilômetros do Lago de Itaipu;

- c) intensificar ações conjuntas de órgãos dos dois países feitas em território paraguaio;
- d) revisar um acordo selado por ambos os países para que o Paraguai tenha uma zona franca no Porto de Paranaguá. Os fiscais brasileiros, segundo a revista, não têm acesso a esse terminal e muitos dos produtos que lá chegam voltam ao Brasil como contrabando (EDWARD, 2007b)

Encerrando os textos que versam sobre o país guarani presentes no caderno especial está a reportagem que deu parte do nome desta pesquisa: “A meca do contrabando” (EDWARD, 2007a).

Além do nome, obviamente depreciativo, completa o quadro a linha fina: “Imagine um lugar sem lei. Completamente. Ele existe e se chama Ciudad del Este” (EDWARD, 2007a, p. 72). No topo da página, uma fotografia de pessoas na aduana brasileira e, ao fundo, a Ponte da Amizade.

Figura 9 – “A meca do contrabando”. Ed. 1990 (10/1/2007)

Crime **FRONTEIRAS**

te modificadas que dão à erva um odor de menta. Conhecida como “maconha mentolada”, tem tamanho três vezes superior ao da planta tradicional e maior concentração de seu princípio ativo, o THC. No Rio e em São Paulo, cada quilo de maconha mentolada é vendido por 500 dólares — 25 vezes o preço da mesma quantidade no Paraguai.

A corrupção que fermenta o comércio ilegal no Paraguai também ocorre no outro lado da fronteira. Nos últimos três anos, mais de uma centena de policiais rodoviários e agentes da Receita e da Polícia Federal brasileiros foram presos por participação em esquemas de contrabando e tráfico de drogas e armas. “A frouxidão com que o governo brasileiro combate a corrupção e controla a fronteira contribui para a manutenção dessa bilionária economia clandestina”, afirma o juiz federal Odilon de Oliveira, de Mato Grosso do Sul. Oliveira tem a autoridade de quem já condenou mais de 120 traficantes brasileiros. A maior parte deles usava o Paraguai como plataforma para suas atividades criminosas. Fica claro, portanto, que apenas um esforço conjunto dos dois países conseguirá fechar essa imensa porteira permanentemente aberta ao tráfico e ao contrabando.

COMO RESOLVER O PROBLEMA

- Aprovar a lei que prevê a criação da polícia de fronteira. Ela poderia ser formada por parte dos quase 3 000 soldados que o Exército mantém hoje aquartelados em cidades próximas ao Paraguai.
- Instalar dez postos de fiscalização ao longo da fronteira seca e criação de uma guarda costeira para policiar os 170 quilômetros do Lago de Itaipu, uma das rotas preferidas dos contrabandistas. Hoje esse serviço é feito por apenas nove policiais federais.
- Intensificar, em território paraguaio, ações conjuntas da Polícia Federal brasileira, da Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai e do DEA, a agência antidrogas americana. As operações em parceria já levaram à prisão de 120 narcotraficantes brasileiros.
- Revisar o acordo que autoriza o Paraguai a ter uma zona franca no porto de Paranaguá, no Paraná. Pelo acordo, os fiscais brasileiros não têm acesso ao comércio de contêineres com mercadorias destinadas ao Paraguai. Boa parte desses produtos volta ao Brasil como contrabando.

72 10 de Janeiro, 2007 **veja**



FRONTEIRA ABERTA Ponte da Amizade: por lá também passam armas e drogas

A meca do contrabando

IMAGINE UM LUGAR COMPLETAMENTE SEM LEI. COMPLETAMENTE. ELE EXISTE E SE CHAMA CIUDAD DEL ESTE

Separada de Foz do Iguaçu pelo Rio Paraná, Ciudad del Este é uma síntese da relação que o Paraguai mantém com a ilegalidade. O comércio da cidade é controlado por estrangeiros de várias nacionalidades, sobretudo libaneses, chineses e coreanos. O negócio das mercadorias importadas movimentava 4 bilhões de dólares a cada ano, mas apenas 30% desse total é declarado oficialmente. O subfaturamento das importações ultrapassa 90% e calcula-se que a sonegação de impostos chegue a 70%. O país também é um paraíso fiscal, com carga tributária em torno de 10% — contra 40% no Brasil, por exemplo. Esses fatores explicam o intenso fluxo na Ponte da Amizade, que liga Ciudad del Este a Foz do Iguaçu, no lado brasileiro. Semanalmente transitam pela ponte 50 000 pessoas, 25 000 carros e 10 000 motos. O clima é de mercado persa, com os *casilleros* (como são chamados os camelôs locais) disputando clientes no grito e oferecendo produtos piratas. As barracas ficam em frente a centenas de lojas que vendem eletroeletrônicos, equipamentos de informática e produtos originais de grifes internacionais. A maior parte desse material é contrabandeado para o Brasil, por meio de sacoleiros e de carregamentos que cruzam a fronteira de forma clandestina, por terra, água ou ar.

Os contrabandistas utilizam-se de várias estratégias para driblar a fiscalização. Há na região um exército de 13 000 “laranjas” que atravessam a fronteira dezenas de vezes por dia. Há também centenas de “mulas” que transportam drogas e armas camufladas em meio às mercadorias. “É uma organização criminosa, com uma logística que dispõe de olheiros e radiocomunicadores”, afirma Antônio Fernando Mello, cônsul-geral do Brasil em Ciudad del Este. Recentemente, a Receita Federal intensificou a fiscalização na Ponte da Amizade. Em 2005, foram apreendidos 62 milhões de dólares em mercadorias contrabandeadas — 86% mais que em 2004. A própria Receita admite, entretanto, que as apreensões não chegam a 5% de tudo o que passa ilegalmente pela fronteira.

Para fugirem do rigor na fiscalização, os contrabandistas mudaram de estratégia. Agora, são usadas rotas alternativas, como portos clandestinos às margens do Rio Paraná. Outra opção tem sido o Lago de Itaipu, cuja faixa de 170 quilômetros de extensão é guardada por apenas nove agentes da Polícia Federal. Além dos produtos contrabandeados, Ciudad del Este é também uma das principais portas de entrada de “cabritos” ou “carros maus”. Assim são conhecidos os veículos roubados no Brasil que circulam livremente no Paraguai. Calcula-se que um terço da frota de 600 000 carros do país seja composto de “cabritos”. Há cinco anos, o então presidente do país, Luiz González Macchi, foi flagrado utilizando como carro oficial um BMW roubado em São Paulo. Nada mais ilustrativo do atual estado de desordem que impera no Paraguai e, em especial, em Ciudad del Este.

J.E.

Fonte: Acervo Digital *Veja* (2018)

Ciudad del Este é descrita como uma “síntese da relação que o Paraguai tem com a ilegalidade”, onde o comércio – “controlado por estrangeiros de várias nacionalidades, sobretudo libaneses, chineses e coreanos” – movimentava 4 bilhões de dólares, mas apenas 30% é declarado. Por sua vez, “o subfaturamento das importações chega a 70%”. Além disso, “o país é um paraíso fiscal, com carga tributária em torno de 10% – contra 40% no Brasil [...]”²⁹.

A relação com o crime é reforçada na matéria por meio da citação de dados numéricos: 50 mil pessoas passam semanalmente pela ponte, 25 mil carros e 10 mil motos; na região há “um exército de 13 mil laranjas”; há centenas de mulas que transportam drogas e armas; em 2005, foram apreendidos 62 milhões de dólares em mercadorias contrabandeadas: 86% a mais que no ano anterior. Porém, a Receita Federal estima que esse montante é apenas 5% do volume que passa pela fronteira. No Paraguai, estima-se que 600 mil carros da frota seja fruto de furtos e roubos (EDWARD, 2007a, p. 72).

Há cinco anos, o então presidente do país, Luiz Gonzáles Macchi, foi flagrado utilizando como carro oficial um BMW roubado em São Paulo. Nada mais ilustrativo do atual estado de desordem que impera no Paraguai e, em especial, Ciudad del Este (idem).³⁰

Apesar de não se referir ao Paraguai, uma reportagem com título curioso, fechando o caderno especial “Crime” deve ser mencionada: “Suriname, o Paraguai do Norte”. No texto, a ex-colônia holandesa é colocada como grande fornecedora de armas aos criminosos brasileiros. A semelhança entre os países, segundo a revista, se dá não por “compartilharem alguma qualidade — pelo contrário”: por o Suriname ser uma das bases do narcotráfico internacional e abastecer brasileiros com o armamento (COUTINHO, 2007, p. 74-75).

Nas páginas do caderno especial “Crime”, três países vizinhos, sobretudo o Paraguai e as áreas de sua fronteira com o Brasil, são apresentados como “causadores” do crime nas grandes cidades brasileiras. Sob o pretexto de, por exemplo, descrever a cidade vizinha a Foz do Iguaçu, são feitas generalizações,

²⁹ Esta questão volta à tona no caso das maquilas, em que o país deixa de ser paraíso fiscal para ser “atrativo” aos empresários brasileiros.

³⁰ O repórter se refere a um fato amplamente divulgado pela imprensa brasileira à época. O veículo pertencia à empresa Jasen Farmacêutica Ltda., e havia sido roubado em São Paulo em outubro de 1998. Mais informações em “Presidente paraguaio usa BMW roubado” (*Folha de S. Paulo*, 30 mar. 2001), ou “Paraguai devolve ao Brasil carro presidencial roubado” (*O Estado de S. Paulo*, 26 dez. 2001), disponíveis *online*.

colocando todos os moradores de Ciudad del Este em suspeição. Da mesma forma, os moradores e integrantes de órgãos de segurança e fiscalização de ambos os países se tornam suspeitos, quando a publicação notícia que 1,3 mil quilômetros estão abertos ao crime.

Esta generalização acomete não apenas *Veja*, mas, para lançar mão de um termo usado pela própria revista, é *endêmica* na mídia brasileira e reflete algo presente no imaginário social brasileiro.

O estudo da cobertura da mídia impressa no tema das fronteiras internacionais brasileiras reitera o condicionamento da atitude profissional que reproduz um noticiário viciado em torno de alguns elementos recorrentes: violência urbana e rural (assaltos, assassinatos, perseguição política a cidadãos de países vizinhos em território brasileiro); terrorismo (vínculos com grupos terroristas islâmicos e colombianos); exclusão social (entrada ilegal de imigrantes e trabalhadores estrangeiros sem documentos e/ou direitos legais, clandestinidade, pobreza) e contravenções legais (comércio ilegal de sementes transgênicas, de alimentos, roupas e eletroeletrônicos; abigeato, tráfico sexual, de armas e de drogas) (SILVEIRA, A. C. M., 2016, p. 27).

A gama de crimes atribuída à região de fronteira, na verdade, está entrelaçada com a criminalidade existente nas regiões centrais do país. Por isso, é lícito o interesse das regiões metropolitanas em elevar a vigília nas regiões fronteiriças. No entanto, os fatos fazem parte de um único fenômeno.

As condições permeáveis das fronteiras internacionais brasileiras, a amplitude de seus 16 mil quilômetros, a existência de comunidades transfronteiriças e o caráter marcadamente pacífico dessa convivência contrastam com o noticiário marcado por cenas de violência e crimes de descaminho, de um lado, e caos e ausência de Estado, de outro, ou seja, problemas de segurança pública e problemas de segurança nacional (SILVEIRA, A. C. M., 2016, p. 28).

Especificamente em relação à Tríplice Fronteira, este estigma recrudescceu concomitantemente ao surgimento do termo que define essa região. Antes, era comum designar a conurbação formada pelas cidades de Foz do Iguaçu (BR), Puerto Iguazú (AR) e Ciudad del Este (PY) como três fronteiras. No entanto, como lembra Rabossi (2004), o termo “Tríplice Fronteira” – como “substantivo próprio” e a despeito de o Brasil ter mais oito fronteiras tríplices – ganhou força após dois atentados em Buenos Aires. O primeiro à embaixada de Israel (1992) e o segundo dois anos depois, contra Associação Mutual Israelita (AMIA), colocaram a região no foco do Departamento de Estado Norte-Americano, que passou a afirmar que nela existiriam

células de financiamento do terrorismo praticado por extremistas islâmicos. A ideia de Tríplice Fronteira, que se fortaleceu por meio de fatos negativos, acabou sendo incorporada pelos governos dos três países, que passaram a usar o termo. Porém, seu valor simbólico vai bem além de questões geográficas:

Seguindo os meios de comunicação regionais e internacionais, a zona de confluência dos limites entre Brasil, Paraguai e Argentina parece ter-se transformado em um dos espaços que condensa todos os problemas de segurança contemporâneos. Terrorismo islâmico e máfias transnacionais. Pirataria, contrabando, lavagem de dinheiro e de artigos roubados. Narcotráfico e tráfico de armas. Se esta visão sobre a Tríplice Fronteira foi afiançando-se durante a década de 90, depois dos atentados do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, a mesma passou a ser um dos espaços privilegiados de pesquisa e reflexão no campo de segurança, os estudos estratégicos e as relações internacionais pela suposta vinculação entre formas ilegais de geração de recursos e o terrorismo internacional (RABOSSO, 2004, p. 22-23).

Especificamente em relação a Ciudad del Este – para *Veja* uma “síntese da relação que o Paraguai tem com a ilegalidade” –, ao apresentar os números da informalidade, a movimentação do dinheiro e questões relativas ao subfaturamento de importações, a publicação promove a desumanização da região e do país vizinho. Não há cidadãos, apenas indivíduos que vivem da informalidade e da criminalidade. Em síntese, trata-se de uma visão plena de estereótipos, como classifica Rabossi (2004), a partir da discussão do excerto abaixo, retirado do livro do estadunidense Jeffrey Robinson, *The Merger: The Conglomeration of International Organized Crime (A Globalização do crime, na edição brasileira)*.

O ânus do mundo situa-se na floresta do lado paraguaio do Rio Paraná — um lar afastado de casa para os cartéis da droga da América do Sul, as Tríades chinesas, a Yakuza, gângsteres russos e nigerianos e terroristas do Hezbollah — e se chama Ciudad del Este. Essa cidade de 200 mil punhustas, prostitutas, arruaceiros, revolucionários, rufiões, traficantes e viciados em drogas, assassinos, chantagistas, piratas, quadrilheiros, extorsionários, contrabandistas, matadores de aluguel, proxenetas e arrivistas foi criada pelo ex-ditador do Paraguai, Alfredo Stroessner. O mesmo homem que deu boas-vindas a fugitivos nazistas como Josef Mengele, batizou com seu nome a cidade que foi conhecida como Ciudad de Stroessner até ele ser deposto em 1989. (ROBINSON, 2000, p. 13 apud RABOSSO, 2004, p. 22, tradução livre)³¹

³¹ No original: “The anus of the earth is cut into the jungle on the Paraguayan side of the Paraná River —a home-away-from-home for the South American drug cartels, Chinese Triads, Japanese Yakuza, Italian gangsters, Russian gangsters, Nigerian gangsters and Hezbollah terrorists— and is called Ciudad del Este. A city of two hundred thousand hustlers, whores, hoodlums, revolutionaries, thugs, drug traffickers, drug addicts, murderers, racketeers, pirates, mobsters, extortionists, smugglers, hit men, pimps and wannabes, it was the creation of Paraguay’s former dictator, Alfredo Stroessner. The same

Segundo Rabossi, o texto, misto de “grosseria” e “desfiguração”, é uma “versão extrema dos estereótipos” existentes sobre Ciudad del Este. Estereótipos seguidos pelos meios de comunicação, sejam eles regionais ou internacionais. Em sua tese, referência nas discussões sobre a Tríplice Fronteira, o pesquisador não refuta a ideia de que tais problemas de segurança existam. Ou seja, não foram criados pela mídia. Tampouco existem devido à inexistência do poder estatal – “dezessete instituições paraguaias estão localizadas na saída da Ponte da Amizade. A Delegacia da Receita Federal de Foz do Iguaçu é uma das mais importantes do Brasil” (RABOSSO, 2004, p. 26) – mesmo levando-se em conta que a presença estatal não é garantia da manutenção da lei.

Seu raciocínio vai além, e surgem perguntas como: por que o Brasil deseja construir uma segunda ponte ligando ao Paraguai, se a Ponte da Amizade é usada pelos ladrões de veículos brasileiros, levados para o país guarani? Ou ainda: por que mesmo aventando a existência de células terroristas, os EUA seguem incentivando que empresas do país se instalem em Ciudad del Este? A resposta:

Há uma inadequação entre o retrato da insegurança e ilegalidade e aquilo que se faz e incentiva naquele espaço fronteiriço. Não estou dizendo com isto que o que aparece como objeto das denúncias não ocorra ou que seja invenção dos meios de comunicação ou de funcionários interessados. O ponto que quero assinalar é outro. Que, antes que nada, as denúncias que informam o retrato da Tríplice Fronteira operam em função de modelos de ordem e de lei que talvez não sirvam para pensar o funcionamento efetivo da lei nem as atividades que se desenvolvem na fronteira. As inconsistências e contradições entre as agendas políticas e as agendas econômicas que emergem nesses retratos derivam de modelos contraditórios sobre o que é o mercado e o estado, a legalidade e o desenvolvimento econômico. Por isso é necessária uma abordagem que não assuma como ponto de partida as definições que informam esses retratos, mas sim que as incorpore como parte do universo a ser analisado. Essa é a estratégia desta pesquisa, a qual busca produzir um relato que tome como ponto de partida a positividade das práticas em vez da negatividade de certas definições; isto é, produzir um relato alternativo àqueles centrados na ilegalidade e na criminalidade como os elementos estruturantes daquele espaço (RABOSSO, 2004, p. 27).

Da mesma forma que no trabalho de Rabossi, nesta pesquisa não se nega a existência da ilegalidade e da criminalidade, seja na região da Tríplice Fronteira, seja no Paraguai. O que se busca é chamar a atenção para a exacerbação destas

man who welcomed fugitive Nazis like Josef Mengele, he originally named it after himself and it remained Ciudad de Stroessner until he was deposed in 1989”.

características por parte da revista *Veja*, em detrimento de outros aspectos, mais positivos. Da mesma forma, refuta-se a ideia, alardeada pela revista, de que o Paraguai e a região fronteiriça são responsáveis pelos crimes que ocorrem nas metrópoles brasileiras.

Também referência no estudo sobre a região trinacional, Lindomar Albuquerque (2005) é mais incisivo em responsabilizar a mídia por estas visões equivocadas. Citando obras de dois jornalistas – *Fronteiras: viagem ao Brasil desconhecido*, de Cláudio Bojunga (1978), e *O país-bandido: crime tipo exportação*, de Carlos Wagner (2003), ele destaca que a mídia é responsável pela criação do imaginário negativo da fronteira Brasil - Paraguai.

Na primeira obra, que retrata a fronteira seca entre Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, as cidades são denominadas, segundo o pesquisador, de “faroeste binacional” (p. 50). Já na segunda, Wagner conjectura a existência de um país não oficial, que seria o 13º da América do Sul, entre Brasil, Paraguai e Argentina – o país-bandido do título, abrangeria a Tríplice Fronteira, a fronteira seca e a região de San Alberto, no Paraguai. Nessa região, os heróis são bandidos.

Todas essas informações sobre a fronteira Brasil-Paraguai produzem generalizações e reforçam estigmas. As representações não significam ilusões ou mentiras construídas sobre uma realidade social verdadeira e concreta. Elas são parte da realidade social, são produções simbólicas repletas de significados. Essas representações estão associadas ao fenômeno da generalização e cristalização da pior ou da melhor parte de uma determinada configuração social (Elias, 2000). Desta forma, os jornalistas são provavelmente os principais responsáveis pela acentuação dessa imagem estigmatizada da fronteira Brasil-Paraguai (ALBUQUERQUE, 2005, p. 52)

A afirmação de Albuquerque é corroborada por Sprandel (2006, p. 153), para quem “a região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai é invariavelmente apresentada pela mídia como uma região marcada pela violência e por diversas modalidades de atividades criminosas”. Um exemplo dessa representação, destaca a autora, é justamente o livro de Carlos Wagner, advindo de reportagens do jornal *Zero Hora*.

Como no trabalho supracitado de Rabossi, esta pesquisa não pretendeu negar que as regiões de fronteira em geral registrem atos de violência ou não possuam células criminosas. Corroboram a noção de que as cidades limítrofes com outros países possuem um alto índice de violência estudos como o do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social das Fronteiras (IDESF). Feito com base em

dados oficiais do Governo Federal e de municípios, o levantamento aponta que as taxas médias do índice de homicídios em 2015 e 2016 nas chamadas cidades-gêmeas³² foram, respectivamente, 28,99 e 29,24 mortes a cada 100 mil habitantes. Valores acima das médias computadas em âmbito nacional que foram, respectivamente, 28,44, em 2015, e 27,85 mortes, no ano seguinte, a cada 100 mil habitantes.

Em número de homicídios, o destaque das Cidades Gêmeas é Paranhos [MS], com o índice de 109,7 homicídios a cada 100 mil habitantes, mais de três vezes superior à média brasileira em 2016, que foi de 27,9 mortes a cada 100 mil habitantes [...] O que revela quanto assustador é o índice de homicídios nas Cidades Gêmeas. Além de Paranhos, também se destacam, negativamente, os municípios de Coronel Sapucaia [MS] (índice de 67 mortes por 100 mil habitantes), Guaira [PR] (64,1) e Ponta Porã [MS] (59). Outros municípios que apresentaram taxas superiores à média brasileira, em 2016, são: Mundo Novo [MS] (38,9), Foz do Iguaçu (37,5), Tabatinga [AM] (35,3), Cáceres [MT] (33), Brasiléia [AC] (32,9), Guajará-Mirim [RO] (29,8), Eptaciolândia [AC] (29,4) e Assis Brasil [AC] (29,1) (BARROS *et al*, 2017, p. 24).

Constata-se, portanto, que ao relacionar as fronteiras à violência, *Veja* não está faltando com a verdade, o problema é a forma como estes dados são trabalhados pela publicação. Ou seja, dados verdadeiros são trabalhados de forma a chamar a atenção, a dar um tom maior aos fatos. Em síntese: identifica-se, nas reportagens de *Veja*, uma característica das revistas brasileiras: o “sensacionalismo sem data” (VILAS BOAS, 1996, p. 81). Diferentemente dos jornais diários, que divulgam a notícia de forma episódica ou que deixam lacunas de informação, as revistas primam pela divulgação total da notícia e buscam preencher estas lacunas por meio de documentação. Por divulgar os acontecimentos depois de estes terem sido explorados pelas demais mídias, “a revista deve arredondar a informação, fazer uma prospecção para a semana seguinte [...] tem de responder os porquês do fato; é por aí que se mede sua consistência” (idem).

Por esta razão, enquanto os periódicos buscam a menor ambiguidade, na

³² Conforme Barros *et al* (2017, p. 4), “o conceito de Cidades Gêmeas foi definido pelo Ministério da Integração em 2014 e vincula a terminologia aos municípios situados na linha de fronteira, seca ou fluvial, integrada ou não por obras de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural. A definição só é válida para as cidades que tenham, individualmente, população superior a dois mil habitantes. As Cidades Gêmeas brasileiras estão localizadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Acre, Roraima, Amapá, Rondônia e Amazonas. O Brasil compartilha o reconhecimento com Argentina, Paraguai, Uruguai e Guiana Francesa”.

revista a construção é mais complexa, sujeita até mesmo a “duplas interpretações”, reforça o autor. Este modelo, lembra o estudioso, segue os padrões das americanas *Time* e *Newsweek*; da alemã *Stern*, e da francesa *Paris Match*.

“*Veja* procura responder aos porquês de acordo com sua proposta de ter, no mercado editorial, acima de tudo, um produto agradável e ao mesmo tempo requintado” (ibidem), considera o autor. Por esta razão, é nessa revista em especial que, conforme Vilas Boas, com base em Muniz Sodré (1975), a sensação, o sucesso e o relaxamento, inerentes a esse tipo de publicação, estão mais presentes.

Os assuntos considerados de interesse, segundo Sodré, são abordados por ângulos **espetaculares, sensacionais**. No jornal diário, o sensacionalismo é quase sempre datado, refere-se a um fato coincidente ou próximo da data de elaboração [...]. Nas revistas, o sensacionalismo, frequentemente, é sem data. A data de elaboração da notícia pode estar distante do fato que a gerou (VILAS BOAS, 1996, p. 82, sem grifos no original).

Todas estas particularidades podem ser encontradas facilmente nas reportagens. Expressões como “mapa do crime”, “PIB do crime”, “epicentro do tráfico e do contrabando”, “geografia do tráfico”, “barões brasileiros da droga”, “o Paraguai se encontra engolfado pelo suborno e pela droga”, “lugar completamente sem lei” e “meca do contrabando” são alguns exemplos, e provas, do sensacionalismo praticado por *Veja*. Outra forte particularidade das revistas, e que é explorada por esse veículo, a qual os excertos listados revelam, é o sentido figurado, a conotação.

A possibilidade de usar a conotação nos textos advém de uma das particularidades das revistas: o estilo literário e o jornalismo com maior profundidade, interpretativo – como citado no início deste capítulo. Porém, é preciso lembrar que uma maior liberdade no estilo das revistas não significa o mesmo no sentido ideológico, conforme adverte Vilas Boas. Ou seja, a liberdade do jornalista vai até onde o ponto de vista do veículo permite. Em outras palavras: o ponto de vista pode sugerir, ainda que “de modo ambíguo e sutil” (VILAS BOAS, 1996, p. 40), a posição de determinado veículo em relação àquilo que é noticiado. Desta forma, a reportagem pode passar o que denomina de “ponto de vista genérico” que pode ser chamado de tendência (p. 41). “Não quer dizer, necessariamente, que a revista está opinando sobre o factual da reportagem. **Significa que o texto pode suscitar – ou mesmo induzir a pensar [...]**” (p. 41, sem grifos no original). Trata-se de uma proposição não explicitada claramente, implícita:

O ponto de vista a que se refere Vilas Boas [...] não é do jornalista, mas do veículo. Em outras palavras, obedece a uma linha editorial, refletindo, portanto, a opinião que está na raiz dessa linha editorial – dos proprietários, dos editores, do grupo que o veículo representa³³ (BOFF, 2013, p. 200)

Ou seja, a liberdade presente no texto não se refere a ter determinadas abordagens, não diz respeito ao conteúdo, mas à forma como este será repassada, pois [...] o jornalismo interpretativo, ao selecionar e analisar as informações [...] estará formando ou seguindo uma opinião” (BOFF, 2013, p. 201). Esta opinião tem o propósito de atingir o leitor. “É como se, ao final, o leitor chegasse à [...] ‘moral da história’: A ‘proposição’ pode, inclusive, expressar um consenso do público-leitor da revista sobre um tema amplamente polêmico, ou não, no conjunto da sociedade” (VILAS BOAS, 1996, p. 41).

Essa particularidade do estilo magazine indica o quanto enunciados das revistas expressam um ponto de vista e visam a persuadir o leitor ou vice-versa: o meio de comunicação sabe qual é o seu leitor e fala por ele, mas, ao mesmo tempo, a publicação pode, até mesmo, representar uma opinião dividida entre o leitor e o próprio meio de comunicação. Tal tema adentra a seara dos estudos da recepção, como veremos adiante. No momento, cumpre concluir que, ao expressar seu ponto de vista sobre o Paraguai e as fronteiras brasileiras com o país guarani, *Veja* explicita seu ponto de vista e vai ao encontro do que pensa o seu público leitor.

Voltando à análise das reportagens, salientamos que, se sob o ponto de vista dos estudiosos do jornalismo brasileiro a posição da revista demonstra uma clara tendência a mostrar o Paraguai como um país de segunda classe, à luz dos estudos culturais este quadro ganha contornos ainda mais incisivos.

Voltando a se embasar nos estudos de John B. Thompson e no conceito de instituições paradigmáticas, pode-se considerar que, por meio dessas reportagens, *Veja* não apenas demonstrou um ponto de vista, mas exerceu seu poder simbólico no sentido de tentar “intervir nos cursos dos acontecimentos” (THOMPSON, 2011, p. 42).

Conforme o sociólogo, no âmbito da vida social há quatro formas de poder as quais são exercidas por determinadas instituições paradigmáticas:

³³ Essa particularidade das revistas – e de outros meios de comunicação – lembrada por Boff, com base em Vilas Boas, é importante para o entendimento do processo de produção jornalístico. Todo meio de comunicação segue uma política editorial (alguns também usam o termo linha editorial, outros diferem-nas, embora uma esteja ligada a outra). A política editorial norteia, direciona o veículo. Há profissionais que zelam para que a política editorial seja seguida e mantida.

- a) poder econômico, exercido pelas instituições econômicas, como as empresas, cujo recursos são materiais e financeiros;
- b) poder político, próprio das instituições de Estado, tem como recurso a autoridade;
- c) poder coercitivo, cujo recurso é a força física e armada, exercido por instituições militares, como as Forças Armadas, ou paramilitares³⁴, como as polícias;
- d) poder simbólico, como já enunciado, aquele exercido pela mídia. Ademais, é próprio de igrejas, de escolas, universidades e outros. Seus recursos são os meios de informação e comunicação.

Ao publicar um caderno especial, ligando a criminalidade das metrópoles às questões próprias das periferias fronteiriças e dos países vizinhos, *Veja* está exercendo seu poder simbólico, no sentido de estimular o seu público/leitor. No entanto, quando ao final de cada reportagem indica “soluções” para o problema, a publicação faz um encaminhamento, sugere à sociedade e a outras instituições paradigmáticas a adoção de determinadas ações:

As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descreer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva (THOMPSON, 2011, p. 42).

Enquanto instituição midiática, *Veja* produziu e difundiu formas simbólicas que não apenas apontam os países vizinhos – sobretudo o Paraguai – como uma das causas da criminalidade que afeta as grandes cidades do Brasil, mas também forneceu bases para que as instituições estatais, militares e paramilitares exerçam seus poderes, político e coercitivo, respectivamente: “[...] muitas ações, na prática, valem-se de recursos os mais diversos, e muitas instituições fornecem verdadeiras bases para diferentes formas de poder [...]” (THOMPSON, 2011, p. 43).

Ou seja, por meio de suas reportagens, a publicação sugere um caminho para que o Estado (poder político) aumente seu braço armado, colocando três mil homens do Exército patrulhando as fronteiras, instalando dez pontos de fiscalização na fronteira seca e criando uma guarda para monitorar os 170 quilômetros do Lago de Itaipu (poder coercitivo). Da mesma forma, *Veja* “indica” ao poder político que revise

³⁴ O termo organizações paramilitares aparece aqui no sentido usado pelo próprio John B. Thompson (2011), que assim denomina as organizações não militares, mas que exercem um poder coercitivo a mando do Estado, como as polícias e as instituições carcerárias.

um acordo que permite que Paraguai tenha uma zona franca no Porto de Paranaguá. Assim, fiscais brasileiros poderiam ter acesso ao terminal e impedir que muitos dos produtos que chegam pelo porto voltem ao Brasil como contrabando – ou seja, a publicação sugere medidas de proteção ao poder econômico brasileiro.

4.1.2 “O encenqueiro mora ao lado”

Depois das reportagens sobre o Paraguai presentes no caderno especial “Crime”, *Veja* voltou a citar o país duas edições adiante, na de número 1992, publicada em 24 de janeiro de 2007. Apesar de a citação na reportagem ser pequena, já era um indício de uma série de reportagens, notas e artigos que viriam nos meses seguintes colocando o país guarani como aproveitador e seus dirigentes, ou quem almejava ser, como populistas. Intitulada “Lula cercado de populistas” (SCHELP, 2007), a reportagem presente nessa edição afirmava que uma reunião do Mercosul mostrou que o Brasil, à época, tinha uma agenda mais moderna que os vizinhos e que o país estava “cercado de raiva e irrelevância” (p. 56). Nela, o Paraguai é citado com um dos membros do Mercosul.

Uma semana depois, a edição 1993 (31/01/2007) traz correspondências dos leitores da revista. Com o título “Tudo pelo Mercosul” a nota, na seção cartas, está evidenciada com uma moldura. O texto destaca que os leitores estariam inconformados com a Lei nº 11.444/07, de 8 de janeiro daquele ano, que permitiu a doação de R\$ 20 milhões ao Paraguai “para modernização tributária e redução de desequilíbrios sociais”. “Isso é de deixar qualquer pessoa séria bestificada”; “será que isso é normal?”, “Nós temos que agradar aos paraguaios?”, “O dinheiro está sobrando?”, são as perguntas destacadas pela revista.

Semanas depois, na edição 1998 (7/03/2007) mais uma carta, desta vez do então secretário municipal Antidrogas de Foz do Iguaçu – que assina a correspondência informando seu cargo. A nota da respectiva carta foi batizada pela revista de “Diogo Mainardi”. No texto, o então secretário, médico psiquiatra, afirmou concordar com o articulista citado no título, que havia sugerido, edições anteriores, ao então presidente Lula, que exigisse contrapartida da Bolívia ao aumento de preço do gás que vendia ao Brasil. Na carta, o secretário opina que, da mesma forma, o Brasil deveria exigir que o Paraguai combatesse os traficantes instalados em seu território, se quisesse ter aumentado o preço da energia de Itaipu (AIEX NETO, 2007).

Esta é a primeira vez, nas edições objetos desta pesquisa, que é mencionada a reivindicação do Paraguai para reajustar o valor da energia que o país vende ao Brasil. Semanas depois (edição 2010, 30/05/2007) a coluna “Veja Essa” republicou uma nota do jornal paraguaio *ABC Color*:

Brasil, um país imperialista e explorador. Lula sabe perfeitamente que o infame Tratado de Itaipu, assinado pelas costas do povo paraguaio na época da infausta ditadura militar, sistematizou o saque ao Paraguai, por parte do Brasil, do recurso natural mais importante de que dispõe nosso país para dar impulso ao seu desenvolvimento econômico e progresso social (ABC COLOR, 2007, p. 1 apud BRASIL UM PAÍS..., p. 49, 2007)

Na verdade, as duas notas são indícios das notícias que viriam meses depois, já em 2008. Em 20 de fevereiro deste ano, Lauro Jardim, em sua coluna “Radar”, cita o Paraguai em duas notas. A primeira fala sobre a proximidade do general Lino Oviedo, então candidato à Presidência do país, e o governador de Mato Grosso à época, Blairo Maggi. A segunda nota informa que o Ibope teria sido contatado para desenvolver uma pesquisa de intenção de votos no país vizinho. Nesta segunda notícia, o colunista afirma que a sondagem teria sido contratada por brasileiros “[...] uma turma do setor elétrico preocupada não exatamente com o destino do Paraguai — mas com o da usina de Itaipu” (JARDIM, 2008b, p. 42-433). Percebemos estas pequenas notas como uma sucessão de indícios tanto da posição da revista quanto do que viria a seguir.

Duas edições depois (a de número 2050, de 5/3/2008), o assunto volta a ter evidência com a ironia se iniciando no índice: “Internacional: Paraguai – candidato favorito quer ser o novo ‘Evo Morales’”. A comparação entre o então candidato favorito nas eleições presidenciais paraguaias com o então chefe de Estado da Bolívia tinha motivo: insinuar que, se o Brasil, leia-se o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, não se precavesse, o possível novo chefe do Executivo paraguaio faria o mesmo que Morales havia feito cerca de dois anos. Em 1º de maio de 2006, a Bolívia promoveu a nacionalização da exploração de petróleo e gás no país. Evo Morales também ordenou a ocupação, pelo Exército, dos campos de todas as empresas estrangeiras, entre elas estava a estatal brasileira Petrobras.

Se no índice o ‘temor’ de *Veja* era apenas insinuado, na reportagem “O encenqueiro mora ao lado” (TEIXEIRA, 2008a, p. 60) tudo era esclarecido. O ato de Morales poderia ser repetido por Fernando Lugo, o candidato à Presidência do

Paraguai – o encenqueiro do título – em relação à Itaipu Binacional. Com a primeira menção a Fernando Lugo feita pela revista até então, a reportagem se inicia destacando que, em 1905, o barão do Rio Branco, “criador da moderna diplomacia brasileira” (idem) escreveu uma carta ao representante brasileiro no Paraguai descrevendo o país como vizinho turbulento e perigoso e que recado semelhante poderia ser mandado, em 2008, por Brasília:

O “vizinho turbulento”, no caso, é Fernando Lugo, candidato que lidera as pesquisas de intenção de voto. Ele adotou como bandeira uma curiosa e paroquial versão da desacreditada teoria da dependência. A originalidade dessa reformulação reside na substituição dos Estados Unidos pelo Brasil no papel de inimigo externo, com ambições imperialistas (TEIXEIRA, 2008a, p. 60).

A reportagem demonstra mais uma vez ironia ao usar o termo paroquial. Como se sabe, Fernando Lugo Mendéz fora bispo católico e havia renunciado a batina em 2006, quando se envolveu na política e decidiu disputar a Presidência, por isso o termo “paroquial” no texto, o que atribui certa dubiedade, pois, além do seu sentido óbvio, o adjetivo significa, também, “sem amplitude, provinciano”. Por sua vez, a menção ao imperialismo também soa como uma resposta da revista ao *ABC Color*, cuja nota havia sido replicada na coluna “Veja Essa” em 30 de maio de 2007, quando as bandeiras de Lugo já eram bem conhecidas no país vizinho (e, obviamente, por *Veja*).

Em 2008, Lugo representava, pela primeira vez em anos, uma ameaça real à hegemonia do Partido Colorado, que governava o país havia mais de seis décadas. Em uma acirrada campanha, o ex-bispo concorria pela Aliança Patriótica pela Mudança, que reunia partidos alinhados à esquerda. Pelo Partido Colorado, a candidata era Blanca Ovelar. Já o ex-militar Lino Oviedo concorria pela União Nacional de Cidadãos Éticos (UNACE). Na lista de promessas de campanha de Fernando Lugo, como já dito, constava negociar a mudança no valor pago pelo Brasil pela energia gerada por Itaipu mas não usada pelo Paraguai e que é vendida ao nosso país. A segunda “encrenca” de Lugo era uma reforma agrária, o que, segundo a revista, atingiria os brasileiros donos de terra no país guarani:

Ele pretende realmente declarar guerra aos brasiguaios? Em muitos aspectos práticos, os planos de Lugo são um enigma. Pode-se, por analogia, dimensionar seu potencial de vizinho encenqueiro. A versão paraguaia do MST, da qual o candidato é um dos patronos, invade de preferência a propriedade de brasileiros. Há também o Movimento Tekojoja, que faz parte da coalização por trás da candidatura e só tem como razão de existência a luta contra “o imperialismo brasileiro”. A defesa que Lugo faz de uma “soberania energética” lembra a retórica

do boliviano Evo Morales (TEIXEIRA, 2008a, p. 60).

Na reportagem, a informação é de que Lugo pediria a revisão do Tratado de Itaipu e reivindicava multiplicar por sete o valor que o Brasil pagava pela energia. Com isso, de 250 milhões, o preço saltaria para 1,8 bilhão de dólares por ano. Já o Paraguai é chamado de “país pequeno, de economia diminuta” em que o PIB é de 11 bilhões de dólares, “menos do que o orçamento de São Paulo”. Para a revista, “a falta de relevância do país” faz com que o panorama fique pior pois “ninguém está preocupado com as eleições”, apenas o Brasil (idem, p. 62).

Como já explicitado, o texto das revistas é interpretativo e, por isso, com menos amarras do que os materiais publicados em jornais que, por definição, são mais diretos e objetivos. Neste sentido, o uso de adjetivos na reportagem de revista é permitido. Porém seu uso excessivo, como é caso dessa reportagem de *Veja* levam ao sensacionalismo. Em poucas linhas, o repórter lançou mão de “vizinho *turbulento*”, “*desacreditada* teoria da dependência”, “vizinho *encrenqueiro*”, “bandeira *curiosa* e *paroquial*”, “país *pequeno* de economia diminuta”. Mais do que apenas descrever, adjetivos expressam juízo de valor (NASCIMENTO, 2002) e dão sinais (indícios) da visão da revista, que menospreza o candidato, além de ser uma forma de persuadir o leitor.

Figura 10 – “O encrenqueiro mora ao lado”. Ed. 2050 (5/3/2008)

Internacional

O ENCRENQUEIRO MORA AO LADO

O candidato favorito nas eleições paraguaias quer forçar o Brasil a pagar mais por Itaipu

Duda Teixeira, de Assunção

O barão do Rio Branco, criador da moderna diplomacia brasileira, enviou em 1905 uma carta ao seu representante no Paraguai com a seguinte mensagem: “Um vizinho turbulento é sempre um vizinho incômodo e perigoso”. Nas próximas eleições presidenciais paraguaias, em 20 de abril, um recado similar poderia partir de Brasília. O “vizinho turbulento”, no caso, é Fernando Lugo, candidato que lidera as pesquisas de intenção de voto. Ele adotou como bandeira uma curiosa e parvoatual versão da desacreditada teoria da dependência. A originalidade dessa reformulação reside na substituição dos Estados Unidos pelo Brasil no papel de inimigo externo, com ambições imperialistas. Há duas providências que Lugo pretende tomar, caso venha a se sentar na cadeira de presidente. A primeira é multiplicar por sete o valor que o Brasil paga atualmente pela energia fornecida pela usina de Itaipu, passando de 250 milhões para 1,8 bilhão de dólares por ano. A segunda é uma “reforma agrária integral”. Para os fazendeiros brasileiros com terras no país vizinho, o adjetivo significa que suas propriedades estão em risco. Ele pretende realmente declarar guerra aos brasileiros? Em muitos aspectos



práticos, os planos de Lugo são um enigma. Pode-se, por analogia, dimensionar seu potencial de vizinho encrenqueiro. A versão paraguaiá do MST, da qual o candidato é um dos patronos, invoca de preferência a propriedade de brasileiros. Há também o Movimento Tekekoja, que faz parte da coalizão por trás do candidatura e só tem como razão de existência a luta contra “o imperialismo brasileiro”. A defesa que Lugo faz de uma “soberania energética” lembra a retórica do boliviano Evo Morales. Este pegou o Brasil desprevenido e expropriou duas refinarias de Petrópolis, em 2006. “Como disse Evo a Lula, não queremos um preço solidário, queremos um preço justo”, afirma Lugo. Um avanço paraguaio sobre a usina binacional da forma feita por Morales, com uma trágica ocupação militar, não apenas é improvável, mas totalmente inviável. A relação de forças entre os dois países e os interesses envolvidos são totalmente diferentes. “Como a energia de Itaipu é muito mais importante que o gás natural da Bolívia, Lugo tem tido para dar mais dores de cabeça no Brasil do que Morales”, diz o historiador Francisco Deraniote, autor de *Maldita Guerra*, o mais abrangente livro sobre a Guerra do Paraguai.

Itaipu, que pertence com partes iguais aos dois países, é responsável por 20% da

LAÇOS ECONÔMICOS E CULTURAIS UNEM OS DOIS PAÍSES

EXPORTAÇÕES
Fazendeiros brasileiros produzem 98% da soja do Paraguai, o que representa 54% das exportações do país

REEXPORTAÇÕES
O Brasil comprou em 2007 3,4 bilhões de dólares em produtos que o Paraguai importa só para vender ao vizinho grandão

IMPORTAÇÕES
27% das importações paraguaias saem do Brasil, seu maior parceiro comercial

POPULAÇÃO
500 000 brasileiros vivem no Paraguai, o que representa 8% da população, e 200 000 turistas paraguaios visitam o Brasil a cada ano

Fonte: Café e Energia

BOM PARA AMBOS
Construída na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, a usina de Itaipu entrou em funcionamento em 1984

Quanto o Brasil pagou por Itaipu
Os brasileiros assumiram toda a dívida – 12,2 bilhões de dólares – contratada para a construção da usina

Quanto o Paraguai pagou por Itaipu
Nada. Como o país não tinha dinheiro, ficou combinado que a dívida com o Brasil seria paga com a geração de energia elétrica

O significado para o Brasil
A usina de Itaipu responde por 20% do consumo nacional de eletricidade

O significado para o Paraguai
O país consome apenas 13% da energia a que tem direito. A venda de sobra ao Brasil representa 20% da arrecadação e 6% do PIB paraguaios

O que Lugo quer
Aumentar em sete vezes o preço cobrado do Brasil pela energia que o Paraguai não utiliza

O prejuízo para os brasileiros
Se o preço defendido por Lugo fosse adotado, o Brasil teria de pagar mais 1,5 bilhão de dólares anuais ao Paraguai



Lugo, ao lado, e sacoleiros na Ponte da Amizade, acima: contra o Brasil

60 5 de março, 2008 veja

veja 5 de março, 2008 61

Fonte: Acervo Digital Veja (2018)

Outra questão é ainda mais proeminente: a construção narrativa remete à fórmula como *Veja* se refere às reivindicações dos países periféricos. Ao falar sobre como a revista trata a miséria, Silva (2005) faz uma análise de como as lutas dessas nações são vistas pela publicação:

Quando observarmos a forma com que os países do mundo periférico são tratados, vemos que a miséria é vista como fruto de problemas internos, quase sempre advindos de “maus líderes”. Falar entretanto das causas decorrentes dessa mesma lógica “mundializadora”, e imperialista, é inaceitável para *Veja* que, sem argumentos, rebate com adjetivações: “conversa mole”, discurso ultrapassado, sumariamente desqualificado (SILVA, 2005, p. 501).

Sabemos serem temas diferentes, no entanto, nota-se que *Veja* tratou as considerações dos vizinhos de semelhante forma, desqualificando as reivindicações. Vide o “*desacreditada* teoria da dependência”. Acrescenta-se ainda o uso de ambiguidades, como “bandeira *curiosa e paroquial*”, que conforme Vilas Boas (1996) é uma de suas práticas.

A palavra, no jornalismo de revista, deve dizer algo com beleza, sem necessariamente suprimir **a ambiguidade. Muitas vezes, a dualidade da palavra se traduz em trocadilhos em perfeita harmonia com a angulação da matéria e a posição ideológica da revista.** Se na TV o texto completa a imagem, na revista semanal de informações, a imagem completa o texto (p. 35, sem grifos no original)

Além da particularidade da ambiguidade, da dubiedade, o autor ainda nos lembra de algo crucial nesse tipo de publicação: os recursos de imagens. Neste sentido, infográficos e fotografias, usados pela revista (como mostrado na Figura 10), aliados a um texto argumentativo e direto, já seriam suficientes para noticiar o fato. No entanto, a adjetivação foi a opção editorial. Também é considerada uma escolha da edição usar a foto de Lugo no meio das duas páginas (em falso espelho). Com o personagem da reportagem em primeiro plano, a imagem tem ao fundo uma bandeira vermelha, com uma figura sorridente, onde é possível ler a palavra “socialismo”.

Nesta primeira menção a Lugo, a revista evidencia a particularidade de o candidato ser de esquerda. Tratamento bem diferente ao dado ao nacionalista e ex-integrante do Partido Colorado Lino Oviedo duas semanas antes, na nota da coluna “Radar” e até nesta mesma reportagem em que denomina o ex-bispo de encenqueiro. Diferentemente da foto de Lugo, a de Oviedo o mostra cavalgando, sorridente e com os cabelos ao vento. Abaixo dela, está a foto da candidata governista, Blanca Ovelar,

de braços erguidos, punhos fechados e sorridente, como que comemorando uma vitória.

Abaixo da foto de Lino e ao lado da imagem de Blanca, o texto:

Como sempre quem mais tem a temer de um presidente populista [no caso, Lugo, se eleito] são os próprios paraguaios. Os populistas acreditam que a riqueza de um país está em seus recursos naturais e no nacionalismo econômico. Os exemplos da China e da Coreia do Sul mostram que a educação universal, o investimento em tecnologia e a abertura econômica são o único caminho de eficiência comprovado. Meio milhão de brasileiros e seus descendentes vivem no Paraguai (8% da população). Eles são responsáveis por 98% da produção de soja, o principal produto de exportação do país (54% do total). Muitos paraguaios se ressentem de ser vistos no Brasil como falsificadores – uma fama decorrente do contrabando que vem de Ciudad del Este. O fato real é que, mesmo sem incluir a muamba, o Brasil é o maior parceiro comercial do Paraguai. Lugo quer esfriar essa amizade (TEIXEIRA, 2008a, p. 62)

No excerto, é possível perceber indícios do posicionamento de *Veja*. Primeiramente, a revista acusa Lugo, mesmo antes de eleito, de ser populista – algo que irá se repetir em relação a outros líderes sul-americanos nos próximos números da publicação. Em seguida, há uma exemplificação de como o Paraguai poderia se tornar eficiente: seguir os caminhos de China e Coreia do Sul, nações que nem mesmo remotamente se assemelham ao país guarani. Para isso, teria de se investir em educação, tecnologia e abrir o mercado (e se esquecer dos recursos naturais).

No parágrafo, que finaliza a reportagem sobre o candidato, mais uma vez *Veja*, a exemplo de outras mídias, promove a uniformização dos brasileiros e seus descendentes que vivem no Paraguai: os cerca de meio milhão “são responsáveis por 98% da produção de soja”. Ou seja, para *Veja*, todos os brasiguaios têm ligação com a sojicultora.

4.1.2.1 O leitor público vs. o leitor pauteiro: Veja como parte da estrutura ideológica hegemônica

Uma particularidade na série de cartas, notas de articulistas e reportagens se referindo ao Paraguai publicadas por *Veja* entre 24 de janeiro de 2007 e 5 de março de 2008 deve ser analisada antes de darmos prosseguimento ao estudo do objeto *Veja*: a participação dos leitores. Como mostrado, foram várias correspondências citando o país guarani publicadas em dois números.

A primeira publicação reuniu muitas missivas em apenas uma nota, onde leitores questionavam a doação de R\$ 20 milhões ao Paraguai que seriam usados para modernização tributária e para a redução de defasagens sociais no país. A segunda publicação mostrava a carta de um médico, então secretário municipal Antidrogas de Foz do Iguaçu, sugerindo que o Brasil impusesse condições ao Paraguai – em relação ao combate aos traficantes – em troca do aumento do preço da energia de Itaipu. Em suma: *Veja* lançou mão de sugestões e opiniões de seus leitores para noticiar – da mesma forma que se utilizou de uma nota do *ABC Color*.

Essa relação entre mídia e seus leitores é analisada por Benetti (2007), inspirada em Eliseo Verón, como fruto de um contrato tácito entre o jornalista (no caso, a publicação) e o leitor. Segundo ela, não se trata de uma imposição externa, mas quase um acordo que se firma entre aquele que fala e aquele que lê. E nesse contrato, cada um cumpre funções e expectativas. O jornalista escreve e o leitor tem aquilo como verdade:

Falamos de um acordo entre o jornalista e o leitor sobre o que é o jornalismo, o que pode ser dito (e o que não pode ser dito), o lugar reservado ao leitor, o papel que o jornalista deve exercer e o tipo de informação que deve entregar (BENETTI, 2007, p. 2)

O “contrato” ao qual ela se refere tem como base a noção de que o jornalismo é comprometido com a verdade, ou seja, atua no campo da credibilidade. Dessa forma, cria-se o que ela denomina “ilusões” como a de que o jornalismo retrata a realidade da forma como realmente; de que tudo aquilo que é de interesse público é noticiado; de que por ter compromisso com a verdade, não se está subordinado a interesses; que sempre se ouve as melhores fontes e as fontes oficiais são mais confiáveis; que jornalismo e propaganda não se misturam, etc.

Ainda que o leitor com maior formação filosófica esteja preparado para compreender que, como qualquer outro, o texto jornalístico é uma construção social e que a objetividade é apenas o guia que norteia a ética profissional – evitando que o jornalista invente fatos, declarações e personagens –, ainda assim o leitor está inserido em um contrato implícito com o jornalista que vai além da quimera da objetividade, alcançando os ideais de equilíbrio, pluralidade, abrangência temática e responsabilidade no trato da informação. Não é exatamente “uma escolha” do leitor crer ou não crer que o jornalismo narre a realidade, pois abrir mão dessa crença significa abrir mão de uma voz estruturadora do real (BENETTI, 2007, p. 3).

Em suma, conforme a pesquisadora, o jornalismo escolhe o que e quem

mostrar: o que em jornalismo chamamos de critérios de noticiabilidade³⁵. No entanto, adverte Benetti, citando Stuart Hall, “se habitualmente o jornalismo escolhe noticiar os ‘acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis” é porque parte de um parâmetro socialmente construído do que seja banal, vulgar, comum e aceitável (HALL et al, 1999, p. 226, apud BENETTI, 2007, p. 3).

Compreende-se, portanto, que ao retratar esse ou aquele personagem, ao escolher um enfoque, ao noticiar determinado fato e ignorar outro ou ao destacar um acontecimento em detrimento de outro, *Veja* sabe o porquê dessas escolhas. Essa autorização foi a ela repassada por seu público leitor, cuja visão socialmente construída do que pode ser ou não mostrado embasa a cobertura do semanário. E essa relação é recíproca. E esse público leitor, em sua maioria, pertence à classe média.

Voltando aos textos objetos desta pesquisa, ao analisar como os episódios noticiados por *Veja* se sucederam e como a revista se apropriou das demandas de seus leitores para publicar reportagens, nota-se como a produção da notícia, a sua circulação e sua recepção estão intimamente ligadas. Em um processo de “retroalimentação”, o público leitor forneceu uma pauta, um tema ao meio midiático *Veja*. A revista, por sua vez, não apenas aceitou, como ampliou esta pauta ao transformá-la em notícia. Esta particularidade, este imbricamento entre recepção e produção é analisada nos estudos de Thompson e de Jesús Martín-Barbero.

Como lembram Ângela Felippi e Ana Carolina Escosteguy, que defendem uma abordagem teórica do jornalismo por meio dos estudos culturais, Martín-Barbero, semiólogo, filósofo e antropólogo espanhol, naturalizado colombiano, referência nos estudos da recepção, se volta à análise e compreensão global do processo de comunicação. Este processo, inclui o receptor como sujeito ativo e atuante na comunicação:

O que se almeja [nos estudos de Martín-Barbero] é uma visão integrada da produção, circulação e recepção que preserve a dinâmica e as particularidades do processo comunicativo, sem recorrer ao isolamento de suas partes, procedimento bastante usual tanto nos estudos de comunicação como nos estudos de jornalismo. E, com essa meta, investigar a comunicação a partir dos atores sociais – sejam produtores/jornalistas e receptores/leitores – inseridos em determinadas condições sociais concretas (FELIPPI; ESCOSTEGUY, 2013, p. 18)

³⁵ Em linhas gerais, a “aptidão” ou a “vocação” para que um fato se torne notícia. Leva-se em conta, entre outros critérios, o público, a concorrência, o cont duo, etc. (WOLF, 1999)

A participação do público leitor no fazer jornalístico de *Veja* corrobora o afirmado no excerto de Vilas Boas (1996, p. 41), transcrito no início deste capítulo. Conforme o autor, proposições de revistas podem até mesmo “expressar um consenso do público-leitor da revista sobre um tema amplamente polêmico”. Ou seja, a revista opina e essa opinião é dividida pelo seu público. Da mesma forma, o oposto ocorre.

Em *Ofício de cartógrafo – Travessias latino-americanas da comunicação na cultura* (2004), Jesús Martín-Barbero é emblemático ao apontar que, diferentemente do que defendiam, por exemplo, os seguidores da Escola de Frankfurt, no processo da comunicação o receptor, no caso o público, não é passivo. Citando Paulo Freire e Gramsci, o pensador contemporâneo narra no livro sua experiência ao defender tal posicionamento em um encontro internacional de estudiosos da comunicação:

[...] invertendo o sentido da ideia – já então crítica – a comunicação como processo de dominação, propus o estudo da dominação como processo de comunicação. Que “traduzia” a análise de Paulo Freire sobre a opressão interiorizada pelas sociedades da América Latina quando o oprimido viu no opressor seu testemunho de homem. E inseria essa análise na concepção gramsciana de hegemonia com um processo vivido, feito não só de forças mas de sentido. Compreender a comunicação significava então investigar não só as argúcias do dominador, mas também aquilo que no dominado trabalha a favor do dominador (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 21).

Especificamente em relação às reportagens de *Veja* sobre o Paraguai, a participação do leitor como “pauteiro”³⁶ indica o quanto a publicação está inserida na vida social brasileira. Em síntese,

[...] a comunicação mediada é sempre um fenômeno social contextualizado: é sempre implantada em contextos sociais que se estruturam de diversas maneiras e que, por sua vez, produzem impacto na comunicação que ocorre (THOMPSON, 2011, p. 36).

Martín-Barbero, considera que quando se fala em leitor, não se fala de uma relação de poder em que há o emissor-dominante e receptores dominados, “sem o menor indício de sedução nem resistência, só a passividade do consumo e a alienação [...]” (p. 1997, p. 279). Neste sentido, nesta pesquisa não se considera que a mídia

³⁶ Segundo Floresta e Braslauskas (2009), pauteiro é “o profissional responsável por coordenar a apuração dos assuntos que serão publicados no dia ou em edições especiais” (p. 160). No entanto, na prática diária se observa que a função deste profissional vai além. O pauteiro e o editor trabalham em conjunto. É ele o responsável também por pensar, sugerir novos temas (pautas) para que sejam transformados em notícias. É esta acepção que usamos neste capítulo.

Veja, para usar as palavras do teórico da comunicação, haja de forma “teológica” em que há onipotência e onisciência, mas se considera, sim, que há uma relação entre ela e seu público leitor.

Esta inferência de Martín-Barbero nos leva às suas considerações – ao descrever o caminho que fez com que as Ciências Sociais se voltassem para os estudos da cultura – sobre o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci. Conforme o semiólogo, o conceito elaborado pelo filósofo italiano possibilita conceber o processo que a dominação social ocorre não de forma imposta, exógena e sem sujeitos. Mas sim que uma “classe hegemônica, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 104).

Em sua obra, Antonio Gramsci (2014, p. 78) apresenta um estudo de como se forma, de como se molda “a estrutura ideológica de uma classe dominante”. Em outras palavras, ele apresenta tudo aquilo que é criado “para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” de uma classe hegemônica.

A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais (GRAMSCI, 2014, p. 78)

Em suma, considerando o pensamento de Martín-Barbero e Gramsci, e levando-se em consideração as argumentações de Felippi e Escosteguy podemos aduzir que *Veja* possui dois tipos público. Como instrumento de hegemonia, o semanário atua ao lado daqueles que hegemonizam e tem como leitores aqueles que se permitem hegemonizar, pois reconhecem os valores da revista como sendo seus. Reconhecendo-os como tal, partes desses leitores adotam para si os programas, projetos e objetivos de uma outra classe, aquela representada pela publicação.

Antes de dar prosseguimento à análise dos materiais de *Veja*, é oportuno comentar que há uma particularidade dos estudos gramscianos a ser observada: Antonio Gramsci aborda o tema hegemonia em vários de seus escritos e em contextos diferenciados:

A primeira recorrência do termo “hegemonia” [na obra de Gramsci] está no Q 1, 44, 41 [remissão que indica o primeiro dos *Cadernos do cárcere*, 44º parágrafo, página 41], no qual encontramos a expressão “hegemonia”, expressão introduzida por G. [Gramsci] entre aspas, para indicar a sua particular valência em relação à genérica acepção

de “preeminência”, “supremacia”, que se encontra em sequência no mesmo apontamento, constituindo um espectro extremamente amplo de significados em uma âmbito de contextos que vai da economia até a literatura, da religião até a antropologia, da psicologia até a linguística (COSPITO, 2017, p. 365).

Neste sentido, para analisar as ações hegemônicas do Brasil frente a outra nação à luz dos escritos de Gramsci, se faz necessário lembrar que os escritos de Gramsci se deram em outra época, na Europa, em outro contexto e não se referiam ao Brasil ou à América Latina. Seus enunciados sobre hegemonia dizem respeito à supremacia de uma classe dentro de uma nação, de forma endógena. Como aplicá-la nas relações interpaíses? Outra questão crucial é apontar como se processa este exercício atualmente ou, em outras palavras, como se dá a hegemonia na nova ordem mundial e, mais que isso, como o pensamento gramsciano pode explicá-la. Benedetto Fontana aponta o caminho que seguimos neste trabalho:

Gramsci usa seu critério metodológico (a díade domínio/direção) para estudar a ascensão de um grupo dominante nacional e de uma consciência nacional ou sentimento de comunidade. Mas existe uma outra área ou nível no qual a distinção pode lançar alguma luz. Trata-se da política internacional, a ascensão e queda das grandes potências, o nascimento e a evolução das estruturas internacionais de poder [...]

Este outro sentido da hegemonia denota a supremacia de um Estado sobre outros Estados, numa dada estrutura global ou internacional de poder (FONTANA, 2003, p. 120).

Em suma, é com base no referencial teórico já citado e na análise iniciada que a pesquisa demonstra como o objeto *Veja* defende interesses. Esses interesses podem estar nas grandes metrópoles, na fronteira entre os dois países, como apresentado no conjunto de reportagens analisadas nos subcapítulos anteriores ou no território do país vizinho, como analisamos a seguir.

4.1.3 Paraguai: onde é perigoso ser brasileiro

Fechado os parênteses sobre o papel do leitor e as questões de hegemonia, voltemos à análise dos materiais de *Veja*. Com a argumentação de defender interesses brasileiros, que estariam ameaçados pelo “populista de esquerda”, *Veja* segue dando destaque – negativo – ao ex-bispo Fernando Lugo. A princípio, poderia se ter a impressão de que este posicionamento do semanário não seria relevante para

esta pesquisa. No entanto, como o ex-bispo era o chefe do Executivo paraguaio, muitas das críticas feitas a ele se confundiram com as críticas ao próprio país, que voltaria a ser retratado na publicação em 30 de abril de 2008. Na capa, no alto, no lado esquerdo, a revista estampou uma foto do então recém-eleito presidente, com a frase: “Fernando Lugo, do Paraguai, exige cinco vezes mais dinheiro por Itaipu”. No índice, a chamada para a reportagem dizia: “Paraguai – o que esperar do novo presidente”.

Na análise integral da edição, de número 2058, é possível perceber indícios do tom que o semanário daria à reportagem. Aliás, em toda a pesquisa foi possível perceber que os indícios da posição de *Veja* em relação ao Paraguai podem ser encontrados em apenas uma edição – com um ou vários textos que apontam para determinado posicionamento da revista –, como podem aparecer aos poucos, paulatinamente, por meio de notas, editoriais, cartas de leitores, etc. que vão construindo uma opinião. Essa opinião é da revista, mas, como já dissemos, pode ser entendida como opinião de seu leitor. Esta particularidade, reforçamos, é comum nas publicações semanais brasileiras: lançar uma proposição que se confunde com o que pensa seu público-alvo (VILAS BOAS, 1996).

Nesta edição, em específico, os indícios surgem primeiramente na seção “Cartas”. Em tom irônico, o leitor Anderson Almeida, que disse ter morado em Roraima, comenta as declarações do general Augusto Heleno Pereira, à época à frente do Comando Militar da Amazônia.

Na carta, o leitor parabeniza Heleno por suas declarações, emitidas em uma palestra no Clube Militar, no Rio de Janeiro, e publicadas na edição anterior da revista – “Selva é com ele” (DE MARTINO, 2008, p. 58), de 23 de abril de 2008, edição 2057. Nas declarações, o general questionou as terras destinadas aos indígenas no Brasil: “uma área assustadoramente grande para abrigar ‘meia dúzia de índios’” (PEREIRA, 2008, p. 39/44). Ao final, o leitor indaga o fato de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente à época, ter questionado o militar, por suas colocações. “[Lula] nunca o fez com outros membros de sua equipe, que vivem dando informações desencontradas. O último episódio foi com o ministro Celso Amorim, que sinalizou publicamente ser favorável ao reajuste dos valores pagos ao Paraguai [pela energia excedente de Itaipu, vendida pelo país guarani ao Brasil]. O presidente negou. Nesse caso, o chanceler não deve explicações? Ah! Ele não é militar” (PEREIRA, 2008, p. 39/44).

Emblemática, a correspondência de Pereira é apenas uma, das sete publicadas pela revista na seção “Cartas” da edição em questão. Das sete, em apenas uma as declarações do general foram, ainda que levemente, questionadas. Nesta, uma leitora informa ter visto na internet um abaixo-assinado pedindo para que o general se candidatasse à Presidência da República (LOPEZ, 2008, p. 44). Apesar de nas cartas, assim como na reportagem sobre a qual os leitores comentam, o semanário ter demonstrado uma grande simpatia ao militar, interessa aqui as críticas quanto às declarações de Celso Amorim. Chanceler, Amorim havia se declarado a favor do pleito paraguaio de reajustar o valor pago pelo Brasil ao Paraguai, que vende o excedente da energia da Itaipu Binacional a que tem direito.

Na análise da mesma edição, o segundo indício do posicionamento da revista sobre a reivindicação paraguaia foi encontrado na coluna “Veja Essa”. Mais uma vez, a revista critica o posicionamento do então chefe do Itamaraty transcrevendo sua declaração: “Devemos fazer com que o Paraguai obtenha o máximo de benefício em função da sociedade que eles têm conosco em Itaipu”. A nota está em página ímpar (55), ao alto. Acima dela, a foto do então ministro, abaixo, o comentário de Eduardo Sciarra (então deputado pelo DEM-PR) sobre a declaração: “Espero que a Argentina não peça uma votação sobre quem é o maior jogador da história. O Celso Amorim votaria no Maradona”.

O que fica evidente em ambos indícios é como a revista se vale da ironia, ainda que colocada na voz de um leitor e de um deputado, para criticar a posição de um dos homens fortes do governo. Na segunda menção, este recurso de linguagem é colocado de forma mais direta, com o deputado usando a rivalidade entre Brasil e Argentina no futebol para comentar a declaração de Amorim favorável ao pleito paraguaio. Já na primeira menção, a frase “Ah! Ele não é militar” mostra o descontentamento com o fato de o presidente da República não desautorizar seu chanceler por defender o país guarani da mesma forma que fizera com o general, quando este criticou a política indígena.

A mesma figura de linguagem é usada na reportagem destacada na chamada de capa da edição – e indiretamente referenciada na carta e nas notas da coluna “Veja Essa”. Intitulada “Vitória do Hidropopulismo” (Teixeira, 2008b), a reportagem sobre a eleição de Fernando Lugo afirma que a promessa do político de renegociar o Tratado de Itaipu ajudou-o a vencer nas urnas e pôs “o Itamaraty à prova”.

No texto, há discussão de que, apesar de benéfica, por dar fim à hegemonia do Partido Colorado no Poder, a eleição de Lugo era um risco para o Brasil. Para dar essa informação – na verdade, quase uma análise – o jornalista lança mão do sentido dúbio:

O resultado das eleições presidências no Paraguai, na semana passada, representa uma bênção e um risco. Uma bênção porque interrompe uma hegemonia de 61 anos de um único partido no poder, o Colorado, que reina sobre a máquina estatal corrupta e morosa. Um risco porque o eleito foi Fernando Lugo, um bispo católico que construiu seu capital político defendendo invasões de fazendas por agricultores sem-terra e passou boa parte da campanha tentando provar que não será um governante populista ao estilo do venezuelano Hugo Chávez ou do boliviano Evo Morales (TEIXEIRA, 2008b, p. 78)

Assim como a palavra paroquial foi utilizada pelo mesmo jornalista na reportagem que apresentava Lugo como ‘vizinho encenqueiro’, nesta, Teixeira lança mão da palavra “bênção” no sentido daquilo que vem a calhar, que traz benefício, um bem, algo oportuno, benéfico, mas que, por Lugo ser um ex-bispo católico, poderia, também, significar o ato de benzer, de abençoar, praticado pelos sacerdotes.

Para a revista, Lugo inventou o “hidropulismo” – uma variante do “petropulismo” de Chávez – assim como “inventou” um inimigo externo: “os estrangeiros ‘exploradores’” (p. 78), que seriam os brasileiros. O hidropulismo em questão viria do fato de o recém-eleito ter como bandeira exigir que o Brasil pague mais pela energia que compra da cota paraguaia da usina de Itaipu. No texto, há citações das declarações de Celso Amorim e a afirmação de que os brasileiros com maior probabilidade de se incomodar com Lugo seriam os fazendeiros “que transformaram o Paraguai no quarto maior exportador de soja do mundo” (TEIXEIRA, 2008b, p. 79).

A ironia volta à tona no final da matéria:

Como diz o ditado paraguaio, “um manco só se revela quando anda”. Da mesma forma, Lugo vai mostrar sua verdadeira faceta apenas quando começar a governar. Por enquanto, ele é mais uma inusitada figura política do tipo que a América Latina é pródiga em criar: o primeiro bispo católico no mundo a ser eleito presidente de um país. Ao se candidatar, ele desobedeceu às regras do Vaticano e foi suspenso temporariamente de suas funções sacerdotais. Celibatário, Lugo já avisou que sua irmã, Mercedes, assumirá as tarefas de primeira-dama (TEIXEIRA, 2008b, p. 79)

Assim como no uso das palavras “paroquial” e “bênção”, no excerto a revista lança mão de uma ironia fina, perceptível apenas pelo leitor atento. O inusitado

começa pelo uso de uma máxima do país guarani “um manco só se revela quando anda”, que soa no mínimo sarcástica ao se referir ao recém-eleito. Em seguida, a ironia se volta à América Latina, “pródiga” em criar líderes políticos inusitados como um bispo católico. No final, o fecho: por ser um sacerdote católico, previsivelmente Lugo seria celibatário, logo não poderia ter uma esposa para ser a primeira-dama, papel que caberia a sua irmã. O que se pergunta é: qual a ligação desta particularidade com os fatos narrados pela reportagem? Obviamente, nenhuma. Da mesma forma, a reportagem coloca a América Latina, assim como em outros textos já analisados, como uma região menor, até mesmo folclórica.

Antes de darmos continuidade à análise do material de *Veja* observando a questão da ironia, é necessário apontar algumas considerações feitas por outros pesquisadores sobre esta mesma reportagem. Guimarães *et al* (2016) consideram que, ao falar que “uma luta de interesses estaria prestes a começar e o Brasil deveria preparar-se para não sair perdendo” (p. 81), por a usina de Itaipu ser um marco na integração de ambos países, e por qualquer discussão sobre sua gestão produzir turbulência na área das relações internacionais, “a revista exerce influência sobre o imaginário social, conformando uma posição contrária, referente às alterações nos acordos da Itaipu” (idem).

Chama atenção na análise das pesquisadoras as considerações sobre o infográfico que ilustra a matéria. Nele, *Veja* afirma que Lugo está em má companhia, mas minimiza e pontua que, numa escala, ele seria “menos populista” que Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, do Equador.

Figura 11 – Infográfico “Vitória do Hidropopulismo”. Ed. 2058 (30/4/2008)



Fonte: Acervo Digital *Veja* (2018)

Passa despercebido ao olhar das pesquisadoras alguns aspectos importantes do infográfico do semanário brasileiro. Numa espécie de termômetro, um medidor de populismo, *Veja* insere como parâmetros itens como “riquezas naturais como solução para a pobreza” e “saudosismo indígena” como se não fosse louvável ter um projeto baseado no uso dos recursos naturais ou referenciar os povos ancestrais.

Uma análise ainda mais ampla do que a de Guimarães *et al* é feita por Foletto (2011). Este pesquisador corrobora a conclusão de que *Veja* se utiliza de figuras de linguagem para desqualificar as propostas de Lugo, e apresentá-las como possíveis problemas e prejuízos para o Brasil. “*Veja* procura apresentá-las como destoantes da realidade” (FOLETTTO, 2011, p. 148). O mesmo discurso é proferido quando a reportagem mira as relações do recém-eleito com grupos que buscam uma reforma agrária no país, o que “afetaria fortemente a produção paraguaia, principalmente de soja” (p. 149):

Desse modo, a revista faz prosperar a ideia de que Lugo, por suas propostas e sua inclinação populista, não tem pretensões de realizar um governo concernente com a histórica relação amistosa entre Brasil e Paraguai, sendo um risco, uma encrenca, um entrave, um perigo, um retrocesso (FOLETTTO, 2011, p. 148).

Esse retrocesso lembrado por Foletto também está presente no último material a versar sobre o Paraguai presente na edição de 30 de abril de 2008. Intitulada “*Recuerdos de Ypacarai*”, a coluna “Ensaio” de Roberto Pompeu de Toledo, colocada na última página da revista, possui trechos de efeito como: “O Paraguai é um caroço atravessado na goela do Brasil [...] ora tratado com sentimento de culpa, ora com a sem-cerimônia que se dispensa a um estado cliente”; “[...] é um centro privilegiado de contrabandistas, traficantes, falsários, ladrões de automóveis [...]” (TOLEDO, 2008, p. 142). Ao citar a frase de Lugo, desejando que o país deixe de ser conhecido pela corrupção, o colunista é condescendente: “Alguém que se propõe a levá-la adiante merece apoios, não um endurecimento [...]” (*idem*).

É preciso chamar a atenção de que o tratamento dispensado a Fernando Lugo não se deve ao fato de ele ser chefe do Executivo paraguaio, mas, sim, por suas bandeiras envolver temas concernentes às relações Brasil-Paraguai e por seu governo ser um dos governos à esquerda que surgiram na América do Sul na época. Por esta pesquisa ter como objeto o posicionamento de *Veja* no que tange ao país

guarani e sua relação com o Brasil, obviamente não poderia se furtar de analisar as matérias que versam sobre o ex-presidente, assim como seus sucessores.

Um exemplo da forma como *Veja* trata os líderes latino-americanos de esquerda na época é a reportagem “O foro dos dinossauros” – edição 2063, de 1 de julho de 2008 – aqui analisada por se referir também ao país vizinho. A forma demeritória dispensada aos chefes do Executivo surge já no título, ao evocar que todos teriam parado no tempo. Ou seja, seriam dinossauros.

A reportagem mostra um encontro da esquerda latino-americana que, para a revista “passa o tempo a repetir velhos clichês” (SCHELP, 2008a p. 136). No entanto, o que interessa para esta pesquisa é que, ao criticar o encontro (“um parque dos dinossauros”), a reportagem diz que uma rara decisão prática foi apoiar a recuperação da soberania energética do Paraguai. Segundo o repórter, a secretaria executiva do foro, chefiada por Valter Pomar, do PT, comprometeu-se a trabalhar para a discussão sobre Itaipu: “Uma resolução, portanto, afinada com os planos antibrasileiros do presidente eleito do Paraguai, Fernando Lugo” (SCHELP, 2008a, p. 137).

Além da questão energética, *Veja* seguiu pautando também a questão da propriedade de terra de brasileiros e seus descendentes no país vizinho. Mais uma vez, a estratégia da revista foi introduzir paulatinamente o assunto. No entanto, em vez de ser distribuído em apenas um número – como a edição que abordou o tema relativo à Itaipu Binacional – o tema propriedade de terras foi comentado por várias semanas, entre os meses de abril, quando da eleição de Lugo, até dezembro de 2008. Com destaque para:

- a) nota da seção “Panorama” (subseção “Datas”), intitulada “Proibida”. Publicada na edição de 15 de outubro daquele ano, a nota fala da proibição a estrangeiros da compra de terras paraguaias oriundas da reforma agrária de 2004. Segundo a revista, a medida “atinge os agricultores brasileiros residentes no Paraguai, os brasiguaios, alvo de ataques dos sem-terra daquele país”. (PROIBIDA..., 2008, p. 62). Mais uma vez, é identificada a colocação de que todos os agricultores brasileiros no país guarani seriam brasiguaios – não importando nem mesmo se, entre eles, alguns não se consideram como tal;
- b) reportagem “É só conversa de ideólogo” (SCHELP, 2008b) publicada na edição 2083, de 22 de outubro. No texto, há a afirmação de que não há

sentido em restringir a compra de terras por estrangeiros no Brasil com o argumento de que seria um risco à soberania. A reportagem toma conta de quatro páginas. Na segunda delas, ímpar, à margem, há um infográfico onde é citado que, no Paraguai, estrangeiros não podem ser donos de terras em área de fronteira e que, uma então recente norma proibia os estrangeiros de comprar terras paraguaias oriundas da reforma agrária de 2004. Há, na página seguinte, uma foto de sem-terra paraguaios sendo expulsos de uma fazenda de brasileiro no Paraguai. Na legenda lê-se: “Se Lula fosse Putin...”. Uma alusão ao líder russo Vladimir Putin, que havia invadido a Geórgia com o argumento de proteger cidadãos russos que lá residiriam. Ou seja, se Lula fosse como o russo, invadiria o Paraguai para proteger os brasileiros e descendentes que têm propriedades rurais;

- c) entrevista nas “Páginas Amarelas” com o sociólogo Demétrio Magnoli intitulada “Uma vitória da razão” (SCHELP, 2008c). O entrevistado, que analisa, entre outros, as eleições no Brasil, cita o Paraguai ao avaliar a política externa brasileira: “Logo, logo vamos ter uma crise no Paraguai. Temo que o governo Lula faça pouco para defender os agricultores brasileiros naquele país” (MAGNOLI, 2008 apud SCHELP, 2008C, p. 21).
- d) Chamada de capa da edição 2090, de 10 de dezembro de 2008. Com o chapéu³⁷ “brasiguaios” em vermelho, e, abaixo, a chamada: “A vida sob tensão dos brasileiros no Paraguai”. Ao lado, uma foto mostra quatro homens em uma paisagem rural, armados com rifles (Figura 12).

Figura 12 – Chamada de capa ed. 2090 (10/12/ 2008)



Fonte: Acervo Digital *Veja* (2018)

³⁷ Chapéu (ou retranca) é o nome dado a uma palavra ou frase curta colocada acima do título ou de uma chamada.

A chamada de capa remetia à grande reportagem que encerrou a série de materiais sobre a questão de terra, iniciada em abril de 2008. “Onde é perigoso ser brasileiro” (TEIXEIRA, 2008c) aborda a questão das ocupações de sem-terra paraguaios em propriedades de brasileiros e descendentes. O tratamento de *Veja* à questão é sóbrio, em comparação com outras reportagens aqui já analisadas – não há ironias, nem adjetivação ou superlativação em exagero. Mesmo assim, é nítida a forma como o semanário se refere aos camponeses.

A abertura da reportagem é em falso espelho. Há apenas uma coluna de texto, na página ímpar. O restante das duas páginas é ocupado por duas fotos. A superior mostra seis homens, cinco deles armados e não identificados, em um ambiente rural. Sobre a foto, o título da reportagem (Figura 13).

A foto inferior mostra um grupo de “sem-terra” paraguaios que seguram pedaços de madeira. Todos estão de frente e podem ser identificados. Ao fundo, uma bandeira do Paraguai. Ao lado, como que saindo da foto, a faixa “Fuera brasileiro”. Há um infográfico na terceira e quarta páginas, com o nome “Amizade em risco”, onde é informado que 60% dos brasileiros e descendentes que vivem no país vizinho estão na região próxima à fronteira com o Brasil. Ao final da reportagem, na quinta página, a foto de uma bandeira brasileira sendo queimada. A legenda é contundente: “ÓDIO NACIONALISTA – Bandeira brasileira é queimada no departamento de San Pedro, em maio: a retórica antibrasileira do presidente Lugo serviu de incentivo para a agressão” (TEIXEIRA, 2008c, p. 110).

Figura 13 – Abertura de "Onde é perigoso ser brasileiro". Ed. 2090 (10/12/2008)

Imigração

ONDE É PERIGOSO SER BRASILEIRO

Com tiros e invasões, sem-terra paraguaios querem expulsar meio milhão de brasiguaios. Se o êxodo ocorrer, será a maior tragédia humana da história do Brasil

DUDA TEIXEIRA, DE LIMA, PARAGUAI

A faixa na qual se lê "Fuera brasileiro" não é o tipo de mensagem que um brasileiro esperaria encontrar em país amigo. No Paraguai, infelizmente, essa óbvia palavra de ordem pode ser vista nas estradas do interior, hasteadas na entrada de acampamentos de sem-terra. Longe de ser apenas retórica, ela se traduz em violência física e ameaças contra o meio milhão de brasileiros e descendentes que vivem numa larga faixa de terras férteis próximas à fronteira com o Brasil. Em algumas partes — sobretudo no departamento de San Pedro, o mesmo onde o presidente Fernando Lugo fez sua carreira política como bispo católico —, quem trafega

PRONTOS PARA A GUERRA
Produtores brasileiros fazem escola para ensinar (acima) e sem-terra paraguaios e sua família de ardeem em protestos (abaixo); a violência já começou

em veículos com placas brasileiras arrisca-se a ser atacado a pedradas ou tiros. Na semana passada, quase três dezenas de fazendas com proprietários brasileiros estavam cercadas ou já tinham sido invadidas. Atritos entre o Brasil e os governos populistas de países vizinhos agora são rotineiros — mas no Paraguai é diferente, pois as possibilidades de uma tragédia humana são reais e enormes.

O número de brasiguaios é quatro vezes o total de brasileiros em todos os outros países da América do Sul. No exterior, só a comunidade nos Estados Unidos é mais numerosa. A primeira consequência de um surto de violência xenófoba na área rural paraguaia, do qual já se vêem os primeiros sinais, se-

106 | 10 DE DEZEMBRO, 2008 | veja

107 | 10 DE DEZEMBRO, 2008 | veja

Fonte: Acervo Digital Veja (2018)

O tom mais sóbrio da publicação tem explicação no próprio tema da reportagem. Independentemente de as terras serem ou não de brasileiros, as ocupações ocorridas no período colocavam em risco atores de ambos os lados. Também era notório o tom xenófobo de algumas manifestações. No entanto, mesmo que este fosse mais sóbrio, a revista seguiu um tom acima do comum para um órgão de comunicação.

Na linha fina, há a já comentada generalização dos brasiguaios, com a afirmação de que “com tiros e invasões, sem-terra paraguaios querem expulsar meio milhão de brasiguaios. Se o êxodo ocorrer, será a maior tragédia humana da história do Brasil”. Além de colocar todos os brasiguaios em um rol comum, *Veja* ainda tenta passar a ideia de que camponeses conseguiriam expulsar 500 mil pessoas. Mesmo levando-se em consideração de que os sem-terra estavam armados, tal situação seria bastante improvável já que dispunham, a julgar pelas fotos, de revólveres e pedaços de madeira

O mais contundente da reportagem, no entanto, é que, mesmo apontando as ações xenófobas dos paraguaios, o semanário exhibe também seu preconceito:

O destino dos brasiguaios não é apenas uma crise prestes a explodir no colo do governo brasileiro. Também determinará o futuro do Paraguai. Aqueles que querem expulsar os produtores e dar as costas ao Brasil sonham em isolar o país e viver dos recursos naturais (as águas do Rio Paraná, que movem as turbinas de Itaipu, são o principal disponível) [...] O segundo caminho é aquele aberto com Itaipu e os colonos brasileiros. Com energia abundante e uma agricultura moderna, a população paraguaia triplicou e espalhou-se pelo território: “Os brasileiros levaram consigo valores dos seus pais e avós, imigrantes italianos, alemães e japoneses. Com perseverança e conhecimento transformaram o Paraguai em um país empreendedor” (TEIXEIRA, 2008c, p. 110).

Ao ligar todo o progresso do país vizinho à presença brasileira – ainda que descendente de alemães e italianos e japoneses – a revista demonstra que o atraso do povo paraguaio só foi superado com a chegada desses. Esta constatação fica ainda mais clara nos trechos finais da reportagem: “Graças à atuação dos brasileiros existem hoje 20.000 produtores rurais paraguaios” (idem). Ou seja, para a revista, se não fosse a presença do Brasil, nem mesmo os autóctones seriam produtores no país guarani.

Como instrumento hegemônico, neste contexto *Veja* age em relação ao Paraguai da mesma forma como Martín-Barbero relata que pesquisadores agiam com

as classes populares e a relação destas com a noção de progressão. Os estudiosos, acreditavam que havia uma atitude de reação, “de oposição ao progresso” por parte das classes populares.

Mas na reação havia algo mais, havia uma luta contra as novas formas de exploração. Ou não foi por acaso em nome do progresso que foram justificadas as jornadas de 16 horas, o trabalho “em cadeia” e os salários de fome? Por que não iriam misturar então as classes trabalhadoras um e outro? [...]. O que o capitalismo destruiu era não só um modo de trabalhar, mas seu modo inteiro de viver” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 135).

Não defendemos aqui, obviamente, que o Paraguai deva ter uma atitude xenófoba e expulsar os brasileiros. Tampouco negamos a contribuição brasileira para o país vizinho. Na verdade, é a mídia *Veja* que atribuiu aos brasileiros – que levaram “valores dos seus país e avós, imigrantes italianos, alemães e japoneses” – todo o processo que tornou o país guarani empreendedor. Mas, e os valores paraguaios? E os valores daqueles que já estavam na terra? E as contribuições do povo paraguaio para tornar seu próprio país empreendedor? Foi levado em conta que os brasileiros modificaram o modo de viver dos habitantes do país vizinho? Foi considerado se os autóctones queriam mudanças no seu modo de produzir?

Veja, a julgar pelos textos que publica, não leva tais fatores em consideração e essa mesma particularidade será vista mais adiante, por meio do uso de uma metáfora com um dos símbolos da culinária paraguaia: a mandioca.

4.2 A IRONIA EM *VEJA*: RECURSO ESTILÍSTICO OU INSTRUMENTO DE PERSUASÃO?

Antes de darmos continuidade à análise dos materiais de *Veja*, é preciso reforçar o porquê de chamar a atenção para a forma como o semanário tratava o ex-presidente paraguaio. O fato é que destituir Fernando Lugo de qualidades interessava à revista, pois, assim, teria mais legitimidade em apresentar seu pleito que, como insistia argumentar, seria garantir o direito do Brasil e dos brasileiros. Ou seja, destitui-lo também destituiria as reivindicações paraguaias.

Outra questão crucial é que desde a primeira menção ao chefe do Executivo guarani, *Veja* sempre o ligou ao populismo de esquerda e propalou: “Os populistas acreditam que a riqueza de um país está em seus recursos naturais e no nacionalismo

econômico” (TEIXEIRA, 2008a, p. 62). A afirmação, feita na primeira reportagem que teve o ex-bispo como personagem, seguiu em toda a série de materiais que analisamos na seção anterior e indica o posicionamento da publicação. Por recursos naturais, no entender de *Veja*, leia-se as terras – em grande quantidade nas mãos de brasileiros e descendentes³⁸ – e as águas do Rio Paraná, onde está a usina de Itaipu. Se no ano de 2008 o foco do semanário foram as terras, em 2009, será a binacional. Para destituir o pleito paraguaio, a revista se concentrará em um fato da vida pessoal do presidente do país: a paternidade, antes encoberta, de vários filhos nascidos quando ele ainda era bispo e, portanto, deveria ser celibatário.

Os materiais sobre o assunto, carregados de ironias, começaram a ser publicados em 22 de abril de 2009 e se configuram em indícios do que viria a seguir: pesadas críticas sobre o resultado das reivindicações paraguaias sobre Itaipu. Os indícios foram distribuídos em seis materiais ao todo até maio do mesmo ano. No mês seguinte, junho, a revista estampou uma reportagem sobre o aumento do valor que o Brasil pagava pela energia de Itaipu comprada do Paraguai. Em síntese, o tema Itaipu estava em destaque na época e vinha sendo discutido pela publicação havia meses. Aproveitando-se de um fato pitoresco da “inusitada figura política do tipo que a América Latina é pródiga em criar” (TEIXEIRA, 2008b, p. 79), *Veja* foi gradativamente desconstruindo uma imagem como forma de menosprezar uma reivindicação. Abaixo, seguem os indícios:

- a) “Reconhecida”, nota da seção “Panorama” – subseção “Datas” –, em 22 de abril de 2009, fala sobre o reconhecimento de paternidade, pelo presidente Fernando Lugo, de um menino de dois anos. A nota chama a atenção de que a admissão da paternidade ocorreu em entrevista ao vivo pela TV. O destaque é que, quando manteve o relacionamento, o então presidente ainda era bispo e a mãe tinha 16 anos, ou seja, menor, o que é proibido no Paraguai.
- b) na mesma edição (2109), ainda na seção “Panorama”, mas na subseção “Veja Essa”, o tom muda. *Veja* coloca uma frase de Fernando Lugo assumindo a paternidade: “Assumo todas as responsabilidades,

³⁸ A questão da propriedade de terras por parte de brasileiros e seus descendentes no Paraguai não é objeto desta pesquisa. Apenas citamos por ser um fato relevante abordado nos materiais publicados por *Veja*. Segundo um *informe de investigación* da Oxfam, nos departamentos fronteiriços, cerca de 60% das terras pertencem a brasileiros e descendentes (CASTILHO; BASSI, 2017).

reconhecendo a paternidade do menino (LUGO, 2009 apud BYDLOWSKI, 2009a, p. 54). Abaixo, o texto “Fernando Lugo, presidente do Paraguai e ex-bispo, menos de uma semana depois de ameaçar processar quem divulgasse a notícia do filho de 2 anos até então não assumido” (p. 54). Ao lado, uma caricatura de Lugo, andando sorratamente nas pontas dos pés, com uma chupeta e a bandeira do Paraguai enrolada no pescoço (Figura 14). Neste caso, a ironia está na imagem.

- c) uma semana depois, uma correspondência na seção “Leitor” (anteriormente se chamava “Cartas”) se vale do preconceito contra o país vizinho para criticar a paternidade: “[...] no Paraguai, até bispo é falso?” (PASTORE, 2009, p. 43);
- d) na mesma edição (2110), na seção Panorama, subseção “Imagem da Semana”, a jornalista Vilma Gryzinski assina “Um, dois, três e aumentando”. O texto possui uma dubiedade: ao mesmo tempo em que abusa do tom de galhofa, afirma que há um lado “nada engraçado” no caso da paternidade de Lugo: “além de desonrar seus votos, o ex-bispo abusou da posição” (GRYZINSKI, 2009, p. 47):

Nunca antes na história do Paraguai – aliás, na de nenhum país – se viu coisa igual: o governo criou uma comissão informal para lidar com os casos de paternidade atribuídos ao presidente Fernando Lugo. Trabalho não vai faltar: em dez dias, apareceram três mulheres com os respectivos Luguinhos e corre que mais três vão entrar na fila do DNA. Tem exagerados falando em dezesseis, dezessete filhos; o céu é o limite quando se trata da fertilidade pessoal (idem).

Ao final, a jornalista escreve: “Ainda vai sobrar para nós a conta dos afagos do Lugo”, referindo-se a Itaipu. Acima do texto, que está em página ímpar, a “imagem da semana” mostra um dos filhos ao lado da mãe e um homem de terno saindo do Palácio da Justiça. O menino acena para alguém. Apesar de ele ser menor, foi identificado pela revista.

Figura 14 – Charge sobre paternidade de Lugo. Ed. 2109 (22/4/2009)



Fonte: Acervo Digital *Veja* (2018)

- e) na mesma data, ainda na seção “Panorama”, subseção “Veja Essa”, há uma transcrição da fala de um bispo brasileiro sobre os filhos de Fernando Lugo. A frase transcrita: “As pessoas que construíram a Igreja são falíveis” (DUARTE, 2009, apud BYDLOWSKI, 2009b, p. 61). Abaixo dela o texto: “Dom Antônio Augusto Duarte, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, sobre a sequência de falhas, ou melhor, de filhos gerados enquanto era bispo pelo presidente do Paraguai, Fernando Lugo” (BYDLOWSKI, 2009b, p. 61). Curiosamente, a nota foi colocada aos pés das fotos de duas mulheres (uma miss e uma atriz) cujas falas também foram reproduzidas na seção.
- f) a lista de textos se encerra com a coluna “Três modelos sexuais” (6/5/2009), assinada por Roberto Pompeu de Toledo (2008, p. 158). O texto possui trechos como:

Viviana [uma das mães dos filhos de Lugo] foi levar-lhe lençóis e

perguntou se precisava de mais alguma coisa. ‘Preciso de você’, foi a resposta. A frase trai um Don Juan versado nas cantadas e dotado de típica ousadia. Ressalve-se a presença, em seus namoros, de catolicíssimas particularidades [...] Lugo merece outro crédito: eis, enfim, um escândalo sexual nas hostes católicas que não é de pedofilia! [...] é um transgressor do voto de castidade à moda antiga, dos bons tempos em que os padres tinham amantes (TOLEDO, 2008, p. 158).

Finalizados os materiais que demonstraram as “catolicíssimas particularidades” do mandatário paraguaio, cerca de dois meses depois *Veja* volta a falar do país guarani. Desta vez, em uma matéria não assinada: “A conta vai aumentar”, abordou o aumento do valor que o Brasil pagava pela energia de Itaipu comprada do país vizinho. Na linha fina escreveu: “O Paraguai exige e o governo Lula corre para pagar mais pela eletricidade de Itaipu. Não precisa nem dizer para quem vai sobrar” (A CONTA..., 2009. p. 92), numa ligação clara ao consumidor brasileiro. Na foto, aparecem apenas Lula e Lugo de mãos dadas, um de frente para o outro. Na legenda: “A Dupla Lu-Lu – novas regras para Itaipu: diplomacia da generosidade sem contrapartida” (idem).

Além da ironia na fotolegenda, *Veja* defende que o governo Lula fez a chamada “diplomacia da generosidade”, como definiu à época o hoje ex-embaixador brasileiro em Washington Rubens Barbosa. A generosidade, conforme o semanário, foi feita com “nosso chapéu, como sempre”. No caso, o valor pago pela energia excedente paraguaia comprada pelo Brasil saltaria de 120 milhões de dólares para 360 milhões. “A empresa de eletricidade paraguaia, Ande, poderá vender sua energia ao mercado brasileiro e se beneficiar de um financiamento de 450 milhões de dólares para a construção de uma linha de transmissão entre Itaipu e a capital”³⁹, disse a revista – em uma matéria, ressalta-se, não assinada.

Usando mais uma vez o discurso de autoridade do ex-embaixador, a publicação sentencia: “É da natureza da diplomacia da generosidade nunca exigir contrapartidas’, diz Rubens Barbosa. ‘Essa doutrina não tem vergonha de ir contra o interesse nacional’” (idem). Logo abaixo, a publicação, a despeito de ser latino-americana, tece mais uma vez críticas à região. Para *Veja*, “no manual latino-americano de vitimologia, os Estados Unidos estão no centro do universo como vilão

³⁹ A revista se refere à construção de uma linha de 348 quilômetros de Itaipu até a região metropolitana de Assunção. O custo real foi de US\$ 550 milhões, financiados pelo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), a linha, inaugurada em 2013, foi praticamente paga pelo Brasil, a contrapartida do governo paraguaio foi de apenas 15%. A linha é fundamental para a industrialização do país.

explorador, papel dividido, no caso paraguaio, com o Brasil” (ibidem).

Segundo a publicação, a narrativa que coloca o Brasil como algoz surgiu com a Guerra do Paraguai que, apesar de “terrível” foi “iniciada pelo tirano Solano López”. Adiante, a reportagem lembra, com propriedade, que a afinidade entre os governantes de ambos os países tornou a negociação possível. Mais adiante, volta à carga irônica para ligar a reivindicação paraguaia ao fato de Evo Morales “outro integrante da trupe bolivariana” ter mandado ocupar duas refinarias da Petrobras. Ao encerrar o material, *Veja* lembra que Lula “e seu lépido ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, insistiram em mudar as regras do tratado mesmo após pareceres” contrários. Com isso, a conta de luz para o brasileiro poderia ficar 3% mais cara. “Isso se Lugo não exigir mais”.

Em tempo, a revista em nenhum momento explicou que o reajuste teria de ser aprovado pela Câmara Federal e pelo Senado. Na primeira casa, a aprovação se deu em 6 de abril de 2011 e no Senado em 11 de maio do mesmo ano. Outro dado importante, conforme já mostrado por meio da pesquisa de Mariana de Paula Silveira (2016) à época, o Paraguai apresentou uma pauta de negociação onde constavam seis itens. Poucos foram atendidos em sua totalidade.

Como já salientamos, em praticamente todas as reportagens que mostram as colocações do governo “bolivarianista” paraguaio há a presença da ironia. Podem ser consideradas como esta figura de linguagem – mesmo quando colocadas “na boca” de leitores ou de entrevistados – expressões como “mesmo sem incluir a muamba, o Brasil é o maior parceiro comercial do Paraguai”; “nesse caso, o chanceler não deve explicações? Ah! Ele não é militar”; “espero que a Argentina não peça uma votação sobre quem é o maior jogador da história. O Celso Amorim votaria no Maradona”; “o resultado das eleições presidências no Paraguai, na semana passada, representa uma bênção [...]”; “um manco só se revela quando anda”, “figura política do tipo que a América Latina é pródiga em criar”; “três mulheres com os respectivos luguinhos”; “catolicíssimas particularidades”; “Lugo merece outro crédito: eis, enfim, um escândalo sexual nas hostes católicas que não é de pedofilia!”; “é um transgressor do voto de castidade à moda antiga, dos bons tempos em que os padres tinha amantes”; “se Lula fosse Putin...”; “[...] no Paraguai, até bispo é falso?” “A Dupla Lu-Lu”; “diplomacia da generosidade sem contrapartida”, além de generosidade feito com “nosso chapéu, como sempre”.

Nos exemplos acima, é possível identificar sarcasmo, antífrase e um tipo mais raro de ironia: a parêmia.

[...] a antífrase e o sarcasmo [são] os modos mais comuns [de ironia]. A antífrase exprime ideias antitéticas por meio de palavras de sentido contrário, e o sarcasmo configura-se como uma ironia desqualificadora, ofensiva ou até mesmo injuriosa. Note-se que a antífrase não é necessariamente desqualificadora, e pode-se recorrer a ela para construir um sentido positivo – quando, por exemplo, alguém diz “Fulano é horroroso”, querendo dizer que Fulano é, na verdade, tão bonito que sua beleza é óbvia. Já o sarcasmo, que se constrói de modo mais explícito, é sempre um deboche altamente crítico (BENETTI, 2007, p. 5)

Em seu texto, “A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*”, Benetti destaca que a parêmia é a figura em que há a repetição, de modo “debochado, de um ditado popular que encerre em si mesmo o caráter irônico”. No material por ela analisado, não foram encontrados exemplos desta figura de linguagem, diferentemente desta pesquisa, onde encontramos “generosidade feita com nosso chapéu” e até uma traduzida para o português: “um manco só se revela quando anda”.

No uso de ironia por parte do semanário deve-se levar em conta dois aspectos fundamentais. Primeiro, que parte dessa figura de linguagem estava incorporada ao discurso de leitores e de uma autoridade parlamentar, o que já demonstra uma convivência, uma aproximação dos discursos da mídia *Veja* com seu público. Em segundo plano é que, ao usar a parêmia, a antífrase ou o sarcasmo, *Veja* já supõe esta aproximação de discursos.

A força da ironia está sempre na construção de um campo de cumplicidade entre os sujeitos. No caso do jornalismo, entre jornalista e leitor. A lógica intersubjetiva que se estabelece coloca estes dois sujeitos em estado de mútuo reconhecimento. De forma aqui bastante redutora, seria algo como “somos semelhantes”. Eu, jornalista, me expresso de um modo determinado e você, leitor, é capaz de me compreender; nem todos seriam capazes de me compreender, mas você é meu parceiro (BENETTI, 2007, p. 6-7)

As inferências da pesquisadora sobre o objeto *Veja*, mesmo que o período e os materiais estudados sejam diferentes, aponta para uma conclusão semelhante à que chegamos. Por meio da ironia, o semanário brasileiro tenta inculcar uma ideia na mente do leitor – afinal, eles são semelhantes. Mesmo em reportagens – textos que, como defendem os cânones do jornalismo, a princípio não poderiam emitir opiniões ou juízo de valor – *Veja* lança mão da ironia como modo de formar uma opinião. Opinião essa, como já dissemos, que se confunde com a do leitor.

Veja, ao usar a ironia, exercita o poder de dizer: ‘isto é imoral, grotesco ou simplesmente ridículo; e você, leitor, evidentemente não pensa (não pode pensar) diferente de nós, pois pensar diferente de nós tornaria você imoral, grotesco ou ridículo’. O ironista, ao ridicularizar algo, imediatamente institui um parâmetro de normalidade, indicando o que seria aceitável ou razoável. (BENETTI, 2007, p. 8).

Podemos aduzir que ao usar a ironia a publicação brasileira “aponta o dedo” àquele que, em sua avaliação, não possui um comportamento probo. Como a pesquisadora conclui, o uso dessa figura de linguagem “obriga a imoralidade a sair do esconderijo, imitando seus defeitos” (idem). Desta forma, *Veja* consegue destituir uma figura pública apontando-o como condenável. Em síntese, se a personagem possui um comportamento duvidoso, seu pleito também será.

À luz dos estudos de Gramsci, podemos inferir que, neste ponto, *Veja* atua de forma pedagógica, no sentido educacional da palavra. Ao apontar o dedo e dizer o que é moral ou o que não é, a revista tenta se inter-relacionar com seu público leitor de forma a inseri-lo dentro de um contexto.

A civilização burguesa moderna, na visão de Gramsci, se perpetua através de operações de hegemonia – isto é, através de atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que difundem sua concepção de mundo e seus valores capilarmente pela sociedade. Mas – deve-se logo acrescentar – Gramsci não compreende as operações hegemônicas como unidirecionais; elas não consistem somente na transmissão e disseminação de ideais e opiniões dos grupos dominantes para os estratos subordinados. A atividade cultural, no sentido mais amplo do termo, também estimula novas ideias nos setores privilegiados da sociedade, permite-lhes enfrentar novos problemas e permanecerem sintonizados com as demandas e aspirações de todos os setores da sociedade; em poucas palavras, ela reforça a capacidade dos grupos dominantes para olhar além do próprio interesse corporativo e estreito e, **portanto, ampliar sua ação e influência sobre o resto da sociedade. A hegemonia, tal como Gramsci a concebe, é uma relação educacional** (BUTTIGIEG, 2003, p. 47, sem grifos no original)

A análise de Buttigieg vai ao encontro do que salientamos nas considerações de Martín-Barbero e do próprio Gramsci, sobre a não unilateralidade da relação entre a mídia e o seu público. Isso não diminui os possíveis efeitos deletérios que uma ação hegemônica de uma classe, ou de um país, possa ter sobre o outro. Apenas demonstra o quanto a relação é mais íntima do que muitos estudiosos da comunicação possam supor. Como escreveu Gramsci, vemos “revistas e jornais como meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura” (GRAMSCI, 2014).

4.2.1 PIB falsificado

Finalizado o imbróglio da negociação entre Brasil e Paraguai, *Veja* passou alguns meses sem publicar matérias de relevância sobre o Paraguai. Entre os textos desse período, há reportagens...

- sobre o pátio da Receita Federal em Foz do Iguaçu, onde são mantidos veículos apreendidos por estarem carregados de contrabando. O Paraguai é apenas citado.
- sobre a atuação do Exército do Povo Paraguaio (EPP), grupo paramilitar de esquerda – três de seus membros estariam no Paraná e o Brasil concedeu-lhes *status* de refugiados. Entre as vítimas do EPP, está Cecília Cubas, morta no cativeiro;
- sobre a mudança de postura do governo Lula em razão das eleições no Brasil. Além de endurecer as negociações com servidores federais em greve, segundo a revista o governo mudou de atitude com movimentos rurais. Uma das “novidades” seria o “MST *made in Paraguai*”. “Brasiguaios” que voltaram ao país aliciados pelo movimento brasileiro. O país guarani também é apenas citado. Não há aprofundamento.

O Paraguai somente volta a ter destaque em uma reportagem intitulada “Síndrome de pedinte rico” (TEIXEIRA; CAVAÇANA, 2010). Diferentemente dos temas abordados pela revista quando se trata do país – ainda que mais uma vez haja comentários depreciativos – o material tenta mostrar um Paraguai diferente, mais rico e que como tal não precisa da “generosidade” brasileira. Com direito a chamada no índice (com o texto: “Diplomacia – No Paraguai, até o PIB é falso”) a reportagem afirma que o país finge ser pobre para obter “esmolas” de outras nações.

Com três páginas, a matéria é aberta em uma página ímpar. Nela, há uma fotografia, de mais da metade da página, que mostra Fernando Lugo batendo palmas e sorrindo. O primeiro parágrafo inicia a reportagem em tom de galhofa:

O pedinte rico é um personagem raro, mas não totalmente estranho aos moradores das grandes cidades. Quando termina o expediente, ele desveste a fatiota, joga uns trapos sujos sobre o corpo, exhibe um rosto macilento e sai às ruas pedindo esmolas. Funciona (TEIXEIRA; CAVAÇANA, 2010, p. 201).

O pedinte, como já ficou claro, é o Paraguai que, segundo a revista, pelos dados

oficiais, fornecidos pelo banco central do país, seria o segundo mais pobre da América do Sul. No entanto, por meio de um levantamento feito pelo economista Wagner Enis Weber, diretor do Instituto de Estudos Econômicos e Sociais do Paraná-Paraguai (Ineespar) – fonte da reportagem – os dados “são tão falsos quanto os cigarros contrabandeados para o Brasil” (idem).

Figura 15 – Infográfico matéria "Síndrome de pedinte rico". Ed. 2167 (2/6/2010)



Fonte: Acervo Digital *Veja* (2018)

Conforme a publicação, o PIB *per capita* oficial do país guarani era de 2.300 dólares. Considerando que a reportagem foi publicada em 2010, entendemos que os dados seriam de 2009. Porém, o valor correto poderia chegar a 6.160 dólares, de acordo com os cálculos do economista. Um infográfico, presente na página de abertura da reportagem, apresenta alguns cálculos (Figura 15): o valor oficial do PIB total paraguaio era de 16,9 bilhões de dólares, porém, a renda das famílias paraguayas era de 17,9 bilhões, o que estatisticamente não seria possível. Por isso, a estimativa com base nesse dado era de que o PIB chegaria a 30 bilhões de dólares. Por fim, um terceiro cálculo, tendo como coeficiente o consumo de energia, estimou o Produto Interno Bruto guarani em 37 bilhões de dólares.

Um exemplo de como a falsificação das estatísticas oficiais é usada para atrair a caridade internacional é o Focem, um fundo do Mercosul cuja finalidade é ajudar seus membros a fazer obras de infraestrutura. O Paraguai contribui com apenas 1% do fundo, mas tem direito a metade do dinheiro, quase 50 milhões de dólares por ano (TEIXEIRA; CAVAÇANA, 2010, p. 201-202)

Segundo a revista, o Paraguai começou a enriquecer pós-1984, com a entrada

em operação de Itaipu, mas, “ao se passar por pobre”, deixa de praticar a tarifa comum do Mercosul. Dessa forma, produtos chineses entram no país e são mais baratos do que no Brasil. Conforme *Veja*, a não adesão garante a existência do comércio de Ciudad del Este. Ao final da reportagem – que exhibe ainda fotos com veículos importados em frente a um *shopping* e um infográfico mostrando que o percentual de famílias com casa própria, telefone e máquinas de lavar roupas é maior no país vizinho do que no Brasil – a publicação pergunta por que o país vive a “pedir esmolas”. Uma das respostas da própria revista é a incompetência em administrar. Enquanto, na avaliação de *Veja*, o Estado no Brasil é “paquidêmico”, no Paraguai o problema é a inexistência deste: “Não há imposto de renda, somente uma taxa de 10% que incide sobre produtos e serviços” (TEIXEIRA; CAVAÇANA, 2010, p. 203).

Segundo um entrevistado da revista, o ex-ministro e economista Maílson da Nóbrega, esta baixa carga tributária pode inibir o Estado de prestar serviços fundamentais. Ao final, *Veja* vaticina que, além de tudo, o que se arrecada é desviado, naquele que país só perde para a Venezuela “no *ranking* dos larápios” da América Latina.

Além do já comentado uso de adjetivação e de ironia, a reportagem “Síndrome do pedinte rico” inova pelo tema. Denominado pela própria publicação como país pequeno, de economia diminuta”, cujo PIB era de 11 bilhões de dólares, “menos do que o orçamento de São Paulo” (TEIXEIRA, 2008a, p. 62) dois anos antes, o país guarani foi alçado a uma nação que poderia ter um produto interno bruto de 37 milhões de dólares.

A despeito dessa suposta “maquiagem” nos dados envolver o governo do país vizinho, curiosamente a reportagem não informa se procurou ou não uma resposta dos entes oficiais: o popular “outro lado”, uma das regras essenciais do jornalismo. Sempre que há uma contestação ou uma acusação a pessoa ou órgão, é dever do meio de comunicação ouvir as partes envolvidas. Dados do Banco Mundial apontam que em 2009 e 2010, o PIB paraguaio alcançou 15,9 bilhões e 20,03 bilhões de dólares, respectivamente. Mentir sobre o PIB seria uma estratégia que, para o semanário, possibilitou ao país vizinho obter o aumento do valor pago pela energia de Itaipu que vende ao Brasil.

Na mesma linha de criticar a generosidade, por parte do Brasil, e a caridade, que outras nações demandam, dois meses depois mais uma reportagem de *Veja*,

também assinada pelo jornalista Duda Teixeira, incluiu o Paraguai. Com o título “A caridade foi pra outro lugar” (edição 2176, de 4 de agosto de 2010) a matéria mostrou que “foi tanto exibicionismo do governo brasileiro mundo afora” que organizações estrangeiras estariam desistindo de investir em projetos sociais no Brasil (p. 146):

Em sua tentativa de conquistar o papel de líder das nações esfarrapadas, a diplomacia lulista distribuiu generosidades, como o perdão à dívida de países africanos e a promessa de pagar mais pela energia comprada do Paraguai (TEIXEIRA, 2010, p. 146).

A matéria exhibe, na página de abertura, uma foto com um membro de ONG cercado de crianças, em sua maioria negras. Abaixo, em infográfico, o texto: “Perdemos de exibidos – Isso é que dá sair pelo mundo dizendo que nós somos os tais. Agora, ninguém mais quer ajudar os pobres brasileiros” (p. 146).

Após essa reportagem, *Veja*, em todo o ano de 2011 e nos primeiros meses de 2012, apenas voltou a citar o Paraguai em materiais cujos temas são frequentes quando a mídia brasileira toca em questões da fronteira: tráfico de armas e drogas, contrabando e suspeita de células de extremistas islâmicos. Foram oito materiais ao todo.

A primeira delas é “Dez a zero para Beira-Mar (DINIZ, 2011), caderno especial – publicado na edição de 9 de fevereiro de 2011 – sobre o criminoso Fernandinho Beira-Mar que, mesmo preso, comandaria o crime organizado. O Paraguai é citado como local de compra da cocaína vendida pela facção de Beira-Mar. O fornecedor seria Nestor Baez Alvarenga, “criminoso da região de Ciudad del Este”, onde atuam também os fornecedores de maconha. (p. 92-93). A polícia paraguaia, segundo a revista, finge que não vê: “Não certamente por inépcia” (p. 93), insinua a publicação, mais uma vez apontando para a corrupção no país vizinho.

Em abril, o semanário estampa em suas páginas “A rede – o terror finca bases no Brasil (COUTINHO, 2011a), caderno especial (capa da edição) sobre a existência de células de extremistas islâmicos no Brasil. O Paraguai é citado, assim como Foz do Iguaçu (a Tríplice Fronteira) e é lembrado que a região concentra 12 mil mulçumanos. Em especial, a revista cita um jordaniano, então morador de Foz, que teria ligações com jihadistas e forneceria passaportes falsos; um libanês, que também morava na cidade, que havia sido extraditado ao país vizinho onde ficou preso por lavagem de dinheiro e evasão fiscal e, por fim, cita um brasileiro de ascendência árabe, que teria lavado 100 milhões de dólares oriundos de contrabando e tráfico de drogas

enviados a terroristas libaneses.

Em novembro, voltam as citações do país em materiais da editoria de segurança. “O esconderijo foi pelos ares” (CARVALHO; GIANINI, 2011), matéria sobre o uso de drones, apenas cita o Paraguai em razão de estes equipamentos serem usados para vigiar a fronteira. Uma semana depois, em 9 de novembro, em entrevista nas “Páginas Amarelas” – sob o título: “O Brasil não é imune a atentados” – o diplomata estadunidense Roger Noriega cita o país ao falar sobre a Tríplice Fronteira: “A Tríplice Fronteira, região entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, ainda preocupa por ser um dos centros de operações financeiras das mais diversas organizações terroristas” (COUTINHO, 2011b, p. 20).

Publicada cerca de um mês depois, “O bom moço vendia fuzil”, de Leslie Leitão, narra a história de um líder comunitário do Rio de Janeiro flagrado praticando crime. Em um *box*, há uma menção a Fernandinho Beira-Mar, de cuja organização foi detectada remessa de dinheiro ao Paraguai, além da Bolívia e Colômbia.

“A conexão brasileira do Hamas” (edição 2248, de 21 de dezembro) de Júlia Carvalho, volta a ligar o país vizinho, e a fronteira, ao terrorismo. Segundo a revista, um xeque ligado ao Hamas residiria no Paraguai, onde já havia sido preso pela polícia local. “Dos quartéis para o morro” (LEITÃO, 2012b) e “A cara da barbárie” (LEITÃO, 2012a) fecham o ciclo de reportagens sobre segurança que citam a fronteira e o Paraguai. Reportagem sobre a participação de policiais no crime, a primeira mostra que mais de 2 mil cartuchos teriam sido vendidos por policiais ao traficante Nem, da Rocinha. Na segunda reportagem, o personagem é o traficante Fabiano Atanásio, o FB. Em ambas, novamente, o Paraguai é citado como sendo corredor e fornecedor de material ilícito. Desta vez, além de drogas, armas e munições.

É perceptível, nessa série de reportagens, que embora o foco não seja o Paraguai, *Veja* seguiu, entre 2011 e 2012, ligando o país e a fronteira à ilegalidade, com os efeitos danosos do contrabando à economia brasileira, ou assuntos como defesa e soberania nacionais, quando não o terrorismo islâmico. Temas que, como já dissemos, reflete algo presente no imaginário social.

Trata-se de um Jornalismo com pouca iniciativa frente a um debate diferenciado sobre as fronteiras. São matérias factuais, sem contextualização, numa abordagem superficial do tema, tendo em vista a importância que ele apresenta. As matérias simplificam a interpretação de fenômenos complexos e heterogêneos, reforçando, dessa forma, a imagem estigmatizada da região fronteiriça. Em que pese haver convergências culturais importantes das fronteiras,

descuida-se de referências específicas, sua educação, saúde ou o modo como vivem (SILVEIRA; STRASSBURGER, 2013, apud SILVEIRA, 2016, p. 33).

Em 15 de fevereiro de 2012, a publicação cita o Paraguai em um texto sobre um tema relevante: a ameaça de ocupações de terras de brasileiros por parte dos *carperos*⁴⁰. Porém, apesar da relevância do tema, curiosamente o texto é apenas uma nota com a chamada para reportagem no *site* da revista. Na nota, a publicação chama a atenção para o número de *carperos*, cerca de 8 mil, o que deixava os brasileiros donos de terras no leste do Paraguai receosos. A tensão teria aumentado quando o Exército do país iniciou uma demarcação de terras. “Fiel à diplomacia da condescendência adotada desde o governo Lula em relação aos vizinhos, o Itamaraty pouco disse sobre o assunto” (BRASILEIROS..., 2012, p. 8), escreveu a revista. Na mesma edição, o país é citado em uma reportagem sobre o Aquífero Guarani

Entre fevereiro e junho do mesmo ano, o Paraguai só foi citado em textos de relevância uma vez, em edição de 9 de maio, para servir como referência em uma reportagem sobre o número de mortos em acidentes com motociclistas no Brasil. Em um *ranking*, o Paraguai aparece em primeiro lugar e o Brasil em segundo.

O país somente viria a ter um material de destaque em 27 de junho, quando *Veja* publicou a matéria “*Por la condena*”, sem autoria, cujo tema era o *impeachment* de Fernando Lugo. A cobertura do semanário sobre o fato surpreende em três aspectos. Primeiro, pela chamada presente no índice: “Paraguai – Por que querem a cabeça de Lugo”. Pelo texto, tem-se a impressão de que havia a iminência de o então presidente ser condenando no processo. No entanto, a reportagem é sobre a votação que o destituiu do poder e não sobre uma ameaça de destituição como a capa dava a entender.

O segundo aspecto é que apenas uma página – ainda que ímpar – foi dedicada ao tema. Deve-se ter em mente que, desde antes de ser eleito, Lugo já era destaque, ainda que negativo, nas páginas de revista. Por isso, a destinação de apenas uma página para o tema destoa do tratamento anterior. Na matéria, além de informar que no total 112 parlamentares votaram “*por la condena*”, são explicados os motivos da queda do ex-presidente: aumento da criminalidade, uso de uma instalação militar para

⁴⁰ *Carperos* é o termo pelo qual os sem-terra paraguaios passaram a ser chamados. O termo vem do nome dos barracos construídos por eles nas ocupações ou em acampamentos provisórios. Essas moradias são cobertas com lonas plásticas pretas – chamadas *carpas* – por isso o nome *carpero*.

fins políticos, o incentivo a ocupações de terras e a assinatura do Protocolo de Ushuaia II⁴¹, que segundo setores do país violaria a soberania paraguaia, estão entre os motivos. Porém, o motivo mais importante foi o “confronto”, termo da revista, entre a polícia e sem-terra em Curuguaty duas semanas antes.

Conhecido como Massacre de Curuguaty – ou de Marina Kue – cidade do departamento (Estado) de Canindeyú, o episódio aconteceu em 15 de junho de 2012 e deixou 17 pessoas mortas, sendo seis policiais e onze sem-terra. Um dos acontecimentos mais marcantes do Paraguai naquele ano, o massacre foi apenas citado pela revista *Veja* na reportagem sobre o *impeachment* – terceiro aspecto surpreendente da cobertura do *impeachment* de Lugo. Não houve sequer uma foto do ocorrido.

Há de deixar claro que o suposto confronto ocorreu em 15 de julho de 2012, sexta-feira. Pelas datas presentes na capa, constata-se que a publicação de *Veja* ocorre sempre às quartas. Ou seja, após o episódio de Curuguaty, houve a publicação do número 2274, de 20 de junho. Dois dias depois, 22, também uma sexta-feira, ocorreu a votação do impedimento de Lugo, que estampou as páginas da edição da próxima quarta-feira, 27 de junho, cujo número foi 2275. Em suma, o tempo transcorrido entre o massacre e a próxima edição do semanário foi o mesmo transcorrido entre o *impeachment* e a chegada do próximo número às bancas. Subentende-se, então, que o Massacre de Curuguaty, pelo número de vidas perdidas, poderia ter sido pelo menos citado pela revista, pois havia tempo hábil. Isso não ocorreu e diferentemente de assuntos anteriores – em que a revista além de uma reportagem estampou cartas de leitores, notas em colunas e textos em editoriais – o episódio que ceifou várias vidas foi apenas citado. Na cobertura sobre a votação, *Veja* se preocupou mais em explicar que o rito que afastou o presidente fora legal:

Os chanceleres dos países integrantes da Unasul, entre os quais Antônio Patriota, do Brasil, foram na quinta-feira à capital, Assunção, para dar apoio a Lugo e impedir o que alguns governos latino-americanos classificaram como golpe de estado. Exagero. A decisão dos parlamentares paraguaios é política, assim como o foi o

⁴¹ Firmado pelos Estados-Parte e associados do Mercosul, o Protocolo de Ushuaia II prevê que, em caso de ruptura da democracia ou de violação da Constituição em um dos países signatários, poderá haver sanções a este. Assinaram o documento Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, que à época não fazia parte do bloco. Fonte: <<http://www.mercosul.gov.br/index.php/40-normativa/tratados-e-protocolos/151-protocolo-de-ushuaia-ii>>. Acesso em 10 jan. 2019.

impeachment de Collor e de Nixon, mas legítima (*POR LA...*, 2012, p. 89).

As considerações sobre a legalidade do *impeachment* marcarão as próximas edições de *Veja* e serão indícios do novo tratamento que o Paraguai terá nas páginas da revista.

4.2.2 “Aliança para o atraso”

Após o *impeachment*, o país guarani voltaria a ser destaque uma semana depois, em 4 de julho de 2012. Como ocorreu em períodos anteriores, os fatos decorrentes do afastamento de Lugo foram comentados e ou evidenciados em várias partes da edição – cinco ao todo – a começar pela capa. Nela, no lado direito, na parte superior, a publicação apresenta uma foto de Hugo Chávez com o texto: “Paraguai – A vergonhosa tentativa de Chávez de insuflar um golpe militar no país vizinho”. Logo em seguida, no índice, o semanário dá mais uma informação: “Paraguai – Chanceler venezuelano incitou militares a dar um autogolpe” (p. 8).

A aparente sobriedade das chamadas logo é suplantada por uma nota na seção “Blogosfera”. O texto, uma chamada para a coluna de Ricardo Setti, publicada no *site* da revista, tem o título “Quá, Quá, Quá”:

O governo cubano retirou do Paraguai o seu embaixador em Assunção. Segundo o Ministério das Relações Exteriores de Cuba, o país não reconhecerá nenhum governo que não seja eleito de forma legítima (*QUÁ, QUÁ...*, 2012, p. 42)

Logo a seguir, na página 55, *Veja* estampa mais uma nota – o terceiro indício de seu posicionamento, evidenciando a forma como abordaria os fatos não apenas na reportagem dessa edição, mas nas vindouras. A nota curta, publicada na seção “Panorama”, subseção “Veja Essa”, é direta e reproduz um comentário do novo presidente, o ex-vice de Lugo, Federico Franco, que criticava o Brasil. “Aqui há 500000 brasileiros, e, quando as terras dos brasiguaios eram invadidas, a embaixada brasileira respondia que este é um país autônomo, que eles não poderiam fazer nada”, (FRANCO, 2012, apud AQUI HÁ, 2012, p. 55). Logo abaixo da declaração, a revista teceu críticas ao fato de o Brasil, que nada fizera contra as invasões de terra de brasileiros ocorridas no governo anterior, passou a se “meter” no *impeachment*, um assunto interno do Paraguai.

Páginas à frente, o semanário estampou a reportagem cujas chamadas

estavam na capa e no índice: “O golpe fracassado de Chávez no Paraguai” (TEIXEIRA, 2012) é uma reportagem investigativa onde o jornalista narra, em detalhes, como o então ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Nicolás Maduro, tentou incitar militares a impedir a votação do *impeachment* de Lugo. Com base no depoimento de quatro testemunhas, a revista narra que em 22 de junho, pela manhã, o chanceler, em companhia dos demais colegas da Unasul, se reuniu com senadores horas antes da votação e avisou, em tom ríspido, que se Lugo fosse impedido, o Paraguai seria expulso do Mercosul e da Unasul e a Venezuela deixaria de fornecer petróleo ao país. A resposta do senador Marcelo Duarte, segundo a revista, foi pegar a Constituição e ler para os presentes – entre eles, o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, que não teria falado na reunião.

Diante do insucesso, Maduro, em companhia de uma ministra da Bolívia e do chanceler equatoriano, se encontrou, segundo a publicação, com os chefes das forças armadas paraguaias e “ordenou aos militares que cercassem o Congresso e impedissem a votação ou que se sublevassem caso Lugo fosse destituído” (TEIXEIRA, 2012, p. 78). Caso contrário, eles seriam expulsos das respectivas corporações. Além de serem advertidos e ameaçados de serem expulsos do Paraguai, os representantes teriam ouvido como resposta que os militares eram das forças paraguaias, não venezuelanas.

Enquanto Maduro se encontrava com os militares, Patriota teria apelado ao então vice-presidente, Federico Franco, que disse, segundo a reportagem, ser a votação atribuição de outro poder do Estado e que não iria interferir. Conforme Veja, a então ministra da Defesa do Paraguai, María Liz García, teria confirmado a ação venezuelana.

Diferentemente do tom irônico, a reportagem de *Veja* sobre a tentativa de golpe primou por um tom mais obscuro. Provavelmente a gravidade dos fatos – a intromissão de países vizinhos em uma discussão interna e a sugestão de insurreição feita por um estrangeiro aos militares – tenha levado a revista a um tom mais ponderado. Notadamente fruto de uma investigação, o material apresenta fatos e análises, mas também é opinativo. Um exemplo é o trecho: “Faz apenas sentido para quem via em Lugo um aliado – ou seria melhor falar em subalterno? – ideológico” (p. 75). No entanto, o que chama mais a atenção é a contradição da revista exposta em um infográfico nas páginas 76 e 77. Nele, há o texto:

O risco do isolamento – O Brasil reagiu ao impeachment no Paraguai com sanções políticas como o não reconhecimento do novo governo e o apoio à suspensão do país vizinho das decisões do Mercosul. Nada disso reforça a defesa dos interesses brasileiros no Paraguai (TEIXEIRA, 2012, p. 76).

Note-se que antes, quando noticiava outros fatos, o semanário afirmava que quem perderia, caso houvesse questões irresolvíveis entre os países, seria o Paraguai, pois “mesmo sem incluir a muamba, o Brasil é o maior parceiro comercial do Paraguai”, e Lugo queria “esfriar essa amizade” (TEIXEIRA, 2008a, p. 62). Curiosamente, quatro anos depois, a balança pareceu se inverter. Em que pese o posicionamento de *Veja*, é preciso destacar ainda que a suspensão do Paraguai no Mercosul favoreceu a Venezuela, uma vez que a entrada deste país no bloco dependia do Congresso guarani, cujos membros eram contra.

Na edição seguinte, de 11 de julho de 2012, o semanário traz a “Carta ao Leitor”, seção que responde pelo editorial, intitulada “A aliança para o atraso”. Na página ímpar, ao centro, está uma fotografia em que a então presidente Dilma Rousseff está entre presidentes e chanceleres dos países do Mercosul. No texto, há a afirmação de que a política externa do governo brasileiro, “que vinha sendo salutarmente diferente da de Lula e de Celso Amorim”, frente aos novos acontecimentos vinha causando “a preocupação de que possa [pudesse] estar em curso um retrocesso, com a volta de más influências externas” (A ALIANÇA..., 2012, p. 13). A “má influência” citada pelo semanário era personificada pelo então chefe de Estado venezuelano, Hugo Chávez.

O “editorial” – termo que a revista não utiliza, embora, em uma análise mais profunda é possível concluir que se trata de um texto que apresenta o ponto de vista da publicação – faz menção ainda ao que seria reproduzido pelo semanário nessa mesma edição nas “Páginas Amarelas”, seção dedicada à principal entrevista da publicação. Nelas, Federico Franco, ao comentar o assunto, lembrou que “se há um país que tem reais interesses econômicos e estratégicos no Paraguai, esse país é o Brasil – e não a Venezuela” (FRANCO, 2012 apud A ALIANÇA..., 2012, p. 13).

Uma das características mais fortes do editorial foi apontar que o Brasil, por uma série de particularidades, deveria ser o líder da região. Há, ainda, na “carta”, uma cobrança de *Veja* para que o país – leia-se, governo Dilma Rousseff – se posicionasse de forma diferente em relação ao Paraguai e se impusesse frente aos governos de Chávez e Cristina Kirchner.

Por seu tamanho, pela força de sua economia e pelo ímpeto intelectual e moral que nos caracteriza como nação, o Brasil é o líder natural da América Latina – posição da qual, no interesse dos brasileiros, não pode abdicar. Nada explica, portanto. Por que, com 72% da população, 62% da área e mais de 70% do PIB do Mercosul, o Brasil tenha deixado tomarem as rédeas [do bloco] os governantes da Venezuela e da Argentina (A ALIANÇA..., 2012, p. 13).

Observa-se no trecho o quanto *Veja* cobra um posicionamento mais veemente do Brasil em relação ao Mercosul, que foi criado, nas palavras do semanário, para integrar comercialmente e melhorar a vida dos sul-americanos. Esta liderança, na opinião da revista, é natural, em razão das dimensões brasileiras. Porém, ao cobrar um posicionamento, *Veja* quer que o Brasil exerça sua superioridade perante os demais Estados latino-americanos de acordo com os interesses do povo brasileiro – e não da totalidade dos povos latino-americanos ou do bloco econômico. Em síntese, *Veja* cobra que o Brasil exerça um poder hegemônico sobre os demais países do bloco.

Benedetto Fontana, em seus estudos sobre Antonio Gramsci, lembra que o filósofo escreveu que “a grande potência é potência hegemônica, líder e guia de um sistema de alianças e de pactos [...]” (GRAMSCI, CC 3, p. 55 apud FONTANA, 2003, p. 120). Desta forma, o filósofo e jornalista aponta quatro elementos que indicam a posição de poder dos Estados no âmbito internacional:

1) extensão do território (o que inclui fatores como a posição geográfica); 2) tamanho da população; 3) força econômica; e 4) força militar. Um quinto elemento “[...] ‘imponderável’ é a posição ‘ideológica’ que um país ocupa no mundo em cada momento determinado [...]” (GRAMSCI, CC 3, p. 55 apud FONTANA, 2003, p. 120).

Apenas a ordem dos indicadores – com exceção da força militar não citada pela revista – está diferente entre os excertos de *Veja* e de Gramsci. No entanto, é possível concluir que a publicação exige que o país tenha uma postura “hegemonizadora”. Talvez o “quinto elemento” é que tenha pesado no fato de o Brasil não exercer a hegemonia cobrada por *Veja*. À época, os governantes de Brasil, Argentina e Venezuela tinham afinidades ideológicas, o que pode explicar o fato de o governo brasileiro ter deixado “tomarem as rédeas” do bloco. Motivo semelhante, aliás, como dissemos, fez o Brasil ceder às reivindicações do Paraguai em relação ao valor pago pela energia de Itaipu.

Voltando ao texto, como já dito anteriormente, a “Carta ao Leitor” pode ser

considerada o editorial da publicação, embora não seja designado com tal. Como analisa Silva (2009), esta particularidade, é emblemática:

A Carta ao Leitor de Veja é o seu editorial. O fato de não chamar de editorial tem a ver com a tentativa permanente de descaracterizar esse texto como um posicionamento político, buscando defini-lo como simples “verdade”, mesmo que o seu sentido original fosse ser uma “carta” ao “leitor” (SILVA, 2009, p. 90).

Para a pesquisadora, por meio deste editorial, a publicação criou o “sujeito Veja”, que aparece como homogêneo e envolve não apenas todos os textos publicados, mas também sua redação, com os jornalistas e editores. E isso vai além, o editor fala não apenas em seu nome, mas de um corpo que extrapola os limites da redação e atinge até os gráficos e demais funcionários: “Todos, no seu trabalho, devem falar e mostrar o “pensamento” da revista” (SILVA, 2009, p. 90). No editorial. O editor se refere à “revista” ou “VEJA”, em maiúsculas, sempre em terceira pessoa. “[...] ela ao mesmo tempo noticia e é o exemplo de objetividade, buscando ‘a verdade’, mesmo que isso seja expressão de opinião, pois ela mesmo diz que o seu ‘fato’ é ‘contextualizado’, ‘colocado numa perspectiva’” (p. 91).

Poucas páginas depois do editorial, o semanário estampa a entrevista de Federico Franco. Intitulada “Os guerreiros foram fiéis à pátria”, a entrevista vai além dos comentários sobre o golpe frustrado, como dá a entender o título – os guerreiros são os militares a quem Maduro teria proposto insurreição. Na abertura, onde apresenta o entrevistado e faz um resumo do diálogo, o jornalista escreve que Franco, então com menos de um mês de posse, “se impôs um ritmo alucinante de trabalho para demonstrar que o que ocorreu no Paraguai [o *impeachment*] é um sinal de vigor da democracia no país – e não ao contrário” (MARQUES, 2012, p. 17).

Adiante, o recém-empossado presidente relembra os 500 mil “brasiguaios” que vivem em território paraguaio, “responsáveis pelo grande crescimento do leste do país”: “Nosso progresso não pode ser explicado senão pelo trabalho dos brasiguaios” (FRANCO, apud MARQUES, 2012, p. 21). Na entrevista, é emblemática a resposta dada pelo chefe do Executivo guarani à pergunta sobre o grau de dependência de seu país em relação ao Mercosul: “Total. Sempre digo que o Mercosul é 70% Brasil, 20% Argentina, 6% Uruguai e 4% Paraguai [...] o Paraguai é o presunto recheando dois poderosos países, o Brasil e a Argentina” (idem).

Espaço nobre da publicação, a seção “Páginas Amarelas” é dedicada às chamadas entrevistas pingue-pongue, em que os entrevistados são figuras

proeminentes. Como lembra Nívea Rohling da Silva, o semanário dedica este espaço a figuras da vida política e governamental ou científico-acadêmico – há ainda espaço para nomes proeminentes das artes, como cinema, literatura, teatro e outros. Além disso, a importância deste espaço se dá pelo número de páginas a ele dedicado a cada edição, pelo menos três. Mas, mais que isso, se dá também pela importância do próprio personagem. Tanto que *Veja* possui outra seção de entrevista, a “Holofote”, mas que é dedicada a pessoas nem tão relevantes.

[...] percebe-se que a escolha da seção em que será publicada a entrevista A ou B está intrinsecamente ligada aos juízos de valor que a editoria, entrevistador e leitor atribuem ao entrevistado a partir do papel social deste. E essa valoração axiológica atribuída à “pessoa” do entrevistado é também materializada no conteúdo das perguntas e das respostas. (ROHLING DA SILVA, 2008, p. 453)

A autora considera ainda que as “Páginas Amarelas” são “entrevistas nucleares” e se caracterizam por mesclar a referência à revista com a assinatura do jornalista (o que entrevistou o personagem).

A referência ao nome da revista é materializada linguisticamente de duas maneiras: a) quando o nome da revista é inserido no texto introdutório da entrevista; b) quando o nome da revista é inserido no início da pergunta. Nesse caso, o nome da revista introduz a pergunta, é como se a própria revista estivesse realizando a pergunta ao entrevistado (ROHLING DA SILVA, 2007, p. 104)

Na análise da pesquisadora, pode-se dizer que por meio da colocação do nome da revista – no caso desta pesquisa, a *Veja* – no texto que introduz a entrevista ou na pergunta, a empresa jornalística “assume” a autoria de forma ainda mais enfática, pois há uma assimilação entre as vozes do profissional que assina a entrevista e da empresa jornalística: “pois se marca textualmente a presença da empresa jornalística ao se introduzir o nome da revista na posição de entrevistador” (SILVA, 2007, p. 104). No caso da entrevista com Franco, a revista diz que ele “recebeu VEJA no Palácio de Lopes, sede do governo paraguaio” (MARQUES, 2012, p. 17). Ou seja, por meio de um editorial e de uma entrevista, Franco e o Paraguai foram colocados por *Veja* como opostos à “aliança para o atraso” capitaneada por Brasil e Venezuela, que continha ainda Argentina, Uruguai e outros países do continente.

Na mesma edição, a revista publicou ainda quatro cartas na seção “Leitor”, em que o público opinou sobre a ingerência venezuelana no processo interno do Paraguai. Todos chamaram o fato de tentativa de golpe.

Uma semana depois, na edição que chegou às bancas em 18 de julho, o tema Paraguai voltou às “Páginas Amarelas”. Desta vez, o entrevistado, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, não apenas comenta os então recentes fatos envolvendo ambos países, mas avalia – e corrobora a afirmação feita pela revista na “Carta ao Leitor” da edição anterior – que o Brasil estava perdendo a influência na América do Sul (PETRY, 2012).

Mais adiante, na mesma edição, mais uma vez há a participação do público da revista. Na seção “Leitor”, são publicados quatro *e-mails* onde os leitores expõem suas impressões sobre a entrevista com Franco nas “Páginas Amarelas” do número anterior:

- a) “As palavras dele formam uma ilha de serenidade no mar de insensatez vindo dos países vizinhos” (COOKE, 2012);
- b) “Seu pensamento desenvolvimentista e agregador é um lampejo de esperança nessa região do planeta tão carente de líderes que mostrem algo mais do que discursos populistas e tendências ditatoriais” (JUNIOR, 2012);
- c) “Temos interesses enormes no Paraguai, desde Itaipu até a Ferroeste, no Paraná, e a Ferronoroeste, que ligará grandes zonas de produção agrícola no Brasil ao Pacífico” (LIMA, 2012).

A edição nº 2278 é fechada com a coluna de J. R. Guzzo – o mesmo que, em 1976, assumiu a redação, ao lado de Sérgio Pompeu, com a saída de Mino Carta. Além de colunista, Guzzo era membro do conselho editorial da revista em 2012. Com o título “Fé ao avesso”, o texto seguiu a posição da revista e criticou o governo brasileiro por sua posição em relação ao *impeachment* de Lugo que, segundo Guzzo, “só bateu no Brasil” desde que fora eleito: exigiu mais pela energia de Itaipu, manteve o país como polo de receptação de carros e vinha hostilizando os brasileiros que

[...] compraram terras em áreas do território paraguaio onde jamais se havia plantado um único pé de mandioca – e acabaram transformando o Paraguai [...] no quarto maior exportador de soja do mundo (GUZZO, 2012, p. 122)

Observa-se o tom preconceituoso nas páginas da revista. Ao usar “um único pé de mandioca”, o colunista remete ao fato de, no país vizinho, o alimento ser base da alimentação, assim como o arroz ou o feijão é para os brasileiros. No texto encontramos, ainda que sugerida, a já comentada colocação de que os paraguaios são preguiçosos e os brasileiros trabalhadores, como bem colocou Almeida (2017) em

seu trabalho (comentado no capítulo 3): “Tais sentidos estão calcados em formações ideológicas que sobrepõem a identidade de matriz ocidental à identidade de matriz indígena, produzindo juízos de valor sobre a cultura paraguaia” (p. 8). Ou seja, Almeida se refere ao pensamento discriminatório brasileiro que remete à indolência indígena.

A questão da suspensão do Paraguai do Mercosul continuou sendo relevante para a publicação semanal brasileira, que retornou ao assunto em 8 de agosto de 2012, quando dois materiais abordaram o tema. O primeiro deles foi “Um bye-bye para o Mercosul”, coluna assinada pelo ex-ministro Máilson da Nóbrega. No texto, o economista defende que as ideias originais do Mercosul ficaram para trás. Segundo ele, as exceções à tarifa externa comum permaneceram ao longo do tempo e tornaram-se permanentes e o comércio dentro do bloco diminuiu. Não o suficiente, o ingresso da Venezuela “poderá ser o prego que faltava no caixão” do bloco (NÓBREGA, 2012, p. 24), cuja crise foi agravada com a suspensão do Paraguai.

Na mesma edição, de número 2281, há uma segunda menção ao país vizinho. Porém, a questão Mercosul é deixada para dar lugar a mais um texto sobre segurança pública. Diferentemente de outras ocasiões, a referência é curta: um criminoso se passava por policial para traficar armas, extorquir, roubar e matar. No texto, há a informação que ele vinha até Foz do Iguaçu, atravessava a fronteira e comprava armas no Paraguai.

Páginas depois, o tema volta a ser abordado, em “Sai o Mercosul. Entra em cena o ‘Mercochávez’” (WATKINS, 2012). Em página dupla, a matéria é aberta por uma foto – feita em Brasília, na cerimônia de adesão da Venezuela ao bloco – onde se vê Hugo Chávez, Dilma Rousseff, José Mujica e Cristina Kirchner. O tom do texto é dado na linha fina, onde a revista afirma que os quatro países alegaram “desrespeito às regras” por parte do Paraguai, “mas isso é o que eles mais têm feito” (p. 115):

O ingresso da Venezuela violou descaradamente as regras inscritas nos documentos que criaram o bloco e que cimentaram suas bases institucionais, como o Tratado de Assunção, de 1991, e o Protocolo de Ouro Preto. Segundo esses dois textos, a entrada de um novo sócio só poderia acontecer com a aprovação de todos os países. Em nenhum trecho está escrito que a suspensão temporária de um dos membros [...] anula a necessidade de consenso de todos os sócios [...] (WATKINS, 2012. p. 115)

Novamente, o semanário afirma que a suspensão do Paraguai teria sido uma manobra, já que o Congresso paraguaio se opunha à entrada da Venezuela no bloco.

Nas entrelinhas, *Veja* deixa a entender que o Brasil se submeteu à vontade de Chávez, já que seu país não cumprira uma série de metas necessárias para ingressar no bloco econômico. “Desconcertado com tanto despreço, o governo brasileiro se ajoelhou à espera de milagre: anunciou que o país bolivariano cumprirá todas as obrigações até o final do ano⁴²” (idem). Ao final, a reportagem ainda aponta uma contradição de Brasil, Argentina e Uruguai: não teriam questionado “os traços semiditatoriais” de Chávez, enquanto afastaram o país guarani por julgarem que o *impeachment* não teria sido democrático. “Ainda que o processo de *impeachment* de Lugo tenha sido rápido demais – durou apenas dois dias – o país respeitou sua Constituição e agora vive uma democracia plena” (ibidem).

Nossa atenção se volta para essa reportagem não devido às críticas ao Brasil – embora a frase “se ajoelhou à espera de um milagre” mostre um país subserviente – ou à Venezuela e ao seu presidente, Chávez, mas sim devido aos elogios ao Paraguai. Pela segunda vez desde o afastamento de Lugo, a publicação semanal qualifica o país guarani como democrático. Antes, no ano de 2007, imperava o crime no país (à época, o presidente era o colorado Nicanor Duarte Frutos).

A partir de 15 de agosto de 2008, imperou a xenofobia, as invasões de terra, as ameaças aos brasileiros, o narcotráfico e as células terroristas. Com a queda de Lugo e ascensão de Federico Franco, impera a democracia. Esses elogios, antes escassos, serão vistos em profusão nas páginas da revista, como mostraremos a seguir.

⁴² Passados quatro anos de sua entrada no bloco, a Venezuela ainda não havia cumprido suas metas. Em agosto de 2016, Brasil, Argentina, Paraguai (de volta ao grupo) e Uruguai foram contra a entregar a presidência do bloco para a Venezuela, já que a rotatividade segue a ordem alfabética e o último país a presidir havia sido o Uruguai. Em dezembro do mesmo ano, o país foi suspenso por este motivo e em agosto de 2017 novamente suspenso por quebra da ordem democrática, prevista no Protocolo de Ushuaia. (Fonte: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=19&infol=4932&sid=49> e <<https://oglobo.globo.com/mundo/mercosul-decide-suspender-venezuela-pela-segunda-vez-21673563>>. Acesso em: 10 jan. 2019. Essa questão também foi tratada por *Veja*, como mostraremos adiante.

5 O NOVO PARAGUAI NAS PÁGINAS DE VEJA: DEMOCRÁTICO, LIBERAL E PRÓSPERO?

5.1 “BAILE EM ASSUNÇÃO”

Após a reportagem sobre o “Mercochávez”, publicada em agosto de 2012, *Veja* voltou a citar o Paraguai em materiais de destaque apenas em 1º de maio de 2013, ano em que se pode considerar um divisor na forma como a publicação passou a tratar o país vizinho. Os indícios da mudança, embora de forma tímida, encontrados nas reportagens, colunas, editoriais e outros materiais de 2012 analisados na seção anterior irão se avolumar em 2013. Neste ano, o foco das notícias sobre o Paraguai tornou-se bem mais favorável não apenas ao país quanto ao seu povo. Um exemplo é a reportagem “Mais um baile em Assunção” (FISCH, 2013), sobre a eleição de Horácio Cartes.

O destaque se inicia pelo índice, onde a revista estampa o texto “Paraguai – o presidente eleito, Horácio Cartes, quer colocar o país novamente no Mercosul” (p. 8). Embora curta e em local não nobre – de apenas uma página, esta sendo par – a reportagem se inicia com aquilo que a publicação, ao que indica, acredita ser um elogio: “O presidente eleito Horacio Cartes repete defeitos antigos da política paraguaia. Pelo menos ele não é bolivariano” (p. 82).

É identificável, a partir da eleição de Cartes, uma contraposição do tom adotado na primeira década do século XXI. Com a ascensão do colorado, há o fortalecimento do que a publicação iniciou, ainda que timidamente, a apresentar com a subida de Federico Franco ao poder, em 2012. Apesar de um nome irônico, que remete a uma música popular, a reportagem “Mais um baile em Assunção” é mais sóbria que as que afirmavam estar o país guarani “engolfado pelo suborno e pela droga”. Sóbria, no entanto, não significa que não foram tecidas críticas, sobretudo no primeiro parágrafo. Mas logo após a jornalista muda o tom, e coloca o país guarani, mais uma vez como vítima de uma manobra de Brasil e Venezuela.

O texto começa mostrando que o empresário Horácio Cartes, pertencente ao partido Colorado, “que governou o Paraguai por mais de três décadas [...] tem o clientelismo nas veias” (FISCH, 2013, p. 82), pois quando no poder, os colorados eram beneficiados com empregos públicos. Da mesma forma, as promessas de Cartes “faz(em) jus ao hidropulismo” (idem).

Entre as particularidades do eleito, a reportagem cita o fato de ser dono de empresas fabricantes de cigarros e bebidas e de representar o estereótipo do contrabando, já que sua fábrica, a Tabesa, produzia o equivalente para abastecer 15 “Paraguais”. Mas Cartes, segundo o semanário, traz uma vantagem: não sendo bolivariano, ele não pretendia “colocar o país na trilha das políticas autoritárias e antimercado que têm afundado a Argentina e a Venezuela” (FISCH, 2013, p. 82).

As críticas à suspensão do Paraguai no Mercosul – que, segundo *Veja*, oficialmente seria em razão do *impeachment* de Lugo, mas que, ainda conforme a publicação, na verdade, seria uma manobra para a entrada da Venezuela – mais uma vez foi criticada. A repórter destaca que justamente senadores colorados estiveram entre os parlamentares contrários à entrada do país governado por Hugo Chávez no bloco, quando esta pauta foi votada no Congresso guarani. Ao final da reportagem, a publicação afirma que os parlamentares paraguaios seguem contrários à Venezuela no bloco enquanto o Brasil afirma ser a entrada desse país no bloco irreversível: “Estão criadas as condições para que as regras do bloco sejam novamente desrespeitadas”, encerra a reportagem.

Na edição de 24 de junho de 2013, um novo indício da mudança de abordagem de *Veja* nos textos sobre o Paraguai pôde ser visto. Este na seção “Sobe Desce”. Pequena, a nota, colocada entre o “Sobe”, enaltece uma decisão do país: “Paraguai – Suspenso há um ano do Mercosul, o país recusou o convite para reintegrar o bloco, por discordar da presença da Venezuela nele”.

Este posicionamento da revista, com críticas ao Brasil e aos países próximos, principalmente à Venezuela, e os elogios, mesmo que indiretos, ao Paraguai, seguem. Governado por um não bolivariano, o Paraguai se recusa a estar ao lado de um país que não apenas segue esta doutrina, mas cujo nome tornou-se quase um sinônimo desta e cujo mandatário, Hugo Chávez, cerca de um ano antes, havia proposto um golpe militar no país guarani – fato, como mostrado, explorado pela publicação em reportagens, notas, editoriais e colunas de opinião.

Ainda em 2013, o presidente do Paraguai volta a ser destaque em uma nota na coluna “Radar”, de Lauro Jardim. A nota é pitoresca pois, ao mesmo tempo em que fala de contrabando, coloca Horácio Cartes como um empresário bem-sucedido, um modelo. No texto, há informação de que a Souza Cruz encomendou uma pesquisa que apontou que a marca de cigarros Eight era a quarta mais vendida no Brasil.

Porém, chega ao país via contrabando, o que resultou em 4 bilhões de reais anuais em menos impostos. “Por trás desses números superlativos está o novo presidente do Paraguai, Horácio Cartes [...]” (JARDIM, 2013, p. 62). O Eight é fabricado pela Tabesa, aquela que, “produzia o equivalente para abastecer 15 Paraguais” (FISCH, 2013, p. 82), a publicação lembra na reportagem sobre sua eleição. Dividida em duas páginas, a coluna estampa uma foto entre as duas onde Cartes aparece tendo ao fundo a bandeira de seu país.

Figura 16 – “Os boicotados”. Ed. 2350 (4/12/2013)



OS BOICOTADOS

Os senadores que protegeram um colega nepotista sofreram repúdio da sociedade paraguaia e voltaram atrás

O Paraguai é o segundo país mais corrupto da América do Sul, atrás apenas da Venezuela, de acordo com a Transparência Internacional. Na semana passada, seus cidadãos demonstraram estar fartos disso. Milhares de paraguaios foram às ruas da capital, Assunção, em protesto contra uma votação no Senado. Nela, 23 congressistas absolveram o senador Victor Bogado, do Partido Colorado, o mesmo do presidente Horácio Cartes. Bogado, que também deu seu voto, é acusado de ter empregado a babá de seus filhos na Câmara dos Deputados e na hidrelétrica Itaipu Binacional, com rendimentos totais equivalentes a 8.200 reais. As manifestações de rua somaram-se os donos e funcionários de mais de 100 estabelecimentos comerciais da

cidade que decidiram boicotar os senadores que protegeram o nepotista. Deu certo. Na quinta-feira 28, os senadores mudaram o voto e retiraram o foro privilegiado de Bogado, que será julgado pela Justiça comum.

Ao longo dos dias de reação popular, houve casos como o do garçom da pizzeria Il Bambú, que se aproximou da mesa em que o senador Oscar González Duher pretendia jantar com uma mulher

e recomendou-lhe que se retirasse. O político saiu antes de fazer o pedido. Das outras mesas, ouviam-se gritos de “Fora, ladrão!”. Os “23”, como ficaram conhecidos os senadores corporativistas, foram barrados também em shopping centers, postos de gasolina e cinemas. Os hospitais aceitaram atendê-los, deixando claro que só o faziam por uma questão de humanidade.

País exportador de grãos e de gado e com receitas vindas do comércio em Ciudad del Este, o Paraguai tem se desenvolvido no setor de serviços. A classe média já representa mais de um quarto da população. O PIB neste ano deve crescer 12,5%. Apesar de terem mais dinheiro, os paraguaios não desfrutam uma melhora na qualidade dos serviços públicos. O país carece de bons hospitais, escolas e estradas. A nova situação reduziu a tolerância do povo em relação a políticos corruptos. Os paraguaios, porém, não sabiam contra quem se rebelar se o voto no Senado fosse secreto. O episódio demonstra quanto a democracia ganha quando se conhece de que lado ficam os parlamentares ao decidir pela punição ou pelo acobertamento dos abusos cometidos por seus pares. ■

O AMIGO DA BABÁ Bogado, no Senado, diz que não cometeu crime algum



A mudança de foco por parte de *Veja* segue ainda mais evidente a partir de 4 de dezembro de 2013. Nesta edição, a reportagem sobre o país é destacada no índice, com a chamada: “Paraguai – a classe média cresceu e não aceita mais tanta corrupção”. O texto se refere a uma sucessão de fatos ocorridos em Assunção, quando a população foi às ruas protestar contra senadores que haviam absolvido um colega acusado de nepotismo:

Milhares de paraguaios foram às ruas da capital, Assunção, em protesto contra uma votação no Senado. Nela, 23 congressistas absolveram o senador Víctor Bogado, do Partido Colorado, o mesmo do presidente Horácio Cartes. Bogado, que também deu seu voto, é acusado de ter empregado a babá de seus filhos na Câmara dos Deputados e na hidrelétrica Itaipu Binacional, com rendimentos totais equivalentes a 8.200 reais. (OS BOICOTADOS, 2013, p. 88)

Ao manifesto nas ruas, se juntou a ação de empresários e funcionários de mais de 100 estabelecimentos da capital paraguaia, que se recusavam a atender qualquer um dos que votaram a favor do colega. A reportagem, embora de apenas uma página (par), chama a atenção pelo título curto e em caixa alta “OS BOICOTADOS” (Figura 16). Sobre ele, uma foto que mostra uma mulher abrindo uma porta de um comércio e a legenda: “REPÚDIO – cartaz em bar de Assunção com as fotos dos 23 senadores que defenderam Bogado: ‘Estes indivíduos não são aceitos no local’” (OS BOICOTADOS, 2013, p. 88).

Nesta edição, há um posicionamento claro de *Veja*. A reportagem não é assinada por nenhum repórter. No primeiro parágrafo, o veículo deixa claro que o país ainda tem muitos problemas: “O Paraguai é o segundo país mais corrupto da América do Sul, atrás apenas da Venezuela”. Porém, destaca que o povo quer resolvê-los: “Na semana passada, seus cidadãos demonstraram estar fartos disso” (OS BOICOTADOS, 2013, p. 88). Entre as demonstrações da população citadas pela revista, está a de um garçom de uma pizzaria, que se aproximou de um dos senadores e pediu-lhe que saísse, sem ser atendido. Enquanto isso, clientes gritavam “Fora, ladrão!”.

No entanto, mais do que elogiar a ação dos paraguaios, *Veja* realça as qualidades do Paraguai:

País exportador de grãos e de gado e com **receitas vindas do comércio de Ciudad del Este**, o Paraguai tem se desenvolvido no setor de serviços. A classe média já representa mais de um quarto da população. O PIB neste ano deve crescer 12,5%. Apesar de terem mais dinheiro, os paraguaios não desfrutam uma melhora na

qualidade dos serviços públicos. O país carece de bons hospitais, escolas e estradas. A nova situação reduziu a tolerância do povo em relação a políticos corruptos. Os paraguaios, porém, não saberiam contra quem se rebelar se o voto no Senado fosse secreto. O episódio demonstra quanto a **democracia** ganha quando se conhece de que lado ficam os parlamentares [...]. (OS BOICOTADOS, 2013, p. 88, sem grifos no original)

Mais do que realçar qualidades, constatamos, pelo excerto acima, que *Veja* mudou seu tom. Há até uma análise sobre a falta de infraestrutura, mas não há o uso de adjetivações, superlativações e sensacionalismo. As considerações são, sim, feitas, mas com respeito. Sai o “PIB do crime” e entra o verdadeiro Produto Interno Bruto que, se previa, cresceria 12,5% naquele ano. Note-se, ainda, uma mudança na forma de se dirigir a Ciudad del Este, que agora gera receita ao país. Mais uma vez, a revista ressalta a democracia paraguaia, algo que se iniciou no *impeachment*, seguiu no governo de Federico Franco e permanece com Cartes.

A postura da revista impacta os leitores que, na edição seguinte, de 11 de dezembro de 2013, elogiam a ação do povo de Assunção. Um deles chega a lamentar o fato de os demais órgãos de imprensa brasileiro não terem dado importância ao fato (DA COSTA, 2013). Outra leitora sugere que o mesmo tipo de boicote seja feito no Brasil (ZAMBRANA, 2013).

Nos próximos meses de 2014, não há material de relevância sobre o Paraguai nas páginas de *Veja*. Apenas no final do semestre, mais especificamente em quatro de junho, é que o semanário aborda o país em um material de peso: a entrevista “De volta à brincadeira” em que o personagem das famosas “Páginas Amarelas” foi o presidente da Estrela, Carlos Tilkian. Na reportagem, o empresário conta que saiu de uma crise que quase o levou à falência, “depois do Plano Collor e da invasão de brinquedos chineses. A chave foi a própria China” (CABRAL, 2014, p. 15). Segundo Tilkian, a Estrela passou a fabricar no país asiático e então, em 2014, 15 anos depois, voltou ao mercado internacional, mas exportando da China, já que exportar do Brasil era inviável.

O Brasil cria muitas dificuldades para o exportador, com exceção daquele que quer vender para o Mercosul. Há dificuldade de fluxo de navios, o frete internacional a partir daqui é caro, os portos são deficientes e custa muito mais encher um contêiner. Além dessa dificuldade operacional, há ainda o câmbio valorizado, que tira a competitividade [...] nossa decisão foi exportar da China, onde temos uma fábrica” (TILKIAN, 2014, apud Cabral, 2014, p. 15)

Ao responder sobre as dificuldades encontradas no Brasil, Tilkian deu uma declaração importante: havia começado “uma grande migração de fábricas para o Paraguai, por causa da carga tributária menor” (TILKIAN, 2014, apud CABRAL, 2014, p. 18). O entrevistado não deu mais detalhes, mas sua declaração, feita em entrevista que fala sobre as dificuldades de se produzir no Brasil, é de relevância a esta pesquisa. Sua fala marca a primeira menção, ainda que indireta, às maquilas paraguaias feita pela revista *Veja*. Outro dado importante é o fato de ele ligar a migração das indústrias à carga tributária menor no país guarani – algo visto como positivo pelas empresas, como aprofundaremos mais adiante. Importante lembrar que, em 2007, quando da publicação do caderno especial “Crime”, para a revista *Veja*, o Paraguai era “paraíso fiscal, com carga tributária em torno de 10%”.

Diferentemente de anos anteriores, em que havia materiais de destaque sobre o Paraguai em profusão, a partir de junho de 2014 houve uma pausa, com a revista voltando chamar atenção para o país guarani apenas em 20 de maio de 2015, com “De Cuba, em segredo”. A reportagem traz, mais uma vez, o tema da suspensão do Mercosul. Nesta reportagem, Leonardo Coutinho narra a revelação, em livro, do ex-presidente uruguaio José Mujica, de que Dilma Rousseff teria usado informações de espões cubanos e venezuelanos para convencê-lo a votar por punir o Paraguai em 2012. Dilma teria mostrado fotos e gravações a um enviado de Mujica e feito o então presidente uruguaio mudar de opinião, já que antes ele era contra o *impeachment*, mas também contra a suspensão. As informações serviram para suspender o Paraguai do Mercosul, pouco tempo depois do *impeachment* de Lugo, e permitir a entrada da Venezuela (a que o Paraguai se opunha). Segundo a revista, com a situação Mujica disse que teria se sentido na reedição da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai.

Mesmo com posições elogiosas sobre o país guarani, *Veja* não deixou de relacioná-los à criminalidade nas grandes cidades brasileiras. Exemplos são as matérias “O roubo que daria filme” (LEITÃO, 2015a), também publicada na edição de 20 de maio, e “Quando ela funciona” (LEITÃO, 2015b), de 19 de agosto.

A primeira reportagem é sobre “os bastidores” daquela que foi denominada, até então, a maior apreensão de carga roubada do Brasil. Os produtos, 120 *kits* de projeção de cinema, avaliados em 35 milhões de reais, segundo a polícia seriam levados ao Paraguai e de lá distribuídos para Argentina, Bolívia e Canadá. Um policial

brasileiro e um vereador paraguaio estavam envolvidos.

Na segunda matéria, “Quando ela funciona”, a revista relata a ação policial que desmantelou o comando de duas, das três facções que agiam no Rio de Janeiro. O Paraguai é citado pois uma metralhadora .50 estadunidense teria ingressado no Brasil vinda do país vizinho.

Ambas as reportagens foram aqui citadas apenas para ilustrar como o tratamento em relação ao Paraguai passou a ser menos sensacionalista nas páginas de *Veja*. A revista, diferentemente de anos anteriores, apenas cita os fatos, faz interligações, mas não responsabiliza o país guarani pela criminalidade no Brasil.

No final de 2015, *Veja* ainda traria um material de importância a esta pesquisa: “Aprender com os erros”, uma “Carta ao Leitor” excepcionalmente impressa na última página da revista, que trouxe a retrospectiva do ano. Sem assinatura, o editorial tem um final emblemático:

Por último, é alvissareiro que o pêndulo da política na América Latina, depois de anos de doloroso neocaudilhismo, esteja, finalmente, voltando para a posição de equilíbrio, com a vitória eleitoral de um presidente não peronista na Argentina e de uma maioria parlamentar antipopulista na Venezuela. Esses países se juntam à Colômbia, ao Peru e ao Paraguai e, ainda, ao Chile na formação de uma massa crítica racional em nossa vizinhança – com enorme chance de influenciar positivamente os eleitores brasileiros (APRENDER..., 2015. p. 158)

No excerto, mais uma vez, é identificável a postura da revista, que se posiciona politicamente, da mesma forma que se posicionou em 13 de setembro de 1978 e 13 de dezembro de 1989. Como “instituição paradigmática”, *Veja* não se colocou de forma incisiva a favor do Paraguai desde a queda de Fernando Lugo apenas por o impedido ser um daqueles a quem denominava neocaudilho, *Veja* se colocou ao lado da propriedade, dos tratados internacionais e do capital brasileiro. Além disso, adotou uma postura contra os governos de esquerda. Tudo isso, a julgar pelas correspondências que publica, sob o apoio de seu público leitor.

5.1.1 O botox de Marcola e a prisão de pavão

Os materiais de *Veja* – “Cartas ao Leitor”, coluna “Leitor” (antigo “Cartas”), colunas, textos de articulistas, reportagens, cadernos e especiais e os recursos gráficos (capas, fotografias, infográficos, paginação –, como os de qualquer meio de

comunicação, atuam em conjunto. E esse sentido de conjunto que as análises aqui apresentadas buscam mostrar. Essa afirmação é corroborada pela análise do último período do recorte de dez anos feito para estudar o objeto *Veja*. Em 2016, a publicação seguiu a mesma filosofia que vinha adotando anteriormente em relação a fatos ocorridos ou ligados ao Paraguai. Por uma questão de relevância, não analisaremos todas aqui, apenas as mais importantes e que agregam à pesquisa e colaboram com as inferências. Um exemplo da manutenção do padrão nos materiais da área de segurança ou em reportagens policiais é o texto de “Marcola quer botox” (COURA, 2016).

O material relata que a facção PCC usava médicos para retirar seus líderes da prisão. Com a argumentação de que receberiam atendimento, os criminosos aproveitavam para fugir. Até o criminoso Marcola queria “uma esticadinha no rosto” (p. 66). Na reportagem, a revista afirma, mais uma vez, que o PCC teria ligações no Paraguai, mas o sensacionalismo ao se referir ao país vizinho seguiu abolido; o que pode ser constatado no trecho que cita o país:

No exterior, além de aumentar sua presença em países produtores de maconha e cocaína como Paraguai e Bolívia, a facção agora possui células na Argentina, no México, no Peru e na Colômbia. Nos últimos anos, a menina dos olhos do grupo passou a ser o chamado “Projeto Princesinha”, que consiste no desenvolvimento de uma rota própria para levar a droga para Portugal (COURA, 2016, p. 68).

Mesmo quando a reportagem era mais direta em relação ao país vizinho, o tratamento passou a ser diferenciado. Em 14 de setembro do mesmo ano, “Cabeça a prêmio” (COUTINHO, 2016) mostra justamente isso. O PCC havia fixado um “prêmio” de 5 milhões de dólares para quem matasse o presidente do país, Horacio Cartes. Com a morte do chefe do Executivo, a facção pretendia evitar que o traficante brasileiro Jarvis Chimenes Pavão, preso no país vizinho, fosse extraditado. A ameaça, confirmada por autoridades paraguaias, segundo *Veja* havia sido mais um episódio de tensão entre o PCC e o governo, pois meses antes havia sido descoberto que Pavão vivia em uma instalação de luxo dentro de um presídio, o que custou a queda da então ministra da Justiça:

A reação do Estado, que levou ao fim dos privilégios de Pavão, teve início em junho, quando o traficante brasileiro Jorge Rafaat foi executado na cidade de Pedro Juan Caballero, na fronteira com o Brasil. O PCC usou uma metralhadora antiaérea para vencer os 22 homens que faziam a segurança [...] (COUTINHO, 2016, 68, sem grifos no original)

Mais do que pelo fato narrado, o trecho acima chama a atenção pelo termo “a reação do Estado”. O Estado em questão, que retirou o privilégio de um marginal e cujo chefe do Executivo sofre ameaças por combater o crime é o mesmo que, nove anos antes, era o “epicentro do tráfico e do contrabando”, e se encontrava “engolfado pelo suborno e pela droga” além de ser um “lugar completamente sem lei”. Agora, como qualquer país, o Paraguai sofre com a criminalidade e a enfrenta. Não mais vive dela. Obviamente, como órgão de comunicação, *Veja* noticiou a reação do Estado paraguaio ao crime organizado por ser este um fato. Fosse positivo ou negativo. Mas o que se quer demonstrar aqui é a mudança de tratamento da notícia – o que em jornalismo se chama comumente de foco ou enfoque. Anteriormente, não havia espaço para abordar as ações, ou reações, do governo paraguaio ao crime organizado. Afinal, segundo *Veja*, o país estava “engolfado” na criminalidade.

No ano de 2016, destaca-se também a reportagem “Espada sem fio”, de Duda Teixeira. Publicada em agosto, a reportagem, de apenas uma página, fala sobre a atitude de Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, que impediram a Venezuela de presidir o Mercosul por dois motivos: por o país não ter cumprido metas como padronizar regras alfandegárias e cambiais – como havia se comprometido quando de sua entrada – e por o país “estar longe de ser uma democracia” (TEIXEIRA, 2016a, p. 70). Na reportagem, mais uma vez cheia de ironias, tendo os países da região como alvo, a publicação comemora o malogro da Venezuela, que antes contou “com o aplauso de uma animada claqué presidencial na América Latina” (idem). Para a publicação, dois motivos ajudavam o país a ter plateia, o fato de os mandatários compartilharem ideologias e por dividirem uma parte do “butim venezuelano recheado de petróleo”. Com a mudança nos governos e o fim do dinheiro, tudo arrefeceu.

Por meio da análise, percebem-se indícios de que, ainda que indiretamente, esta reportagem tem ligações com duas entrevistas das “Páginas Amarelas”. A primeira, com o então presidente do Peru, Pedro Paulo Kuczynski, feita por Nathalia Watkins (2016b) e publicada em 7 de dezembro, e a segunda com o presidente do Uruguai à época, Tabaré Vázquez, a cargo de Duda Teixeira (2016b). Na primeira, Kuczynski cita o Mercosul como um bloco protecionista e afirma que o colega paraguaio, Horacio Cartes, é liberal, assim como ele.

Vázquez também cita o Mercosul e defende que os países pequenos, Uruguai

e Paraguai, possam fazer acordos de livre-comércio com países fora do bloco. Feitas no final do ano de 2016, as entrevistas são emblemáticas para demonstrar como *Veja* mantém sua posição firme como um meio de comunicação liberal e que, como escreveu em um editorial, crê no capitalismo e na livre iniciativa. Além disso, os materiais, mais uma vez, colocam o Paraguai, e agora o Uruguai, fora do bloco bolivariano que o semanário tanto critica.

5.2 “O “TIGRE GUARANI””

Encerra esta análise de dez anos a segunda reportagem que cedeu o nome para compor parte do título deste trabalho: “O tigre guarani” (SAKATE, 2017). Ponto alto da mudança de foco, a reportagem tem ligação direta com a entrevista de Carlos Tilkian, presidente da Estrela, uma das grandes empresas brasileiras a ingressar em território paraguaio. Por meio das “Páginas Amarelas” em que o executivo fala da migração para o país vizinho, a revista introduziu um tema que, à época, ainda era pouco visto nas publicações brasileiras. Tanto que, como mostramos, a palavra *maquila* nem mesmo foi citada, apenas que as indústrias do segmento de brinquedos, que tinham perdido competitividade com a invasão de produtos chineses, estavam migrando para o Paraguai. Cerca de dois anos e meio depois, o que fora apenas mencionado na entrevista com o executivo da Estrela ganhou contornos maiores, por meio da reportagem que alude aos tigres asiáticos.

O texto mostra como o Paraguai, com estabilidade econômica, impostos baixos e baixa burocracia, atrai investimentos de empresas brasileiras e cresce em média 6% ao ano. Uma das principais matérias da edição, a reportagem é evidenciada no índice com uma chamada (“Negócios – Por que o Paraguai atrai tantas empresas brasileiras”) e uma foto, onde se lê a legenda “O empresário paraguaio Andrés Gwynn: produção para a Riachuelo”. Essa foto é semelhante à que estampa a abertura da reportagem. Nela, se vê uma grande confecção com dezenas de empregados e, em destaque, o empresário. Ao lado da foto, um infográfico, com o título “A solidez paraguaia”, mostra a variação anual do PIB do Paraguai em comparação ao do Brasil. Entre 2010-2016, conforme o gráfico, o crescimento médio do país vizinho foi de 5,8% ao ano, contra apenas 1,3% do PIB brasileiro (Figura 17).

Nas páginas seguintes, há um infográfico onde são exibidas as vantagens

comparativas: energia mais barata; custo de mão de obra menor; menos encargos; facilidade para exportar etc. Além de mais uma vez mostrar uma nova posição em relação à baixa tributação, que passa a ser algo positivo – semelhante a 2014, quando da entrevista com Tilkian e diferentemente de 2007, quando fazia do país um “paraíso fiscal” –, nesta reportagem, *Veja* não citou corrupção. Para a revista, “mais pobre do que seus pares da América do Sul, o Paraguai sabe aonde quer chegar” (SAKATE, 2017, p. 80). Ao todo são seis páginas, todas com grandes fotografias que mostram não apenas as plantas industriais, mas torres comerciais e *shoppings centers*. Ciudad del Este, antes vilipendiada pelo semanário, também passa a receber elogios:

O comércio de mercadorias importadas ainda é a principal fonte de receita para Ciudad del Este, mas há um sentimento crescente entre empresários e políticos locais de que é preciso reduzir a dependência. [...] Há um programa público-privado para fomentar a indústria na região da fronteira, com base nos custos mais baixos de produção. Na cidade vizinha de Hernandarias, um grupo de empresários se associou à prefeitura e a uma instituição equivalente ao SENAI brasileiro para montar uma zona industrial. Eles oferecem de graça 200 lotes de 2.000 metros quadrados a empresas que invistam em fábricas, com treinamento para a mão de obra (SAKATE, 2017, p. 82).

Essa mudança de postura dá a dimensão de quanto a publicação passou a considerar benéficas particularidades antes criticadas. Observa-se, ainda, no excerto e em todo o texto, o mesmo comedimento destacado na matéria “Os boicotados”. Não há ambiguidades e sensacionalismo. Em “O tigre guarani”, as comparações são feitas a começar pelo título, porém, essas aparecem como forma de exaltar a prosperidade paraguaia. O mesmo ocorre com a superlativação e as figuras de linguagem:

Edifícios corporativos e centros comerciais recém-inaugurados despontam nas avenidas Aviadores del Chaco e Santa Teresa, no coração de Assunção, capital do Paraguai. Um deles é o Shopping Paseo Galería, que demandou o **maior investimento privado da história do país**, de 220 milhões de dólares, do **bilionário** Mario López Estrada, o “**Carlos Slim da Guatemala**”, apelido que ganhou por ter construído sua fortuna, a exemplo do magnata mexicano, com negócios em telecomunicações (SAKATE, 2017, p. 78).

Percebe-se no texto o uso de adjetivações e comparações – como “desenvolvimento acelerado de uma economia que, já faz alguns anos, ostenta um ritmo de Tigre Asiático”, “fatores atraentes”, “condomínios residenciais de alto padrão” – e de substantivos como “solidez”, fazendo com que a reportagem seja o ponto alto de vários materiais publicados por *Veja* entre julho de 2012 e janeiro de 2017 – período em que Federico Franco, do Partido Liberal Radical Autêntico, e Horacio Cartes, do

Partido Colorado, estiveram à frente do Executivo da país.

Apesar de a Lei de Maquilas ter sido criada no entresséculo, somente nesta década – notadamente depois de 2013, com a ascensão de Cartes ao poder – foi que o ritmo de instalação das plantas industriais aumentou. Como dissemos no início deste trabalho, entre as vantagens das maquilas está o fato de as empresas pagarem apenas 1% de imposto geral e a importação de máquinas não ter incidência de impostos. No entanto, o que mais chamou a atenção de *Veja* foram as denominadas pela revista de “vantagens comparativas” (presentes em um infográfico):

- a) energia mais barata (US\$ 62 o megawatt/hora no Paraguai, contra US\$ 308, no Brasil);
- b) trabalho menos oneroso (US\$ 4,2 a hora, contra US\$ 6);
- c) menos encargos trabalhistas e previdenciários sobre os salários (35% no Paraguai, contra 130% no Brasil);
- d) tributação mais baixa (10% no Paraguai e 34% no Brasil);
- e) facilidade para exportar;
- f) maior liberdade econômica;
- g) menos burocracia.

No que diz respeito à energia elétrica, chama a atenção o fato de *Veja* não ter mencionado que a instalação de maquilas na região metropolitana de Assunção foi facilitada pela construção da linha de 500 Kv que leva energia produzida pela Itaipu até Vila Hayes. A mesma linha que, como mostramos, em 2009 teve seu financiamento criticado pelo semanário.

Figura 17 – Abertura de “O tigre guarani”. Ed. 2512 (11/1/2017)



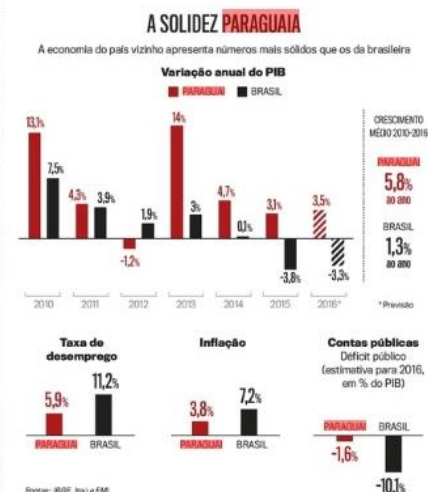
MELHOR QUE A CHINA O empresário Andrés Gwynn: produção para a Riachuelo, no lugar dos fornecedores asiáticos

O TIGRE GUARANI

Com uma receita de estabilidade econômica, impostos baixos e pouca burocracia, o Paraguai atrai investimentos de empresas brasileiras e cresce a uma média de quase 6% ao ano

MARCELO SAKATE, de Assunção

EDIFÍCIOS corporativos e centros comerciais recém-inaugurados despontam nas avenidas Aviadores del Chaco e Santa Teresa, no coração de Assunção, a capital do Paraguai. Um deles é o Shopping Paseo La Galería, que demandou o maior investimento privado da história do país, de 220 milhões de dólares, do bilionário Mario López Estrada, o “Carlos Slim da Guatemala”, apelido que ganhou por ter construído sua fortuna, a exemplo do magnata mexicano, com negócios em telecomunicações. É uma visão de contraste: a ostentação dos prédios destoa do clima de tranquilidade dos bairros residenciais que ainda domina a paisagem.



O bolsão de prosperidade, que chama a atenção do turista desavisado, é fruto do desenvolvimento acelerado de uma economia que, já faz alguns anos, ostenta um ritmo de Tigre Asiático: a expansão média é de 6% desde 2010. É um número tão vistoso em um tempo tão prolongado (sete

anos) cujo resultado o Brasil não atança desde o período de 1973 a 1979, logo após o milagre econômico.

Em Mariano Roque Alonso, cidade vizinha a Assunção, nasceu um dos projetos que melhor representam a incipiente indústria paraguaiense e a simbiótica relação entre Brasil e Paraguai. Em março de 2015, o grupo paraguaio Texcin instalou ali uma unidade na qual cinquenta trabalhadores produzem 50 000 peças femininas de blusas básicas por mês. Hoje, 400 funcionários produzem 300 000 peças, e todas são entregues exclusivamente para a brasileira Riachuelo. Há uma lógica empresarial. “O custo é



Fonte: Acervo Digital *Veja* (2018)

Conforme os dados do infográfico, das sete vantagens competitivas, duas dizem respeito à mão de obra. Não por acaso, ao lado dessa arte, o texto da reportagem estampa: “As discussões sobre reajustes e benefícios ocorrem entre patrões e empregados, sem a presença de sindicatos, e isso facilita o entendimento’, diz Wagner Weber, brasileiro radicado no Paraguai e sócio da Braspar, consultoria que assessora quem quer operar no país [...]” (SAKATE, p. 81, 2017). Além deste detalhe, chama a atenção ainda a fonte da publicação: o sócio de uma empresa especializada em assessorar outras empresas.

5.2.1 O “tigre domesticado”

Mais emblemática de todas as reportagens estudadas nesta pesquisa, “O tigre guarani” foi observada com maior detalhe, o que resultou em uma maior gama de indícios sobre o posicionamento da publicação *Veja* sobre o tema. Uma questão que chamou a atenção foi a inexistência de informações em relação a empregos e a empregados. Em toda a reportagem, há apenas números relacionados à geração de vagas e a enfática afirmação de custos menores de mão de obra. Os porta-vozes do milagre paraguaio são empresários e políticos, não há nem mesmo falas de pessoas que obtiveram emprego nas plantas industriais. O foco são os negócios.

Até mesmo o fato de as negociações trabalhistas serem feitas diretamente entre patrões e empregados é comemorado pela revista, que utiliza como fonte o sócio da Braspar. Como empresário sócio de uma empresa que assessora aqueles que pretendem se instalar no país vizinho, obviamente, o entrevistado considera este fato positivamente.

As maquilas, neste sentido, são consideradas não apenas locais onde se fabricam bens para a exportação. Elas “exportam” também mão de obra, a um preço mais baixo, a exemplo do que ocorreu no México, que exporta mão de obra para os EUA:

As maquiladoras [no México] criaram um mecanismo de exportação de “trabalho barato”, que possui um efeito regressivo sobre o crescimento industrial mexicano. Por um lado, esse modelo afeta a economia através de destruição de cadeias produtivas do setor industrial nacional e, por outro, os baixos salários pagos aos trabalhadores limitam o crescimento do mercado interno (CYPHER, 2011, apud JÚNIOR, 2016, p. 103).

Diferentemente do México, no Paraguai, conforme as reportagens, os salários não são baixos – o salário mínimo paraguaio, desde julho de 2018, está fixado em 2.112.562 guaranis o equivalente a R\$ 1.311 ao câmbio de janeiro de 2019, enquanto o do Brasil é R\$ 998 desde 1º de janeiro de 2019. O que atrai os empresários, e é destacado em reportagens e em materiais de divulgação do país vizinho e de entidades industriais brasileiras e paraguaias – são os baixos encargos trabalhistas e previdenciários. Ou seja, o trabalhador não sente os efeitos do baixo valor de suas remunerações ao abrir o contracheque, mas no longo prazo.

Exemplos disso – e vantagens, para os empresários –, são a jornada, de 48 horas (contra 44 no Brasil) e os períodos de férias menores e escalonados. Pela legislação paraguaia, “todo trabalhador tem direito a um período de férias remuneradas depois de cada ano de trabalho contínuo **ao serviço do mesmo empregador**” (CÂMARA DE COMÉRCIO PARAGUAI-BRASIL, 2018, p. 88, grifos nossos). O período é de 12 dias, para até cinco anos de emprego; 18 dias, para os que têm mais de cinco anos e menos de dez no mesmo emprego; e trinta dias após dez anos de trabalho. A licença paternidade é de apenas dois dias e maternidade de 18 semanas (126 dias corridos).

5.2.2 O tigre em números: disponíveis, mas nem tanto

Obviamente que, com as maquilas, a geração de emprego e renda são vantajosas para a população e para a economia paraguaia. No entanto, quando se pesquisa *in loco* percebe-se uma certa resistência por parte de órgãos governamentais e representativos do setor no fornecimento de informações, entre eles, dados sobre a geração de empregos e o salário médio praticado. Para um entendimento dessa dificuldade, passo agora a narrar alguns fatos.

Quando do início da execução desta pesquisa, participamos da banca de defesa do então mestrando Ricardo Elias Antunes Maciel, que apresentava a pesquisa *A Maquila no Paraguai: modelo produtivo e de integração no início do século XXI (2017)*, apresentada no capítulo 3. Na ocasião, mantivemos contato e dialogamos a respeito de nossos objetos que, embora não são similares, dividem uma certa aproximação. Em razão desse contato, o pesquisador, meses depois, nos enviou dados relativos às maquilas. Na planilha, constavam dados como o nome da empresa,

o país de origem da matriz, o ano de instalação, o departamento onde opera, o ramo de atividade e o número de empregos gerados. Em outro material, um mapa, atualizado no mês de abril de 2018, havia a distribuição das empresas por departamento.

Como os dados não eram completos – faltavam informações sobre a produção, exportação, salários e outros – além de apresentarem uma discrepância entre os números (155 empresas no mapa e 121 na planilha, sendo apenas 95 em operação ou em trâmite para implantação), enviamos um *e-mail* à Cámara de Empresas Maquiladoras del Paraguay (CEMAP). Como não obtivemos resposta, optamos por irmos pessoalmente a Assunção para obtê-los.

Aproveitando que participaríamos de um seminário na capital paraguaia de 21 a 23 de novembro de 2018, optamos por este período. De antemão, buscamos inicialmente a CEMAP, em Luque – cidade da região metropolitana. Aventura que se iniciou às 14 horas do dia 21 e somente se encerrou à noite. Devido à distância, o percurso teve de ser feito de ônibus até Luque onde, em uma praça, conseguimos um taxi.

Muito simpáticos, os taxistas disseram desconhecer o local, mas se dispuseram a ajudar. Ao lado do senhor Carlos Juan Gorgerino, estivemos em vários locais próximos ao endereço informado no *site* e na rede social da CEMAP, mas sem sucesso. Perguntado sobre o número de maquilas na região, Gorgerino foi enfático: “*Muchas, pero el sueldo...*”, interrompeu, dando a entender que o salário era baixo.

De volta a Assunção, reservamos a sexta-feira, 23, para irmos até a Secretaria Ejecutiva del Consejo Nacional de Industrias Maquiladoras de Exportación, no Ministério da Indústria e Comércio. À senhora Raquel Palacios, chefe de Controle e Verificação, foi entregue uma carta de apresentação do programa, com as seguintes solicitações:

- Número de maquilas instaladas;
- Nomes das empresas
- Origens das matrizes;
- Ano de instalação;
- Se está operando ou não;
- Qual o Departamento onde está instalada;
- Número de empregos diretos;
- Número de empregos indiretos;
- Área de atividade;
- Média salarial;

- Volume de exportações em 2017.

Embora solícita, de antemão, ao ler o documento, a senhora Raquel indicou não ser possível informar as origens das matrizes, pelo menos não naquele momento. Porém, disse que iria verificar se isso seria possível. Argumentos semelhantes foram usados para não informar a média salarial dos funcionários das plantas industriais. Apenas que todos ganhariam o salário mínimo vigente: 2.112.562 guaranis. No momento em que conversávamos, a chefe de Controle e Verificação nos enviou dois arquivos contendo o volume de exportação até o mês de outubro, os principais destinos, os volumes de exportação por tipo de produtos, o número de empresas atuantes com os números de empregados.

Gratos pelo volume de informações, voltamos ao Brasil e aguardamos os restantes dos dados, sobretudo as origens das matrizes pois, apesar de já termos e esses dados serem confiáveis, pois foram apresentados em um evento da CEMAP, gostaríamos de dados da secretaria. Para nossa surpresa, em 4 de dezembro, sem solicitação, a senhora Raquel Palacios muito gentilmente nos enviou a atualização dos dados que nos tinha fornecido em novembro. Como não havíamos recebido ainda as informações sobre as origens das matrizes, solicitamos novamente, mas não mais fomos atendidos. Um *e-mail* com o mesmo teor foi enviado à CEMAP, com cujo representante vínhamos mantendo contato. Porém, não obtivemos mais respostas. Ao que tudo indica, não interessa ao Governo do Paraguai divulgar a nacionalidade das empresas que atuam no seu território.

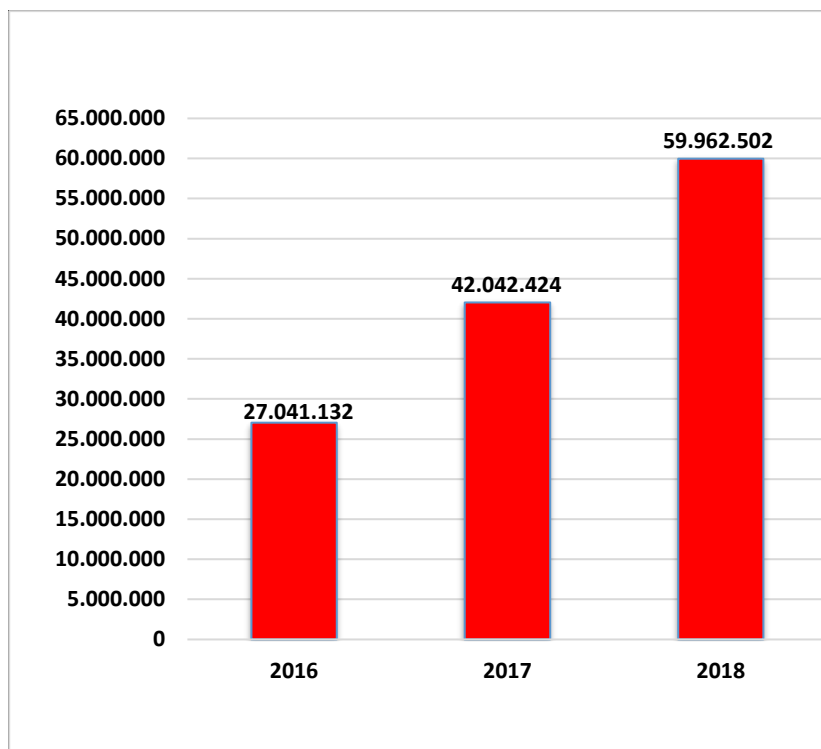
Uma questão que salta aos olhos na análise dos dados sobre as maquilas é a discrepância dos números de empregos diretos. Em uma mesma planilha, em locais diferentes, há a informação de que até o mês de novembro de 2018 havia 170 projetos aprovados vigentes, gerando 14.775 empregos e 16.798 empregos. Iremos considerar o segundo número, que aparece em outras páginas da mesma planilha e em um segundo documento, também nos fornecido pelo Consejo Nacional de Las Industrias Maquiladoras de Exportación (CNIME).

Conforme o conselho, em novembro de 2018 as exportações das maquilas somaram US\$ 59.962.502 (R\$ 227.585.000), uma elevação de 43% em relação ao mesmo período de 2017 (Gráfico 2). Os principais produtos exportados no mês foram os do segmento de autopeças (51,8% do total), seguidos dos produtos da área de confecções têxteis, 20,5%. Conforme o órgão, 91% das exportações das maquilas

durante o mês foram destinadas ao Mercosul, principalmente Brasil e Argentina. Apenas 9% restantes foram para o resto do mundo, principalmente Estados Unidos, Tailândia.

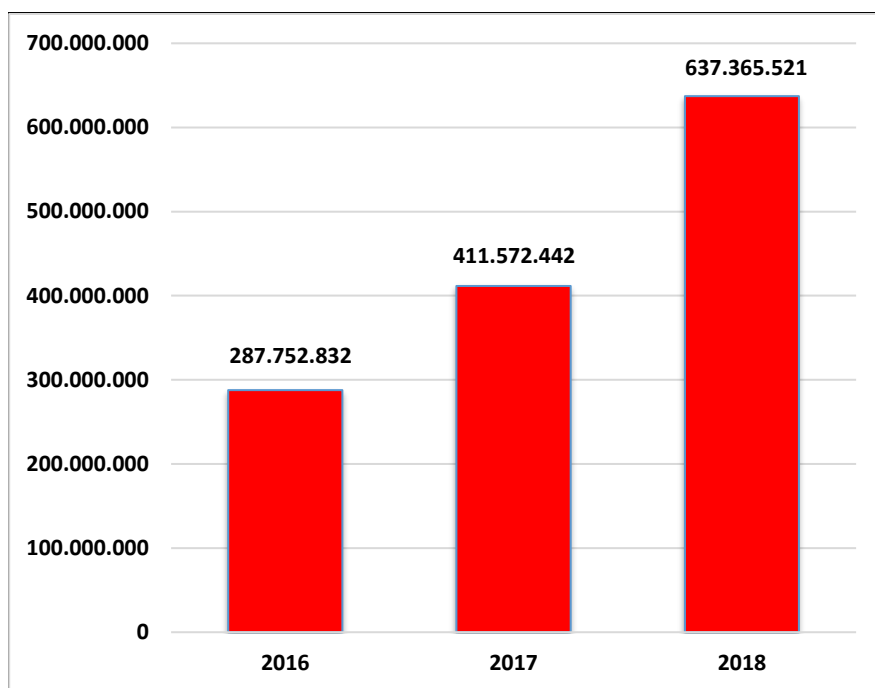
As exportações acumuladas até novembro somaram US\$ 637.340.383 (R\$ 2.418.990.000) – 55% a mais do que os 11 primeiros meses de 2017 (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Comparativo exportações maquilas novembro – 2016 a 2018 (em US\$)



Fonte: Secretaria Executiva do CNIME (2018)

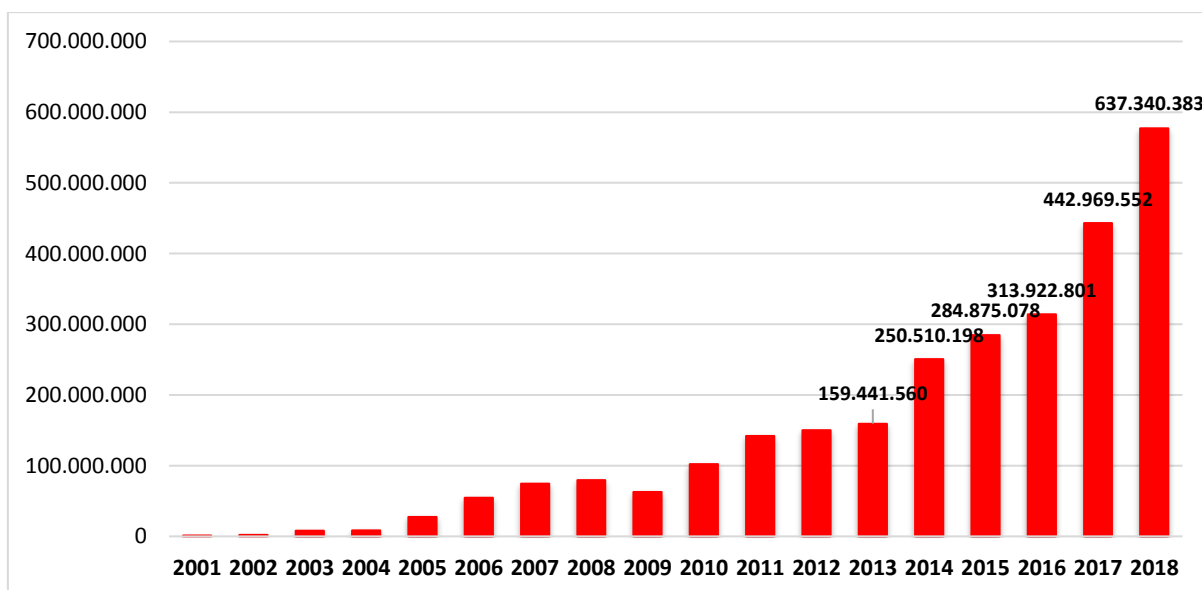
Gráfico 3 – Exportações acumuladas maquilas jan./nov. 2016 a 2018 (em US\$)



Fonte: Secretaria Executiva do CNIME (2018)

O Gráfico 4 apresenta um comparativo do acumulado das exportações anuais de 2001 a 2017 e até novembro de 2018. Em onze meses de 2018, o exportado superou em US\$ 194.370.831 (R\$ 737.724.000) os 12 meses do ano anterior.

Gráfico 4 – Exportações maquilas anual (2001–2017/nov. 2018)

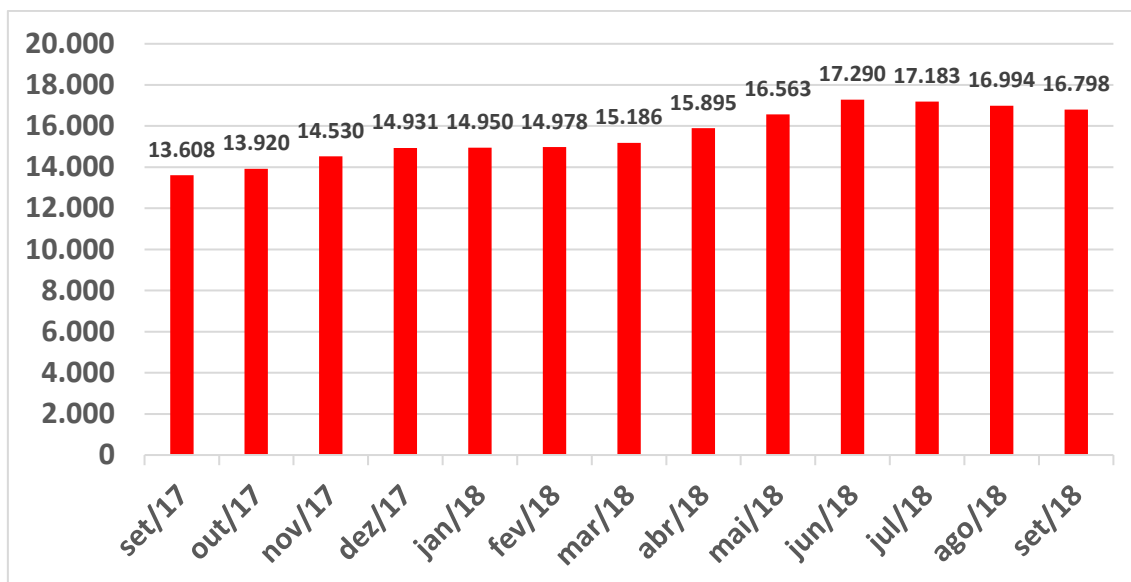


Fonte: Secretaria Executiva do CNIME (2018)

Os dados mais relevantes dizem respeito à geração de empregos. O Gráfico 5

apresenta números entre setembro de 2017 e setembro de 2018 – foram criados 3.190 postos.

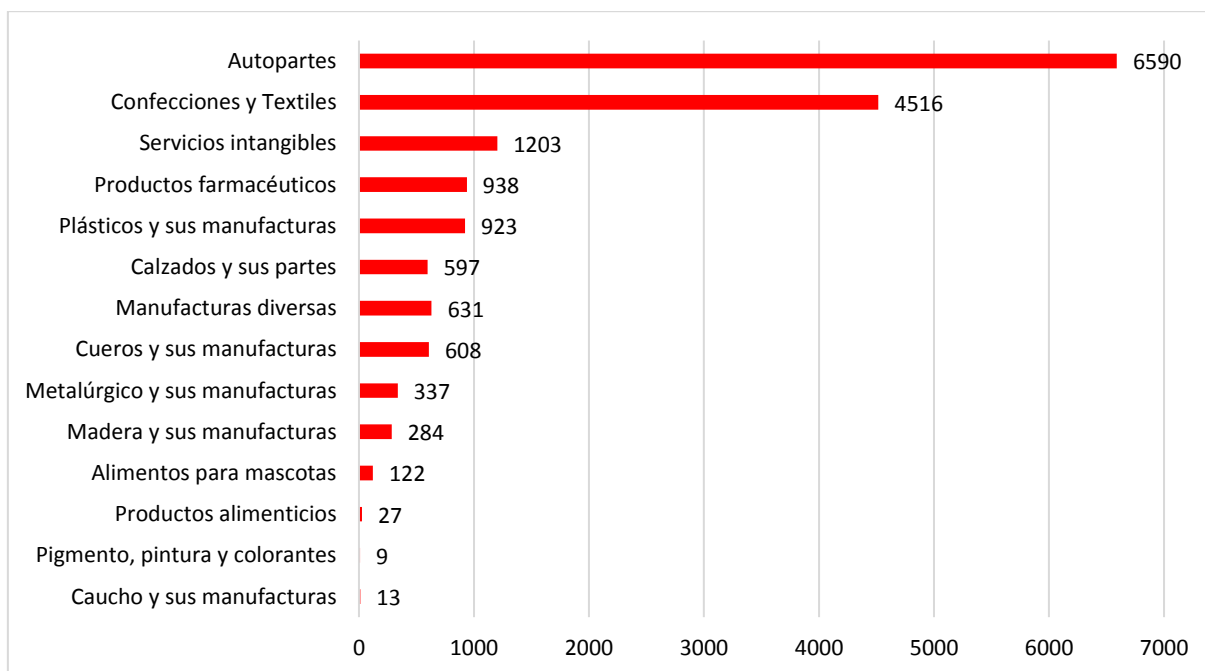
Gráfico 5 – Evolução nº de empregos set/2017-2018



Fonte: Secretaria Executiva do CNIME (2018)

O Gráfico 6, apresenta a ocupação por setor. O setor que mais exporta é o que mais emprega: o de autopeças.

Gráfico 6 – Ocupação por setor



Fonte: Secretaria Executiva do CNIME (2018)

Conforme os dados do CNIME, o Departamento de Alto Paraná é o que mais concentra empresas, como ser visto na Tabela 1. Em seguida, aparece o

Departamento Central. Na tabela, é possível verificar o número de empregos gerados – chamamos a atenção para a discrepância desse número em relação às demais planilhas.

Tabela 1 – Total de maquilas ativas por dpto./investimento/empregos

Departamento	Cantidad	Inversión	Mano de Obra
Alto Paraná	78	256.345.483	6.172
Central	51	113.111.740	5.824
Amambay	12	39.327.271	462
Capital	8	25.172.133	981
Canindeyu	4	8.065.614	209
Ciudad del Este	4	3.263.559	85
Guaira	3	8.788.760	311
Caaguazú	3	5.804.477	255
Pdte Hayes	2	16.976.957	25
Ñeembucu	1	488.500	18
Paraguari	1	13.477.000	250
Caazapa	1	4.048.728	100
Amambay	1	890.080	28
Cordillera	1	9.403.875	55
Total general	170	505.164.178	14.775

Fonte: Secretaria Executiva do CNIME (2018)

Com base nos dados apresentados, podemos concluir que as maquilas representam uma mudança na economia paraguaia. Um dos principais fatores a serem considerados são os aportes advindos do volume de exportações dessas plantas industriais – cuja participação do PIB do país subiu de 10% para 19%, segundo a União Industrial Paraguaia (BENETTA, 2018). Esse fenômeno pode ser observado por meio do crescimento do Produto Interno Bruto (em valores absolutos e em percentuais) e por meio do PIB *per capita*. Na Tabela 2, apresentamos a evolução do PIB de Brasil e Paraguai em números absolutos (bilhões/trilhões de US\$), conforme o sistema de dados do Banco Mundial. Na Tabela 4, apresentamos a evolução anual brasileira e o PIB *per capita*.

Tabela 2 – Comparativo PIB Brasil e Paraguai

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Py	25,099,681,460.9	24,595,319,573.8	28,965,906,502.2	30,881,166,852.3	27,282,581,335.8	27,424,071,373.1	29,734,895,248.9
Br	2,616,201,578,192.3	2,465,188,674,415.0	2,472,806,919,901.7	2,455,993,625,159.4	1,802,214,373,741.3	1,793,989,048,409.3	2,055,505,502,224.7

Fonte: Banco Mundial (2019)

Tabela 3 – PIB PY – Crescimento anual e per capita

	2012	2013	2014	2015	2016	2017

GDP growth (annual %)	-1.2	14.0	4.7	3.0	4.0	0.8
GDP per capita (current US\$)	3855.5	4479.9	4712.8	4109.4	4077.7	4365.5
GDP (current US\$)	24595319573.8	28965906502.2	30881166852.3	27282581335.8	27424071373.1	29734895248.9

Fonte: Banco Mundial (2019)

Tabela 4 – PIB BR – Crescimento anual e per capita

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
GDP growth (annual %)	1.9	3.0	0.5	-3.5	-3.5	1.0
GDP per capita (current US\$)	12291.5	12216.9	12026.6	8750.2	8639.4	9821.4
GDP (current US\$)	2465188674415.0	2472806919901.7	2455993625159.4	1802214373741.3	1793989048409.3	2055505502224.7

Fonte: Banco Mundial (2019)

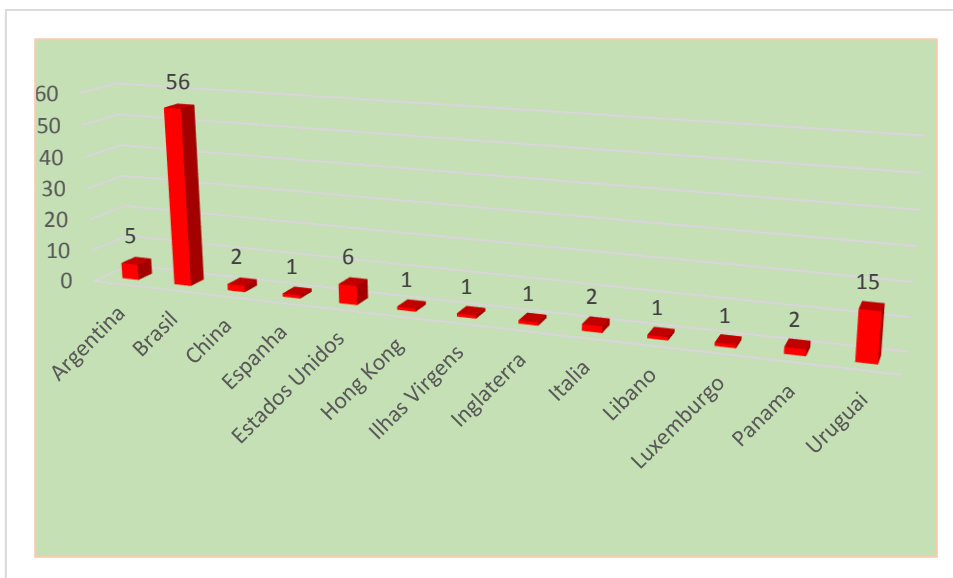
Nota-se que nos últimos anos o PIB paraguaio saiu de um decrescimento de 1,2% (entre 2011-2012) para um crescimento de 14% (2012-2013). Em anos anteriores também houve crescimentos surpreendentes – em 2010, foi de 13,1%. Em 2018, segundo o Banco Central paraguaio, a previsão é que alcance 4%, mesmo percentual de projeção para 2009. Diferente quadro vive o Brasil, maior economia da região, que tem apresentado resultados fracos.

5.2.3 Tigre crescido ou desenvolvido?

Com estes números e com base nos infográficos e no texto da reportagem “O tigre guarani”, podemos concluir que a publicação, ao escrever que “o bolsão de prosperidade [...] é fruto do desenvolvimento acelerado de uma economia que [...], ostenta um ritmo de Tigre Asiático” se refere a um tipo específico de desenvolvimento. Desenvolvimento este que, devemos deixar claro, tem, mais uma vez, conforme a revista, a participação dos brasileiros.

Esta afirmação pode ser confirmada pelos dados relativos à origem das matrizes das maquilas, conforme o Gráfico 7. Embora os dados sejam desatualizados, nota-se que de 94 empresas, 56 são de origem brasileira.

Gráfico 7 – Nº de maquilas por origem da matriz (março/2018)



Fonte: CEMAP (2018)

Voltando à *Veja* e ao “tigre guarani”, não apenas nesta reportagem, mas nas “Cartas ao Leitor”, colunas de articulistas e outros textos que se referem à contribuição dos brasileiros ao Paraguai, o foco é sempre econômico. Nas palavras do semanário, por exemplo, os brasileiros: “transformaram o Paraguai no quarto maior exportador de soja do mundo”; “são responsáveis por 98% da produção de soja” “compraram terras em áreas do território paraguaio onde jamais se havia plantado um único pé de mandioca”. Quando não era a própria revista quem exaltava, era o presidente do país, Federico Franco: os “[os brasileiros são] responsáveis pelo grande crescimento do leste do país”: “Nosso progresso não pode ser explicado senão pelo trabalho dos brasiguaios”.

Mas a que progresso? A qual crescimento? A qual desenvolvimento *Veja* e até mesmo o chefe do Executivo do país se referiam? A julgar pelos números e pela ausência de temas como saúde, educação, expectativa de vida ao nascer, distribuição de renda e outros, *Veja* se refere, em suas páginas, apenas ao desenvolvimento econômico baseado no crescimento do Produto Interno Bruto.

Em nenhum dos materiais que citam o país guarani foi mencionado, por exemplo, o Coeficiente (ou Índice) de Gini, que, como já destacamos, indica a disparidade de renda de um país ou região – quanto mais próximo de zero, melhor. Nem mesmo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país foi informado.

Com um Índice de Gini igual a 0,517, o Paraguai é um dos países mais “desiguais” do mundo. Segundo estudos do Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD) publicados em 2016. Nesse item, a proximidade paraguaia e brasileira não é apenas geográfica, pois o Brasil, com um índice de 0,515, também aparece no negativo *ranking* dos países mais desiguais do mundo. As semelhanças não são maiores em razão de o Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro ser superior ao do país guarani – de 188 países, o Brasil ocupa a 79ª posição, com índice de 0,759. Por sua vez, o Paraguai está na 110ª posição, com índice de 0,702. Neste caso, quanto mais perto de 1, mais alto é o grau de desenvolvimento humano.

As diferenças vão além. Enquanto a expectativa de vida ao nascer do brasileiro é de 75,7 anos, do cidadão paraguaio é de 73,2 anos. Em média, as expectativas de anos de estudo dos países – ambas baixas, embora a do Brasil seja maior – são de 15,4 e 12,7 anos, respectivamente. O percentual de mão de obra especializada no Brasil chega a 62% da força de trabalho, enquanto no Paraguai a 43,8% – aliás, a publicação aponta como um dos atrativos para as empresas brasileiras o fato de os custos trabalhistas da mão de obra não qualificada no Paraguai serem 35% menores do que no Brasil. Em suma: embora a publicação exalte as qualidades do país vizinho, o Paraguai ainda precisa distribuir benesses a sua população, seja por meio da recente industrialização, seja por meio da agricultura.

Mesmo com essas peculiaridades do país guarani, *Veja* parece ter olhos apenas para a economia. Isso ocorreu até mesmo quando as reportagens eram da editoria de segurança. Em apenas uma, das inúmeras matérias analisadas nessa pesquisa, independentemente de editoria, houve menção a questões na área social. A citação aconteceu na reportagem “Os boicotados”, quando o semanário destacou o fato de, apesar de o país ter um crescimento do PIB, os paraguaios “não desfrutam uma melhora na qualidade dos serviços públicos” e que, além disso, o Paraguai “carece de bons hospitais, escolas e estradas” (OS BOICOTADOS, 2013, p. 88).

Conforme Oliveira (2002, p. 38), “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”. A receita: além dos recursos, é necessário que a população goze de bem-estar, tanto econômico ou social. Em todas as reportagens, e não apenas especificamente em “O tigre guarani”, o que se constatou foi que o semanário *Veja* defende os interesses do capital. E nessa exigência, um país, antes acusado de ser meca do crime, local perigoso para brasileiros – que injustamente perdiam suas terras, depois de levar desenvolvimento a um “território primitivo” – paulatinamente, de acordo com

as mudanças históricas, econômicas, geopolíticas, etc. foi alçado ao posto de novo Eldorado e a exemplo de empreendedorismo. Este é o posto que o Paraguai ocupa hoje nas páginas do semanário. Quiçá se mantenha nele por muito tempo, mas que além disso, *Veja* olhe também para sua população como um todo. E não apenas aos brasileiros, que sim, colaboraram para o desenvolvimento do país, mas ao lado do povo que lá está.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que agora encerramos se iniciou há pelo menos três anos. Nascida da observação cotidiana, não científica, da prática do jornalismo diário em um jornal e uma emissora de TV em Foz do Iguaçu (PR), ela encerra um novo olhar, científico, perquiridor, desafiador, persistente, mas ainda ávido e consciente de que se trata apenas de uma etapa, de uma contribuição para os estudos da área da comunicação, do jornalismo e, oxalá, de temas atinentes à relação Brasil e Paraguai.

Essa nova percepção adveio da tessitura de um pesquisador o que de certa forma, amadureceu o jornalista, curioso. Como profissional da comunicação – seja na função de repórter, produtor (pauteiro) ou editor – sempre primamos pela ética. No entanto, muitas vezes por não ter uma visão ampliada, adotamos abordagens equivocadas, como as escolhidas por *Veja* em muitos momentos dos dez anos aqui analisados.

Por meio desta pesquisa que ora encerramos, adquirimos uma nova concepção em relação ao jornalismo e ao ato de noticiar os fatos. Essa leitura epistemológica, possibilita ampliar e analisar de forma mais profunda os fatos de vários ângulos – o que, por dever do ofício, já fazíamos – mas aumentará a capacidade de interpretar discursos, de identificar intencionalidades nas argumentações de fontes e de antever consequências.

Esperamos, também, que esta pesquisa possa ser continuada, para que possamos seguir em um caminho que se mostrou profícuo. Caminho que, é importante salientar, foi orientado, o que provocou questionamentos internos – e até mesmo resistências que influenciaram os primeiros momentos da pesquisa. Inicialmente, imaginávamos que tínhamos a seguinte hipótese: a revista *Veja* defende os anseios hegemônicos, expansionistas, brasileiros em relação ao Paraguai. Foram meses com a noção de que se tratava de uma hipótese, até que, por meio das orientações e sugestões dos professores, veio a noção de que na verdade possuíamos uma convicção e teríamos que “deixar as fontes falarem”.

Tendo essa noção em mente, descartada a hipótese inicial, resta a percepção de que havia ocorrido, gradualmente, uma mudança de enfoque nas reportagens sobre o Paraguai, que deixara de ser relacionado a questões de segurança pública para figurar como um país moderno e em franco desenvolvimento. Essa mudança de postura, aventamos, seria apontada pelo senso comum como fruto de uma suposta

industrialização do país guarani, advinda das instalações das maquilas, cujas matrizes, em sua maioria, são brasileiras. No entanto, foi necessária mais uma orientação para chegar à conclusão de que, na verdade, esta explicação não adviria do senso comum, mas que tínhamos em mãos um problema, o qual poderia ser confirmado – total ou parcialmente – ou refutado.

Com base nessa noção, adotamos as seguintes perguntas de pesquisa: a mudança de enfoque de *Veja* na cobertura dos fatos relativos ao Paraguai é um fenômeno voltado à defesa de interesses hegemônicos? Se sim? Que interesses são esses? A quem a publicação representa? Ao seu público leitor? A uma classe? Ao país? A um governo?

Analisados dez anos de reportagens, editoriais, cartas de leitores, artigos, fotografias, gráficos, a resposta é sim: a revista *Veja* atua na defesa dos interesses hegemônicos do Brasil sobre o Paraguai, mas atendendo às suas convicções como meio midiático, pois toma para si a voz do seu leitor, a voz da classe a qual representa – ou crê representar – e até mesmo a voz daqueles que não são seus leitores principais, mas, como que imbuída de uma “missão”, a mídia *Veja* age dessa forma.

Uma leitura em trechos como “para começar, queremos afirmar que nos consideramos liberais [...] e ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem”, ou “caminhada para a democracia tem, como condição vital para o seu êxito, a manutenção da ordem pública”; e até mesmo, “por seu tamanho, pela força de sua economia e pelo ímpeto intelectual e moral que nos caracteriza como nação, o Brasil é o líder natural da América Latina – posição da qual, no interesse dos brasileiros, não pode abdicar” ilustram bem como o semanário se coloca como bastião dos anseios brasileiros. E nesse papel, não hesita em cobrar das autoridades do país que cerquem as fronteiras; que coloquem três mil homens do Exército na região; que revisem acordos selados com o Paraguai sobre a zona franca no Porto de Paranaguá, por exemplo.

Em nome dos “interesses do país”, a mesma publicação, que defendeu rever um acordo bilateral com o Paraguai, critica esse país por pedir o mesmo em relação a Itaipu. Nas palavras de *Veja*, país “pedinte”, por “falsificar o próprio PIB”, o Paraguai conseguiu, segundo a publicação, uma esmola para construir uma linha de transmissão para levar energia da binacional até sua capital. A esmola não foi mais lembrada anos depois pela revista, quando a energia barata foi considerada atrativo

para as empresas, brasileiras, se instalarem no país vizinho.

Contraditória, na defesa dos (seus) interesses do país, *Veja* classificou de xenofobia ações de camponeses que queimaram símbolos brasileiros. Mas não hesitou em usar termos como “compraram terras em áreas do território paraguaio onde jamais se havia plantado um único pé de mandioca – e acabaram transformando o Paraguai [...] no quarto maior exportador de soja do mundo”, ou dizer que brasileiros levaram valores para o Paraguai. Como se o país vizinho já não os tivesse.

Neste sentido, concluímos que a questão inicial de que a mudança de enfoque por parte de *Veja* ao abordar temas relacionados ao Paraguai seria fruto da industrialização do país vizinho, por meio das maquilas, foi parcialmente confirmada.

A mudança de enfoque de *Veja* nada mais é que uma reação aos fatos históricos, econômicos, políticos, sociais que o país guarani vem passando – e entre estes fatos está a Lei de Maquilas e a migração de plantas industriais brasileiras para seu território. Tais indústrias, é relevante dizer, não são nacionais, não são paraguaias, mas estrangeiras – numa espécie de terceirização de industrialização. Mas esta “industrialização terceirizada” não é o único motivo da mudança de postura por parte da publicação.

O Paraguai tem crescido, tem atraído empresas brasileiras, e *Veja* representa e integra esse público. A publicação tem um projeto, e desde 1968 vem seguindo esse mesmo projeto: de defesa do capital, a favor do pensamento de direita, (neo)liberal, de aglutinação da classe média (seus leitores e “pauteiros”) e de representatividade de grandes produtores, empresários e industriais.

E a medida que o Paraguai foi se tornando um país também liberal – após a queda de Fernando Lugo – com economia dinâmica e aberto ao capital estrangeiro, obviamente *Veja* viu ali mais um eldorado. Neste sentido, é emblemática a fala de Horacio Cartes: “Usem e abusem do Paraguai, porque, para mim, é um momento inacreditável de oportunidades”.

Dita a empresários brasileiros em 2014, a frase está sendo seguida à risca por *Veja*.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais. A imigração brasileira no Paraguai*. Fortaleza, 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2005.

ALMEIDA, Domingos Alves de. *Poder e (Contra) Hegemonia Midiática na América Latina: um estudo a partir da cobertura de Telesur e CNN em Espanhol sobre o desaparecimento forçado dos 43 estudantes mexicanos de Ayotzinapa em 2014*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu (PR), 2018.

ALMEIDA, Maria Liz Benitez. *A produção de sentidos sobre o “brasiguayo” na mídia paraguaia: uma análise das matérias e dos comentários do jornal Última Hora*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2017.

AMORIM, Paulo Henrique. *O quarto poder – uma outra história*. São Paulo: Hedra, 2015.

BALLER, Leandro. *Fronteira e fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS), 2014. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/03/LEANDRO-BALLER.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BARROS, Luciano Stremel et al. *Diagnóstico de Desenvolvimento das cidades gêmeas do Brasil – educação, saúde, economia e segurança pública. A análise dos números*. Foz do Iguaçu (PR): Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social das Fronteiras (IDESF), 2017. Disponível em: <<http://www.idesf.org.br/2018/08/27/diagnostico-do-desenvolvimento-das-cidades-gemeas-do-brasil/>>. Acesso em 15 nov. 2018.

BENETTI, Marcia. A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*. *Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Curitiba, PR, junho de 2007.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2. Ed. São Paulo: UNESP, 1995.

BOFF, Felipe. Muito além do editorial: a revista e suas opiniões. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Acórdão nº 2252/2015-TCU Plenário*. Relator: NARDES, Ministro Augusto. TC nº 014.387/2014-0. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F99F813014FB44F0D0500F4&inline=1>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BRITO, Cassius Marcelus Tales Marcusso Bernardes de. *Estado e poder político no Brasil: a experiência do Partido dos Trabalhadores no governo federal (2003-2010)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2017.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e Hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA DE COMÉRCIO PARAGUAI-BRASIL. *Guia de Inversiones Paraguay (2018-2019)*. Assunção, Paraguai, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/camaradecomercioparaguaybrasil/docs/gui_a_de_inversiones_2018_-_2019_->. Acesso em 1 out. 2018.

CARVALHO, Rodrigo. *O governo Lula e a mídia impressa: estudo sobre a construção de um pensamento hegemônico*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

COSTA, Mauricio Kenyatta Barros da. *Políticas de segurança e defesa da fronteira brasileira no contexto de integração regional: os casos das fronteiras Brasil – Paraguai e Brasil – Uruguai*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2017.

COSPITO, Giuseppe. Hegemonia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

CRUZ, Dayana Aparecida Marques de Oliveira. *Geopolítica e integração regional: uma análise dos projetos de infraestrutura de transportes entre Brasil e Paraguai*. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente (SP), 2017.

CUEVAS, Liz Carolina Yegros. *O brasiguai em la prensa: período de Fernando Lugo Mendéz (2008- 2012)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu (PR), 2017.

FELIPPI, Ângela; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Jornalismo e estudos culturais: a contribuição de Jesús Martín-Barbero. *Rumores – Revista online de comunicação, linguagem e mídias*, São Paulo, v. 7, n. 14, jul.-dez. 2013.

FLORESTA, Cleide; BRASLAUSKAS, Ligia. *Técnicas de reportagem e entrevista – roteiro para uma boa apuração*. São Paulo: Saraiva, 2009.

FOLETTTO, Rafael. *De bispo a presidente: a trilha de Fernando Lugo em espaços públicos e midiáticos*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2011. Disponível em: <<http://www.processocom.org/wp-content/uploads/2017/03/Rafael-Foletto-Mestrado-Mestrado.pdf>> Acesso em: 10 out. 2018.

FONTANA, Benedetto. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/82454/mod_resource/content/1/Ginzburg_carlo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007b.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. VI. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

GUIMARÃES, Isabel Padilha *et al.* A crise energética brasileira na cobertura jornalística de Veja. In: SILVEIRA, Ada C. Machado da; GUIMARÃES, Isabel Padilha (orgs). *Conexões (trans)fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2016. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/livro_conexoes_transfronteiricas.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

JÚNIOR, Divaldo Oliveira da Silva. *Desindustrialização – uma leitura selecionada para Brasil e México: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21078>> Acesso em: 10 set. 2017.

LÉDA, Iann Longhini. *Governo Lula (2003-2010): elementos de continuidade e de ruptura com o neoliberalismo*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos (SP) 2017.

LIMA, Rafael Teixeira de. *A integração regional em infraestrutura da IIRSA e os capitais do BNDES nos governos Lula da Silva (2003-2010): subimperialismo do neodesenvolvimentismo brasileiro*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu (PR), 2018.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MACIEL, Ricardo Elias Antunes. *A Maquila no Paraguai: modelo produtivo e de integração no início do século XXI*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu (PR), 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. *Ofício de cartógrafo – Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MOREIRA, Renato Heitor Santoro. Indiciarismo e História Oral: ferramentas metodológicas interdisciplinares entre a História e o Jornalismo. In: Congresso de Ciências da Comunicação na região Sudeste, 15, 2010, Vitória (ES). *Anais...* Vitória, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0764->

1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em revistas no Brasil – um estudo das construções discursivas Veja e Manchete*. São Paulo: Annablume, 2002.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLMEDO. Luiza Bulhões. *Liderança ou hegemonia regional? Percepções do Brasil na imprensa Argentina, Venezuelana, Colombiana e Chilena*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PARAGUAI. *Datos generales de Paraguay (2012)*. Assunção, 2012. Disponível em: <<http://www.embajadeparaguay.ec/index.php/informacion-general/datos-generales-del-paraguay>>. Acesso em: 1 set. 2017.

_____. Embajada de Paraguay. *Decreto nº 9.585, de 17 de julho de 2000*. Por el cual se reglamenta la Ley 1.064/97. Disponível em: <http://www.embajadeparaguay.ec/documentos/decreto9585_2000.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Poder Legislativo de la República del Paraguay. Cámara de Diputados. Ley nº 1.064, de 7 de julho de 1997. Ley de la industria maquiladora de Exportación. *Gaceta Oficial*, Assunção, p. 3-7, jul. 1997. Disponível em: <http://www.diputados.gov.py/WebSiteLeyes/1997/py1064_07071997.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. *Proyecciones de población nacional, áreas urbana y rural, por sexo y edad*, 2018. Assunção: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2018. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/evoluciontotal.php>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Secretaria Nacional de Turismo (Senatur). *Paraguay, tenés que sentirlo*. Assunção, 2016. Disponível em: <<https://visitparaguay.travel/v1/>>. Acesso em: 9 maio 2016.

_____. Constituição (1992). *Constitución de la República de Paraguay*, 1992. Disponível em: <http://www.bacn.gov.py/CONSTITUCION_ORIGINAL_FIRMADA.pdf>, acesso em: 1 set. 2017.

PATRÓN, Angela Analía Garofali. *Capitalismo dependiente e integración: mapeo de contradicciones que limitan avanzar hacia la integración solidaria en América Latina*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu (PR), 2017.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133968/mod_resource/content/1/Rabossi.Nas%20ruas%20de%20Ciudad%20del%20Este.pdf> Acesso em: 10 dez. 2018.

ROHLING DA SILVA, Nívea. *O gênero entrevista pingue-pongue: reenunciação, enquadramento e valoração do discurso do outro*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30371597.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Os índices sociais de valor no gênero entrevista pingue-pongue, do jornalismo de revista. *Revista Intercâmbio*, volume XVII: 444-460. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2008.

SANTOS, Orlando Bispo dos. *O Exército Brasileiro – 34.º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu (PR), 2016.

SECRETARIA EJECUTIVA DEL CNIME. Informe Estadístico Noviembre 2018.. *Consejo Nacional de las Industrias Maquiladoras de Exportación (CNIME)*. Assunção, 2018.

SILVA, Carla Luciana. A Carta ao Leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* São Paulo, v. 32, n. 1, p. 89-107, jan./jun. 2009.

_____. *VEJA: o indispensável partido neoliberal (1898-2002)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense/Unioeste. Niterói (RJ), 2005.

SILVEIRA, Ada C. Machado da. Ambivalência e cobertura jornalística de periferias. In: SILVEIRA, Ada C. Machado da; GUIMARÃES, Isabel Padilha (orgs). *Conexões (trans)fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2016. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/livro_conexoes_transfronteiricas.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SILVEIRA, Mariana de Paula. *Conflito diplomático entre Brasil e Paraguai em 2008-2009: contestação da hidro-hegemonia brasileira*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SOARES, Arthur Felipe Murta Rocha. *Paraguai 2012: o papel do Brasil e a ação da Unasul*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília (SP), 2016.

SPRANDEL, Marcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 20, n. 57, p. 137-156, ago. 2006.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves; KUSHNIR, Beatriz. Veja. In: Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CDPOC), Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja>>. Acesso em 25

jul. 2018.

VILAS BOAS, Sergio. *O estilo magazine – o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Mass media: contextos e paradigmas; novas tendências; efeitos a longo prazo; o *newsmaking*. 5. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999. Disponível em: <http://jornalismoufma.xpg.uol.com.br/arquivos/mauro_wolf_teorias_da_comunicacao.pdf>. Acesso em: 24 set. 2016.

ZORZAL, Gabriela. Paradigma indiciário e o campo do jornalismo: possíveis aproximações. *Sinais – Revista de Ciências Sociais da UFES*, Vitória, n. 15, junho, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/8598/6049>>. Acesso em 12 dez. 2017.

FONTES

50% dos paraguaios consideram pirataria forma de trabalho, diz pesquisa. *G1*, Rio de Janeiro, 4. Dez. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1402757-5602,00-DOS+PARAGUAIOS+CONSIDERAM+PIRATARIA+FORMA+DE+TRABALHO+DIZ+PESQUISA.html>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

A ALIANÇA para o atraso. *Veja*, São Paulo, jul. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32194?page=12§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

A CONTA vai aumentar. *Veja*, São Paulo, jul. 2009. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32355?page=92§ion=1>>. Acesso em 17 dez. 2018.

AIEX NETO, José Elias. Diogo Mainardi. *In. Veja*, São Paulo, mar. 2007. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32486?page=36§ion=1>>. Acesso em 17 mar. 2018.

AMADO, Guilherme. PF abandona operação com veículos aéreos não tripulados para combate ao crime organizado. *O Globo*, Brasília, jul. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/pf-abandona-operacao-com-veiculos-aereos-nao-tripulados-para-combate-ao-crime-organizado-21623662>>. Acesso em 19 dez. 2018.

APRENDER com os erros. Carta ao leitor. *Veja*, São Paulo, dez. 2015. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/37069?page=158§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

AQUI HÁ 500 000 brasileiros. *Veja* Essa. *Veja*, São Paulo, jul. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32195?page=54§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

BENETTA, Cláudio Dalla. Em sete anos, Paraguai dobra participação da indústria no PIB. *Não Viu?*, Foz do Iguaçu, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.naoviu.com.br/sete-anos-paraguai-dobra-participacao-da-industria-no-pib/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL UM PAÍS imperialista e explorador. *Veja* Essa. *Veja*, São Paulo, n. 2010, p. 48-49, maio 2007.

BRASILEIROS na mira. *Veja*, São Paulo, fev. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32216?page=8§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

BYDLOWSKI, Lizia. *Veja* Essa. *Veja*, São Paulo, abr. 2009a. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32369?page=54§ion=1>>. Acesso em: 7 set. 2018.

BYDLOWSKI, Lizia. *Veja* Essa. *Veja*, São Paulo, abr. 2009b. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32368?page=60§ion=1>>. Acesso em: 7 set. 2018.

CABRAL, Otávio. De volta à brincadeira. *Veja*, São Paulo, jun. 2014. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32095?page=14§ion=1>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CARMO, Marcia. *Paraguai descola do Brasil e tem 3º maior crescimento do mundo em 2013*. BBC Brasil. 23 jan. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140119_paraguai_economia_pai_mc>. Acesso em: 2 ago. 2017.

CARVALHO, Júlia. A conexão brasileira do Hamas. *Veja*, São Paulo, nov. 2011. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32223?page=112§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

CARVALHO, Júlia; GIANINI, Tatiana. O esconderijo foi pelos ares. *Veja*, São Paulo, nov. 2011. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32232?page=112§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

CASTILHO, Alceu Luís; BASSI, Bruno Stankevicius. Proprietários brasileiros têm 14% das terras paraguaias. *De olho no Paraguai*, São Paulo, nov. 2017. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/06/proprietarios-brasileiros-tem-14-das-terras-paraguaias/>>. Acesso em 6 jul. 2018.

CIVITA, Victor. Nos dez anos de VEJA, uma reafirmação de princípios. In: *Veja*, São Paulo, n. 523, p. 18-19, set. 1978.

COOKE, Roland Brooks. Federico Franco. *In: Veja*, São Paulo jul. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32193?page=30§ion=1>>. Acesso em 5 jan. 2019.

COURA, Kalleo. Marcola quer botox. *Veja*, São Paulo, maio 2016. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/36994?page=66§ion=1>>. Acesso em 13 jan. 2019.

COUTINHO, Leonardo. A rede – o terror finca bases no Brasil. *Veja*, São Paulo, abr. 2011a. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32262?page=88§ion=1&word=Paraguai>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. Cabeça a prêmio. *Veja*, São Paulo, set. 2016. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/39325?page=66§ion=1>>. Acesso em 13 jan. 2019.

_____. Suriname, o Paraguai do Norte. *Veja*, São Paulo, n. 1990, p. 74-75, jan. 2007.

_____. O Brasil não é imune a atentados. *Veja*, São Paulo, dez. 2011. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32231?page=16§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

CRISE abala paraíso dos sacoleiros. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 jan. 1999. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/economia/crise-abala-paraíso-dos-sacoleiros-118778.html>>. Acesso em 5 mar. 2017.

DA COSTA, Fernando Augusto. Corrupção no Paraguai. *In: Veja*, São Paulo, dez. 2013. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32120?page=52§ion=1>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DE MARTINO, Victor. Selva é com ele. *Veja*, São Paulo, abr. 2008. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32424?page=58§ion=1&word=heleno>>. Acesso em 8 dez. 2019.

DEMOCRACIA avançada e miséria social. Carta ao Leitor. *In: Veja*, São Paulo, n. 1109, p. 43, dez. 1989.

DETONI, Marcia. Presidente paraguaio usa BMW roubado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, mar. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3003200105.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

DINIZ, Laura. Dez a zero para Beira-Mar. *Veja*, São Paulo, fev. 2011. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32270?page=88§ion=1&word=Paraguai>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

EDWARD, José. A meca do contrabando. *Veja*, São Paulo, n. 1990, p. 72-73, 10 jan.

2007a.

_____. 1.300 quilômetros abertos ao tráfico. *Veja*, São Paulo, n. 1990, p. 70-72, jan. 2007b.

FAJARDO, Vanessa. Lançado em 2000, projeto viário de integração sul-americana segue a passos lentos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, set. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/lancado-em-2000-projeto-viario-de-integracao-sul-americana-segue-a-passos-lentos.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2018.

FISCH, Tamara. Mais um baile em Assunção. *Veja*, São Paulo, maio 2013. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32152?page=82§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

FRIAS, Cristina, Editoras concorrentes questionam no Cade a venda do Grupo Abril. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, jan. 2019, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2019/01/editoras-concorrentes-questionam-no-cade-a-venda-do-grupo-abril.shtml>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

GILBERT, Jonathan. Paraguaios ainda perseguem tesouros enterrados na guerra com o Brasil. *The New York Times (Portal UOL)*, [S. l.], mar. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2016/03/14/paraguaios-ainda-perseguem-tesouros-enterrados-na-guerra-com-o-brasil.htm>>. Acesso em: 8 out. 2018.

GRYZINSKI, Vilma. Um, dois, três e aumentando. Panorama. Imagem da semana. *Veja*, São Paulo, abr. 2009. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32368?page=46§ion=1>>. Acesso em 10 dez. 2018.

GUZZO, J. R. Fé ao avesso. *Veja*, São Paulo, jul. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32193?page=122§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

JARDIM, Lauro. Paraguai – laços brasileiros. Coluna Radar. *Veja*, São Paulo, n. 2048, p. 42, fev. 2008a.

_____. Interesse específico – laços brasileiros. Coluna Radar. *Veja*, São Paulo, n. 2048, p. 42-43, fev. 2008b.

_____. Um cigarro presidencial. *Veja*, São Paulo, nov. 2013. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32124?page=62§ion=1>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

JUNIOR, Danil Placido Camilo. Federico Franco. *In: Veja*, São Paulo jul. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32193?page=30§ion=1>>. Acesso em 5 jan. 2019.

LEITÃO, Leslie. A cara da barbárie. *Veja*, São Paulo, nov. 2012a. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32217?page=72§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. Dos quartéis para o morro. *Veja*, São Paulo, nov. 2012b. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32221?page=58§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. O roubo que daria filme. *Veja*, São Paulo, maio 2015a. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32045?page=80§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. Quando ela funciona. *Veja*, São Paulo, maio 2015b. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32032?page=74§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

LIMA, Abelardo. In: *Veja*, São Paulo jul. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32193?page=30§ion=1>>. Acesso em 5 jan. 2019

LOPEZ, Luciana. Até a semana passada ninguém tinha ouvido falar em um general chamado Augusto Heleno. In: *Veja*, São Paulo, abr. 2008. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32423?page=38§ion=1&word=heleno>> . Acesso em 8 dez. 2019.

MARQUES, Hugo. Os generais foram fiéis à pátria. *Veja*, São Paulo, jul. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32194?page=16§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

NÓBREGA, Maílson da. Um bye-bye para o Mercosul. *Veja*, São Paulo, ago. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32191?page=24§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

O MAPA do crime no Brasil. *Veja*, São Paulo, n. 1990, p. 58-61 jan. 2007.

OS BOICOTADOS. *Veja*, São Paulo, dez. 2013. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32121?page=88§ion=1>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PARAGUAI ATRAI fábrica brasileira com tributo baixo. *Braspar* – Centro empresarial Brasil-Paraguai, Maringá, PR, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.braspar.org/novo/2012/01/12/paraguai-atrai-fabrica-brasileira-com-tributo-baixo/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

PARO, Denise. Paraguai cresce no ritmo da maquila. *Gazeta do Povo*, Curitiba, PR, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/paraguai-cresce-no-ritmo-da-maquila-8jla6swsgbpamry16yyf2ah5a#ancora>>. Acesso em: 10 maio 2018.

PASTORE, Humberto Domingos. Fernando Lugo. In: *Veja*, São Paulo, abr. 2009.

Disponível em

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32368?page=42§ion=1>>. Acesso em 20 dez. 2018.

PEREIRA, Anderson. O general Augusto Heleno falou do que conhece, e muito bem.

In: *Veja*, São Paulo, abr. 2008. Disponível em

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32423?page=38§ion=1&word=heleno>>. Acesso em 8 dez. 2018.

PETRY, André. Mas onde foi parar o debate? *Veja*, São Paulo, jul. 2012. Disponível em:

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32193?page=14§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

PETRY, Rodrigo. IEDI na Imprensa – Desindustrialização pode piorar diante da retomada econômica. *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial*, São Paulo, 8 jan. 2018, Disponível em: <

https://iedi.org.br/artigos/imprensa/2018/iedi_na_imprensa_20180108_desindustrializacao_pode_piorar_diante_da_retomada_economica.html>. Acesso em 28 nov. 2018.

POR LA condena. *Veja*, São Paulo, jun. 2012. Disponível em:

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32196?page=88§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

PORTELA, Fábio. PCC: Primeiro Comando da Cocaína. *Veja*, São Paulo, n. 1990, p. 62-65, jan. 2007.

PROIBIDA a compra por estrangeiros de terras paraguaias. *Panorama. Veja*, São Paulo, out. 2008. Disponível em

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32396?page=62§ion=1>>. Acesso em 10 dez. 2018.

QUÁ, quá, quá. *Veja*, São Paulo, jul. 2012. Disponível em:

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32195?page=42§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

REBELIÃO, na galáxia vermelha. *Veja*, São Paulo, set. 1968. Disponível em:

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34555?page=78§ion=1>>. Acesso em 8 jan. 2019.

RECONHECIDA pelo presidente do Paraguai. *Veja*, São Paulo, abr. 2009. Disponível em:

< <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32369?page=44§ion=1> >. Acesso em: 8 out. 2018.

SAKATE, Marcelo. O Tigre Guarani. *Veja*, São Paulo, n. 2512, p. 78-81, 11 jan. 2017.

SCHELP, Diego. Lula cercado de oportunistas. *Veja*, São Paulo, n. 1992, p. 56-61, jan. 2007.

_____. O foro dos dinossauros. *Veja*, São Paulo, jun. 2008a. Disponível em

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32417?page=136§ion=1>>. Acesso em

10 dez. 2018.

_____. É só conversa de ideólogo. *Veja*, São Paulo, out. 2008b. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32395?page=116§ion=1>>. Acesso em 10 dez. 2018.

_____. Uma vitória da razão. *Veja*, São Paulo, nov. 2008c. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32393?page=16§ion=1>>. Acesso em 10 dez. 2018.

SOBE DESCE. Paraguai. *Veja*, São Paulo, jul. 2013. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32140?page=46§ion=1>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

STAMM, Marcos. Itaipu: o tratado que uniu vizinhos e é exemplo para o mundo. *Itaipu Binacional – Sala de Imprensa*, Foz do Iguaçu. Maio 2018. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/positionpapers/itaipu-o-tratado-que-uniu-vizinhos-e-e-exemplo-para-o-mundo>>. Acesso em 31 jan. 2019.

SUTTO, Giovanna. Grupo Abril é vendido para o empresário Fábio Carvalho. *InfoMoney*, [S. l.], 20 dez. 2018, Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/negocios/grandes-empresas/noticia/7823039/grupo-abril-e-vendido-para-o-empresario-fabio-carvalho->>>. Acesso, em 15 jan. 2019.

TEIXEIRA, Duda. A caridade foi para outro lugar. *Veja*, São Paulo, ago. 2016a. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32299?page=146§ion=1>>. Acesso em: 14 out. 2018.

_____. Espada sem Fio. *Veja*, São Paulo, ago. 2016a. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/52664?page=70§ion=1>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

_____. Maconha na farmácia. *Veja*, São Paulo, dez. 2016b. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/42328?page=18§ion=1>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

_____. O encrenqueiro mora ao lado. *Veja*, São Paulo, n 2050, p. 60-62, mar. 2008a.

_____. O golpe fracassado de Chávez no Paraguai. *Veja*, São Paulo, jul. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32195?page=74§ion=1>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

_____. Onde é perigoso ser brasileiro. *Veja*, São Paulo, abr. 2008c. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32388?page=106§ion=1>>. Acesso em 10 dez. 2018.

_____. Vitória do hidropopulismo. *Veja*, São Paulo, abr. 2008b. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32423?page=78§ion=1&word=Paragu>>

ai>. Acesso em: 10 dez. 2018.

TEIXEIRA, Duda; CAVAÇANA, Juliana. Síndrome de pedinte rico. *Veja*, São Paulo, jun. 2010. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32308?page=200§ion=1>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Recuerdos de Ypacaraí. *Veja*, São Paulo, abr. 2008. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32423?page=142§ion=1&word=Paraguai>>. Acesso em 10 dez. 2018.

_____. Três modelos sexuais. *Veja*, São Paulo, abr. 2009. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32367?page=158§ion=1>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

VALINOTTI, Elvio Díaz. La fiebre de la plata yvyguy (I). *ABC Color*, Assunção, maio 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/especiales/fin-de-semana/la-fiebre-del-plata-yvyguy-576227.html>>. Acesso em: 8 out. 2018.

_____. La fiebre de la plata yvyguy (II). *ABC Color*, Assunção, maio 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/especiales/fin-de-semana/la-fiebre-de-la-plata-yvyguy-ii-578618.html>>. Acesso em: 8 out. 2018.

WATKINS, Natalia. Abram as portas. *Veja*, São Paulo, dez. 2016b. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/41988?page=16§ion=1>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

_____. Sai o Mercosul. Entra em cena o Mercochávez”. *Veja*, São Paulo, ago. 2012. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32191?page=114§ion=1>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

ZAMBRANA, Perola Soares. *In: Veja*, São Paulo, dez. 2013. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32120?page=52§ion=1>>. Acesso em: 10 jan. 2019